

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

ESTUDOS EM BRANCO E NEGRO:
Modelos de redução do preconceito inter-étnico na
infância

Maria Margarida da Costa Rebelo Accioly Nogueira

Tese elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia Social e Organizacional
Especialidade em Psicologia Social

Orientadores:

Professora Doutora Maria Benedicta Monteiro
Professora Doutora Maria João Freitas

Setembro de 2006

À minha mãe e ao meu pai (in
memoriam) que me ensinaram a
aceitar e, sobretudo, a vencer
desafios.

À tia Dinda (in memoriam) pela
extraordinária lição de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste percurso, por vezes solitário, tive o privilégio de me cruzar com pessoas que auxiliaram, elevaram a moral, discutiram ideias, conseguiram levar-me a ver a luz quando tudo se tornava demasiadamente sombrio e, sobretudo, fizeram-me acreditar que um dia estaria em condições de dar a conhecer o produto dessa jornada.

Aos alunos, professores e pais de todas as escolas que aceitaram participar neste trabalho, tornando-o possível, o meu profundo reconhecimento.

À Professora Maria Benedicta Monteiro.

À Professora Maria João Freitas.

À Rita Guerra.

Ao Paulo Machado, Delta Silva, João Craveiro, Álvaro Pereira e Marluce Menezes.

À Catarina Matias, Sofia Mendes, Andreia Nunes, Rita Silva e Filipa Feital.

Ao Diniz, Pedro, Rita, Marcus, Dalila, Joana e Deolinda.

Ao Nuno, Rosa, Mixau, Teresa, Lurdes, Maria João, Toica, Tiago e Kikas.

Ao Paulo, Sara, Tiago, Vasco, Bianca, Eduardo, Sávio e Iraíde.

E sempre, ao Ricardo.

Resumo

Este trabalho tem como principal objectivo estudar o impacte dos modelos da Descategorização, da Identidade Endogrupal Comum (Recategorização) e da Dupla Identidade na redução do preconceito em crianças de origem portuguesa e de origem africana (9/11 anos).

Para a concretização deste objectivo estudámos três configurações de interacção entre grupos étnicos em contexto escolar, na medida em que este é, por um lado, um dos cenários de socialização mais importantes e, por outro, um meio facilitador da intervenção no domínio da redução do preconceito inter-étnico.

Os resultados dos dois primeiros estudos empíricos, nos quais os grupos étnicos se encontravam a interagir em simetria e em assimetria de estatuto, permitem concluir que os modelos da Descategorização e da Recategorização foram eficazes a reduzir o enviesamento em ambos os grupos. A redução do enviesamento intergrupar foi conseguida através da diminuição da proximidade face aos membros do endogrupo, no caso da Descategorização, e a partir do aumento da atracção face aos membros do exogrupo, no caso da Recategorização.

No último estudo interessou-nos averiguar, simultaneamente, o papel da saliência da pertença étnica dos grupos na redução do enviesamento e a capacidade de extensão dos benefícios operados pelos modelos ao exogrupo como um todo. Na situação de contacto, a Dupla Identidade e a Descategorização revelam-se como as representações cognitivas mais eficazes a reduzir o preconceito nas crianças de elevado estatuto, enquanto que todos os modelos eliminam o enviesamento nas crianças de baixo estatuto. Os resultados demonstram ainda que aqueles modelos permitem a extensão dos seus benefícios para o exogrupo como um todo, nos contextos escolar e residencial.

Palavras-chave: Redução do Preconceito; Estatuto étnico; Generalização; Infância
Classificação: Psicologia Social; Processos Grupais e Interpessoais

Abstract

The main purpose of this dissertation is to study the impact of Decategorization, Common Ingroup Identity and Dual Identity models on prejudice reduction among White and Black Portuguese children, aged 9 to 11 years old.

In order to accomplish this goal three intergroup interactions were studied within educational contexts, considering that school is one of the most important socialization settings and also facilitates prejudice reduction interventions.

The main results of the two first studies, in which groups interacted under equal and unequal ethnic status, showed that Decategorization and Common Ingroup Identity models were both successful on reducing intergroup bias regardless ethnic group status. In *Separate Individuals* representation of the aggregate (Decategorization) intergroup bias was primarily reduced through the decreasing attraction toward original ingroup members, whereas in *One Group* representation (Recategorization) bias was reduced through the increasing closeness toward outgroup members.

The main goal of our last study was to simultaneously test the role of ethnic membership salience on intergroup bias reduction as well as to test the extension of contact benefits produced by those three models to the outgroup as a whole.

In intergroup contact situation, Dual Identity and Decategorization models were both successful on reducing prejudice among high status children (White Portuguese children), whereas all models showed equal effectiveness on reducing intergroup bias among low status ones (Black Portuguese children). Overall, the results also showed that considered prejudice-reduction models allow the extension of their benefits toward outgroup as a whole at school and housing contexts.

Key-words: Prejudice reduction; Ethnic status; Generalization; Childhood
Classification: Social Psychology; Group & Interpersonal Processes

Índice Geral

INTRODUÇÃO GERAL	1
------------------------	---

I PARTE - GÉNESE E EXPRESSÃO DO PRECONCEITO NA INFÂNCIA

CAPÍTULO I. PRECONCEITO ÉTNICO NA INFÂNCIA: GÉNESE E EXPRESSÃO	19
1. EXPRESSÃO DO PRECONCEITO E DO ENVIESAMENTO INTERGRUPAL	19
2. GÉNESE DO PRECONCEITO E DO ENVIESAMENTO INTERGRUPAL	22

II PARTE - FUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES INTERGRUPAIS

CAPÍTULO II. RELAÇÕES INTERGRUPAIS: CONTACTO, COOPERAÇÃO E IDENTIDADE SOCIAL	29
1. A HIPÓTESE DO CONTACTO	29
2. A TEORIA DOS CONFLITOS REALISTAS	33
3. A TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL	34

III PARTE - MODELOS DE REDUÇÃO DO PRECONCEITO

CAPÍTULO III. O MODELO DA DESCATEGORIZAÇÃO	45
1. FUNDAMENTOS DO MODELO DA PERSONALIZAÇÃO	45
2. TESTES EMPÍRICOS AO MODELO DA DESCATEGORIZAÇÃO	48
2.1 <i>Redução do favoritismo endogrupal e enviesamento intergrupar</i>	48
2.2 <i>Efeitos de generalização operados pelo modelo da Descategorização</i>	52
CAPÍTULO IV. O MODELO DA IDENTIDADE ENDOGRUPAL COMUM	57
1. FUNDAMENTOS DO MODELO DA IDENTIDADE ENDOGRUPAL COMUM	58
2. TESTES EMPÍRICOS AO MODELO DA IDENTIDADE ENDOGRUPAL COMUM	60
2.1 <i>Testes empíricos ao modelo da Identidade Endogrupal Comum na situação de contacto intergrupar</i>	61
2.1.1 Causas ou antecedentes no Modelo da Identidade Endogrupal Comum	61
2.1.2 Consequências da identidade endogrupal comum	71
2.2 <i>Efeitos de generalização do modelo da Identidade Endogrupal Comum</i>	72

CAPÍTULO V. O MODELO DA DUPLA IDENTIDADE	75
1. DESAFIOS AOS MODELOS DA PERSONALIZAÇÃO E DA IDENTIDADE ENDOGRUPAL COMUM	76
1.1 <i>A influência da Teoria da Ótima Distintividade (Brewer, 1991)</i>	76
1.2 <i>A influência do Modelo da Diferenciação Intergupal Mútua (Hewstone & Brown, 1986)</i>	77
2. FUNDAMENTOS DO MODELO DA DUPLA IDENTIDADE	81
3. TESTES EMPÍRICOS AO MODELO DA DUPLA IDENTIDADE	84
3.1 <i>Testes empíricos ao Modelo da Dupla Identidade na situação de contacto intergrupl.....</i>	84
3.2 <i>Efeitos de generalização do Modelo da Dupla Identidade</i>	88

IV PARTE - REDUÇÃO DO PRECONCEITO ÉTNICO NA INFÂNCIA

CAPÍTULO VI. ESTUDOS INTRODUTÓRIOS	95
ESTUDO A. ADAPTAÇÃO DA TAREFA EXPERIMENTAL DE GAERTNER E COLABORADORES (1989) A CRIANÇAS DE 9-11 ANOS	96
1. <i>Objectivos</i>	96
2. <i>Método</i>	96
2.1 Breve descrição do Winter Survival Exercise (Johnson & Johnson, 1975)	96
2.2 Procedimento	97
2.3 Instrumento	99
2.4 Participantes	99
3. <i>Resultados</i>	99
ESTUDO B. TESTE AO PROCEDIMENTO EXPERIMENTAL E MEDIDAS DEPENDENTES	101
1. <i>Objectivos</i>	101
2. <i>Método</i>	101
2.1 Participantes	101
2.2 Procedimento experimental	102
2.2.1 Formação dos subgrupos (3 elementos)	102
2.2.2 Manipulação das representações cognitivas do agregado durante a interacção	104
2.3 Medidas dependentes	109
2.3.1 Descrição do protocolo de medidas	109
3. <i>Verificação da manipulação e teste das medidas dependentes</i>	113
3.1 Identificação da representação cognitiva do agregado durante a interacção (verificação da manipulação)	113

3.2	Teste às medidas dependentes.....	115
3.2.1	Análise das distribuições	116
3.2.2	Análise do impacto da condição e do sexo dos participantes sobre a avaliação dos grupos-alvo.....	119
4.	<i>Síntese de resultados</i>	121
ESTUDO C. PERCEPÇÃO DE ASSIMETRIA DE ESTATUTO SOCIAL E ECONÓMICO EM CRIANÇAS PORTUGUESAS DE DIFERENTES ORIGENS ÉTNICAS		
1.	<i>Objectivos</i>	123
2.	<i>Método</i>	124
2.1	Participantes	124
2.2	Desenho	124
2.3	Procedimento	124
2.4	Medidas dependentes	125
3.	<i>Apresentação de resultados</i>	125
3.1	Percepção de favorecimento económico (medida implícita)	126
3.2	Percepção de favorecimento económico (medida explícita)	126
4.	<i>Síntese de resultados</i>	127
SECÇÃO D. NOTA METODOLÓGICA DE ENQUADRAMENTO DOS ESTUDOS PRINCIPAIS		
1.	<i>Variáveis controladas</i>	128
1.1	Características das escolas participantes	128
1.2	Características dos participantes	130
1.3	Características dos experimentadores	131
2.	<i>Protocolos de medida</i>	131
2.1	Organização dos protocolos de medida	131
2.2	Efeito de ordem	132
3.	<i>Unidade de análise</i>	132
 CAPÍTULO VII. A REDUÇÃO DO ENVIESAMENTO INTERGRUPAL EM GRUPOS DE IGUAL ESTATUTO ÉTNICO (ESTUDO 1)		
1.	OBJECTIVOS	136
2.	HIPÓTESES	137
2.1	<i>Hipótese sobre a redução do enviesamento intergrupar</i>	137
2.2	<i>Hipóteses sobre os processos de redução do enviesamento intergrupar</i>	137
3.	MÉTODO	140
3.1	<i>Desenho experimental</i>	140
3.2	<i>Procedimento experimental</i>	140
3.3	<i>Medidas dependentes</i>	140
3.4	<i>Participantes</i>	140

4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	141
4.1 <i>Redução do enviesamento intergrupar</i>	141
4.1.1 Atributo Competente (Joga bem)	142
4.1.2 Atributo Egoísta	144
4.1.3 Atribuição de Recursos (nº de lápis)	144
4.2 <i>Processos de redução do enviesamento intergrupar</i>	145
4.2.1 Processo de redução do enviesamento produzido pela Descategorização	146
4.2.2 Processo de redução do enviesamento produzido pela Recategorização	147
4.2.3 Processo de redução do enviesamento produzido pela Dupla Identidade	147
5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	148

CAPÍTULO VIII. REDUÇÃO DO ENVIESAMENTO INTERGRUPAL EM CONTEXTO DE ASSIMETRIA DE ESTATUTO ÉTNICO (ESTUDO 2) _____ 155

1. OBJECTIVOS	156
2. HIPÓTESES	157
2.1 <i>Hipótese sobre a influência do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar</i>	157
2.2 <i>Hipótese sobre os processos de redução do enviesamento intergrupar</i>	158
3. MÉTODO	159
3.1 <i>Participantes</i>	159
3.2 <i>Desenho experimental</i>	160
3.3 <i>Procedimento experimental</i>	160
3.4 <i>Medidas dependentes</i>	161
4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	162
4.1 <i>Impacte do estatuto étnico dos grupos sobre as estratégias de redução do enviesamento intergrupar</i>	162
4.1.1 Atributo Competente (Joga bem)	162
4.1.2 Atributo Semelhante (Escolhe como eu)	164
4.1.3 Atributo Egoísta	165
4.1.4 Atribuição de recursos	166
4.2 <i>Processos de redução do enviesamento intergrupar</i>	167
4.2.1 Processo de redução do enviesamento produzido pela Descategorização.....	168
4.2.2 Processo de redução do enviesamento produzido pela recategorização	169
4.2.3 Processo de redução do enviesamento produzido pela Dupla Identidade	169
5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	169

CAPÍTULO IX. A REDUÇÃO DO ENVIESAMENTO INTERGRUPAL EM CONTEXTO DE ASSIMETRIA E DE SALIÊNCIA DE ESTATUTO ÉTNICO (ESTUDO3) 175

1. OBJECTIVOS	177
2. HIPÓTESES	179
2.1 <i>Impacte do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar ..</i>	<i>179</i>
2.2 <i>Processos de redução do enviesamento intergrupar</i>	<i>180</i>
2.3 <i>Capacidade dos modelos na generalização ao exogrupo como um todo.....</i>	<i>180</i>
3. MÉTODO	181
3.1 <i>Participantes</i>	<i>181</i>
3.2 <i>Desenho experimental.....</i>	<i>182</i>
3.3 <i>Procedimento experimental</i>	<i>182</i>
3.3.1 <i>Procedimento experimental na condição de categorização</i>	<i>183</i>
3.3.2 <i>Procedimento experimental na condição de recategorização</i>	<i>183</i>
3.3.3 <i>Procedimento experimental na condição de descategorização</i>	<i>184</i>
3.3.4 <i>Procedimento experimental na condição de dupla identidade</i>	<i>184</i>
3.4 <i>Medidas dependentes</i>	<i>186</i>
4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	187
4.1 <i>Redução do enviesamento intergrupar na situação de contacto (sessão)</i>	<i>188</i>
4.1.1 <i>Impacte do estatuto étnico dos grupos sobre as estratégias de redução do enviesamento intergrupar.....</i>	<i>188</i>
4.1.1.1 <i>Atributo Competente (Joga bem)</i>	<i>188</i>
4.1.1.2 <i>Atributo Semelhante (Escolhe como eu)</i>	<i>189</i>
4.1.1.3 <i>Atribuição de recursos (Nº de lápis)</i>	<i>191</i>
4.1.2 <i>Processos de redução do enviesamento intergrupar na situação de contacto</i>	<i>192</i>
4.1.2.1 <i>Processo de redução do enviesamento na condição de descategorização</i>	<i>192</i>
4.1.2.2 <i>Processo de redução do enviesamento na condição de recategorização</i>	<i>193</i>
4.1.2.3 <i>Processo de redução do enviesamento na condição de dupla identidade</i>	<i>193</i>
4.2 <i>Generalização de atitudes positivas para o contexto escolar</i>	<i>194</i>
4.2.1 <i>Impacte do estatuto étnico dos grupos na generalização de atitudes positivas.....</i>	<i>194</i>
4.2.2 <i>Impacte da condição na generalização de atitudes positivas.....</i>	<i>194</i>
4.2.2.1 <i>Atributo Competente (Joga bem)</i>	<i>195</i>
4.2.2.2 <i>Atributo Semelhante (Escolhe como eu)</i>	<i>195</i>
4.2.2.3 <i>Atribuição de recursos</i>	<i>196</i>
4.3 <i>Generalização de atitudes positivas para o contexto residencial</i>	<i>197</i>
4.3.1 <i>Impacte do estatuto étnico dos grupos na generalização de atitudes positivas.....</i>	<i>197</i>
4.3.2 <i>Impacte da condição na generalização de atitudes positivas.....</i>	<i>198</i>
4.3.2.1 <i>Atributo Competente (Joga bem)</i>	<i>198</i>
4.3.2.2 <i>Atributo Semelhante (Escolhe como eu)</i>	<i>198</i>
4.3.2.3 <i>Atribuição de recursos</i>	<i>199</i>

4.4 Modelos de generalização da redução do enviesamento intergrupar	200
4.4.1 Generalização operada pela representação cognitiva de Descategorização	202
4.4.2 Generalização operada pelas representações cognitivas de Recategorização e de Dupla Identidade	204
5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	207
CAPÍTULO X. DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES	221
1. OBJECTIVOS PRINCIPAIS.....	221
1.1 Objectivos gerais	221
1.2 Objectivos específicos	222
2. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS.....	225
2.1 Enviesamento intergrupar e favoritismo endogrupar	225
2.2 A redução do enviesamento intergrupar e a generalização de atitudes positivas	226
2.2.1 O modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984)	226
2.2.2 O modelo da Identidade Endogrupar Comum (Gaertner et al., 1989; 1993)	228
2.2.3 O modelo da Dupla Identidade (Gaertner et al., 1993; Gaertner & Dovidio, 2000)	231
3. O QUE AINDA NÃO SABEMOS? QUESTÕES PARA A INVESTIGAÇÃO FUTURA	235
4. O QUE SABEMOS? CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA REDUÇÃO DO PRECONCEITO INTER-ÉTNICO NA INFÂNCIA	237
BIBLIOGRAFIA	241
ANEXOS	255
ANEXO 1: INSTRUMENTOS UTILIZADOS NOS ESTUDOS INTRODUTÓRIOS	257
Anexo 1A: Instrumento utilizado no Estudo A.....	259
Anexo 1B: Folha de registo de contagem de objectos (Estudo B e Estudo 1).....	260
Anexo 1C: Protocolos utilizados nos Estudo B e 1.....	261
Anexo 1D: Ficha de caracterização das turmas	274
Anexo 1E: Instrumento utilizado no Estudo C (versão feminina)	275
ANEXO 2: PROTOCOLO DE MEDIDAS DEPENDENTES UTILIZADO NO ESTUDO 2.....	277
ANEXO 3: PROTOCOLO DE MEDIDAS DEPENDENTES UTILIZADO NO ESTUDO 3.....	283

Índice de Figuras

Figura 1	Presença de grupos étnicos no 1º ciclo do ensino básico de escolas públicas e privadas das Áreas Metropolitana de Lisboa (ano lectivo 2003 – 2004)	3
Figura 2	Modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner & Dovidio, 2000)	60
Figura 3	Fotografias utilizadas na apresentação do problema (Estudo A)	98
Figura 4	Objectos utilizados para a resolução da tarefa experimental.....	100
Figura 5	Exemplo da prancha apresentada para a formação dos subgrupos.....	103
Figura 6	Representação gráfica do procedimento experimental utilizado no Estudo B ...	108
Figura 7	Representação gráfica da distribuição da medida de atribuição de recursos aos grupos-alvo	117
Figura 8	Representação georeferenciada das escolas participantes nos estudos	129
Figura 9	Avaliação média do grupo-alvo no atributo de competência, por condição experimental	142
Figura 10	Avaliação média do grupo-alvo na medida de atribuição de recursos, por condição experimental	145
Figura 11	Avaliação média do grupo-alvo no atributo da competência, por condição experimental	163
Figura 12	Avaliação média do grupo-alvo no atributo de semelhança, por condição experimental	164
Figura 13	Avaliação média do grupo-alvo na medida de atribuição de recursos, por condição experimental	166
Figura 14	Estímulo apresentado para a acentuação simultânea das categorias supraordenada e subgrupal.....	185
Figura 15	Avaliação média do grupo-alvo no atributo de competência, por condição experimental e estatuto étnico dos grupos	189
Figura 16	Avaliação média do grupo-alvo no atributo Semelhante, por condição experimental e estatuto étnico dos grupos	190
Figura 17	Valores médios na atribuição de recursos ao grupo-alvo, por condição	191
Figura 18	Avaliação média do grupo-alvo no atributo de competência, por condição experimental (Escola).....	195
Figura 19	Avaliação média do grupo-alvo no atributo de semelhança, por condição experimental (Escola).....	196

Figura 20	Avaliação média do grupo-alvo na atribuição de recursos, por condição experimental (Escola).....	197
Figura 21	Avaliação média do grupo-alvo no atributo de competência, por condição experimental (Bairro).....	198
Figura 22	Avaliação média do grupo-alvo no atributo de semelhança, por condição experimental (Bairro).....	199
Figura 23	Modelo de generalização promovido pela representação de Descategorização para os atributos de Competência e Semelhança.....	202
Figura 24	Modelo de generalização promovido pelas representações de Recategorização e de Dupla Identidade para as medidas de Competência, Semelhança e Atribuição de Recursos.....	205

Índice de Quadros

Quadro 1	Frequência dos objectos referidos pelos participantes	100
Quadro 2	Distribuição dos participantes, por condição experimental e sexo	102
Quadro 3	Representação do agregado durante a interacção, por condição experimental.....	114
Quadro 4	Estatística descritiva e índice de consistência interna da avaliação do grupo-alvo para os atributos competência e egoísmo	116
Quadro 5	Estatística descritiva da avaliação do grupo-alvo para a medida de atribuição de recursos.....	117
Quadro 6	Estatística descritiva da avaliação do grupo-alvo para a medida de atribuição de recursos (variável transformada).....	119
Quadro 7	Avaliação média do grupo-alvo nos atributos de competência e egoísmo, por condição experimental	120
Quadro 8	Efeitos nested da variável subgrupo sobre a condição experimental na avaliação do grupo-alvo para cada medida dependente (Estudo 1 a 3).....	133
Quadro 9	Distribuição dos grupos, por condição experimental e origem étnica dos participantes (Estudo 1)	141
Quadro 10	Avaliação média do grupo-alvo, por medida dependente e condição experimental	146
Quadro 11	Distribuição dos grupos, por condição experimental e estatuto étnico dos grupos	159
Quadro 12	Avaliação média do grupo-alvo, por medida dependente e condição experimental	168
Quadro 13	Distribuição dos grupos, por condição experimental e estatuto étnico dos grupos	182
Quadro 14	Avaliação média do grupo-alvo, por medida dependente e condição experimental	193

“Não gostaria de ser realojado com pretos, não por razões de racismo que não cultivo, mas por razões de higiene que muito prezo”.
Anónimo, Bairro da Boavista, 1987

Introdução Geral

Desde a independência das actuais ex-colónias que Portugal tem sido o palco de numerosas entradas de estrangeiros, em que os cidadãos dos países africanos de língua oficial portuguesa continuam a ser os mais representados. Se atendermos à evolução do volume de entradas no país entre 2001 e 2004 verificamos que, durante esse período, Portugal acolheu cerca de 450 mil cidadãos, num registo de escalada permanente. Em 2004, 46% das autorizações de residência atribuídas referiam-se a cidadãos dos PALOP (Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique) (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005).

Também Malheiros (2003) refere que, entre a segunda metade dos anos 80 e finais dos anos 90, as comunidades imigrantes, nomeadamente as africanas, fixaram-se essencialmente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), em condições de habitabilidade residencial precárias, no decurso de uma série de investimentos públicos e privados, donde facilmente se entende que a AML tenha capitalizado quer a maioria das chegadas de estrangeiros menos escolarizados oriundos de países da África lusófona, quer imigrantes mais escolarizados do Leste Europeu.

No entanto, segundo Machado (2001), a população de origem africana inclui sectores

muito diversos, tendo alguns deles mais afinidades sociais e culturais com a população portuguesa do que com outros grupos de africanos. O autor propõe quatro linhas de diferenciação que estabelecem alguns contrastes no interior dessa população: o estatuto socio-jurídico, distinguindo os migrantes laborais estrangeiros dos luso-africanos, ou seja, cidadãos portugueses de origem africana; a origem nacional dos estrangeiros; a condição de classe, diferenciadora do grau de contacto social e de proximidade cultural; e, por último, os contrastes geracionais, que tornam o número crescente de descendentes de migrantes num segmento de perfil sociocultural diferente de todos os restantes grupos.

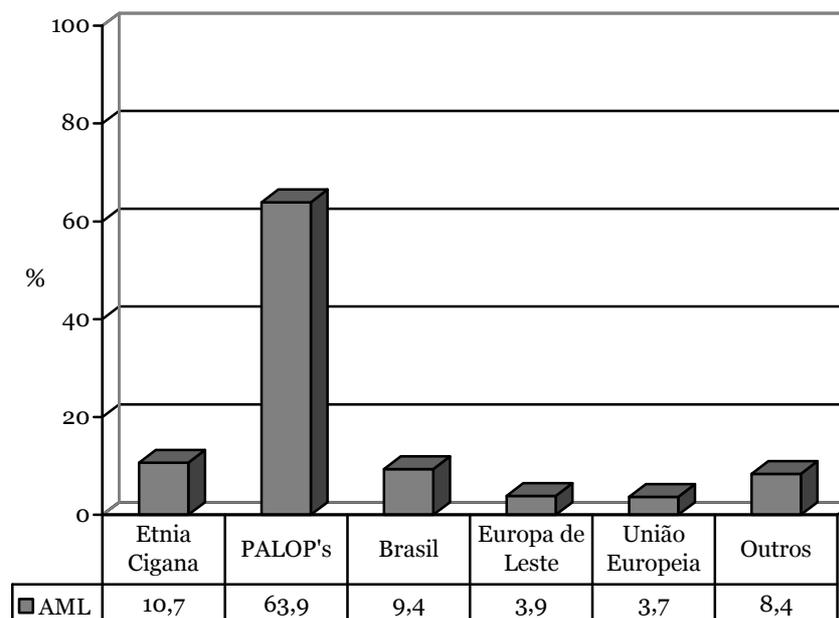
Para efeitos de sistematização pode dizer-se que a população africana em Portugal comporta, então, três segmentos que se distinguem entre si em termos de dimensão, trajecto migratório e perfil sociocultural: luso-africanos, migrantes laborais e os descendentes destes últimos, que poderíamos designar por novos luso-africanos (Machado, 2001).

Ao presente trabalho interessou estudar os descendentes dos segmentos da população luso-africana e novos lusos-africanos. Antes de entrarmos na delimitação do objecto de estudo deste trabalho, uma breve nota sobre a visibilidade destes grupos no actual sistema educativo português.

A análise sobre a composição étnica das escolas públicas e privadas da área metropolitana de Lisboa¹ mostra a predominância de alunos africanos ou de descendência africana no 1º ciclo do ensino básico em relação aos restantes grupos. Se enquanto grupo esses alunos representam 10,5% do total de alunos do 1º ciclo, como podemos observar a partir dos dados apresentados na Figura 1, a percentagem dos alunos de origem africana é superior a 60% naquele ciclo de ensino, tornando este grupo maioritário em relação aos demais grupos étnicos.

¹ As escolas públicas e privadas do 1º ciclo da área metropolitana de Lisboa contavam com 21.022 crianças pertencentes a grupos étnicos ou etno-nacionais (2003/2004).

Figura 1 – Presença de grupos étnicos no 1º ciclo do ensino básico de escolas públicas e privadas das Áreas Metropolitana de Lisboa (ano lectivo 2003 – 2004)



Fonte: Direcção Regional do Ensino de Lisboa/Vale do Tejo - ME

Apesar da crescente diversidade étnica que caracteriza grande parte das escolas da área metropolitana de Lisboa, ainda não é claro de que forma as políticas oficiais de integração se adequam às expectativas dos diferentes grupos de imigrantes, e às próprias estratégias para lidar com a discriminação.

As mutações dos padrões de convivência e de relacionamento entre diferentes culturas e grupos étnicos exigem uma interpretação e análise mais profundas da temática das relações de cooperação e conflito entre grupos.

Um estudo realizado em Portugal com jovens e adultos africanos (ou de descendência africana) e ciganos residentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Rebelo e Pereira, 2002), procurou identificar o papel do *habitat* na inserção social destas populações.

A parcela deste estudo referente às trajectórias identitárias dominantes de residentes em bairros de realojamento e de habitação degradada, inspirada na proposta de Hutnik (1991), mostra que a aculturação (integração segundo Berry, 1984) – a adesão simultânea a valores, normas e regras do grupo étnico de pertença e da sociedade de acolhimento/grupo maioritário – surge como a principal estratégia identitária nos dois grupos considerados

(africanos e ciganos). O estado de dissociação (separação segundo Berry, 1984), que se caracterizava por uma forte e positiva identificação com o seu grupo étnico, mas também pela expressão de dificuldades na adesão a características identitárias do grupo maioritário/sociedade de acolhimento, surge como a segunda tipologia mais frequente, e encontrou-se, principalmente, nos africanos que residem em Lisboa em bairros de realojamento.

Como vimos, as trajectórias identitárias de africanos são marcadas pela existência de uma dicotomia entre a *aculturação* e o *estado de dissociação*. Este dado remete-nos para uma questão a que é preciso estar atento, na medida em que ela traduz um oscilar entre ajustamento e desajustamento social. O facto de grande parte dos *estados de dissociação* se encontrarem nos homens africanos que residem em bairros de realojamento de Lisboa, indicia que a promoção habitacional não auxiliou, pelo menos para estes casos, uma aproximação ao grupo maioritário. Em termos de desajustamento social, coloca-se a hipótese de este *estado* remeter para um risco social marcante, na medida em que traduz um afastamento claro em relação ao grupo maioritário/sociedade de acolhimento e um fechamento no seu grupo de referência, em particular no caso dos jovens.

Os aspectos negativos salientados na avaliação do endogrupo colocam a população africana inquirida a mostrar-se preocupada com o comportamento da segunda geração – tantas vezes associada a problemas de delinquência, insegurança e conflitualidade urbana. Por fim, no que se refere à leitura que estes grupos fazem dos “portugueses”, dois discursos sobressaem: um positivo, ligado ao sucesso profissional e escolar que reconhecem àquele grupo, e um negativo centrado no reconhecimento de uma sociedade etnicamente preconceituosa e promotora de discriminação.

A emergência e a busca de consolidação de sociedades marcadas pela diversidade étnica e cultural, entre as quais a portuguesa se inclui, remete-nos para as diversas formas e cenários de convivência e de relacionamento entre culturas e grupos étnicos diferenciados (diferentes grupos etno-nacionais e grupos étnicos minoritários).

No entanto, a diversidade de cenários de convivência não tem sido, ao longo dos anos, um território de amena convivência, onde o contacto entre os grupos nem sempre foi marcado por relações de harmonia e de tolerância. Ainda hoje, e apesar das várias medidas e políticas se orientarem no sentido da minimização e/ou erradicação de comportamentos de discriminação, a realidade continua a ser dura e de um desfavorecimento notório para quem é diferente, seja essa diferença cultural, étnica, religiosa ou de orientação sexual (Vala, Pereira e Ramos, *in press*).

O estudo do preconceito e das formas de discriminação que lhe estão associadas tem sido uma constante na literatura em Psicologia Social sobre as relações intergrupais ao longo das últimas cinco décadas. Nesta linha de investigação foram desenvolvidos importantes modelos de compreensão do fenómeno do preconceito, como é o caso do trabalho de Gordon Allport (1954) sobre a natureza do preconceito, de Muzafer Sherif (1966) sobre a génese e a redução dos conflitos entre grupos e de Henri Tajfel sobre a identidade social e as relações intergrupais (Tajfel, 1982; Tajfel & Turner, 1979).

No entanto, essas relações, marcadas ao longo de décadas por tensões e desconforto, foram essencialmente estudadas em indivíduos adultos, pouco ainda se conhecendo sobre o modo como elas se formam, se transmitem e se modificam noutras fases do desenvolvimento humano, designadamente, a infância.

Antes de entrarmos nos objectivos gerais e específicos deste trabalho, vejamos, primeiro, vejamos como a Psicologia Social tem definido o preconceito e a discriminação ao longo do tempo.

Gordon Allport, num trabalho seminal sobre o preconceito definiu as linhas gerais em que assentam as principais perspectivas de análise deste conceito. Segundo o autor, o preconceito étnico deveria ser entendido como “an antipathy based upon a faulty and inflexible generalization”. (1954, pp. 9).

Apesar da importância desta definição, ela parece escamotear bastante da complexidade de que o fenómeno se revestiu e que orientou grande parte da investigação

neste domínio ao longo das últimas cinco décadas (Eagly & Diekmann, 2005). Referimo-nos, especificamente, à ideia de que os grupos podem ser alvo de preconceito e de discriminação e a ausência de menção às características físicas e culturais que tornam um grupo racial ou étnico (Lima, 2002).

Uma das definições mais utilizadas na Psicologia Social a este propósito, é a avançada por Brown (1995), e na qual nos revemos:

“the holding of derogatory social attitudes or cognitive beliefs, the expression of a negative affect, or the display of hostile or discriminatory behaviour towards members of a group on account of their membership of that group” (p. 8).

Duas das mais valias desta definição são a orientação face a categorias de pessoas, e não a indivíduos isolados, e a assumpção de considerar o preconceito como um processo grupal.

Assim, e como Pettigrew (1958) explicita, o preconceito pode ser também entendido como uma atitude racional de manutenção da posição social dos grupos, decorrente de relações de poder assimétricas entre eles (Lima, 2002).

Acompanhando o carácter grupal patente na definição proposta por Brown (1995), Vala, Brito e Lopes (1999) defendem ainda que “(...) o que parece ser bastante plausível é que estes processos reflectam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre exogrupos relevantes”. (pp. 13-14).

Tal como Marilyn Brewer (1999) defende:

“many discriminatory perceptions and behaviors are motivated primarily by the desire to promote and maintain positive relationships with the ingroup rather than by any direct antagonism toward outgroups (...). However, the very factors that make ingroup attachment and allegiance important to individuals also provide a fertile ground for antagonism and distrust of those outside the ingroup boundaries. The need to justify ingroup values in the form of moral superiority to others, sensitivity to threat, the anticipation of interdependence under conditions of distrust, social comparisons processes, and power politics all conspire to connect ingroup identification and loyalty to disdain and overt hostility toward outgroups” (p. 442).

A definição de preconceito tem sofrido alterações ao longo dos últimos anos. Em 2001, Dovidio propõe uma análise histórica da evolução das definições de preconceito e, consequentemente, do seu estudo, organizando-a em três gerações.

A primeira geração, cronologicamente situada entre 1920 e 1950, reflecte a ideologia dominante à época, equacionando o problema do preconceito como uma psicopatologia. O preconceito era visto, não só como uma perturbação do processo racional, como até mesmo uma aberração do pensamento normal. A investigação neste período preocupou-se, essencialmente, em medir, descrever e monitorizar as mudanças e em compreender a origem do problema. A principal implicação desta abordagem era a de que se o problema fosse removido e/ou tratado, o resto do sistema ficaria saudável.

A segunda geração de definições do preconceito (1950 – 1970) – equaciona o fenómeno de forma oposta à anterior, considerando-o um processo normal. A investigação neste período, mais preocupada com uma visão compreensiva do que descritiva do preconceito, tenta identificar os processos de socialização e a influência das normas sociais, dado que estes estariam a sustentar e a auxiliar a transmissão do preconceito. A investigação na área da cognição social demonstrava que o preconceito, os estereótipos e o enviesamento endogrupal eram o resultado de processos cognitivos de simplificação e armazenamento de informação (Dovidio, 2001).

A terceira geração, que se inicia em meados dos anos 90, enfatiza o aspecto multidimensional do preconceito, aproveitando-se das novas tecnologias para estudar os processos anteriormente considerados como não directamente mensuráveis. Uma vez que as novas formas de racismo admitem que o fenómeno é fundamentado em crenças e sentimentos inconscientes, foram desenvolvidas medidas para compreender as atitudes e crenças implícitas e a activação automática do preconceito. Assim, segundo Dovidio (2001), as pesquisas sobre o preconceito integravam o estudo dos processos multidimensionais intrapessoais e interpessoais, juntamente com o contexto intergrupar associado ao preconceito.

Delimitação do objecto de análise

Neste trabalho adoptaremos uma concepção operacional de preconceito, traduzida em enviesamento intergrupál, ou seja, na relação dinâmica que se estabelece entre a expressão de favoritismo relativamente aos grupos de pertença e o maior ou menor afastamento em relação a exogrupos relevantes.

É sobre esta temática geral que os estudos apresentados neste trabalho se debruçam e é neste quadro que assumem relevância as controvérsias teóricas sobre as condições e os factores que favorecem ou dificultam a redução do preconceito étnico e a hostilidade entre grupos marcadamente distintos nas suas matrizes étnicas e culturais. Mais especificamente interessou-nos conhecer, no quadro da investigação psicossocial, as condições que determinam as relações de cooperação inter-étnica, bem como os factores que determinam a redução do preconceito e da discriminação inter-étnicas num dos primeiros momentos de evidência dos comportamentos de discriminação: a infância.

Embora o preconceito nas crianças possa não ser tão hostil ou intencional como nos adultos ou adolescentes, a verdade é que não é menos nocivo para quem o detém e, principalmente, para quem é alvo dessa discriminação. As vantagens de identificar a forma ou as formas de redução do preconceito nas crianças, prendem-se, por um lado, com as potencialidades do desenvolvimento precoce de relações intergrupais e interpessoais mais harmoniosas, e por outro, com o facto de se poder esperar que as mudanças na maturação das competências cognitivas, sociais e emocionais, possam contribuir para havendo transformar o preconceito, na capacidade de ver o outro de uma forma integrada e de entender a diversidade de culturas como um aspecto positivo das actuais sociedades.

Face ao exposto, o interesse em abordar a configuração do relacionamento inter-étnico na infância encontra-se estreitamente ligado a uma ideia de mudança social. A par do tratamento das relações entre grupos étnicos distintos, tomamos como ponto de partida a preocupação de conhecer estes fenómenos precocemente, de forma a poder intervir-se antes que a discriminação e o preconceito étnico encontrem terreno fértil para a sua expressão, ou

se preferirmos, “antes que seja tarde”. Esta ideia de precocidade da intervenção, nomeadamente, em contextos educativos, constitui uma das preocupações últimas deste projecto. Especificamente, encaminha-nos para a necessidade da intervenção em contexto educativo, dado que a escola é, sem dúvida, um dos primeiros cenários de socialização e é precisamente um dos contextos onde as crianças são confrontadas com o desafio da convivência e contacto entre grupos etnicamente diferenciados.

Face à escassez de investigação nesta área no domínio infantil, e apesar de a literatura com adultos ser vasta e ter fornecido um importante acervo teórico e empírico, verificamos que esta tem continuado a deixar interrogações e questões de investigação pendentes.

Objectivos gerais

O presente trabalho interessou-se por compreender, no quadro dos modelos da Psicologia Social, as condições sociais e os processos cognitivos subjacentes à mitigação do risco de expressão de comportamentos de discriminação com base na pertença étnica dos grupos. Mais especificamente, tomamos como objectivo principal deste trabalho, esclarecer a eficácia de três estratégias sócio-cognitivas na redução da discriminação/enviesamento intergrupar, tomando diferentes configurações do contacto intergrupar: simetria de estatuto dos grupos, assimetria de estatuto não saliente no contacto e assimetria de estatuto saliente durante o contacto intergrupar.

As três estratégias cognitivas do contacto intergrupar convocadas para os estudos empíricos que compõem este trabalho, correspondem a três dos modelos de redução do preconceito mais estudados nas últimas duas décadas, e que derivam de uma integração teórica da Hipótese do Contacto (Allport, 1954), da Teoria dos Conflitos Realistas (Sherif, 1966) e da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982; Tajfel & Turner, 1979). Referimo-nos especificamente aos modelos da Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner, Mann, Murrell, & Dovidio, 1989; Gaertner, Dovidio, Anastasio, Bachman, & Rust, 1993) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000).

No entanto, e ainda no quadro dos modelos da Psicologia Social, têm sido desenvolvidas numerosas propostas de intervenção com o objectivo de reduzir o preconceito e a discriminação, encorajando a cooperação e a amizade entre diferentes grupos étnicos. Aboud e Levy (2000) sintetizam algumas das principais intervenções realizadas neste sentido, ancorando-as em diferentes modelos teóricos. A escola integrada e a educação bilingue são essencialmente baseadas na hipótese do contacto desenvolvida por Gordon Allport (1954). A escola integrada influencia as atitudes através do desenvolvimento de relações positivas entre pares, estruturando as práticas escolares e o ambiente de forma a facilitar o desenvolvimento de amizades intergrupais (e.g. turmas de dimensão reduzida, práticas desportivas, treino de professores no sentido de darem uma atenção especial às capacidades das crianças de baixo estatuto, valorizando-as publicamente). Já a educação bilingue, propõe que o contacto com a cultura e a língua de diferentes grupos pode conduzir ao desenvolvimento de competências e atitudes necessárias á harmonia intergrupar, esperando que desta forma aumentem a percepção de semelhanças e reduzam os sentimentos de ameaça e desconforto característicos de interacções intergrupais. Pelo contrário, a educação multicultural baseia-se essencialmente na teoria da socialização, propondo que a redução do preconceito em contexto escolar, passa pela exposição de filmes, histórias e materiais curriculares, que promovam o desenvolvimento por imitação e associação, de novos comportamentos e normas mais positivas, podendo existir ou não o contacto. O desenvolvimento de jogos de papéis, baseado na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget (1951), pode facilitar a redução do preconceito, ao fortalecer capacidades cognitivas e emocionais, que favorecem a cooperação. A operacionalização típica desta técnica de redução do preconceito consiste em colocar a criança a representar o papel de uma criança de um grupo étnico diferente do seu. Também a aprendizagem cooperativa (Slavin, 1979; 1990; Aronson & Patnoe, 1997), que consiste na criação de pequenos grupos de trabalho em que os elementos estão interdependentes, constitui uma estratégia eficaz de promoção de atitudes raciais mais positivas.

No entanto, e apesar da ancoragem teórica das propostas acima apresentadas ser diversificada, em nenhuma delas se conciliam as propostas do contacto (Allport, 1954), dos conflitos realistas (Sherif, 1966) e da identidade social (Tajfel, 1982; Tajfel & Turner, 1979), como acontece nos modelos da Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner, Mann, Murrell, & Dovidio, 1989; Gaertner, Dovidio, Anastasio, Bachman, & Rust, 1993) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000). Se o preconceito é por nós aqui entendido como um processo grupal (Brown, 1995) de manutenção da posição social dos grupos, que conduz quer à idealização do endogrupo, quer à construção de uma imagem negativa do exogrupo (Brewer, 1999; Vala *et al.*, 1999), deverá, conseqüentemente, e em nosso entender, ser reduzido através de abordagens de carácter intergrupal, onde a identidade e o estatuto dos grupos são peças chave na promoção de relações intergrupais mais harmoniosas.

O interesse em conhecer as formas e os processos de redução do preconceito inter-étnico na infância fundamenta-se numa simples constatação: no início do presente trabalho, a literatura que abordava o problema da redução do preconceito étnico na infância e que utilizava os modelos acima referidos contava apenas com três referências principais (Gaertner, Rust, Dovidio, Bachman, & Anastasio, 1994; Gaertner, Rust, Dovidio, Bachman, & Anastasio, 1996; Rich, Kedem, & Shlesinger, 1995).

A principal implicação destes modelos na redução do enviesamento intergrupal é a de que a redução da saliência das fronteiras das categorizações grupais deverá diminuir os julgamentos baseados nas representações categorizadas dos grupos (endogrupo e exogrupo) o que, conseqüentemente, diminuiria o favoritismo endogrupal (Allport, 1954).

O objectivo principal do primeiro estudo foi testar a eficácia relativa dos três modelos teóricos sobre a redução do preconceito em crianças de origem portuguesa e de origem africana, que interagiam com membros do seu grupo étnico, replicando com crianças o estudo pioneiro de comparação destes modelos em adultos (Gaertner *et al.*, 1989). Na verdade, a maioria dos estudos que suporta empiricamente estes modelos de redução do

enviesamento intergrupala trabalha com elementos do grupo maioritário (brancos) a interagirem com outros elementos do seu grupo e, menos frequentemente, com elementos de grupos minoritários e/ou de baixo estatuto. Neste sentido, pareceu-nos interessante completar este ciclo, estudando também a eficácia relativa daqueles modelos quando os grupos na interacção possuem ambos baixo estatuto. Para além deste objectivo, o primeiro estudo integra, ainda, a análise dos processos de redução do enviesamento intergrupala subjacentes aos três modelos.

No segundo estudo, voltamos a manipular o contacto intergrupala, mas desta vez colocando crianças de origem portuguesa a interagirem com crianças de origem africana. Esta diferente configuração do contacto intergrupala baseia-se em dois argumentos: por um lado, a literatura tem mostrado que as interacções entre grupos de estatuto diferente (real ou experimentalmente induzido) têm diferentes consequências na eficácia dos modelos (Descategorização, Identidade Endogrupal Comum e Dupla Identidade) e, por outro lado, interessou-nos averiguar a “resistência” destes modelos quando uma das condições óptimas de contacto (Allport, 1954) – a igualdade de estatuto – não é cumprida durante a interacção entre os grupos.

Assim, os objectivos centrais deste estudo foram testar a robustez das estratégias de redução do preconceito intergrupala, explorando o papel moderador da assimetria estatutária na diferenciação da eficácia das diferentes representações cognitivas num contexto de assimetria estatutária entre os grupos em interacção. Foram ainda analisados os processos de redução do enviesamento intergrupala subjacentes aos três modelos.

O terceiro estudo desta tese retoma a questão do papel da assimetria de estatuto étnico dos grupos nas estratégias cognitivas de redução do enviesamento intergrupala, introduzindo uma alteração importante relativamente ao anterior: a saliência da assimetria do estatuto étnico dos grupos durante a interacção. Para tal, colocamos como primeiro objectivo o teste do papel moderador da assimetria estatutária na diferenciação da eficácia das diferentes representações cognitivas de Descategorização, Recategorização e Dupla

Identidade, quando o estatuto dos grupos é relevante, está na origem da categorização inicial e mantém-se saliente durante a interacção.

Como segundo objectivo deste estudo voltamos a testar os processos de redução do enviesamento intergrupar subjacentes a estes modelos de redução do preconceito, e em particular o referente ao modelo da Dupla Identidade, na medida em que os resultados dos dois primeiros estudos não possibilitaram esta ilustração.

O terceiro e último objectivo deste estudo – e um dos mais importantes – é testar a capacidade de generalização da redução do enviesamento intergrupar operada pelos modelos. Assim, fomos simultaneamente testar a capacidade destes modelos na transposição dos benefícios do contacto intergrupar imediato (sessão) para outros contextos em que esse contacto é possível – generalização situacional (Brown & Hewstone, 2005) –, ou seja, testamos a extensão dos benefícios do contacto ao exogrupo como um todo (Pettigrew, 1998).

Como veremos, o tipo de generalização que nos propusemos analisar constitui um passo fundamental na tradução da investigação psicossocial para o trabalho de terreno, de mitigação dos riscos sociais e psicológicos inerentes à formação do preconceito e à expressão de comportamentos de discriminação étnica durante a infância.

Antes de prosseguirmos com a apresentação da estrutura geral deste trabalho, uma breve nota de carácter metodológico sobre as crianças participantes nos estudos. Como veremos, os estudos que dão forma ao corpo empírico desta tese envolveram a participação de 1004 crianças, revelando, por um lado, um esforço continuado na concretização dos objectivos do projecto de investigação, e por outro, a demonstração de que é possível conduzir metodologias experimentais em contextos naturais, onde as características dos grupos são adquiridas pela posição que estes grupos naturais ocupam na sociedade, ao invés de experimentalmente induzidas.

Plano do trabalho

A apresentação deste trabalho foi organizada em quatro partes distintas.

A primeira parte refere-se à revisão de literatura sobre a génese e expressão de comportamentos de discriminação e de preconceito étnico na infância (Capítulo I).

Na segunda parte, abordam-se as três perspectivas clássicas no entendimento das relações intergrupais, designadamente, a Hipótese do Contacto (Allport, 1954), a Teoria dos Conflitos Realistas (Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1961) e a Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979), tanto mais que os autores dos modelos de redução do enviesamento intergrupar convocados para este trabalho se apoiaram, simultaneamente, nestas três perspectivas para a sua formulação (Capítulo II).

A terceira parte integra três capítulos, os quais apresentam os pressupostos teóricos subjacentes a cada um dos modelos de redução do enviesamento intergrupar, bem como uma revisão dos testes empíricos realizados a cada um deles (Capítulos III, IV e V).

A quarta parte deste trabalho corresponde ao corpo empírico desta tese, o qual foi dividido em dois conjuntos de estudos.

O primeiro conjunto é formado por três estudos empíricos introdutórios, nos quais se procedeu à adaptação da tarefa experimental original utilizada por Gaertner e colegas (1989) a crianças de 9 a 11 anos de idade (Estudo A), à adaptação do procedimento experimental global e ao teste às medidas dependentes (Estudo B). Ainda neste bloco, contamos com um estudo sobre a percepção de assimetria social e económica percebida por crianças de dois grupos étnicos – crianças de origem portuguesa e crianças de origem africana – sobre alvos portugueses brancos e negros (Estudo C) (Capítulo VI).

O segundo conjunto de estudos, formado pelos três estudos empíricos principais, finaliza o corpo empírico deste trabalho (Capítulos VII, VIII e IX).

A encerrar, encontramos o capítulo dedicado à discussão geral de resultados e às conclusões. Na discussão geral relembramos os objectivos gerais e específicos que orientaram este trabalho, discutimos o comportamento dos modelos de redução do enviesamento

intergruppal ao longo dos vários estudos e fazemos uma apreciação geral do trabalho. Essa apreciação incluiu a identificação de forças e fraquezas, e reflecte sobre as mais-valias de trabalhos desta natureza e a possibilidade da sua tradução em medidas de mitigação do risco de comportamentos de discriminação inter-étnica na infância (Capítulo XI).

**I PARTE GÊNESE E EXPRESSÃO DO
PRECONCEITO NA INFÂNCIA**

Capítulo I.

Preconceito étnico na infância: Génese e expressão

O presente capítulo debruça-se sobre a expressão do preconceito na infância e sobre a sua formação durante aquele período do desenvolvimento humano.

1. Expressão do preconceito e do enviesamento intergrupar

A investigação tem demonstrado que as crianças estão predispostas a exibir comportamentos enviesados por volta dos 4 anos de idade, fruto de uma série de limitações cognitivas, que as levam a simplificar e dicotomizar as diferenças entre grupos étnicos (Aboud, 1988). Entre os 4 e os 7 anos de idade as crianças são profundamente egocêntricas e etnocêntricas (Tajfel, 1978), uma vez que as suas experiências são em grande parte dominadas por processos afectivos e perceptivos, sendo o seu enviesamento mantido graças a uma vinculação a pessoas familiares ou semelhantes e a uma exageração das diferenças superficiais entre os grupos.

A literatura demonstrou que as crianças conseguem, desde os 3 meses de idade, diferenciar pessoas com base em pistas físicas (ex. cor da pele) (ver, para uma revisão, Gaertner, Dovidio, Guerra, Rebelo, Monteiro, Riek, & Houlette, *in press*; Kelly, Liu, Ge, Quinn, Slater, Lee, Liu, Pascalis, *in press*; Kelly, Quinn, Slater, Lee, Gibson, Smith, Ge, & Pascalis, 2005) e que a partir dos 4 anos de idade a consciência étnica possibilita-lhes a distinção explícita de membros de diferentes grupos étnicos (Nesdale, Durkinb, Maass, & Griffiths, 2004).

É também a partir dos 4 anos de idade que as crianças de grupos dominantes conseguem identificar correctamente os membros do seu próprio grupo étnico e/ou racial (através da cor da pele) e que revelam um aumento do favoritismo endogrupal nas suas

escolhas a partir dos 6-7 anos de idade. Em idades superiores a estas, a literatura evidencia algumas incongruências: alguns estudos reportam o aumento da positividade endogrupal/negatividade exogrupal, outros revelam uma diminuição destas e outros, ainda, relatam uma estabilização dos afectos (Aboud, 1988; Nesdale, 1999; 2001).

O facto de as crianças demonstrarem o seu preconceito ao nível das avaliações que produzem acerca de grupos diferentes do seu próprio grupo (Clark & Clark, 1947) implica que estas possuem a capacidade de identificar correctamente as diferentes etnias e de organizar os indivíduos em função do reconhecimento e da atribuição de comportamentos e atitudes específicas a esses indivíduos, sob o primado da diferenciação étnica.

Vários autores têm demonstrado que as crianças desde cedo apresentam a capacidade de arrumar fotografias e outros materiais pictóricos em função da categorização étnica, bem como sob a matriz de outro tipo de categorizações como a idade, o sexo e a inscrição socio-económica (Brown, 1995; Horwitz, 1936; Williams & Morland, 1976; Yee & Brown, 1992).

Também Piaget e Weil (1951) demonstraram a aquisição de competências de categorização nos trabalhos que desenvolveram sobre o conceito de nação nas crianças. Partindo do consenso geral de que as crianças começam a preferir o seu país a outros muito antes de serem capazes de formar, compreender e utilizar apropriadamente os conceitos de países ou nações (Jahoda, 1963) verificou-se, em todas as amostras de crianças consideradas (Inglaterra, Holanda, Áustria, Escócia, Bélgica e Itália), que estas preferem as fotografias que classificaram como sendo da sua “própria nacionalidade”, às fotografias classificadas como de “nacionalidade diferente”.

No que se refere à expressão do preconceito étnico a literatura refere que a idade e o estatuto dos grupos em sociedade são ícones importantes na definição de atitudes e comportamentos étnicos infantis, conduzindo a resultados diferenciados entre crianças de várias idades e pertencentes a grupos etnicamente maioritários e minoritários. Assim, verifica-se que as crianças de grupos maioritários, com idades compreendidas entre os 3 e os 7 anos, evidenciam uma clara preferência por objectos representativos do seu próprio grupo

(Clark & Clark, 1947), e avaliam de forma mais favorável as crianças do seu grupo. Este enviesamento a favor do endogrupo vai aumentando até aos 7 anos, altura em que se começa a assistir a uma redução gradual do preconceito, e em que ressalta um menor grau de atracção pelos membros do próprio grupo e, conseqüentemente, uma maior valorização por membros de outros grupos étnicos.

Os resultados que dizem respeito a crianças de grupos minoritários apontam em sentidos diferentes. Antes dos 7 anos de idade o padrão de respostas destas crianças apresenta-se menos homogéneo que o das crianças de grupos majoritários, não se verificando, quer uma preferência tão marcada pelo grupo de pertença, quer uma rejeição do exogrupo, o que poderia estar associado ao fenómeno da desvalorização do grupo próprio, já demonstrado por numerosos estudos com crianças de grupos minoritários ou desfavorecidos (Jahoda & Thomson, 1970). A partir dos 7 anos estas crianças começam a manifestar atitudes mais neutras, ou até mesmo negativas, pelos membros dos grupos majoritários (Aboud, 1988).

Embora os estudos sobre atitudes raciais e preconceito tenham, de uma forma geral, assumido que quando as crianças apresentam favoritismo endogrupal é muito provável que também exibam um enviesamento negativo para com o exogrupo, estas duas atitudes não são necessariamente recíprocas (Brewer, 1999) e podem corresponder a um artefacto metodológico (Aboud, 2003). De facto, Aboud (2003) mostra que o enviesamento endogrupal positivo (favoritismo endogrupal) se relacionava reciprocamente com o enviesamento exogrupal negativo numa amostra de crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 7 anos de idade que frequentavam uma escola racialmente homogénea, mas que essa relação não era recíproca numa amostra de crianças das mesmas idades que frequentavam escolas racialmente heterogéneas.

Aboud (2003) também mostrou que o favoritismo endogrupal se desenvolve mais rapidamente e se revela mais forte do que o preconceito exogrupal. Em função desses resultados, a autora concluiu que a vinculação ao endogrupo é um processo primário e

anterior à pior aceitação do exogrupo e que o preconceito é encontrado em menor proporção do que o favoritismo em relação ao endogrupo havendo, por isso, a necessidade de analisar estes dois fenómenos separadamente.

2. Génese do preconceito e do enviesamento intergrupar

No início dos anos 30, uma vasta quantidade de pesquisa abordou a questão do desenvolvimento do preconceito étnico em crianças, juntamente com outras questões com ele relacionadas, nomeadamente a aquisição da consciência étnica, a auto-identificação étnica e os processos de estereotipia (ver, para uma revisão, Aboud, 1988; Brown, 1995; Davey, 1983; Nesdale, 1999; 2001).

Segundo a literatura (Aboud & Amato, 2001; Bernal, Knight, Ocampo, Garza, & Cota, 1993; Margie, Killen, Sinno, & McGlothlin, 2005; Morland & Hwang, 1981; Killen, Margie, & Sinno, 2006), o preconceito começa a desenvolver-se nas crianças a partir dos 3 anos de idade. De facto, a forma como o preconceito se desenvolve é uma questão complexa, tendo gerado várias abordagens teóricas explicativas.

Uma delas – a da aprendizagem social (Bandura, 1979) – sugere que as crianças adquirem atitudes e crenças racistas através dos processos de socialização primários, onde o contexto familiar e o grupo de pares adquirem um protagonismo notório (Allport, 1954; Aboud & Amato, 2001; Rosenfield & Stephan, 1981). No entanto, os estudos desenvolvidos nem sempre demonstraram esta relação. Enquanto se assume que as crianças aprendem e expressam as mesmas atitudes raciais e étnicas que os seus pais e amigos, a investigação demonstra que existe pouca correspondência entre as atitudes das crianças e as dos seus pais (Aboud & Doyle, 1996).

Uma outra corrente teórica – a do desenvolvimento sócio-cognitivo (Aboud, 1988) – defende que as atitudes preconceituosas das crianças são um produto da sua própria reflexão sobre as suas experiências sociais, as quais incluem um largo espectro de influências sociais, e que resultam em julgamentos manifestados de várias formas, dependendo do contexto, do

alvo e do significado atribuído à situação (Killen, McGlothlin, & Lee-Kim, 2002). Consequentemente, esta abordagem defende que as atitudes das crianças relativamente a outros grupos étnicos se tornam mais positivas à medida que a sua idade aumenta, enquanto que as atitudes positivas em relação ao próprio grupo tendem a diminuir, notando-se uma tendência para igualizar as visões que têm dos dois grupos (endo- e exogrupo).

Uma das mais recentes abordagens teóricas ao desenvolvimento do preconceito étnico na infância é a teoria do desenvolvimento da identidade social (TDIS) (Nesdale, 1999; Nesdale, Durkin, Maass, & Griffiths, 2004; Nesdale & Flessner, 2001). Baseada na teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1979), esta corrente teórica propõe que o preconceito étnico é o ponto de chegada de um processo que envolve quatro fases sequenciais distintas: 1. indiferenciada; 2. consciência étnica; 3. preferência étnica; 4. preconceito étnico. Estas fases variam em função das motivações sociais e dos comportamentos que as caracterizam (Nesdale, 2001).

Um ponto central desta abordagem é a distinção entre as fases de preferência étnica e de preconceito étnico. De acordo com esta corrente teórica, por volta dos 4-5 anos de idade as crianças integradas em comunidades multi-étnicas encontram-se tipicamente na fase da preferência étnica, durante a qual têm perfeita consciência dos grupos que possuem melhor estatuto e maior prestígio, preferindo pertencer a grupos de elevado estatuto, porque através da preferência têm a possibilidade de aumentar a sua auto-estima social e o estatuto do grupo.

No entanto, esta fase de preferência étnica não resulta numa focalização automática no exogrupo, acompanhada de preconceito em relação a ele. Em vez disso, esta fase implica uma centração crescente no endogrupo acompanhada de uma distintividade positiva, a qual é revelada pelas respostas de favorecimento do endogrupo que esta fase possibilita (Cameron, Alvarez, Ruble, & Fuligni, 2001). Assim, as crianças nesta fase demonstram habitualmente uma preferência pelo seu grupo de pertença, muito embora isso não seja impeditivo de demonstrarem apreço por outros grupos, só que este não suplanta o anterior.

A contrastar com esta fase, a fase do preconceito étnico implica simultaneamente uma

nova focagem em grupos étnicos distintos do da própria criança, ao mesmo tempo que a preocupação com o grupo étnico de pertença não desaparece. Assim, a fase de preconceito revela uma antipatia ou ódio relativamente a membros de outros grupos étnicos.

De acordo com a TDIS, é pouco provável que o preconceito étnico se revele em crianças com idades anteriores aos 6-7 anos, dado que as suas motivações sociais, o conhecimento e as suas capacidades cognitivas não atingem os requisitos mínimos para suportarem sentimentos de antipatia ou ódio (Nesdale *et al.*, 2004).

No entanto, a emergência e cristalização do preconceito étnico em idades posteriores aos 6-7 anos de idade depende de 3 factores. Em primeiro lugar, é provável que o preconceito se desenvolva com a mesma extensão com que as crianças se identificam com o seu grupo de pertença. Neste sentido, quanto maior a identificação com o próprio grupo maior também seria o preconceito em relação a outros grupos. Em segundo lugar, é provável que o preconceito emerja quando é socialmente partilhado com os membros do seu grupo social de pertença (carácter normativo do preconceito).

Finalmente, a expressão do preconceito é mais provável quando existe um conflito de interesses entre os dois grupos (próprio grupo e outros grupos étnicos e/ou raciais), o qual é marcado por uma forte crença de que o estatuto do grupo e o bem-estar dos seus membros se encontra, de alguma forma, sob ameaça. Assim, as crianças podem nunca vir a desenvolver preconceito étnico. Para que tal não aconteça seria necessário que o grupo com o qual se identificam não evidencie ele próprio preconceito em relação a outros grupos, ou que os contextos em que a criança se move sejam marcados por relações inter-étnicas harmoniosas ou, ainda, que um objectivo comum e supraordenado regule e dite os interesses dos dois (ou mais) grupos em contacto.

A investigação sobre relações intergrupais na infância tem conferido suporte empírico à teoria do desenvolvimento da identidade social, particularmente no que se refere à fase da preferência étnica. Alguns estudos abordaram estas questões utilizando o paradigma dos grupos mínimos (Tajfel *et al.*, 1971). A vantagem desta técnica para a investigação sobre as

relações intergrupais na infância é que as suas respostas podem ser examinadas quer em relação aos membros do seu grupo como em relação aos membros do outro grupo, para além (e ainda mais importante) as manipulações no contexto experimental possibilitarem o desenho de inferências causais, as quais se sobrepõem aos desenhos correlacionais.

Os resultados desses estudos revelaram que quando a comparação e a competitividade é fomentada entre os grupos se assiste, conseqüentemente, a um aumento do favoritismo endogrupal (Vaughan, Tajfel, & Williams, 1981; Yee & Brown, 1994). No estudo conduzido por Vaughan e colegas (1981), em que foi dada ênfase às comparações intergrupais utilizando o paradigma dos grupos mínimos, as crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 11 anos de idade que tinham sido aleatoriamente distribuídas por grupos, mostraram que estas atribuem mais recursos ao endo- do que ao exogrupo, maximizando as diferenças entre aquelas avaliações (enviesamento intergrupalo).

O estudo de Bigler, Jones e Lobliner (1997) abordou a formação das atitudes intergrupais nas crianças empregando este paradigma, distribuindo aleatoriamente crianças de 6 a 9 anos de idade por grupos de diferentes cores (grupos vermelho e verde). Comparadas com o grupo de controlo, as crianças que foram integradas nos grupos vermelho e verde não desejavam mudar de grupo, avaliavam o seu grupo como tendo maior probabilidade de ganhar uma série de concursos e escolhiam mais membros do seu próprio grupo do que de outros grupos para participarem numa viagem (Bigler, 1995; Bigler *et al.*, 1997).

Ainda Nesdale e Flesser (2001), ao estudarem o desenvolvimento das atitudes intergrupais, mostraram que as crianças a partir dos 5 anos apresentavam diferenças na avaliação sobre o estatuto do seu próprio grupo (endogrupo) e o do outro grupo, e que estas diferenças produziam efeitos sobre as suas atitudes intergrupais. Assim, quando as crianças acreditavam ser possível mudar de grupo (mobilidade social), as dos grupos de baixo estatuto desejavam mais mudar de grupo do que as crianças de grupos de alto estatuto. Para além disso, as crianças de grupos de alto estatutos consideravam-se mais semelhantes ao seu próprio grupo do que as de baixo estatuto. Por outro lado, quando a possibilidade de

mudança social estava posta de lado, as crianças dos grupos de baixo estatuto percebiam-se como mais semelhantes ao próprio grupo do que as de elevado estatuto. Face aos resultados, os autores afirmavam que o reconhecimento da impossibilidade de mobilidade social, juntamente com a aquisição da constância racial e a recente ênfase no orgulho étnico, contribuem para a crescente aceitação da identidade racial de crianças mais velhas de grupos minoritários. Entretanto, a preferência exogrupal manifestada era igual ou superior à preferência endogrupal, quando as crianças acreditavam que era possível sair do grupo ou quando acreditavam que o estatuto do grupo era legítimo.

Tal como foi encontrado na investigação com adultos (Doosje, Ellemers, & Spears, 1995; Ellemers, Doosje, van Knippenberg, & Wilke, 1992; Snyder, Lassagard, & Ford, 1986), as avaliações de semelhança e de afecto sobre membros do endo- e do exogrupo são influenciadas pelo facto de os participantes terem ou não a hipótese de mudar de grupo.

Deste modo, os estudos que suportam a abordagem do desenvolvimento da identidade social, demonstraram que a preferência endogrupal e o preconceito exogrupal são, respectivamente, processos intragrupais e intergrupais distintos, sendo marcados pelas motivações das crianças em se identificarem com um dado grupo social e/ou étnico e pela relação que se estabelece entre esse e outros exogrupos relevantes.

**II PARTE FUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES
INTERGRUPAIS**

Capítulo II

Relações intergrupais: contacto, cooperação e identidade social

1. A Hipótese do Contacto

A obra “The nature of prejudice” de Gordon Allport (1954) foi, recentemente e de forma unânime, considerada a obra fundadora da Psicologia Social do Preconceito (Dovidio, Glick & Rudmam, 2005). Esta obra, escrita há 50 anos atrás, continua de forma recorrente e obrigatória, a inspirar todos aqueles que se dedicam ao estudo do preconceito, quer se interessem pela sua génese, consequências ou formas de o resolver.

Entre a multiplicidade de estudos sobre a análise da formação do preconceito e os que avançam com diversas estratégias de redução da tensão, da discriminação e da hostilidade intergrupar, ao longo dos últimos 50 anos, a Hipótese do Contacto, apresentada por Allport (1954), tem guiado grande parte das estratégias de redução do enviesamento e conflito intergrupais, persistindo, ainda hoje, como um dos grandes contributos teóricos da Psicologia Social para a análise das relações entre grupos.

Originalmente apresentada por Allport (1954), e posteriormente revisitada por outros autores, entre os quais se destacam Cook (1978), Amir (1969) e Pettigrew (1971), esta teoria apresenta como premissa de base a noção de que o contacto intergrupar é fundamental para a redução da tensão e hostilidade entre os grupos. Neste medida, a atracção interpessoal derivava do grau de semelhança percebido entre os indivíduos, sendo que o contacto entre membros de diferentes grupos permitiria a esses indivíduos o reconhecimento de semelhanças entre eles, facilitando a compreensão e respeito mútuos.

Todavia, e tal como Brown (1995) adverte, a leitura e interpretação deste pressuposto teórico não é tão simples como se poderá supor, pois, só por si, o contacto não parece ser

suficiente para garantir o sucesso de uma situação de aproximação e/ou relacionamento entre dois grupos que se percebem como distintos. Mais, de acordo com os resultados das experiências de Sherif (1966), no âmbito da análise do conflito intergrupar, é ainda possível denotar-se que o mero contacto “far from reducing conflict, (...) served as occasion for the rival groups to berate and attack each other” (Brown, 1995: 237).

Neste sentido, questionando-se sobre em que condições o contacto facilitaria a percepção da semelhança intergrupar, atenuando, deste modo, a tensão entre grupos e, conseqüentemente, reduzindo a possibilidade de um contacto negativo entre grupos com diferentes atributos, Allport (1954) enuncia alguns factores passíveis de otimizar a situação de contacto, ou seja, capazes de produzir efeitos favoráveis à redução do preconceito, da tensão e da hostilidade intergrupar. Neste sentido, as condições óptimas para o contacto intergrupar, ou seja, que efectivamente resultem numa mudança de atitudes e, conseqüentemente, resultem em comportamentos de maior tolerância entre os grupos, seriam:

- a) o suporte institucional;
- b) os objectivos comuns;
- c) a igualdade de estatuto dos grupos no contexto de interacção e;
- d) a cooperação intergrupar.

A primeira condição – suporte social e institucional – remete para a necessidade de se desenvolver um trabalho conjunto, entre instituições escolares, medidas políticas e órgãos decisores, na definição de objectivos claros e consensuais com vista à promoção da integração dos grupos. São três os motivos pelos quais esta actuação conjunta é essencial para a optimização de uma situação de contacto entre grupos: administração, por parte das autoridades, de recompensas para acções que promovem o alcance de tais objectivos comuns de integração e de sanções para os que as impedem; criação de legislação anti-discriminação, passando-se a prever a punição de atitudes hostis e preconceituosas; e, finalmente, criação de

um novo clima social onde prevaleçam normas que induzam à interiorização de uma maior tolerância intergrupar. Numa palavra, esta condição prende-se com a emergência do desenvolvimento de normas sociais externas que regulem os valores e as atitudes dos grupos na situação de contacto (Monteiro, 1993).

Seguidamente, como segunda condição para um contacto bem sucedido, salienta-se aquilo a que Allport também designou de potencial do conhecimento próximo. Genericamente, esta condição prende-se com a necessidade do desenvolvimento de contactos frequentes, duradouros e íntimos capazes de resultarem em relações significativas entre os membros dos grupos envolvidos, opondo-se, portanto, a situações de contacto do tipo ocasional, breve e superficial (cf. Allport, 1954; Cook, 1978).

Muito embora os motivos pelos quais se considera que esta condição surge como fundamental para o favorecimento da redução do preconceito intergrupar gerem algum ruído entre os diferentes teóricos que se debruçam sobre esta matéria, é possível reconhecer a mais valia que uma condição deste tipo possa oferecer em termos de:

- interconhecimento mútuo, possibilitando não só o desenvolvimento de relações afectivas como a descoberta de novas informações acerca do exogrupo;
- oportunidade para a descoberta de semelhanças entre os membros dos grupos envolvidos;
- possibilidade de se desconfirmarem alguns estereótipos negativos previamente criados acerca do exogrupo.

Todavia, tal como Hewstone e Brown (1986) sublinham, nada garante que este proporcionar de interconhecimento e de novas informações conduza à percepção de semelhanças intergrupais. De acordo com os autores, este interconhecimento apenas pode contribuir para uma revisão das crenças estereotípicas.

É, pois, devido ao carácter controverso de algumas afirmações que Brown (1995) adverte para a necessidade de equilíbrio entre esta e outras condições, reforçando a noção de que do contacto ao conhecimento efectivo impõe-se um percurso complexo, próprio de um processo exigente como o da redução da hostilidade intergrupar. Ainda neste sentido, o autor salienta a diferença entre a desconfirmção de estereótipos esperados e uma mudança

efectiva de atitudes resultantes da interacção e/ou do conhecimento entretanto adquirido na redução de atitudes discriminatórias (p. 241-242). Assim, a comunalidade de objectivos dos grupos teria de se traduzir na implementação de tarefas cooperativas entre estes, o que ajudaria à percepção de semelhanças entre si, e conseqüentemente, à redução da discriminação intergrupala.

A ideia central subjacente à terceira condição – igualdade do estatuto dos grupos na interacção – é, de longe, aquela que mais atenção recebe neste trabalho. Como veremos adiante, tentámos desafiar esta característica estrutural do contacto, colocando os grupos a interagirem em igualdade de estatuto e em desigualdade de estatuto, fazendo variar a saliência da assimetria estatutária durante a interacção.

Segundo Brown (1995), a igualdade de estatuto dos grupos na interacção possibilitaria a desconfirmação de estereótipos face ao exogrupo, na medida em que estes provêm de uma imagem negativa previamente construída (crenças) reforçada por uma situação de assimetria entre os grupos (alto estatuto/baixo estatuto; dominantes/dominados).

Allport (1954), Pettigrew (1971) e Amir (1976), entre outros, acentuaram a importância da igualdade de estatuto no contexto específico do contacto, uma vez que é nesse quadro que se pode facilitar a atracção entre os seus membros e reduzir tais imagens negativas previamente construídas.

Por último, a condição de cooperação, defende a noção de que o desenvolvimento de tarefas conjuntas numa lógica de interdependência, em detrimento de uma lógica de competição, favorece a redução da tensão e hostilidade intergrupala. O objectivo principal desta condição é colocar os membros dos grupos a trabalhar cooperativamente na prossecução de um objectivo comum, e os resultados positivos desse contacto cooperativo poderiam, ainda, ser generalizados a todos os participantes. Segundo Allport (1954), colaborar com outros para atingir uma mesma finalidade facilita, pois, o aumento da percepção de semelhanças entre os grupos naquela situação.

2. A Teoria dos Conflitos Realistas

Uma das grandes críticas apontadas à Hipótese do Contacto foi enunciada por Muzafer Sherif (1966), que defendia que fenómenos de natureza intergrupar, como o preconceito e o conflito, não podiam ser explicados a um nível interpessoal, como Allport propunha.

O estudo de campo realizado por Sherif e colegas (1961), no qual assentam as já referidas críticas à Hipótese do Contacto – a Caverna dos Ladrões – envolveu 22 rapazes de 11 anos que frequentavam um acampamento de Verão, os quais foram aleatoriamente divididos em dois grupos: os Eagles e os Rattlers. Durante um período de várias semanas, os dois grupos interagiram separadamente, desconhecendo mutuamente a existência do outro grupo; mais tarde, os dois grupos envolveram-se em actividades de carácter competitivo, as quais geraram um conflito intergrupar aberto. Posteriormente, tiveram a oportunidade de estarem em contacto, mas em situação de não-competição ou de competição neutra e, finalmente, passaram por situações de contacto intergrupar em que as actividades propostas eram de natureza cooperativa, desenhadas para diminuir o conflito e o enviesamento intergrupar.

Face a estes resultados, Sherif e colegas (1991) defendem que o mero contacto intergrupar não foi suficiente para melhorar as relações entre os grupos, dado que mesmo as interacções de carácter neutro exacerbaram o enviesamento intergrupar. Foi só quando os investigadores alteraram a relação funcional entre os grupos, introduzindo objectivos supraordenados, os quais não podiam ser atingidos sem a total cooperação entre os dois grupos, é que a relação entre esses dois grupos se tornou mais amena e harmoniosa.

Assim, os autores propõem que a hostilidade intergrupar é resultado da existência de objectivos conflituosos, e que os comportamentos e atitudes dos membros dos diferentes grupos, exprimem os interesses objectivos de cada grupo numa situação concreta. Se esses objectivos forem divergentes, ou convergentes mas existam recursos limitados para os alcançar, o conflito surge, e consequentemente, surgem atitudes e comportamentos

competitivos, que podem levar à hostilidade intergrupar.

Para que o resultado da interação se caracterize por baixos níveis de enviesamento intergrupar é necessária a introdução de objectivos supraordenados, a qual irá promover uma cooperação efectiva entre os grupos, reduzindo o conflito entre os grupos. Deste modo, o autor defende que a resolução de um problema intergrupar passava por alterar a natureza da relação funcional da situação - de competitiva para cooperativa - e não por alterar algo de concreto nos indivíduos.

A verdade é que uma observação mais detalhada desta experiência, revela que o enviesamento intergrupar surgiu mesmo antes da introdução de uma relação competitiva entre os grupos, e que antes de se envolverem em actividades competitivas, a tensão e o conflito já tinham emergido. Esta constatação, sugere que a mera categorização social em endo e exogrupo, independentemente da competição, é suficiente para produzir enviesamento intergrupar e discriminação.

3. A Teoria da Identidade Social

Uma das principais contribuições teóricas da Psicologia Social para a compreensão dos fenómenos inerentes à relação e comportamento dos grupos foi, sem dúvida, a da Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979). Entre outras questões, o modelo evidenciou a importância do papel da identidade social positiva como um dos suportes individuais e interpessoais de integração social.

A identidade social, ou conhecimento da pertença a uma categoria social e consequente avaliação dessa pertença, implica a inclusão do self numa categoria social e, subsequente comparação social com outras categorias de forma ao indivíduo alcançar uma diferenciação positiva face aos outros. Assim, o desenvolvimento da identidade social compreende três instâncias processuais, designadamente, a categorização social, a comparação social e a identidade social, que embora distintas na sua natureza, se encontram estreitamente relacionadas.

Face às instâncias processuais que integram este modelo - categorização social, comparação social e identidade social - impõe-se a necessidade de apreender o processo de construção identitária numa lógica de congregação daquelas, atribuindo-se aos efeitos da sua associação um papel determinante, tanto na definição da identidade social dos grupos, como na configuração das próprias relações intergrupais.

A categorização social refere-se à divisão, efectuada pelos participantes, da realidade social em várias classes ou grupos distintos (Tajfel, 1972). Assim entendida, a categorização social apresenta-se como um acto de sistematização da realidade social, segmentando-a, classificando-a e organizando-a de forma a permitir aos indivíduos um sistema de orientação.

A identificação social, por sua vez, implica a inclusão dos indivíduos nesse complexo sistema de categorias sociais. Segundo Tajfel, a identidade social refere-se “(...) ao conhecimento da pertença aos grupos sociais e ao significado emocional e avaliativo dessa pertença” (1972: 292), tendo por base a pertença a categorias sociais relevantes.

Neste sentido, subjacente ao processo de construção identitária, revela-se a intenção, por parte dos participantes, de manter, ou alcançar, uma identidade social positiva (Tajfel, 1972). O sentido positivo ou negativo da identidade social advém das avaliações que cada indivíduo faz do seu grupo numa situação de comparação social, a qual compreende uma multiplicidade de dimensões. Assim, a permanência de um indivíduo num determinado grupo social depende do grau de positividade resultante da pertença a esse grupo.

É no seguimento destas considerações que é possível salientar que os processos psicossociais representados pelo próprio conceito de identidade social intervêm entre as características objectivas da estrutura das relações intergrupais e as crenças acerca do endogrupo e do exogrupo.

Paralelamente ao pressuposto básico de que os indivíduos ao se identificarem com um determinado grupo social o fazem com uma valência positiva, deve ponderar-se a possibilidade dessa identidade social ser ameaçada. Na consequência do questionamento da posição de um grupo face a outros grupos sociais, que de alguma forma possam pôr em

causa, pela apresentação de semelhanças ou diferenças com interesse avaliativo, os atributos que constituem a sua dimensão valorativa, logo a sua posição superior na própria sociedade, assiste-se ao despoletar de um processo de comparação / diferenciação intergrupar cujos efeitos se traduzem numa multiplicidade de 'reações' reflectoras dos comportamentos dos indivíduos numa situação de confronto intergrupar, consideradas primordiais para o estudo do enviesamento intergrupar.

Segundo Tajfel e Turner (1986), a simples percepção da existência de um outro grupo socialmente relevante, ou de relevância comparativa, é suficiente para despoletar, senão o conflito, pelo menos respostas competitivas que, consoante a legitimidade / ilegitimidade e estabilidade / instabilidade dos atributos em comparação aos grupos opostos, podem, por consequência, favorecer o desenvolvimento de atitudes discriminatórias e/ou de hostilidade (pp. 13-14).

Sendo o objectivo da comparação / diferenciação alcançar ou manter uma posição distintivamente superior face ao grupo dos 'outros', o endogrupo adopta, quase que espontaneamente, uma postura competitiva.

Todavia, os resultados do investimento por parte do endogrupo geram diferentes comportamentos intergrupais, consoante as condições da percepção da superioridade / inferioridade, estabilidade/instabilidade e legitimidade/ilegitimidade. Assim, a percepção da inferioridade consensual será mais rapidamente rejeitada quando a situação é percebida como instável e ilegítima; quando o outro grupo se apercebe da sua superioridade e da legitimidade da mesma, a reacção reenviará, muito provavelmente, para os tais comportamentos discriminatórios, face às tentativas do grupo subordinado de mudança deste estatuto intergrupar (Tajfel & Turner, 1986, p. 22).

Entre a multiplicidade de reacções que os indivíduos podem apresentar face a uma identidade negativa ou ameaçada destacamos as estratégias de mobilidade individual, de criatividade social (redefinição e alteração dos elementos de comparação) e de competição social. Todavia, não existe nenhuma garantia que as estratégias enunciadas sejam bem

sucedidas, ou que o exogrupo, caso este se perceba como grupo superior, não reaja a tais intenções de inversão de estatuto, levantando-se assim a hipótese, no caso daquelas serem mal sucedidas ou impedidas, do desencadear do conflito intergrupar:

“When a group’s action for positive distinctiveness is frustrated, impeded or in any way actively prevented by an outgroup, this will promote overt conflict and hostility between the groups” (Tajfel & Turner, 1986, p. 23).

Uma outra questão não menos importante neste domínio é a das condições subjacentes à permanência dos indivíduos nos grupos sociais. A permanência de um indivíduo num determinado grupo social vai depender do grau de positividade resultante da pertença ao grupo. Ou seja, os indivíduos permanecem no grupo desde que ele lhes possibilite uma identidade social positiva e elevada. Se, pelo contrário, o grupo social de referência não satisfizer esta condição, vários fenómenos podem ocorrer. Por um lado, o indivíduo pode tentar modificar a própria estrutura do grupo, o que necessariamente implicaria um processo de mudança social, nem sempre possível. Por outro lado, o grupo pode tentar encontrar novas dimensões de comparação social (criatividade social) que conduzam à elevação do estatuto social do grupo. Noutras situações ainda, os indivíduos podem simplesmente querer abandonar o grupo ou distanciar-se dele e, nesses casos, estamos perante um processo de mobilidade social.

Estes processos podem, no entanto, acarretar consequências negativas para os participantes, principalmente se os outros grupos (receptores/dominantes) levantarem dificuldades para a integração dos novos indivíduos (Tajfel, 1978b).

É neste contexto que a dicotomia maiorias-minorias tem sido habitualmente equacionada. Do processo de comparação das minorias com as maiorias resulta, na maior parte dos casos, uma discriminação negativa, ou seja, os grupos minoritários são grupos socialmente desfavorecidos não tanto por possuírem características passíveis de serem tomadas como fontes de discriminação, mas antes como resultado do exercício de poder que as maiorias exercem sobre eles.

Face a este posicionamento, a questão que se coloca é a de como as minorias

respondem à posição que ocupam na sociedade. Segundo Tajfel (1978b), esta questão remete-nos para um *continuum* de posições que vão desde a total aceitação da condição de inferioridade à total rejeição desse estatuto. A aceitação, pelo grupo minoritário, da sua condição de inferioridade (social e psicológica) depende da percepção que o próprio grupo tem da estabilidade da desigualdade e da legitimidade que a sociedade confere a essas desigualdades (Turner & Brown, 1978).

Na condição de aceitação, por parte dos grupos minoritários, do seu estatuto de inferioridade, Tajfel (1978b) adianta duas reacções possíveis. Num dos extremos, o grupo pode suprimir todas as comparações sociais, afastar-se das regras, normas e valores do grupo e criar o seu próprio grupo. No outro extremo, e face à incapacidade ou à impossibilidade em criar e manter uma identidade social positiva, o grupo pode iniciar um processo de desintegração. Segundo Tajfel (1978b), grande parte das minorias situam-se, algures, num dos pontos que unem estes dois pólos.

Quando o grupo se apercebe da ilegitimidade do seu estatuto de inferioridade e/ou quando se apercebe da instabilidade da posição do seu grupo na comparação com outros, podemos assistir à rejeição do estatuto de inferioridade, a qual pode ter consequências directas nos valores, na percepção de dignidade dos participantes, na defesa dos direitos de cidadania, numa luta incessante pela equidade e justiça social. Com a finalidade de argumentar sobre esta perspectiva, Tajfel (1978b) remete-nos para o reconhecimento de três tipos de minorias.

O primeiro é, na opinião do autor, aquela que espera ou deseja ser assimilada pela maioria, mas que não é bem sucedida nesse processo de integração, face às dificuldades e obstáculos que o grupo maioritário ergue, para a defesa do seu próprio estatuto de superioridade.

Um outro tipo de minoria é aquela que, em função de um longo passado histórico e cultural (grupos socialmente mais enraizados), exerce uma forte pressão social sobre os indivíduos que tentam sair do grupo, tentando assim proteger a integridade do grupo (ex. de

algumas minorias étnicas e religiosas).

O terceiro tipo é o grupo que deixa cair algumas das características da minoria e conserva outras para, assim, conseguir alguma distintividade relativamente à maioria. Se o grupo dominante não oferece resistência à assimilação, é muito provável que o processo de integração seja bem sucedido. Nestes casos, o evidenciar de características do anterior grupo (características religiosas, culturais, sociais) não só não são socialmente punidas, nem vistas como negativas, como servem para os indivíduos se distinguirem positivamente no grupo maioritário. Como ilustração destes grupos, Tajfel (1978b) cita o caso dos Escoceses na Grã-Bretanha e o dos católicos nos EUA e na Grã-Bretanha.

Sobre os processos de assimilação Tajfel distingue quatro formatos: 1) quando a maioria não cria dificuldades à integração e à mobilidade social e o grupo minoritário é totalmente integrado, deixando de existir enquanto grupo social distinto; 2) o dos indivíduos que ao tentarem a assimilação encontram dificuldades criadas pela maioria; nestes casos, o estatuto de inferioridade minoritária acompanha o indivíduo em trajetória de assimilação e uma forma de resolver a questão implica um distanciamento do indivíduo em relação ao seu grupo anterior; 3) um terceiro formato relaciona-se com os indivíduos que para se assimilarem tentam encobrir as suas origens, de forma a integrar o grupo maioritário. As estratégias individuais centram-se quase que exclusivamente no encobrimento da proveniência e a assimilação para além de total, pressupõe a anulação de qualquer elemento identitário do grupo anterior (ex. dos negros de pele clara nos EUA) e implica, muitas vezes, alteração de identidade (mudança de nome ou de apelido) e/ou mobilidade geográfica (mudança de residência).

O quarto tipo de assimilação sugerido por Tajfel (1978b) é utilizado noutras disciplinas para designar “aculturação” ou “acomodação”. Refere-se aos indivíduos que retêm ícones da sua identidade social anterior e a eles juntam outras características da identidade social do grupo de “assimilação”. Nestes casos, algumas condições deverão estar presentes. Em primeiro lugar é necessário que a integração do grupo minoritário não implique, aos

olhos da maioria, a subida do estatuto social do grupo assimilado. Para além deste aspecto é também importante que o grupo assimilado não queira, ao mesmo tempo, abdicar de fortes tradições, de normas culturais e de papéis sociais, aquando do processo de assimilação. Por fim, é necessário que os dois grupos reconstruam novos elementos de identificação, e que o grupo assimilado tenha a consciência de que não tem que se assemelhar ao grupo que o recebe, mantendo assim a noção de que o que é importante é ser igual mas ao mesmo tempo diferente.

Face a estes requisitos, facilmente se reconhece que este é um processo que requer uma forte criatividade social, sobretudo na redefinição de antigos e na definição de novos elementos integradores de uma identidade social comum.

De acordo com a TIS (Tajfel & Turner, 1979; 1986), os grupos sociais de elevado estatuto possuem uma identidade social positiva que deriva da comparação que estabelecem com grupos de estatuto inferior, relativamente a uma dimensão ou categoria socialmente valorizada por ambos. Contudo, a investigação realizada em torno do estatuto dos grupos (Sachdev & Bourhis, 1991; Brown & Wade, 1987) tem vindo a demonstrar que, num sistema estatutário consensual, os grupos de alto estatuto são aqueles que mais discriminam, de modo a assegurarem simultaneamente a sua posição estatutária de dominância e uma identidade social positiva. O estudo realizado por Sachdev e Bourhis (1991), que analisa o efeito conjunto e individual do poder e do estatuto nas relações entre grupos majoritários e minoritários, revela que os grupos de alto estatuto ou dominantes discriminam mais e sentem a pertença endogrupal como mais favorável quando comparados com os grupos de estatuto inferior ou dominados. Com base nestes resultados os autores concluem que, apesar do estatuto ser a maior fonte de explicação da identificação e interacção intergrupar, o poder parece ser a instância que mais determina os comportamentos discriminatórios. Desta forma, o favorecimento do exogrupo surge quando os membros de um grupo não possuem vantagem numérica ou poder para compensar o baixo estatuto dentro de uma estrutura intergrupar avaliada como legítima e estável.

**III PARTE MODELOS DE REDUÇÃO DO
PRECONCEITO**

Uma das principais funções dos modelos de redução do enviesamento intergrupar que apresentaremos nas páginas que se seguem é o de contribuir para a promoção de uma teoria mais integrativa das relações intergrupais, a qual seria possível através da combinação entre a investigação sobre a hipótese do contacto e os conceitos das teorias da categorização e da identidade social, no sentido de melhor se entenderem os mecanismos cognitivos através dos quais o contacto cooperativo pode funcionar (Brewer & Miller, 1984; Gaertner *et al.*, 1989; Hewstone, 1996; Hewstone & Brown, 1986; Wilder, 1986; Brewer & Gaertner, 2001).

Do ponto de vista da teoria da categorização social, a questão central é a de como é que o contacto intergrupar pode ser estruturado de forma a alterar as representações cognitivas, cuja consequência directa seria a eliminação de uma ou mais características do contacto negativo. Baseados nas premissas da identidade social, três alternativas foram desenhadas e testadas em contextos experimentais e de terreno. Referimo-nos aos modelos da Descategorização de Brewer e Miller (1984), da Recategorização de Gaertner e colegas (1989; 1993) e ao modelo da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000), este último encarado como uma resposta dos autores aos desafios colocados pelo modelo da Óptima Distintividade (Brewer, 1991) e da Diferenciação Intergrupar Mútua de Hewstone e Brown (1986; 1996). Qualquer um destes modelos pode ser descrito em termos de factores como, a) a representação estrutural recomendada na situação de contacto intergrupar; b) os processos psicológicos que promovem a mudança de atitudes dentro da situação de contacto, e, c) os mecanismos através dos quais a experiência de contacto pode ser generalizada de forma a mudar as atitudes face ao exogrupo como um todo (Brewer & Gaertner, 2001: 457).

Tomando em consideração estes três aspectos na apresentação de cada um dos modelos de redução do preconceito convocados para este trabalho, organizámos os três capítulos seguintes (Parte III).

Capítulo III

O Modelo da Descategorização

A literatura que aborda os modelos de redução da discriminação intergrupar convocados para este trabalho coloca em evidência as representações cognitivas e os processos subjacentes a várias e distintas configurações de contacto intergrupar. Referimo-nos aos modelos da Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1993) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000).

A principal contribuição do modelo da Descategorização de Brewer e Miller (1984), na perspectiva da redução do preconceito, é a de que esta redução é possível quando o contacto entre os membros dos grupos se caracteriza por uma interacção diferenciada e personalizada, interacção essa que se contrapõe à estabelecida com base na categorização social. Neste sentido, os autores propõem que a redução dos efeitos da categorização, nas interacções sociais, pode ser alcançada com sucesso quando a natureza da interacção, na situação de contacto, promove uma orientação interpessoal entre os participantes, diluindo-se as fronteiras grupais.

1. Fundamentos do modelo da Personalização

Segundo o modelo da Descategorização, para que o contacto intergrupar possibilite a redução do enviesamento é necessário estabelecer, como referimos atrás, interacções diferenciadas e personalizadas, distintas das estabelecidas com base na categorização social.

Assim, o processo de descategorização implica responder aos outros em função da relação que se estabelece com o indivíduos em si e não como um representante de determinada categoria, o que envolve necessariamente a realização de comparações

interpessoais entre o eu e o outro, as quais ultrapassam ou vão além das fronteiras impostas pelas categorias.

Brewer e Miller (1984) apresentam três modelos representativos do contacto intergrupual baseados: 1) na categorização, 2) na diferenciação e, 3) na personalização.

O primeiro deles, baseado na categorização, é representado através de uma distância menor entre os elementos do exogrupo do que entre os membros do endogrupo (efeito da homogeneidade do outgroup). Neste tipo de contacto, o sujeito não se diferencia claramente dos outros membros do seu grupo e esta distância é representativa da percepção de indiferenciação entre os elementos dos dois grupos. A linha de fronteira é contínua e exígua, o que sugere que não existe muito espaço para que a resposta dos participantes não seja baseada na categorização.

No segundo tipo de contacto (baseado na diferenciação), a distância entre os elementos do grupo é maior e traduz já uma distintividade perceptiva. O indivíduo é representado como mais distinto, a linha de fronteira entre os grupos é mais ampla e descontínua à volta de cada grupo e reflecte a diferenciação de cada grupo em subgrupos ou indivíduos.

O terceiro e último tipo de contacto (personalização) reduz o processamento de informação e decisões de interacção baseados no processo de categorização social e promove a atenção para a informação personalizada e relevante acerca dos outros. Neste sentido, os autores assumem que esta experiência de contacto tem mais probabilidades de se generalizar a outras situações, uma vez que a utilização frequente e duradoura de informações alternativas nas interacções sociais reduz a eficácia e a utilidade da identidade categorial, como base para futuras interacções com os mesmos ou outros participantes. Desta forma, a personalização é compatível com a identidade categorial, podendo esta permanecer como uma característica dos participantes, contribuindo (mas não determinando) para a formação de impressões e de avaliações interpessoais.

Para Brewer e Miller (1984), os factores que promovem a personalização são inversos

aos factores que promovem a saliência e relevância das fronteiras categoriais em situações específicas. Os autores colocam, então, a hipótese de que a redução dos efeitos da categorização, nas interações sociais é efectuada com sucesso quando a natureza da interacção promove uma orientação interpessoal ao invés de uma orientação para a tarefa e, quando a base para a atribuição dos papéis, estatutos, funções sociais e composição dos subgrupos é percebida como independente da categoria.

Segundo os autores (Brewer & Miller, 1984) as fronteiras entre os grupos, durante o contacto, devem ser menos rígidas e, em última instância, poderão ser completamente eliminadas. Desta forma, a situação de contacto deveria tornar-se cada vez mais “personalizada” e as interações deveriam ter lugar a um nível interpessoal. Neste modo “personalizado” de contacto, os participantes devem tomar mais atenção a informações idiossincráticas acerca de cada indivíduo e estarem também menos atentos à informação estereotipada sobre o grupo. O contacto interpessoal nestas condições poderá resultar numa desconfirmação de estereótipos (negativos) preexistentes acerca do exogrupo (Brown, 1995: 260). Como claramente se percebe, este tipo de contacto (personalização) baseia-se essencialmente no processamento de informação sobre os membros do grupo, redireccionando a atenção para a informação personalizada e relevante acerca dos outros.

Neste sentido, os autores assumem que esta experiência de contacto tem mais probabilidades de se generalizar a outras situações, uma vez que a utilização frequente e duradoura de informações alternativas nas interações sociais reduz a eficácia e utilidade da identidade categorial. Desta forma, a personalização pode integrar a categorização como uma característica dos participantes, a qual pode contribuir (mas não determinar) a formação de impressões e de avaliações interpessoais (Brewer & Miller, 1984: 288), podendo ser compatível com o modelo de integração descrito por Berry (1984) (*idem*, p. 289).

A alteração da representação do agregado produzida pela descategorização reduziria o enviesamento intergrupar porque a orientação face aos membros do endogrupo se torna menos positiva e equivalente à dos membros do exogrupo (Brewer & Miller, 1984),

permitindo a generalização dos efeitos positivos da descategorização a outros grupos (Miller, Brewer & Edwards, 1985; Miller & Harrington, 1990; Marcus-Newhall, Miller, Holtz & Brewer, 1993; Rich, Kedeem & Shlesinger 1995; González & Brown, 2003; González & Brown, *in press*). Segundo Gaertner e colegas (1989), o processo de redução do enviesamento intergrupar subjacente ao modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984) traduzir-se-ia na diminuição da proximidade/atração face aos membros do endogrupo, enquanto que a avaliação produzida sobre os elementos do exogrupo permaneciam estáveis.

2. Testes empíricos ao Modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984)

2.1 Redução do favoritismo endogrupal e enviesamento intergrupar

Os trabalhos de Wilder (1978), acerca dos efeitos da individuação dos membros do exogrupo na redução do enviesamento intergrupar, suportam as hipóteses e pressupostos do Modelo da Descategorização. Nos seus estudos, os participantes não discriminavam, em termos de distribuição de recursos, um elemento do exogrupo que pensavam ter opiniões divergentes face à unanimidade do grupo. A informação individualizada reduziu a saliência das categorias iniciais, diminuindo a tendência para diferenciar os grupos. Os participantes exibiram menores níveis de enviesamento intergrupar quando os membros do exogrupo respondiam enquanto indivíduos e não como representantes de um grupo ou categoria.

Rogers (1982, cit. in Brewer & Miller, 1984) conduziu um estudo onde manipulou as estruturas de recompensas entre equipas e o grau de focalização na tarefa. Os resultados indicaram que a competição provocou um maior enviesamento endogrupal do que a cooperação nas duas medidas dependentes consideradas (distribuição de recursos e avaliação de traços), e que a orientação pessoal, comparativamente com a orientação em relação à tarefa, revelou um menor nível de favoritismo endogrupal, suportando os pressupostos centrais do Modelo da Descategorização.

Edwards (1984; cit. in Miller, & Harrington, 1990) manipulou a distribuição dos participantes pelas equipas, que ora era baseada na categoria (dizendo que queria analisar

como elementos de dois grupos trabalhavam juntos), ora era com base no indivíduo (queria analisar como equipas compostas por indivíduos trabalhavam em conjunto). Os resultados demonstraram que individualizar os participantes na distribuição pelas equipas, conduziu a avaliações mais favoráveis dos elementos do exogrupo, em termos de competência, confiança e atribuição de recursos, confirmando um vez mais as hipóteses levantadas pelo Modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984).

Rabin (1985; cit. in Miller & Harrington, 1990) analisou até que ponto dois tipos distintos de diferenças de estatuto externas pré-existentes e irrelevantes para a tarefa (representação numérica dos grupos e precisão das avaliações na tarefa de julgamento perceptivo) afectavam a aceitação intergrupar num contexto de contacto cooperativo, onde a tarefa podia ou não ser bem sucedida. Os resultados mostraram que na maioria das medidas dependentes utilizadas, o exogrupo foi desvalorizado após um insucesso na tarefa, e percebido de forma mais positiva após uma tarefa bem sucedida. Quando os membros do exogrupo da própria equipa tinham elevado estatuto (elevada precisão), eram percebidos mais favoravelmente nas avaliações de competência, apreciação e distribuição de recompensas, do que quando pertenciam ao grupo de baixo estatuto. Excepto na avaliação da confiança, verificou-se que os participantes de elevado estatuto exibiram enviesamento endogrupal, e os de baixo deferência ou favoritismo exogrupal. Face a estes resultados, o autor concluiu que o contacto que permitia interacções mais personalizadas, ou seja, que fomentava as interacções orientadas para o indivíduo (e não para a tarefa) produzia atitudes mais positivas face aos membros do exogrupo presentes na interacção.

Holtz (1987; cit. in Miller & Harrington) realizou um estudo com o objectivo de verificar se os papéis transversais às tarefas diminuía a saliência categorial na ausência de contacto personalizado. Na condição de poder transversal os participantes sentiam maior controlo sobre o produto final da equipa, sentiam que tinham contribuído mais, gostavam mais da tarefa e distribuía mais recompensas a todos os membros da equipa, comparativamente à condição convergente. Contudo, o enviesamento endogrupal foi

significativamente mais elevado na condição transversal, o que sugeriu que a mera reconstrução das fronteiras do grupo não foi suficiente para diminuir o enviesamento intergrupar num contexto cooperativo, enquanto a identidade categorial for o único traço de identidade saliente.

Marcus-Newhall (1988; cit. in Miller & Harrington) conduziu um estudo semelhante ao de Holtz (1987), em que os resultados encontrados mostraram que os participantes da condição transversal exibiram menores níveis de enviesamento intergrupar do que os da condição convergente, sugerindo que mesmo na ausência de personalização, quando os indivíduos não julgam previamente os seus parceiros com base na pertença categorial, aceitam melhor os membros do exogrupo.

Harrington (1988, cit. in Miller & Harrington, 1990) explorou os efeitos do tipo de contacto (pessoal versus impessoal) numa interacção onde manipulou o estatuto social externo. As instruções de personalização introduzidas, aquando da criação das equipas heterogéneas, conduziram a interacções significativamente mais positivas entre as equipas do que as instruções impessoais, reduzindo mais o favoritismo endogrupal.

Bettencourt, Brewer, Croak & Miller (1992), realizaram um estudo experimental com o objectivo de alargar os resultados obtidos por Miller e colegas (1985), onde examinaram os efeitos das estruturas de recompensas intergrupais nas relações intra e interequipas heterogéneas. Os resultados confirmaram os efeitos benéficos da cooperação e da orientação interpessoal, sendo as equipas competitivas e as da condição de focalização na tarefa, quem exibiu um maior enviesamento face ao exogrupo presente tanto na distribuição de recompensas como na avaliação dos traços, comparativamente às equipas cooperativas e as de focalização interpessoal.

Marcus-Newhall, Miller, Holtz, & Brewer (1993) conduziram um estudo com o objectivo de aceder aos efeitos da atribuição de papéis transversal, numa tarefa cooperativa, onde se promoviam interacções personalizadas. Os resultados suportam as hipóteses do Modelo da Descategorização, já que a atribuição transversal reduziu significativamente mais

o enviesamento intergrupal nas medidas de atribuição de recompensas, o que indica uma redução dos julgamentos baseados na categoria. Num segundo estudo, em que se removeu a oportunidade de personalização, não foram encontrados quaisquer efeitos na redução do enviesamento intergrupal.

Em 2002, Ensari e Miller conduziram dois estudos experimentais, nos quais testaram os contributos dos modelos da Descategorização (Brewer & Miller, 1984) e da Diferenciação Intergrupal Mútua (Hewstone & Brown, 1986), na redução e generalização da redução do enviesamento intergrupal. Os resultados mostraram a possibilidade de integração entre os dois modelos, na medida em que quer a personalização e a tipicidade (estudo 1), quer a personalização e a saliência das fronteiras entre os grupos (estudo 2) são componentes integrantes do contacto cooperativo necessário para maximizar a redução do enviesamento exogrupal.

Um dos poucos estudos conduzido com crianças foi o realizado por Rich, Kedem & Shlesinger (1995), no qual os autores testaram o Modelo da Descategorização de Brewer e Miller (1984) através de uma experiência de campo desenhada para reduzir o conflito intergrupal entre grupos de crianças de filiações religiosas diferentes (11 – 13 anos). O objectivo principal deste estudo era testar processos relacionados com a distribuição dos participantes pelos grupos e a natureza da interacção, na medida estas poderiam servir de componentes para um programa de melhoria de relações sociais. As crianças participantes foram aleatoriamente distribuídas por clubes de actividades, os quais foram manipulados de acordo com as variáveis experimentais: 5 clubes trabalhavam de acordo com a orientação para a tarefa e outros 5 de acordo com a orientação interpessoal. Os resultados sobre a generalização dos efeitos positivos do contacto não foram bem sucedidos, apesar de nas situações de contacto se ter verificado que a orientação pessoal produzia menores níveis de enviesamento do que as orientações para a tarefa, sendo este o único resultado que suportou o modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984).

2.2 Efeitos de generalização operados pelo modelo da Descategorização

Um dos estudos que abordou a capacidade de generalização dos benefícios do contacto personalizado ao exogrupo como um todo foi conduzido por Miller, Brewer & Edwards (1985). Nele, os autores mostraram que o contacto que permitia interacções personalizadas entre os participantes (i. e. mais centradas nas características pessoais do que nas características da tarefa) resultava em atitudes mais positivas, não só em relação aos participantes presentes na interacção, como também em relação ao exogrupo como um todo (apresentado em vídeo). Face aos resultados encontrados, os autores defendem que aquelas condições de contacto serviam para melhorar as atitudes intergrupais no contacto imediato e no contacto generalizado.

Com o objectivo de alargar os resultados obtidos na experiência conduzida por Miller e colegas (1985), Bettencourt, Brewer, Croak, & Miller (1992) testaram os efeitos da orientação para a tarefa e da competição entre equipas na redução do enviesamento endogrupal, em estudantes universitários. Os resultados mostraram que as equipas heterogéneas que trabalhavam em competição explícita exibiam maior enviesamento nas avaliações dos membros da sua equipa e das outras equipas, comparativamente às equipas que trabalhavam sob uma estrutura de recompensas cooperativa. A cooperação entre equipas eliminou o favoritismo endogrupal face aos membros da própria equipa, comparativamente com a competição, produzindo níveis substancialmente mais baixos de enviesamento nas avaliações dos membros da outra equipa. Os efeitos da focalização na tarefa versus focalização interpessoal acompanham os anteriores na medida em que os membros de ambas as equipas (competitivas e cooperativas) focalizados na relação interpessoal se revelaram menos preconceituosos do que os membros das equipas não focalizadas e focalizadas na tarefa. Os resultados demonstraram ainda que os efeitos benéficos da cooperação intergrupala e a orientação interpessoal se generalizaram a membros de outras equipas, suportando a hipótese de que a personalização promove a generalização dos efeitos através da redução das avaliações baseadas nas categorias. Estes resultados contrariam a ideia de que as

intervenções que enfatizam os aspectos interpessoais em detrimento dos intergrupais não produzirão a generalização dos efeitos positivos da cooperação.

Utilizando o paradigma da categorização cruzada (Deschamps & Doise, 1978), Enzari e Miller (2001) examinaram, num estudo experimental conduzido com estudantes universitário, as consequências do contacto cooperativo personalizado sob duas condições distintas: promoção da atenção face a características dos participantes (descategorização) e saliência das fronteiras subgrupais (Hewstone & Brown, 1986). Os principais resultados mostraram que na condição de descategorização (atenção face a características dos participantes), o contacto cooperativo produziu avaliações equivalentes sobre os membros das equipas (menor enviesamento intergrupar), as quais eram transpostas para os participantes com os quais não interagiram directamente (generalização). Face ao padrão de resultados encontrados, os autores concluem que os modelos que enfatizam a descategorização/personalização (Brewer & Miller, 1984; Miller & Harrington, 1992) produzem condições eficazes para a generalização dos efeitos positivos do contacto cooperativo, enquanto que ao manterem presentes as condições de diferenciação subgrupar os efeitos de generalização se perdiam.

Com o objectivo de testar a capacidade de redução e de generalização dos modelos da Descategorização, Identidade Endogrupal Comum e Dupla Identidade, González e Brown (2003) conduziram um estudo experimental com estudantes universitários em que manipularam as representações cognitivas dos grupos segundo o defendido por cada modelo (Dois Grupos, Grupo Único, Indivíduos Separados e Dupla Identidade). Um dos principais resultados desse estudo revelou que os participantes na condição de descategorização evidenciavam baixos níveis de enviesamento intergrupar na situação de contacto em todas as medidas dependentes. No entanto, no que se refere aos efeitos de generalização, os resultados mostraram que os participantes naquela condição apresentavam valores elevados de enviesamento intergrupar, pelo que os autores concluíram que a descategorização não estendeu ao exogrupo como um todo os esperados efeitos positivos do contacto.

Num estudo muito recente, González e Brown (*in press*) voltam a testar a capacidade de redução do enviesamento intergrupar e de extensão dos benefícios do contacto operados pelos modelos da Descategorização, Identidade Endogrupal Comum e Dupla Identidade. Nos dois estudos realizados, em que os participantes voltaram a ser estudantes universitários, os autores manipularam variáveis estruturais no contacto intergrupar, designadamente, a dimensão do grupo (estudo 1: maiorias/minorias) e o estatuto do grupo cruzado com a dimensão (estudo 2: maiorias/alto estatuto, maiorias/baixo estatuto, minorias/alto estatuto, minorias/baixo estatuto). Os resultados do primeiro estudo (dimensão dos grupos) mostraram que independentemente da dimensão do grupo, os participantes na condição de descategorização e na situação de contacto apresentavam valores reduzidos de enviesamento intergrupar. Tal como aconteceu no estudo de 2003, os resultados obtidos na situação de contacto no que se refere à descategorização não se generalizaram ao exogrupo como um todo. O estudo 2 (dimensão dos grupos X estatuto dos grupos) mostrou que na situação de contacto e independentemente da dimensão e do estatuto dos grupos, os participantes na condição de descategorização apresentam níveis reduzidos de enviesamento intergrupar. No que se refere às minorias, os resultados mostraram que os participantes de elevado estatuto na condição de descategorização apresentam valores mais elevados de enviesamento do que os participantes de baixo estatuto, enquanto que nos grupos maioritários não foi encontrado um efeito de interacção entre o estatuto dos grupos e as estratégias de categorização. Face a estes resultados, os autores argumentam que a capacidade de generalização do modelo da Descategorização é, comparativamente aos demais, limitada, dado que a ausência de ligações psicológicas entre os indivíduos e a categoria inicial (grupo) não parece permitir a extensão desses benefícios para além da situação do contacto intergrupar.

Em suma, os estudos apresentados fornecem um suporte empírico importante aos pressupostos enunciados pelo Modelo da Descategorização, segundo o qual a possibilidade de individualizar e personalizar os indivíduos, anulando as fronteiras categoriais, e levando os participantes a perceberem-se como indivíduos separados, reduz eficazmente o

enviesamento intergrupar, ao substituir a identidade categorial por informação individualizante. Para além disso, mesmo tendo sido o modelo de redução do enviesamento intergrupar mais testado relativamente à sua capacidade de generalização ao exogrupo como um todo (não presente na situação de interacção), os resultados mostraram uma capacidade limitada do modelo da Descategorização na extensão dos benefícios da personalização para além da situação de contacto.

Capítulo IV

O Modelo da Identidade Endogrupal Comum (recategorização)

O modelo da Identidade Endogrupal Comum surge como uma alternativa à proposta anterior de redução do preconceito e do enviesamento intergrupar (Wilder, 1981; Brewer & Miller, 1984; Miller, Brewer & Edwards, 1985) e deriva da abordagem da categorização social ao comportamento intergrupar, na medida em que a formação de grupos aproxima os membros do endogrupo ao *self*, ao mesmo tempo que os membros do exogrupo se mantêm inalterados (Tajfel & Turner, 1979), e onde o enviesamento intergrupar se expressa mais por um favoritismo endogrupal do que por uma depreciação intencional do exogrupo (Brewer, 1979). No entanto, esta nova abordagem aproxima-se da anterior, na medida em que também propõe uma alteração ao modo como as fronteiras dos grupos são equacionadas.

Neste sentido, segundo Gaertner e colaboradores (Gaertner *et al.*, 1993), o conceito de identidade endogrupal comum e o modelo em si mesmo propõem que a diluição das fronteiras grupais, a qual possibilitaria aos dois grupos (endo- e exogrupo) percepcionarem-se como partes integrantes de um todo (recategorização), reduziria eficazmente o enviesamento intergrupar decorrente de uma categorização prévia, tal como está presente no modelo da identidade social (favoritismo endogrupal).

Desta forma, o preconceito e a discriminação intergrupais podem ser reduzidos através da manipulação da percepção de pertença grupal (alteração na percepção das fronteiras grupais), ou seja, pode ser reduzido por factores que transformem a representação cognitiva de pertença dos membros de dois grupos distintos na representação de pertença a um único grupo. Assim, segundo Gaertner *et al.* (1993), esta mudança na percepção das

fronteiras dos grupos permitirá redireccionar os processos cognitivos e emocionais que contribuem para o enviesamento intergrupar, criando, conseqüentemente, relações intergrupais mais harmoniosas.

1. Fundamentos do modelo da Identidade Endogrupal Comum

A investigação realizada (laboratorial e de campo) demonstrou que a recategorização de dois grupos distintos num só grupo tanto pode ser alcançada através do aumento da saliência da pertença a um grupo comum supraordenado (Sherif, 1966), como pela introdução de novos factores (tarefas ou destinos comuns) percebidos pelos participantes como sendo partilhados pelos membros de ambos os grupos (Rabbie & Horwitz, 1969; Sherif, 1966).

O modelo da identidade endogrupal comum propõe um conjunto de factores causais que podem influenciar as representações cognitivas de pertença dos membros dos grupos. Os seus autores colocam como hipótese a de que diferentes tipos de interdependência intergrupar, de factores cognitivos, perceptivos, linguísticos, afectivos e contextuais podem, independentemente ou em conjunto, alterar as representações cognitivas que os grupos têm sobre si próprios e sobre os outros grupos. Estas diferentes representações (grupo único, dois grupos ou indivíduos separados) teriam conseqüências a nível cognitivo, afectivo e comportamental e implicariam diferentes formas de relação entre os grupos (Gaertner *et al.*, 1993).

Em oposição ao processo de redução do enviesamento intergrupar preconizado pelo modelo da Descategorização, a representação do agregado em grupo único (recategorização) produziria, por um lado, orientações mais positivas face aos membros do exogrupo inicial (Gaertner *et al.*, 1993) e possibilitaria, por outro, a generalização dos benefícios da identidade endogrupal comum, na medida em que esta representação do agregado não implica que os membros dos grupos ignorem as suas identidades originais e pode integrar, sem ruído, informação contra-estereotípica sobre os membros do exogrupo (Anastasio, Bachman,

Gaertner & Dovidio, 1997; Dovidio, Gaertner, Validzic, Matoka, & Johnson, 1997).

Assim, a recategorização possibilitaria a reestruturação das fronteiras dos grupos, introduzindo um maior grau de inclusividade. Neste sentido, se os membros dos diferentes grupos forem induzidos a conceberem-se como membros de um único grupo, as atitudes face ao exogrupo tornar-se-ão mais positivas, dado o aumento de proximidade que a criação do grupo único implica. Deste modo, os membros do grupo recategorizado, que incluiu o exogrupo inicial, vão beneficiar de distribuições de recompensas mais generosas, de avaliações mais positivas, de um maior número de comportamentos de ajuda e outros comportamentos pró-sociais, de mais atribuições situacionais para explicar o insucesso, de mais atribuições pessoais para justificar o sucesso, e ainda de um processamento de informação mais preciso (Gaertner & Dovidio, 2000).

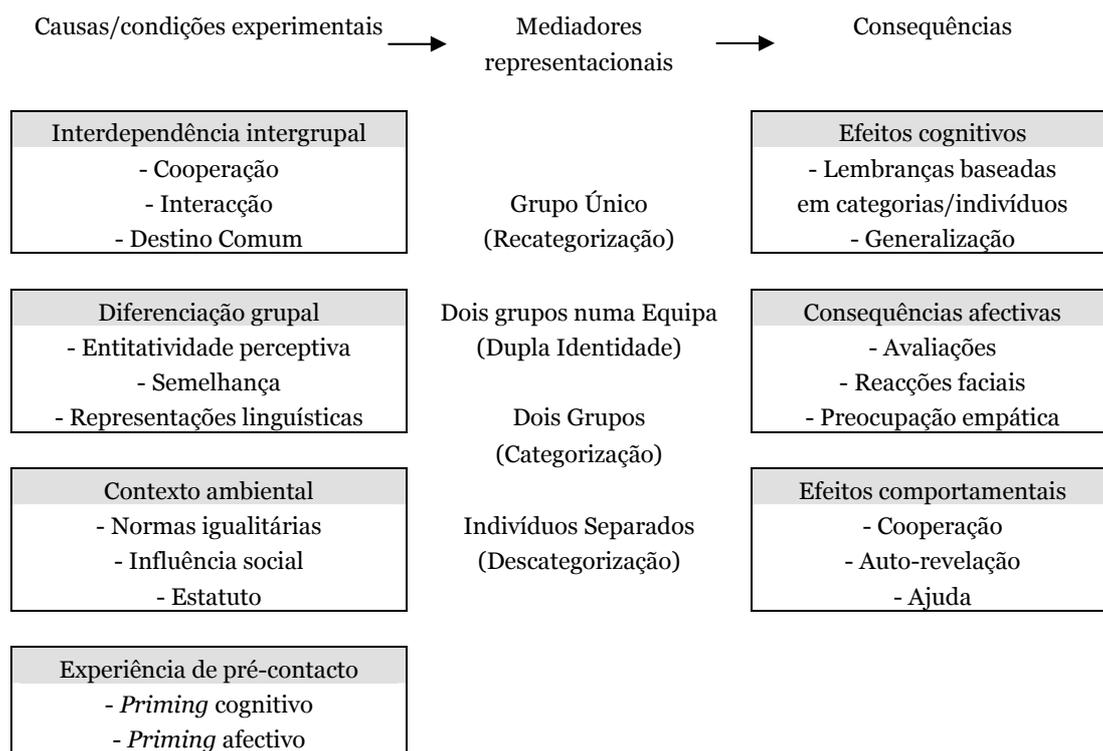
Neste sentido, contrariamente à categorização que reforça as fronteiras grupais já existentes e, conseqüentemente, mantém ou reforça o enviesamento intergrupar, o processo de redução do enviesamento intergrupar subjacente à estratégia de recategorização implica uma maior aproximação ou maior grau de atracção relativamente aos membros do exogrupo inicial, enquanto que essa proximidade face aos membros do endogrupo permanece inalterada (Gaertner *et al.*, 1989).

O modelo da identidade endogrupal comum (Gaertner & Dovidio, 2000) (cf. Figura 2) foi organizado em três eixos: 1. as causas ou antecedentes da representação cognitiva dos grupos, 2. os mediadores representacionais ou variáveis mediadoras e, 3. as conseqüências da representação cognitiva dos grupos em interacção.

Os autores consideram a hipótese de que diferentes tipos de interdependência intergrupar (cooperação, interacção, destino ou problema comum), de diferenciação grupal (entitatividade perceptiva, semelhança, representações linguísticas), de contexto ambiental (normas igualitárias, influência social, estatuto dos grupos) e de experiências de pré-contacto (*priming* cognitivo e afectivo) podem, isoladamente ou em conjunto, alterar as representações cognitivas do agregado de *dois grupos* (categorização – enviesamento) para

grupo único (recategorização/identidade endogrupal comum), as quais poderiam ter consequências a nível cognitivo (lembranças baseadas em categorias/indivíduos, generalização), afectivo (avaliações, reacções faciais e preocupação empática) e comportamental (cooperação, comportamentos de auto-revelação e de ajuda).

Figura 2 – Modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner & Dovidio, 2000)



2. Testes empíricos ao modelo da Identidade Endogrupal Comum

Como iremos ver, a investigação laboratorial e de campo realizada sobre o modelo da identidade endogrupal comum demonstrou que a recategorização em grupo único reduz o nível de enviesamento intergrupar atingido na condição de controlo (categorização) e que o processo de redução do favoritismo endogrupal/enviesamento intergrupar é conseguido através do aumento da proximidade/atracção face aos membros do exogrupo inicial, ao mesmo tempo que a avaliação do endogrupo permanece inalterada (Gaertner *et al.*, 1989).

Vejamos, então, o corpo empírico desenvolvido em torno do modelo da identidade endogrupal comum.

2.1 Testes empíricos ao modelo da Identidade Endogrupal Comum na situação de contacto intergrupala

2.1.1 Causas ou antecedentes no Modelo da Identidade Endogrupal Comum

Cooperação intergrupala

A hipótese referente à cooperação intergrupala (interacção orientada para a tarefa e destino comum) defende que esta reduz o enviesamento intergrupala através da minimização da saliência das fronteiras entre os grupos. Especificamente, os autores defendem que a cooperação intergrupala induz os membros dos grupos a conceberem-se como um grupo ou categoria supraordenada, em vez de se representarem como dois grupos separados, fundindo o exogrupo e o endogrupo num grupo único, mais inclusivo e capaz de reduzir o favoritismo endogrupal (Gaertner & Dovidio, 2000). Partindo deste pressuposto, Gaertner, Mann, Dovidio, Murrell e Pomare (1990) desenvolveram um estudo com adultos em contexto laboratorial, em que quer a interacção cooperativa (cooperação para atingir um objectivo comum vs. não cooperação) quer a representação dos grupos (dois grupos, grupo único e indivíduos separados) foram manipuladas. As medidas dependentes utilizadas referiam-se a itens de avaliação social dos membros do endogrupo e do exogrupo. Os resultados evidenciaram que os participantes nas condições não cooperação / grupo único, avaliaram melhor os participantes e apresentaram menor enviesamento intergrupala, comparativamente aos participantes na mesma condição de cooperação e na condição dois grupos. Estes resultados, segundo os autores, fornecem uma importante contribuição na exploração da relação de causa-efeito que se pode estabelecer entre a representação de grupo único e a redução do enviesamento intergrupala, mesmo quando se trata de um contexto de não cooperação entre os participantes. Os resultados da condição de cooperação (objectivo e destino comuns) e da condição dois grupos revelaram que os participantes emitem avaliações mais positivas e tendem a sentir-se mais como grupo único quando a situação de cooperação está presente e, conseqüentemente, apresentam níveis mais baixos de enviesamento

intergrupar durante o período de contacto.

Os resultados do estudo apresentado anteriormente revelaram as potencialidades da cooperação na redução do conflito e do enviesamento intergrupais. Apesar do consenso a propósito deste princípio, permanecem dúvidas a propósito dos elementos específicos de cooperação capazes de produzir a redução do enviesamento intergrupar. Muito embora as tradicionais definições de cooperação intergrupar não refiram explicitamente a absoluta necessidade de interacção entre os grupos, a literatura neste domínio defende claramente a sua importância na redução do enviesamento intergrupar (Allport, 1954; Brewer & Miller, 1984; Cook, 1984; Miller & Davidson-Podgorny, 1987). No entanto, outros investigadores (Brown & Wade, 1987; Deschamps & Brown, 1983) demonstraram que o trabalho partilhado e o destino comum são, em conjunto, condições suficientes para reduzir o enviesamento intergrupar, sem que ocorra interacção intergrupar. Face a estas duas diferentes linhas de evidência empírica, Gaertner, Dovidio, Rust, Nier, Banker, Ward, Mottola, & Houlette (1999) elegeram como objectivos primordiais deste estudo a exploração das contribuições independentes da interacção intergrupar e do destino comum (resultados partilhados) na redução do enviesamento intergrupar. Dois grupos (apoiantes do Partido Republicano vs. apoiantes do Partido Democrático) de três elementos foram postos em contacto segundo duas condições experimentais, designadamente, destino comum (destino comum vs. ausência de destino comum) e interacção intergrupar (interacção total, interacção parcial e não interacção). As medidas consideradas neste estudo incluíam medidas de auto-avaliação, avaliação das expressões faciais dos participantes, avaliação da quantidade da informação que os participantes cediam acerca deles próprios e avaliação da cooperação. Estas medidas foram tratadas em termos de avaliação do endo- e do exogrupo.

Os resultados do estudo revelaram um efeito principal do factor interacção. Assim, o nível de enviesamento intergrupar mais baixo surgiu nos participantes na condição interacção total, quando comparados com os participantes nas condições interacção parcial e não interacção, não se tendo, no entanto, verificado diferenças significativas entre estas duas

últimas.

No que se refere ao factor destino comum os resultados evidenciam, em relação à medida de avaliação das expressões faciais dos participantes, um favoritismo endogrupal mais elevado na condição ausência de destino comum do que na condição destino comum.

A ausência de resultados significativos em termos de efeitos de interacção entre os dois principais factores do estudo (interacção intergrupala e destino comum) levou os autores (Gaertner *et al.*, 1999; Gaertner & Dovidio, 2000) a concluir que estes factores se afiguram como componentes separados da cooperação intergrupala e, de forma independente, parecem contribuir para a minimização do enviesamento intergrupala, contrariando, assim, os resultados de estudos anteriores (Brown & Wade, 1987).

Diferenciação intergrupala

A diferenciação intergrupala, mais especificamente o contacto visual, foi testada num estudo realizado por Gaertner e Dovidio (1986) no qual os autores demonstraram que o contacto visual tem um impacto directo nas representações do grupo e consequentemente no enviesamento intergrupala. A mera disposição dos lugares (segregado vs. integrado) à volta de uma mesa criou nos participantes uma representação supraordenada do grupo, a qual reduziu significativamente o enviesamento intergrupala, no que se refere à avaliação social dos membros do grupo e à nomeação de líderes.

Ainda sobre este tópico, um outro estudo (Dovidio, Gaertner, Isen & Lowrance, 1995) foi desenvolvido de forma a explorar em que medida a forma de vestir dos participantes pode influenciar o enviesamento intergrupala. Neste sentido os autores manipularam a forma como os participantes se apresentavam segundo duas condições: todos os participantes vestiam roupa igual (batas do laboratório) ou todos os participantes vestiam roupa diferente (cada participante com a sua própria roupa). Os resultados indicaram que a condição “roupa igual” surge como condição suficiente para induzir a representação de grupo único e, consequentemente, produzir atitudes intergrupais mais positivas e menor enviesamento intergrupala.

Condições do contacto intergrupar

As condições em que o contacto intergrupar ocorre também podem influenciar as representações do grupo. Referimo-nos especificamente às representações de grupo único (recategorização), dois grupos (categorização) e indivíduos separados (descategorização). Sobre este tópico, o estudo experimental desenvolvido com adultos por Gaertner e colaboradores (1989) adquire, no âmbito dos estudos que integram este trabalho, particular relevância, na medida em que nele se apresenta o paradigma experimental por nós utilizado. Por esta razão, optámos por apresentá-lo em maior detalhe, descrevendo o procedimento experimental, as medidas dependentes e os resultados obtidos.

A sessão experimental incluía dois momentos distintos, designadamente, a formação de subgrupos e o reforço da identificação com o grupo e, a introdução das manipulações experimentais. Os participantes (estudantes universitários), seis em cada sessão, foram divididos em dois grupos de três elementos. Aos membros de cada um desses subgrupos eram dadas etiquetas de cores diferentes (púrpura, amarelo e castanho para os elementos do subgrupo A e verde, cor-de-laranja e vermelho para os elementos do subgrupo B). Ao entrarem na sala experimental era-lhes pedido que prendessem à roupa a etiqueta que lhes tinha sido atribuída e que se sentassem no lugar identificado com a sua cor. Através de uma gravação áudio explicava-se o objectivo do estudo – explorar os processos de decisão em grupo – e pedia-se que resolvessem um problema. A tarefa experimental consistia na resolução do *Winter Survival Problem* (Jonhson & Jonhson, 1975) em que era pedido aos subgrupos que ordenassem, por grau de importância para a sobrevivência dos indivíduos, dez objectos que existiam num avião em caso de desastre aéreo. Os participantes eram informados de que se iria gravar a interacção até que chegassem a um consenso. Posteriormente, pedia-se aos membros de cada grupo que atribuíssem um nome ao seu grupo e que o escrevessem no formulário de resposta destinado ao registo da decisão do grupo. Após a resolução consensual do problema os participantes eram informados, também através de uma gravação áudio, que iriam realizar de novo o mesmo problema, mas de forma

diferente daquela em que tinham estado a trabalhar.

Este estudo contava com três condições: uma condição de controlo (categorização – dois grupos) e duas experimentais, designadamente, recategorização (novo grupo de seis elementos) e descategorização (seis indivíduos separados). Estas condições foram manipuladas segundo quatro critérios relacionados com a situação de contacto entre os dois grupos, designadamente, o arranjo espacial dos membros durante a interacção, a identidade com o grupo durante a interacção, a natureza e objectivo da interacção e, a natureza da interdependência.

O primeiro desses critérios introduziu diferentes formas de arranjo espacial entre os elementos participantes. Assim, na condição grupo único, os membros dos dois grupos foram conduzidos a uma sala e sentados alternadamente em torno de uma mesa hexagonal em que cada sujeito estava sentado entre dois dos membros do exogrupo. Na condição dois grupos os membros de cada grupo foram conduzidos a uma sala e sentados de frente uns para os outros de lados opostos de uma mesa. Na condição indivíduos separados cada sujeito era conduzido a um de seis cubículos individuais, para aí realizar novamente a tarefa experimental. O segundo critério – identificação com o grupo ao longo da interacção – foi manipulado da seguinte forma. Na condição grupo único era pedido aos seis participantes que criassem um nome para o novo grupo. Na condição dois grupos mantinham-se os nomes dos dois grupos iniciais. Por último, na condição indivíduos separados era pedido a cada participante que atribuísse um nome a si próprio. Imediatamente antes da situação de interacção o experimentador dava a seguinte instrução: “Nesta sessão o grupo A vai fundir-se com o Grupo B e serão designados como o grupo X” (nome do grupo único). Na condição “dois grupos” e “indivíduos separados”, o experimentador anunciava, respectivamente, os nomes dos dois subgrupos e os novos nomes de cada um dos seis participantes.

A natureza e objectivo da interacção foram operacionalizados da seguinte forma: na condição grupo único os participantes discutiram livremente o problema de sobrevivência com o objectivo de chegarem a uma solução consensual; na condição dois grupos os membros

de cada um dos subgrupos apresentavam ao outro subgrupo as razões que presidiram à solução encontrada; na condição indivíduos separados cada participante descreveu a sua solução individual inicial aos outros cinco participantes.

A natureza da interdependência foi operacionalizada a partir da possibilidade de cada participante se habilitar a um sorteio na Universidade, a realizar no final do semestre. A habilitação a este sorteio dependia da eficácia da solução encontrada para o problema de sobrevivência. Na condição recategorização a solução consensual do grupo tinha de ser mais eficaz do que a de um outro suposto grupo de seis pessoas que já tinha realizado a mesma tarefa. Na condição de controlo a solução final de um dos subgrupos tinha de ser mais eficaz do que a do outro. Na condição descategorização a possibilidade de participar no sorteio era atribuída ao participante que tivesse a solução final mais eficaz.

Para além do controlo da manipulação da representação cognitiva do agregado durante a interacção (dois grupos, grupo único e indivíduos separados), as medidas dependentes incluíam a eleição de um líder, a intensidade com que os participantes sentiram que o grupo funcionou em dois grupos, grupo único e indivíduos, a avaliação de cada participante em três atributos (honestidade, cooperação e valor na discussão) e a avaliação da interacção em vários itens.

Um dos resultados mais importantes que este estudo revelou foi a real alteração da representação das fronteiras dos grupos nas duas condições experimentais, a qual se traduziu em menor enviesamento intergrupar. Para além disto, os participantes na condição recategorização (grupo único) apresentavam um menor enviesamento intergrupar comparativamente aos participantes nas restantes condições (controlo e descategorização). Este menor enviesamento era traduzido em avaliações mais favoráveis dos membros do exogrupo e da própria situação de interacção. Finalmente, as duas propostas de alteração das fronteiras dos grupos pressupuseram diferentes formas de operar a redução do enviesamento intergrupar. Na recategorização (grupo único) a redução do enviesamento intergrupar foi feita à custa do aumento da atracção pelos membros do exogrupo, enquanto que na condição

descategorização (indivíduos separados) esta redução operou-se através da diminuição da atracção pelos membros do endogrupo (Gaertner *et al.*, 1989: 245).

Tal como o trabalho de Sherif e colaboradores (1961) demonstrou, a interdependência grupal em contexto de cooperação constitui uma ferramenta essencial na redução do preconceito e do favoritismo intergrupar. O comportamento dos participantes no estudo da Caverna dos Ladrões (Sherif *et al.*, 1961) sugere claramente o papel mediador da representação cognitiva de grupo único na redução do enviesamento intergrupar. Esta mediação foi testada num estudo experimental realizado por Gaertner e colaboradores (1990). Neste estudo, e quando os participantes eram induzidos a funcionar em dois grupos (usando para tal a metodologia experimental do estudo de 1989), a introdução da cooperação reduziu o enviesamento intergrupar no que se refere à avaliação dos grupos com os quais não foi permitido cooperar e este efeito foi mediado pela representação de grupo único. Assim, a cooperação não só reduziu o enviesamento intergrupar como definiu o processo pelo qual isso aconteceu, ao se demonstrar a transformação da representação de dois grupos num grupo único.

Contexto ambiental

Este tópico do modelo foi essencialmente analisado no que se refere ao estatuto dos grupos (real ou experimentalmente induzido), quer através de estudos correlacionais, quer através de estudos experimentais.

Os participantes nos estudos correlacionais foram estudantes do ensino secundário de uma escola multi-étnica (Gaertner, Rust, Dovidio, Bachman & Anastasio, 1994; 1996), executivos de instituições bancárias dos EUA que tinham passado por uma fusão empresarial (Bachman, 1993 cit. in Gaertner & Dovidio, 2000; Bachman & Gaertner, 1999 cit. in Gaertner & Dovidio, 2000; Gaertner, Dovidio & Bachman, 1996) e estudantes universitários provenientes de famílias reconstruídas (Banker & Gaertner, 1998). De forma a replicar os estudos sobre cooperação em contexto laboratorial, as medidas utilizadas nestes estudos incluíam a percepção dos participantes das condições de contacto (i. e. estatutos iguais,

interacção auto-reveladora, cooperação e normas igualitárias), as representações do agregado (grupo único, dois grupos, dois grupos num grupo e indivíduos separados) e uma medida de enviesamento intergrupar. Os resultados obtidos revelaram que as condições de contacto eram predictoras do enviesamento intergrupar e influenciavam as representações cognitivas do agregado. Os participantes que avaliaram a representação do agregado em grupo único eram aqueles que apresentavam valores mais baixos de enviesamento intergrupar relativamente às reacções afectivas face à escola secundária (alunos do ensino secundário), menor ansiedade intergrupar (bancários) e maior harmonia familiar (estudantes universitários).

Com o objectivo de integrar conceptualmente o modelo da diferenciação intergrupar mútua (Hewstone & Brown, 1986) e o modelo da identidade endogrupar comum, Dovidio, Gaertner e Validzic (1998) conduzem um estudo em que manipularam simultaneamente o estatuto dos grupos durante a interacção (estatuto igual / estatuto diferente) e a natureza da tarefa (tarefas diferentes / tarefas iguais). Os resultados mostraram que os participantes na condição “igual estatuto e tarefas diferentes” e que percepcionavam o funcionamento do agregado em Grupo Único apresentavam menores níveis de enviesamento intergrupar do que os participantes nas restantes condições. Neste sentido, de acordo com o previsto pelo modelo de Hewstone & Brown (1986), os autores defendem que quando os grupos possuem iguais estatutos mas partilham experiências ou áreas de conhecimento diferentes, ambos respeitam e valorizam a contribuição do outro grupo e acreditam que cada grupo pode beneficiar da presença do outro, apresentando níveis de enviesamento intergrupar mais reduzido. Assim, segundo os autores, enquanto que o modelo da diferenciação intergrupar mútua enfatiza a diferenciação grupar, o modelo da identidade social comum acentua os aspectos comuns aos membros dos dois grupos (igual estatuto), podendo ambos os modelos oferecer contribuições complementares sobre quando e como o enviesamento intergrupar é reduzido.

Ainda sobre o tópico do contexto ambiental (causas), Nier, Gaertner, Dovidio, Banker,

Ward e Rust (2001) estudaram, em contexto laboratorial e com estudantes universitários, as reacções positivas face a membros de diferentes grupos raciais (Branços e Negros). Os participantes, neste estudo, estavam distribuídos por duas configurações de interacção grupal, designadamente, simetria intergrupala com grupos de elevado estatuto (Branços vs. Branços) e assimetria intergrupala (Branços vs. Negros). Os resultados obtidos revelaram que, na situação de simetria intergrupala (Branços vs. Branços), os participantes recorriam tanto à recategorização como à descategorização para reduzir o enviesamento intergrupala, produzindo avaliações mais positivas sobre os seus pares. Na situação de assimetria intergrupala (Branços vs. Negros), os membros dos grupos de elevado estatuto étnico reduziam mais eficazmente o enviesamento intergrupala na condição de recategorização do que na condição descategorização (Nier *et al.*, 2001).

Entre o conjunto de estudos protagonizados por outros autores que não os do modelo da Dupla Identidade, destacamos, em primeiro lugar, o conduzido por Hornsey e Hogg (2000). Nesse estudo, e apesar de não ter havido contacto entre os grupos, os autores forneceram instruções que manipulavam simultaneamente as identidades subgrupais (Humanidades vs. Matemática-Ciências), a identidade supraordenada (Universidade) e as duplas identidades (Universidade/Humanidades vs. Universidade/Matemática-Ciênciais). Os resultados mostraram, ao contrário do esperado, que os estudantes demonstravam maior nível de enviesamento intergrupala na condição “grupo único” do que na condição “dois grupos” como seria expectável, revelando que a categoria inclusiva parece ter ameaçado a distintividade dos grupos na interacção e levando os autores a equacionar a sua utilidade quando se manipulavam as pertenças subgrupais e categoria supraordenada.

Nesta linha de resultados, Huo, Smith, Tyler, & Lind (1996), num estudo desenvolvido em contexto organizacional, mostrou que os trabalhadores de uma empresa que se identificavam fortemente com o seu grupo étnico e um grupo supraordenado (sua empresa) exibiam atitudes mais positivas face ao exogrupo do que aqueles que apenas se identificavam com a categoria supraordenada.

Um dos mais recentes estudos conduzidos com este modelo foi o conduzido por Eller e Abrams (2006) com estudantes universitários Ingleses e Franceses. Nele, os autores testaram o impacto das representações cognitivas de Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade na mediação do enviesamento intergrupar com medidas explícitas e implícitas. Os resultados mostraram que os indivíduos que afirmavam pertencer a grupos diferentes mas que, ao mesmo tempo, partilhavam pertenças comuns (representação do contacto em Dupla Identidade) apresentavam menores níveis de ansiedade intergrupar, distância social e avaliações gerais mais positivas de ambos os grupos (menor enviesamento intergrupar) do que os participantes nas restantes condições (recategorização e descategorização).

Condições de pré-contacto

Um outro conjunto de estudos foi desenvolvido em torno da questão do *priming* afectivo. Sobre este tópico foi realizado um estudo em contexto laboratorial (Dovidio, Gaertner, Isen, & Lowrance, 1995). Os participantes neste estudo trabalhavam em pequenos grupos na resolução de um problema. Depois dessa interacção, os participantes na condição afecto positivo recebiam um presente (chocolate), enquanto que aos participantes na condição de controlo não era feita qualquer referência. Os principais resultados deste estudo indicaram que os participantes na condição afecto positivo possuíam representações mais inclusivas do grupo (grupo único) e avaliam melhor os membros do exogrupo.

Ainda sobre o *priming* afectivo, Dovidio e colaboradores realizaram um outro estudo experimental, com estudantes universitários, em que estudaram a influência da natureza das relações intergrupais sobre o impacto do afecto positivo na produção de atitudes intergrupais (Dovidio, Gaertner, Isen, Rust, & Guerra, 1998). Os resultados obtidos neste estudo revelaram que os participantes com fortes identidades separadas (liberais vs. conservadores) e na condição afecto positivo apresentavam valores mais elevados de enviesamento intergrupar do que aqueles na condição de controlo (afecto neutro). Por outro lado, os participantes forte identidade a uma categoria supraordenada – grupo único (forte

identidade à universidade) e na condição afecto positivo produziram avaliações mais favoráveis do exogrupo e, conseqüentemente, menor enviesamento intergrupalo.

Tomados no seu conjunto, os resultados que derivaram das várias incursões teóricas e empíricas levadas a cabo pelos autores (Gaertner, Dovidio, Banker, Houlette, Johnson, & McGlynn, 2000; Gaertner & Dovidio, 2000) fornecem um acervo empírico consistente ao Modelo da Identidade Endogrupal Comum. Reduzir a diferenciação intergrupalo, introduzir a cooperação interdependente, introduzir condições de contacto suficientemente inclusivas e criar situações de contacto ditadas por afecto positivo constituem uma forte base à criação de uma identidade endogrupal comum, a qual resultará em formas mais harmoniosas de avaliação do exogrupo e em condições favoráveis à redução do enviesamento intergrupalo. O ponto que se segue relata os estudos realizados sobre as conseqüências da criação da identidade endogrupal comum na interacção entre grupos.

2.1.2 Conseqüências da identidade endogrupal comum

Apesar do modelo da identidade endogrupal comum apresentar conseqüências a nível cognitivo e afectivo, os estudos sobre as suas conseqüências centraram-se, fundamentalmente, na exploração dos efeitos ou das conseqüências comportamentais, nomeadamente no que diz respeito aos comportamentos de ajuda e de auto-revelação.

Sobre este tópico, Dovidio e colaboradores (1997) desenvolveram um estudo experimental com estudantes universitários no qual manipularam a representação cognitiva do agregado em duas condições (categorização e recategorização; ver Gaertner *et al.*, 1989, para procedimento experimental) e avaliaram o comportamento de ajuda e de auto-revelação em relação aos dois grupos alvo (endogrupo e exogrupo). Os resultados obtidos indicaram que os participantes na condição recategorização ajudam mais e têm interacções mais personalizadas (auto-reveladoras) com os membros do exogrupo do que os participantes na condição de controlo (dois grupos).

2.2 Efeitos de generalização do modelo da Identidade Endogrupal Comum

O conjunto de estudos que se segue tiveram como objectivo testar a capacidade do modelo da Identidade Endogrupal Comum na extensão dos benefícios positivos do contacto a outros membros do exogrupo e ao longo do tempo.

Um outro estudo importante neste domínio foi o conduzido por Gaertner, Dovidio e Rust em 1997 e descrito por Gaertner e Dovidio em 2000. Neste estudo, grupos com filiações partidárias distintas (Republicanos e Democratas) interagiram segundo quatro diferentes representações do agregado (recategorização, dupla identidade, descategorização e categorização). Tal como esperado, os níveis de enviesamento intergrupais obtidos foram menores nas condições de Grupo Único quando comparados com os níveis obtidos na condição Dois Grupos (controlo). Para além disso, o enviesamento relativamente a membros do exogrupo presentes na interacção e a membros do exogrupo em geral correlacionaram-se positivamente quando as pertenças dos participantes tinham sido manipuladas de forma a enfatizar mais as fronteiras grupais do que as identidades individuais. Assim, e segundo os autores, os efeitos da Recategorização reduziram o enviesamento intergrupais na situação de contacto e generalizaram-se ao exogrupo como um todo.

O estudo realizado por González e Brown (2003) testou simultaneamente a capacidade de redução do enviesamento intergrupais e a extensão dos benefícios do contacto ao exogrupo como um todo (generalização) das estratégias de recategorização, descategorização e dupla identidade. Os resultados obtidos mostraram que, durante a situação de contacto, os participantes sob as representações de recategorização (um grupo), descategorização (indivíduos) e dupla identidade (dois grupos num grupo) apresentavam baixos níveis de ansiedade intergrupais, enquanto só foi possível generalizar esses benefícios ao exogrupo como um todo nas condições de recategorização e de dupla identidade.

Eller e Abrams (2004), através de dois estudos longitudinais com dois pontos de avaliação temporal, testaram a capacidade de redução e de generalização da redução do enviesamento intergrupais operado pelas representações de Dupla Identidade, de

Recategorização e de Descategorização. Enquanto que os resultados do primeiro estudo apenas evidenciam os benefícios da descategorização, os referentes ao segundo estudo mostraram a capacidade dos modelos da Identidade Endogrupal Comum e da Dupla Identidade. Assim, ambas as representações cognitivas produziram níveis mais baixos de enviesamento intergrupar nos participantes mexicanos na situação de contacto, a Recategorização não conseguir estender os benefícios obtidos no contacto (enviesamento intergrupar reduzido) ao longo do tempo.

Num estudo realizado com estudantes universitários, González e Brown (*in press*) testaram o impacto das representações cognitivas inerentes aos modelos da Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade na produção de baixos níveis de enviesamento e na generalização do enviesamento intergrupar reduzido em grupos de diferente estatuto (elevado e baixo) e entre grupos majoritários e minoritários de elevado e de baixo estatuto, tendo estas características dos grupos sido experimentalmente induzidas. No que diz respeito ao impacto do modelo da Identidade Endogrupal Comum, e independentemente da dimensão e do estatuto dos grupos, a estratégia de recategorização mostrou-se eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar na situação de contacto. Na generalização do exogrupo como um todo (não presente na interacção), os resultados mostraram que os participantes de grupos minoritários e de elevado estatuto sob a representação de recategorização apresentavam maior nível de enviesamento intergrupar. No que se refere aos grupos majoritários, e independentemente do estatuto dos grupos, os resultados não se mostraram significativos. Assim, e os autores concluem que a estratégia de recategorização apesar de ter sido eficaz a reduzir o enviesamento na situação de contacto directo, não se mostrou eficaz e estender esses benefícios ao exogrupo como um todo.

Como vimos, os resultados obtidos ao longo de vários estudos (Eller & Abrams, 2004, 2006; Dovidio *et al.*, 1995, 1997, 1998; Gaertner *et al.*, 1989, 1990, 1993, 1994, 1996, 1999; González & Brown, 2003, *in press*; Hornsey & Hogg, 2000), efectuados em diversos contextos e sobre diferentes tópicos, constituem um suporte empírico particularmente

significativo na demonstração da utilidade do modelo da identidade endogrupal comum no entendimento dos processos que reduzem o enviesamento intergrupar e favorecem relações intergrupais mais harmoniosas.

Os estudos claramente evidenciaram que a representação do agregado como grupo único está directamente relacionada com sentimentos mais positivos face aos membros do exogrupo e que as condições propostas pela hipótese do contacto para o sucesso das relações intergrupais harmoniosas, como por exemplo a cooperação, produzem efectivamente efeitos positivos. No entanto, vemos que a capacidade de generalização dos benefícios do contacto subjacente a este modelo parece ser mais desafiante, facto que também esteve na base da formulação teórica, e respectiva averiguação empírica, do modelo da Dupla Identidade.

Capítulo V

O Modelo da Dupla Identidade

Antes de apresentarmos o modelo da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000), importa conhecer as razões inerentes à sua formulação, ou seja, importa conhecer os desafios que outros autores colocaram aos modelos da descategorização e da identidade endogrupal comum, os quais decidiram a criação deste modelo no âmbito da redução do enviesamento intergrupar e/ou favoritismo endogrupal.

Muito embora as representações cognitivas inerentes aos grupos na situação de contacto defendidas pelos modelos da Descategorização e da Recategorização sejam distintas, estas duas abordagens comungam da necessidade de se reduzir a diferenciação baseada em categorias e processos associados (enviesamento/discriminação intergrupar). Porque ambos os modelos assentam na premissa da redução ou eliminação da saliência da diferenciação intergrupar, eles envolvem uma estruturação do contacto que pode constituir um desafio, ou até uma ameaça, à identidade social dos grupos. Os factores cognitivos e motivacionais inerentes a estes modelos remetem para a criação de uma resistência à dissolução das fronteiras das categorias ou grupos (descategorização) ou para o reestabelecimento de novos contornos (recategorização). Embora a saliência de uma categoria supraordenada ou representações personalizadas dos membros dos grupos possam ser condições suficientes para a redução do enviesamento intergrupar a curto prazo (situação de contacto), podem ser difíceis de manter ao longo do tempo e através de contextos diferenciados nos quais a interacção não está efectivamente a acontecer.

1. Desafios aos Modelos da Personalização e da Identidade Endogrupal Comum

1.1 A influência da Teoria da Ótima Distintividade (Brewer, 1991)

Apesar de ser um modelo explicativo da gênese do preconceito, o modelo da Ótima Distintividade, também ele derivado da teoria da identidade social e protagonizado por Brewer (1991), fornece uma explicação para a dificuldade de mudar as distinções baseadas em categorias (Brewer & Gaertner, 2001).

De acordo com a sua formulação, a identidade social é activada por dois motivos sociais opostos: a necessidade de inclusão e a necessidade de diferenciação. Assim, os participantes lutam por pertencer a grupos que transcendem a sua própria identidade pessoal, mas ao mesmo tempo precisam de sentir especiais e distintos de outros. De forma a simultaneamente satisfazer estas duas motivações opostas, os indivíduos procuram a inclusão em grupos sociais distintos, onde as fronteiras entre estes grupos estejam suficientemente bem definidas, ao ponto de se saber quem está dentro e é membro de um determinado grupo e ao mesmo tempo quem está fora e, conseqüentemente, membro de outra categoria ou grupo.

Face a estas duas motivações opostas, Brewer (1991) defende que a existência de uma categoria supraordenada demasiadamente inclusiva pode tornar-se uma fonte de insatisfação, dado que a necessidade de distintividade pode ser ameaçada, e que elevados graus de individuação/personalização podem não ajudar os indivíduos a satisfazerem a sua necessidade de pertença (Hogg & Abrams, 1993; Brewer & Gaertner, 2001). Por estes motivos, tanto a personalização como a identidade endogrupal comum podem constituir soluções temporárias e instáveis na redução da discriminação intergrupala e do preconceito.

Um outro conjunto de argumentos diz respeito à estrutura social preexistente no âmbito das relações entre os grupos, as quais podem constituir uma força de bloqueio importante à reorganização e mudança das fronteiras grupais. Nestes casos, e quando as relações entre os grupos são já marcadas por forte hostilidade, essa reestruturação afigura-se difícil e, nalguns casos, mesmo impossível de processar. Para além disso, na ausência de

conflito aberto entre os grupos, as assimetrias de poder (dominantes/dominados), de estatuto (elevado/baixo) e de dimensão (maiorias/minorias) podem constituir-se como fontes adicionais de resistência à reestruturação das fronteiras entre os grupos e as categorias sociais. Quando um grupo é minoritário numa situação de contacto, e a categoria de minoria está especialmente saliente na interacção entre os grupos, os membros desse grupo minoritário podem revelar forte relutância em aceitar uma categoria supraordenada que seja dominada pelo outro grupo. Nesta linha de argumento, mas agora centrando-nos na dificuldade que estes modelos podem apresentar quando o que está saliente numa interacção é a diferença de estatutos entre os grupos, tanto os membros dos grupos de elevado estatuto como os de baixo estatuto podem sentir-se ameaçados pelo contacto e assimilação (Mottola, 1996; cit. in Brewer & Gaertner, 2001).

1.2 A influência do Modelo da Diferenciação Intergrupar Mútua (Hewstone & Brown, 1986)

O modelo da Diferenciação Intergrupar Mútua, também ele inspirado na Teoria da Identidade Social e na análise de Brown e Turner (1981) sobre o comportamento interpessoal e intergrupar, levaram os seus autores a recomendar uma abordagem alternativa ao contacto intergrupar, no qual o contacto cooperativo entre os grupos pode ser desenvolvido ou fomentado sem que as categorizações em endogrupo-exogrupo sejam dissolvidas, quer pela introdução de novas fronteiras mais inclusivas entre os grupos, quer pela total dissolução do elemento grupar nas interacções.

Nesta linha de raciocínio, o modelo encoraja um trabalho conjunto entre os grupos, no qual a criação de espaços de percepção de complementaridades, de objectivos comuns e de superioridades e inferioridades mútuas valorizadas dentro de um contexto de tarefas cooperativas interdependentes, possibilitariam aos membros dos grupos a manutenção da sua identidade social e distintividade positiva, evitando, assim, comparações intergrupais insidiosas.

Desta forma, o modelo não procura a mudança do elemento básico do contacto intergrupar – as fronteiras entre os grupos – mas antes a mudança da valência do afecto

intergrupar, ou seja, a alteração de uma interdependência negativa para uma interdependência e valorização positivas.

De forma a promover experiências intergrupais positivas, Hewstone e Brown (1986) recomendam que a situação de contacto seja estruturada para que os membros dos respectivos grupos tenham papéis distintos mas complementares, e que ambos contribuam para objectivos comuns. Neste sentido, os grupos podem manter uma distintividade positiva dentro de um enquadramento cooperativo.

Com base nos trabalhos de Fiske e Neuberg (1990), Hewstone e Brown (1986) definem três estádios processuais na redução do enviesamento intergrupar operados pelo modelo. Assim, num primeiro estádio – o de categorização – os participantes activam a categoria social (ou étnica) do alvo, desenvolvendo expectativas sobre ele. Desta forma, quando os indivíduos antecipam uma interacção com um membro dessa categoria previamente activada, esperam que esse indivíduo possua características semelhantes às atribuídas a um membro típico dessa categoria e quando realizam tarefas de aprendizagem cooperativa com um elemento dessa categoria, onde a igualdade de estatutos é garantida, o impacto positivo dessa interacção contradiria as expectativas negativas à priori criadas. Num segundo estádio – o de ajustamento – torna-se fundamental que a formação de impressões acerca do membro do exogrupo sejam predominantemente baseadas na categoria, e não em informação individualizada, de forma a que a impressão seja um mero ajustamento entre as expectativas iniciais e as resultantes da interacção. Este ajustamento garantiria a manutenção de associações cognitivas mais fortes entre o indivíduo específico e a sua categoria social (ou outra), contrariamente ao que aconteceria se a informação fosse individualizada. Reunidas estas condições, estar-se-ia em condições de passar ao terceiro estádio do modelo – o da generalização. Nesse processo de generalização, os indivíduos perante a discrepância entre as expectativas e a impressão formada acerca do membro do exogrupo após a interacção, levariam os participantes a considerar que um elemento típico daquela categoria social pode não ser tão negativo como à partida considerariam. Estes pressupostos são congruentes com

os de Rothbart e John (1985) e de Desforjes e colegas (Desforjes, Lord, Ramsey, Mason, Van Leueuven, West, & Lepper, 1991), segundo os quais o processo de individuação diminui a tendência a associar o indivíduo com a sua categoria estereotípica.

Assim, um dos argumentos defendidos por Hewstone e Brown (1986) a propósito da capacidade de generalização deste modelo, é o de que a extensão de experiências de contacto positivo é mais provável quando aquela situação é definida como intergrupar em vez de interpessoal. A generalização é, nestes casos, directa e não necessitaria de ligações cognitivas adicionais entre o afecto positivo para com um indivíduo e a representação do exogrupo como um todo (Brewer & Gaertner, 2001).

Um dos primeiros estudos que confere um suporte empírico a este modelo foi o realizado por Brown e Wade, em 1987, no qual duas equipas de trabalho compostas por estudantes de faculdades diferentes se envolveram numa tarefa conjunta de produzir um artigo de jornal. Este estudo baseou-se num anterior protagonizado por Deschamps e Brown (1983) em que aos membros de dois grupos foram dados diferentes papéis no trabalho conjunto da equipa (um dos grupos ocupava-se da paginação e dos elementos gráficos do artigo e outro grupo do texto), e cujos resultados revelaram que a atribuição de papéis distintos durante a experiência de contacto tinha efeitos mais positivos nas atitudes intergrupais do que quando aos dois grupos tinham sido atribuídas tarefas semelhantes, na prossecução do trabalho em equipa. Tal como no estudo de 1983, os resultados do estudo de Brown e Wade confirmaram os anteriores, sendo que as atitudes dos participantes face aos membros do exogrupo eram significativamente mais favoráveis na condição de “papéis distintos mas complementares” do que em qualquer das restantes (tarefas iguais e condição de controlo, na qual não era dada qualquer instrução acerca da divisão de tarefas de forma a criar um clima de ambiguidade), uma vez que estas inibiam a necessidade de manutenção de alguma distintividade.

O estudo de Dovidio, Gaertner e Validzic (1998) aborda esta questão ao examinar os factores que moderam e medeiam a redução do enviesamento intergrupar quando os grupos

em interação possuem estatutos iguais e diferentes e quando as tarefas desenvolvidas possuíam as mesmas ou diferentes dimensões. Os resultados obtidos revelaram que a redução do enviesamento intergrupar ocorria quando os grupos possuíam iguais estatutos mas as dimensões das tarefas executadas eram diferentes. Estes resultados vêm ao encontro do defendido pelo modelo da Diferenciação Intergrupar Mútua, na medida em que o enviesamento intergrupar foi eliminado quando os grupos possuíam diferentes áreas de experiência mas igualmente valorizadas. De uma forma geral, os resultados deste estudo ajudam a integrar conceptualmente os modelos da diferenciação intergrupar mútua e da identidade endogrupar comum (Dovidio *et al.*, 1998). Enquanto que o primeiro identifica condições de moderação importantes, o segundo enfatiza o papel dos mecanismos de mediação. Mais especificamente, e a suportar o modelo da diferenciação intergrupar mútua, os autores defendem que quer os participantes tenham trabalhado segundo iguais ou diferentes dimensões da tarefa isso modera a influência dos estatutos iguais e que, consistente com o modelo da identidade endogrupar comum, a representação inclusiva de um grupo surge como mediadora da redução do enviesamento intergrupar e vem ao encontro de outros estudos que testam o papel da identidade endogrupar comum nessa redução (Dovidio *et al.*, 1997, 1998; Gaertner *et al.*, 1989, 1990, 1993). Assim, enquanto que o modelo da diferenciação intergrupar mútua enfatiza a diferenciação grupar, o modelo da identidade endogrupar comum confere importância à comunalidade, mas ambos oferecem um olhar complementar relativamente a como e quando pode ocorrer a redução do enviesamento intergrupar (Dovidio *et al.*, 1998).

Uma outra questão levantada por Hewstone e Brown (1986) refere-se à generalização da redução do enviesamento intergrupar, ou seja, à generalização de atitudes positivas. Segundo os autores, essa generalização seria mais provável de ocorrer quando a situação de contacto é intergrupar e menos quando é interpessoal. No primeiro caso, a situação de generalização seria directa, enquanto que a segunda necessitaria de ligações cognitivas adicionais entre o afecto positivo para com os indivíduos e as representações do grupo como

um todo (Brewer & Gaertner, 2001). Esta posição é suportada pela evidência empírica, a qual demonstra que o contacto cooperativo com um membro do exogrupo leva a atitudes positivas generalizáveis ao exogrupo como um todo quando a categoria de pertença é tornada saliente durante a interacção (Van Oudenhoven *et al.*, 1998; Brown, Vivian, & Hewstone, 1999). Embora a saliência das pertenças em endogrupo-exogrupo esteja associada ao favoritismo endogrupal e ao lado mais negativo das atitudes intergrupais, a interdependência cooperativa suplanta este esquema intergrupar negativo, particularmente quando os dois grupos desempenham papéis distintos mas complementares, na medida em que esta combinação entre diferenciação e complementaridade capitaliza a necessidade de diferenciação. Desta forma, a mútua diferenciação entre os grupos avança com uma solução estável em termos de recursos cognitivos durante a situação de contacto entre os grupos.

Face aos desafios colocados por estas duas abordagens – óptima distintividade e diferenciação intergrupar mútua – Gaertner e colegas formulam uma nova representação cognitiva dos agregados / grupos durante a situação de contacto que integra as críticas anteriores, protagonizando o modelo da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000). Os pontos seguintes descrevem o racional activado por este modelo e apresentam uma revisão dos estudos que integraram esta nova configuração de contacto entre os grupos na redução do enviesamento intergrupar (Gaertner *et al.*, 1994; Bachman, 1993; Banker & Gaertner, 1998; Huo *et al.*, 1996; Smith & Tyler, 1996; Hornsey & Hogg, 2000) e na generalização de atitudes positivas ao exogrupo como um todo (González & Brown, 2003; *in press*) e ao longo do tempo (Eller & Abrams, 2004).

2. Fundamentos do modelo da Dupla Identidade

Considerando quer as vantagens quer as restrições das propostas apresentadas anteriormente, a Dupla Identidade surge como uma estratégia alternativa à Recategorização na redução do enviesamento intergrupar. O cerne desta representação sugere que a manutenção simultânea das distinções entre endogrupo-exogrupo e uma categoria ou

identidade supraordenada num encontro cooperativo entre os grupos pode, não só constituir-se como estratégia eficaz a reduzir o enviesamento durante a interacção, como seria particularmente eficaz a generalizar essa redução para outros contextos e ao longo do tempo.

Mas antes de entrarmos na descrição do modelo da Dupla Identidade propriamente dito, importa fazer uma distinção entre este e o modelo da diferenciação intergrupar mútua (Hewstone & Brown, 1986; Hewstone, 1996; Brown & Hewstone, 2005).

A distinção básica entre estes dois modelos é a presença de uma categoria supraordenada no primeiro e a ausência da mesma no segundo, tomando como comum a ambos a saliência das identidade e fronteiras subgrupais, independentemente do estatuto dos grupos e da valorização das dimensões das tarefas dos grupos durante o contacto.

No entanto, a literatura sobre a dupla identidade tem vindo a demonstrar de forma recorrente e sistemática que a representação cognitiva de dupla identidade é particularmente eficaz quando os grupos possuem diferentes estatutos, sejam eles induzidos ou reais (étnicos por exemplo) e, quando as tarefas envolvidas na situação de contacto cooperativo são distintas mas interdependentes, ou seja, complementares, na concretização de objectivos e/ou destinos comuns aos grupos.

De acordo com Gaertner e Dovidio (2000), a Dupla Identidade consiste numa estratégia de redução do preconceito compatível com o proposto pelo modelo da Diferenciação Intergrupar Mútua (Hewstone & Brown, 1986; Hewstone, 1996), na medida em que defende que a introdução de uma relação de cooperação entre os grupos, sem degradar as categorizações originais em endogrupo-exogrupo, é uma forma eficaz de mudar as atitudes intergrupais e de generalizar essas atitudes a outros membros do exogrupo.

Esta nova forma de recategorização (não esquecendo que a categoria supraordenada é uma constante entre a Dupla Identidade e a Identidade Endogrupal Comum), em que se mantêm salientes as pertenças subgrupais ao mesmo tempo que se estabelece a pertença a uma categoria mais inclusiva, pode ser particularmente eficaz na medida em que permite que

os benefícios de uma identidade endogrupal comum operem, sem que as motivações para a obtenção de uma distintividade positiva sejam activadas (Dovidio, Gaertner, Nieman, & Snider, 2001). Neste sentido, a dupla identidade envolve simultaneamente o reconhecimento de uma conexão – em relação à identidade supraordenada do grupo – e uma diferença – identidade aos grupos originais. A identidade supraordenada activa e redirecciona o favoritismo endogrupal de forma a melhorar as atitudes para com os membros dos exogrupos originais presentes no contacto, enquanto que a saliência das identidades subgrupais fornecem os *links* associativos para que essas atitudes se generalizem a outros membros do exogrupo não presentes na interacção (Gaertner & Dovidio, 2000).

Para além disso, a Dupla Identidade pode ser particularmente eficaz quando os indivíduos possuem fortes ligações aos seus grupos originais, ou quando as identidades subgrupais e os valores culturais a elas associados são fundamentais para o adequado funcionamento dos seus membros. Nestes casos, a estratégia da dupla identidade seria particularmente eficaz no entendimento das relações intergrupais marcadas por pertenças étnicas ou raciais diferentes e, em particular, em grupos étnicos minoritários, dado que o desenvolvimento de uma dupla identidade, poderia ser traduzida numa identidade bi- ou multicultural, o que ajudaria a melhorar não só as relações entre os grupos e a reduzir o enviesamento mas também poderia contribuir para o ajustamento social, adaptação psicológica e, acima de tudo, para o bem-estar dos grupos (LaFromboise, Coleman, & Gerton, 1993; Dovidio *et al.*, 2001).

A hipótese “trade-off” (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000) destaca, na sua análise, a relação entre as representações categorizadas dos grupos (representação em “dois grupos”) e a representação em “grupo único”. Neste sentido, a proposta dos seus autores é a de que os indivíduos desenvolveriam atitudes mais favoráveis relativamente a outros grupos como um todo quando reconhecessem simultaneamente a pertença ao grupo comum (recategorização - grupo único) e a pertença a grupos específicos originais (categorização – dois grupos) e que este reconhecimento seria mais favorável à redução do

preconceito do que apenas reconhecerem-se como membros de uma categoria supraordenada ou apenas reconhecerem as suas pertenças subgrupais. Assim, e como referem Gaertner e Dovidio (2000) “we hypothesize a trade-off in wich attitudes toward outgroup members present during contact would be less favorable with a dual identity than with a purely one group identity” (p. 147), assumindo, no entanto, que a alteração de atitudes em relação aos membros do exogrupo presentes na interacção seja mais modesta do que a produzida pela recategorização em grupo único, sem tornar saliente as pertenças originais. O mesmo será dizer, que a hipótese “trade-off” defende que, enquanto as atitudes face a membros do exogrupo produzidas pela Dupla Identidade durante a interacção são menos favoráveis comparativamente às produzidas pela Recategorização (grupo único), a sua capacidade de generalização seria melhor que a da recategorização, na medida em que a Dupla Identidade deixaria intacta a ligação associativa à identidade do grupo, o mesmo já não se passando na recategorização dado que essa ligação desapareceria através da criação de uma identidade supraordenada.

Por estas razões, o modelo da Dupla Identidade, veio essencialmente propor uma nova constelação das relações entre os grupos mais preocupada em estender os efeitos da redução da discriminação e do enviesamento intergrupar, ou seja, em potenciar os efeitos de generalização (quer a outros membros do exogrupo, quer a outros exogrupos, quer ao longo do tempo), ao mesmo tempo que integra as já comprovadas vantagens da representação em grupo único produzida pela Identidade Endogrupal Comum.

3. Testes empíricos ao Modelo da Dupla Identidade

3.1 Testes empíricos ao Modelo da Dupla Identidade na situação de contacto intergrupar

Como já referimos anteriormente, tornou-se difícil distinguir na literatura os estudos que abordam o Modelo da Dupla Identidade no sentido restrito da redução do enviesamento e os que associam esta questão à da generalização dos efeitos positivos produzidos por esta representação dos agregados para além da situação de contacto. No entanto, e à luz do que se

fez em relação aos modelos de redução do preconceito apresentados anteriormente, faremos aqui também uma resenha da investigação mais relevante neste domínio, quer protagonizada pelos autores do modelo, quer protagonizada por outros autores.

O primeiro conjunto de estudos em que se tentou demonstrar as vantagens da Dupla Identidade na redução do enviesamento intergrupar fora do habitual contexto laboratorial foi o estudo conduzido por Banker e Gaertner (1998) com elementos de famílias “adoptivas”², o estudo correlacional desenvolvido numa escola secundária com alunos de diferentes origens étnicas (Gaertner *et al.*, 1994; 1996) e o estudo com executivos de empresas que tinham sido fundidas numa só empresa (*corporate mergers*) (Bachman, 1993; Bachman & Gaertner, 1999, cit. in Gaertner & Dovidio, 2000).

De uma forma geral, este conjunto de estudos veio demonstrar, uma vez mais, a consistência de resultados da estratégia de Recategorização (Grupo Único) na redução do enviesamento intergrupar, ao mesmo tempo que forneceu interessantes pistas empíricas de suporte ao modelo da Dupla Identidade. No entanto, o papel desta estratégia configurou-se de forma distinta ao longo destes três estudos.

No estudo conduzido numa escola secundária multi-étnica, os resultados mostraram que os estudantes que se definiam por uma elevada identidade relativamente à categoria “Americanos” e uma elevada identidade em relação ao seu grupo étnico específico (representação de dupla identidade), exibiam menor enviesamento afectivo em relação aos colegas de outros grupos étnicos, quando comparados com aqueles que apenas possuíam forte identificação ao seu grupo étnico (Dovidio *et al.*, 2001). Já no estudo organizacional (*corporate mergers*) e no estudo efectuado com famílias “adoptivas”, os resultados demonstraram que quanto mais os participantes se percepcionavam como “duas empresas num mesmo grupo” ou “como duas famílias numa só família” menos favoravelmente percepcionavam as condições de contacto. Adicionalmente, e no que se refere ao estudo dos

² Por famílias “adoptivas”, os autores entendem famílias compostas por um dos progenitores dos participantes (pai ou mãe) e uma madrasta ou padrasto com filhos desse casamento (irmãos ou irmãs, frutos do casamento da mãe ou do pai biológicos com o padrasto ou madrasta).

“*corporate mergers*” quanto mais os executivos dessas empresas se percepcionavam como “duas empresas num mesmo grupo”, maior era o favoritismo endogrupal, ou seja, melhores eram as avaliações que produziam sobre as empresas a que tinham pertencido originalmente, produzindo avaliações mais positivas sobre as características do trabalho.

Face às diferenças contextuais encontradas entre estes cenários intergrupais, Gaertner e Dovidio (2000) defendem que estas podem, de facto, alterar a deseabilidade relativa e a utilidade da manutenção de uma dupla identidade. No caso dos “*corporate mergers*”, por exemplo, manter uma forte identidade em relação à empresa original após a fusão, pode constituir uma ameaça ao objectivo da própria fusão. De forma semelhante, a saliência das identidades das famílias originais no caso das famílias “adotivas”, mesmo reconhecendo simultaneamente uma identidade de família mais inclusiva, pode violar as expectativas dos membros acerca do que seria o funcionamento ideal da sua família. Consequentemente, a saliência das identidades subgrupais pode ser encarada como um sinal de desadequação, ao invés de uma nota positiva na melhoria das relações intergrupais. No entanto, e em ambos os casos (famílias “adotivas” e *corporate mergers*), a relação entre as identidades subgrupais e a positividade do contacto é bem diferente do que se veio a verificar no estudo desenvolvido na escola multi-étnica, no qual a saliência das identidades subgrupais, dentro de uma entidade supraordenada que permitia a ligação entre os grupos (escola), parece indicar uma boa relação entre os grupos, não menosprezando quer os objectivos da escola quer os dos diferentes grupos étnicos ou raciais.

Um outro estudo importante neste domínio foi o conduzido por Gaertner, Dovidio e Rust em 1997 e descrito por Gaertner e Dovidio em 2000. Neste estudo, grupos de 3 elementos com filiações partidárias distintas (Republicanos e Democratas) interagiram segundo diferentes representações do agregado – Grupo Único (Recategorização), Dois Subgrupos num Grupo (Dupla Identidade), Dois Grupos (Categorização) e Indivíduos Separados (Descategorização) – de acordo com o procedimento experimental de Gaertner *et al* (1989). Tal como esperado, os níveis de enviesamento intergrupais obtidos foram menores

nas condições de Grupo Único, Dupla Identidade e Indivíduos Separados, quando comparados com os níveis obtidos na condição Dois Grupos (controlo). Para além disso, e consistente com o defendido pela Modelo da Dupla Identidade, o enviesamento relativamente a membros do exogrupo presentes na interacção e a membros do exogrupo em geral correlacionaram-se positivamente quando as pertenças dos participantes tinham sido manipuladas de forma a enfatizar mais as fronteiras grupais do que as identidades individuais. Mais especificamente, a correlação entre as atitudes para com os membros presentes e para com os grupos como um todo (Democratas ou Republicanos) foram significativamente positivas nas condições Grupo Único e Dois Grupos e negativas na condição de Indivíduos Separados. Na condição de Dupla Identidade esta correlação foi, como esperado, igualmente positiva mas mais fraca e não significativa. Assim, e segundo os autores, embora os efeitos de generalização promovidos pela Dupla Identidade sejam mais frágeis do que os esperados e, em contraste, os efeitos da Recategorização (Grupo Único) sejam mais fortes do que os expectáveis, segundo a hipótese “trade-off”, estes foram avaliados pelos autores como encorajadores. Nesta medida, ao se enfatizar as representações de Grupo Único e as de Dupla Identidade reduz-se o enviesamento intergrupar na situação de contacto e, conseqüentemente, potencia-se a generalização ao exogrupo como um todo.

Entre o conjunto de estudos protagonizados por outros autores que não os do modelo da Dupla Identidade, destacamos, em primeiro lugar, o conduzido por Hornsey e Hogg (2000). Nesse estudo, e apesar de não ter havido contacto entre os grupos, os autores forneceram instruções que manipulavam simultaneamente as identidades subgrupais (Humanidades vs. Matemática-Ciências), a identidade supraordenada (Universidade) e as duplas identidades (Universidade/Humanidades vs. Universidade/Matemática-Ciênciais). Surpreendentemente, os resultados mostraram que os estudantes demonstravam maior nível de enviesamento intergrupar na condição “grupo único”, e não na condição “dois grupos” como seria expectável. No entanto, e naquilo que diz respeito ao modelo da dupla identidade, os resultados mostraram também que os participantes que operaram segundo esta

representação produziram atitudes mais positivas em relação ao exogrupo do que aqueles nas restantes condições, o que veio suportar o defendido pelo modelo.

Também Huo e colegas (1996), num estudo desenvolvido em contexto organizacional, mostrou que os trabalhadores de uma empresa que se identificavam fortemente com o seu grupo étnico e um grupo supraordenado (sua empresa) exibiam atitudes mais positivas face ao exogrupo do que aqueles que apenas se identificavam com a categoria supraordenada.

Van Oudenhoven e colegas (1998) estudaram o impacto de várias estratégias de aculturação³ de imigrantes Marroquinos e Turcos residentes na Holanda. Os resultados mostraram que os grupos minoritários elegem a integração (estratégia equivalente à da Dupla Identidade) como a estratégia mais adequada. Já os participantes do grupo nacional (Holandeses) consideram a assimilação (estratégia equivalente à Recategorização) como a estratégia mais adequada à integração dos grupos minoritários no seu país.

Um dos últimos estudos conduzidos com este modelo foi o de Eller e Abrams (2006) realizado com estudantes universitários Ingleses e Franceses. Nele, os autores testaram o impacto das representações cognitivas de Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade na mediação do enviesamento intergrupar com medidas explícitas e implícitas. Os resultados mostraram que os indivíduos que afirmavam pertencer a grupos diferentes mas que, ao mesmo tempo, partilhavam pertenças comuns (representação do contacto em Dupla Identidade) apresentavam menores níveis de ansiedade intergrupar, distância social e avaliações gerais mais positivas de ambos os grupos (menor enviesamento intergrupar).

3.2 Efeitos de generalização do Modelo da Dupla Identidade

O conjunto de estudos seguinte têm como objectivo principal testar a capacidade de redução e de generalização da redução a outros membros do exogrupo da estratégia da dupla identidade, bem como testar a estabilidade da redução do enviesamento intergrupar

³ As estratégias apresentadas eram a assimilação (recategorização), a integração (dupla identidade), a separação (identificação apenas ao grupo étnico) e marginalização (ausência de identificação aos grupos maioritário e étnico).

promovida por aquela representação (generalização ao longo do tempo).

Um dos primeiros estudos a que faremos referência é o conduzido por González e Brown (2003). Nele, grupos de 4 elementos foram submetidos a uma manipulação experimental em 3 fases distintas. Na primeira, os elementos eram divididos em dois grupos e realizavam uma tarefa de forma a aumentar a identificação relativamente ao endogrupo e, conseqüentemente, a produzirem enviesamento intergrupar. Na segunda fase os participantes resolviam novamente a tarefa mas agora sob quatro representações distintas: recategorização, dupla identidade, indivíduos separados e categorização). Na terceira fase eram avaliadas as atitudes dos participantes face a membros do endogrupo e do exogrupo com os quais não interagiram directamente.

Considerando que, de acordo com o desenho original de Gaertner *et al.*, 1989, o desenho deste estudo não incluía uma condição de controlo (dois grupos separados), não foi possível demonstrar, segundo González e Brown (2003), que os resultados obtidos nas condições de contacto significavam efectivamente uma redução do enviesamento intergrupar. Assim, referem apenas que durante a situação de contacto, os participantes sob as representações de recategorização (um grupo), descategorização (indivíduos) e dupla identidade (dois grupos num grupo) apresentavam baixos níveis de ansiedade intergrupar, uma percepção positiva da interacção intergrupar e uma interdependência positiva com complementaridade de papéis na concretização de objectivos comuns (González & Brown, 2003).

No que se refere à generalização ao exogrupo como um todo, os resultados mostraram que apenas a Recategorização e a Dupla Identidade foram eficazes neste aspecto. Especificamente, a particular vantagem da estratégia da Dupla Identidade deriva do facto de a integridade das identidades originais dos subgrupos não terem sido ameaçadas pela presença da categoria supraordenada. Neste sentido, a estratégia da dupla identidade ajudaria, mais do que as demais, a promover relações intergrupais mais positivas dado que a saliência das categorias subgrupais reduziria o risco de perda de distintividade.

Consequentemente, a dupla identidade deveria ser a estratégia mais eficaz na extensão dos efeitos positivos do contacto quando se consideram variáveis estruturais de contacto intergrupar, designadamente, o estatuto (elevado/baixo estatuto) e a dimensão dos grupos (maiorias/minorias). De acordo com González e Brown (2003), esta ideia vem ao encontro do defendido por Berry (1984), Van Oudenhoven *et al* (1998) e Gaertner *et al.* (1999).

Eller e Abrams (2004), através de dois estudos longitudinais com dois pontos de avaliação temporal, testaram a capacidade de redução e de generalização da redução do enviesamento intergrupar operado pelas representações de Dupla Identidade, de Recategorização e de Descategorização, bem como o modelo sequencial de contacto intergrupar de Pettigrew (1998). Os participantes no primeiro estudo foram estudantes ingleses e franceses e os participantes no segundo estudo foram trabalhadores mexicanos de uma empresa multinacional. Os resultados referentes ao primeiro estudo mostraram a capacidade de redução e de generalização do modelo da Descategorização, na medida em que os participantes ingleses e franceses apresentavam níveis mais reduzidos de enviesamento intergrupar em cada um dos momentos avaliativos e ao longo do tempo. No segundo estudo, os resultados já colocaram em evidência os modelos da Dupla Identidade e da Identidade Endogrupal Comum. Assim, enquanto que ambas as representações cognitivas produziram níveis mais baixos de enviesamento intergrupar nos participantes mexicanos na situação de contacto, a Dupla Identidade foi a estratégia mais eficaz na manutenção do enviesamento intergrupar reduzido ao longo do tempo.

Num estudo realizado com estudantes universitários, González e Brown (*in press*) testaram o impacto das representações cognitivas inerentes aos modelos da Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade na produção de baixos níveis de enviesamento e na generalização do enviesamento intergrupar reduzido em grupos de diferente estatuto (elevado e baixo) e entre grupos maioritários e minoritários de elevado e de baixo estatuto, tendo estas características dos grupos sido experimentalmente induzidas. No que diz respeito ao impacto do modelo da Dupla Identidade na produção do enviesamento intergrupar

reduzido na situação de contacto, os resultados mostraram que, independentemente do estatuto dos grupos (dimensão do grupo e dimensão do grupo cruzada com estatuto dos grupos), os participantes nesta condição apresentavam níveis baixos de enviesamento intergrupar. Os resultados relativos à generalização ao exogrupo como um todo mostraram que no caso das minorias, a estratégia de dupla identidade foi eficaz a estender benefícios positivos do contacto para os grupos de elevado e de baixo estatuto. No que se refere aos grupos majoritários, e independentemente do estatuto dos grupos, os resultados não se mostraram significativos.

**IV PARTE REDUÇÃO DO PRECONCEITO
ÉTNICO NA INFÂNCIA**

Capítulo VI

Estudos introdutórios

Os estudos introdutórios incluídos neste capítulo tentaram dar resposta a objectivos específicos, que interessaram averiguar previamente ao desenvolvimento dos estudos principais deste trabalho.

O principal objectivo do estudo A foi adaptar a tarefa experimental utilizada por Gaertner e colaboradores em 1989 – o *Winter Survival Problem* de Johnson & Johnson (1975) – a crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos de idade, na medida em que ela irá ser aplicada em todos os estudos experimentais seguintes. Para além disso, a necessidade de adaptação desta tarefa decorre do facto de ela ter sido sempre aplicada a indivíduos adultos.

O objectivo central do estudo B foi adaptar e testar a metodologia, as manipulações experimentais na indução das representações cognitivas do agregado e as medidas dependentes adoptadas pelos mesmos autores em 1989, a crianças daquela mesma faixa etária, de forma a poderem ser aplicadas nos três estudos principais.

Por último, o estudo C teve como principal objectivo averiguar a percepção de simetria ou de assimetria de estatuto social e económico que crianças Portuguesas de diferentes origens étnicas (origem Portuguesa e origem Africana) possuem em relação aos seus próprios grupos de pertença, ou seja, relativamente a alvos portugueses brancos e a alvos portugueses negros. Os resultados deste estudo, se forem ao encontro do estabelecido pela hipótese central que o acompanha, terão como objectivo final a demonstração empírica da designação de “assimetria de estatuto étnico” utilizada nos estudos 2 e 3 deste trabalho em crianças daquela faixa etária (9 – 11 anos de idade).

ESTUDO A

Adaptação da tarefa experimental de Gaertner e colaboradores (1989) a crianças de 9-11 anos⁴

1. Objectivos

Como foi referido, o objectivo geral deste estudo foi adaptar a tarefa experimental utilizada por Gaertner e colegas em 1989 a crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos. Mais especificamente, tratou-se de proceder ao levantamento dos objectos a utilizar na resolução de um problema de sobrevivência semelhante ao *Winter Survival Problem* (Johnson & Johnson, 1975).

2. Método

2.1 Breve descrição do *Winter Survival Exercise* (Johnson & Johnson, 1975)

O objectivo do *Winter Survival Exercise* é comparar a eficácia de cinco métodos diferentes de tomada de decisão na resolução de um problema. Esses métodos, distinguem-se pelo facto de três deles utilizarem a discussão em grupo (decisão tomada por um líder designado após discussão, decisão tomada por um líder designado antes da discussão e decisão consensual) e dois não incluírem esta característica (decisão a partir da avaliação média do conjunto de participantes e decisão por um perito). A realização desta tarefa com adultos demorava aproximadamente duas horas. O problema de sobrevivência era apresentado aos participantes segundo a instrução abaixo descrita:

“Vocês acabaram de se despenhar num bosque a Norte do Minnesota e a Sul de Manitoba. São 11:32 da manhã de 15 de Janeiro. O avião em que seguiam despenhou-se num lago. O piloto e o co-piloto morreram. Pouco depois do despenhamento o avião afunda-se levando os corpos do piloto e do co-piloto.

⁴ O presente estudo foi desenvolvido entre os meses de Fevereiro a Abril de 2000.

Nenhum de vocês está gravemente ferido e as vossas roupas estão secas. O acidente aconteceu de repente, antes que o piloto tivesse tempo de pedir ajuda via rádio ou informar alguém da vossa localização. Assim que o piloto começou a tentar evitar a tempestade, vocês apercebem-se que tinham sido consideravelmente desviados da rota. Mesmo antes do despenhamento, o piloto conseguiu anunciar que estavam a cerca de 20 milhas a noroeste de uma pequena vila, a qual era a zona habitada conhecida mais próxima”.

Posteriormente à apresentação da situação, era pedido aos participantes que ordenassem 12 objectos⁵, de acordo com o grau de importância que a eles atribuíam numa situação de sobrevivência, o qual variava entre 1 – item mais importante – e 12 – item de menor importância.

O método de decisão utilizado por Gaertner *et al.* (1989) foi o consensual, relativamente ao qual era dada a seguinte instrução para a realização da tarefa:

“Este é um exercício de tomada de decisão em grupo. O vosso grupo deve aplicar o método consensual para chegar a uma decisão final. Isto significa que a ordenação que fizerem dos doze itens tem de ter a concordância de todos vocês antes de se tornar parte da decisão final. O consenso é difícil de atingir. Por isso, a pontuação dos itens não terá a aprovação de todos. Tentem, enquanto grupo, que a pontuação de cada item obtenha pelo menos um grau parcial de concordância”.

Após esta instrução, era fornecida aos participantes orientação para a chegada a um consenso e uma folha de registo da pontuação consensual atribuída a cada um dos doze itens de sobrevivência.

2.2 Procedimento

Após o contacto telefónico com várias escolas, durante o qual se explicaram os objectivos do estudo – resolução de um problema lúdico, baseado numa história de aventuras, em que as crianças teriam de identificar os objectos mais importantes para estar numa ilha deserta – e se solicitou a autorização para a sua realização, informaram-se os

⁵ Os objectos de sobrevivência considerados no exercício eram os seguintes: 1) uma bola de lã de aço, 2) jornais (1 para cada “sobrevivente”), 3) um compasso, 4) um machado pequeno; 5) um isqueiro sem gás, 6) uma pistola de calibre 45 carregada, 7) um mapa aéreo por secções plastificado, 8) uma peça de lona resistente de 6 X 6 m, 9) um conjunto de calças e camisola por “sobrevivente”, 10) uma lata de gordura, 11) 25cl de whisky e, 12) uma barra de chocolate de tamanho familiar.

professores do 4º ano de escolaridade da necessidade de testar uma tarefa de grupo que envolvia a resolução de um problema. Informaram-se os professores acerca do procedimento para esta fase e, em conjunto, encontrou-se a melhor forma de o fazer, de modo a não interferir no funcionamento normal das actividades lectivas.

Durante a apresentação dos investigadores às crianças na sala de aula, explicou-se o objectivo do estudo – resolução de um problema lúdico, baseado numa história de aventuras – e propôs-se a realização da tarefa. Mediante a aceitação em participar, foram seleccionadas trinta e sete crianças do 4º ano de escolaridade de forma aleatória, as quais foram encaminhadas para uma sala de aula vazia. Nessa sala, as instruções dadas para a realização da tarefa foram as seguintes:

“Somos (nomes dos experimentadores) e estamos a escrever uma pequena história de aventuras com crianças da vossa idade. Imaginem então que vocês são os personagens dessa história e que vocês vão fazer uma viagem à volta do mundo durante algum tempo num barco como este (apresentação da fotografia do barco da viagem – cf. Figura 3 – Foto 1). A determinada altura da viagem começa a ficar mau tempo, começa a chover muito e a fazer vento. Uma das velas do barco rasga-se e por isso terão de ir para terra durante alguns dias até que o barco seja reparado. Mas como estão com sorte, um de vocês repara que estão perto de uma ilha (apresentação da fotografia da ilha – cf. Figura 3 – Foto 2). Entretanto, lembram-se que dentro do barco existe um outro mais pequeno que os pode levar até lá (cf. Figura 3 – Foto 3). Esse barco leva poucas pessoas de cada vez e poucas coisas. Nesta altura surge a necessidade de vocês escolherem o que é mais importante levar para conseguirem viver durante alguns dias. O que nós gostávamos de saber é o que é que vocês acham que é necessário levar para conseguirem viver durante alguns dias até que o barco seja reparado. Vão então pensar um bocadinho sobre quais as coisas que acham necessárias levar e à medida que se vão lembrando escrevam o nome desses objectos na folha que têm na vossa frente (cf. Anexo 1A). Se tiverem alguma dificuldade em escrever alguma palavra, peçam-nos ajuda”.

Figura 3 – Fotografias utilizadas na apresentação do problema (Estudo A)

Foto 1: Barco da viagem

Foto 2: Ilha

Foto 3: Barco pequeno



Após o registo dos objectos no instrumento criado para o efeito (cf. Anexo 1A), informaram-se as crianças que a sua colaboração tinha sido muito importante para nos ajudar a escrever o livro de aventuras e encaminharam-se as crianças até à respectiva sala de aulas.

2.3 Instrumento

A medida criada para o levantamento dos objectos consistia numa folha de papel com a identificação da escola e do ano de escolaridade e 10 linhas em branco para as crianças responderem à questão “O que é que achas que é necessário levar para uma ilha deserta para se conseguir viver durante alguns dias?”. Após a apresentação da tarefa e a leitura da respectiva instrução, as crianças registavam os objectos nas linhas apresentadas (cf. Anexo 1A).

2.4 Participantes

O levantamento do vocabulário foi efectuado com base nas respostas dadas por trinta e sete crianças de ambos os sexos do 4º ano de escolaridade, com idades compreendidas entre os 9 e os 10 anos de idade, de uma escola pública do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Almada.

3. Resultados

O Quadro 1 apresenta a lista dessas palavras/objectos por ordem decrescente. Os critérios de selecção para a lista final de 10 objectos a utilizar na resolução do problema experimental foram os seguintes:

- Oito objectos mais referidos⁶ (com percentagens > 1);
- Escolha aleatória de 2 objectos entre o conjunto dos objectos menos referidos (com

⁶ Face à elevada percentagem que recebeu, o item comida foi utilizado como exemplo na escolha de objectos. Apesar de as categorias “mobiliário” e “produtos de higiene” terem recebido respectivamente, 7.3% e 5.8% das respostas, considerou-se que a sua utilização poderia ser pouco verosímil na ligação ao problema de sobrevivência, pelo que se optou pela escolha de outros itens da lista dos mais referidos que cumprissem os requisitos de selecção.

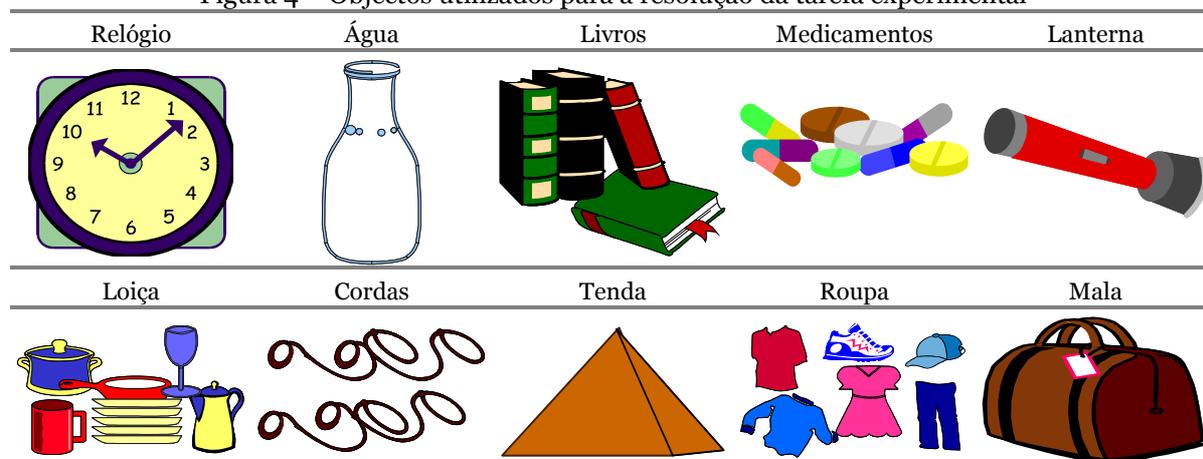
percentagens ≤ 1).

Quadro 1 – Frequência dos objectos referidos pelos participantes

ITENS	N	%	ITENS	N	%
Roupa	88	26,8	Machado	2	0,6
Comida	73	22,3	Lenha	2	0,6
Mobiliário	24	7,3	Ferramentas	2	0,6
Água	22	6,7	Cordas	2	0,6
Loiça	21	6,4	Cana de pesca	2	0,6
Produtos de higiene	19	5,8	Velas	1	0,3
Tenda	17	5,2	Vacinas	1	0,3
Medicamentos	15	4,6	Telemóvel	1	0,3
Relógio	5	1,5	Plantas	1	0,3
Livros	5	1,5	Lanternas	1	0,3
Mala	3	1,0	Gasolina	1	0,3
Caneta	3	0,9	Computador	1	0,3
Brinquedos	3	0,9	Cartas	1	0,3
Ventoinha	2	0,6	Câmara de filmar	1	0,3
Salva vidas	2	0,6	Calendário	1	0,3
Prancha de surf	2	0,6	Bóia	1	0,3
Mapa	2	0,6	Âncora	1	0,2
Total de respostas				306	100,0

Considerando os critérios acima referidos, a lista final dos objectos integrava os seguintes itens: roupa, água, relógio, livros, lanterna, medicamentos, tenda, loiça, mala e cordas. Este conjunto de objectos foi utilizado nos três estudos experimentais principais que dão forma ao corpo empírico desta tese, tendo-se criado cartões com figuras ilustrativas para cada um deles (cf. Figura 4).

Figura 4 – Objectos utilizados para a resolução da tarefa experimental



ESTUDO B

Teste ao procedimento experimental e medidas dependentes⁷

1. Objectivos

Os objectivos que nortearam este estudo prendem-se com a adaptação das manipulações de quatro representações cognitivas do agregado durante a interacção entre os grupos – Categorização, Descategorização (Brewer e Miller (1984), Recategorização (Gaertner *et al.*, 1989; 1993) e Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000) – a crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos, bem como o teste às medidas dependentes utilizadas.

Relativamente ao procedimento experimental, procurámos identificar aspectos práticos, como por exemplo, a duração total, a correcta compreensão e a credibilidade das instruções fornecidas aos participantes, de modo a conseguirmos estabelecer uma interacção intergrupala interessante e semelhante à utilizada por Gaertner e colegas (1989) com adultos.

Quanto ao teste às medidas dependentes, interessou-nos perceber se estas eram compreendidas adequadamente por crianças daquele grupo etário e se os resultados reflectiam diferentes avaliações, consoante a condição experimental em que os participantes se encontravam.

2. Método

2.1 Participantes

Os participantes neste estudo foram noventa e seis crianças de origem portuguesa, de

⁷ O presente estudo foi desenvolvido entre Fevereiro e Abril de 2000.

ambos os sexos e que frequentavam o 4º ano de escolaridade do 1º ciclo do ensino básico de duas escolas públicas da Área Metropolitana de Lisboa. Estas crianças foram distribuídas aleatoriamente por condição conforme o que se apresenta no Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição dos participantes, por condição experimental e sexo

SEXO DOS PARTICIPANTES	CONDIÇÃO EXPERIMENTAL				Total
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade	
Masculino	12	12	12	12	48
Feminino	12	12	12	12	48
Total	24	24	24	24	96

2.2 Procedimento experimental

O procedimento utilizado para a recolha de informação foi idêntico ao descrito anteriormente no estudo A (contacto telefónico, apresentação dos objectivos do estudo ao conselho executivo das escolas e aos professores do 4º ano de escolaridade). A selecção das crianças participantes foi feita com base numa listagem de turma fornecida pelos professores e/ou conselho directivo das escolas, da qual constava informação referente ao sexo, idade, n.º de anos a frequentar o 1º ciclo e origem étnica dos alunos (cf. Anexo 1D). Os grupos eram homogéneos relativamente ao sexo, ou seja, os grupos eram formados só por rapazes ou só por raparigas. A selecção da condição experimental a realizar era feita à priori e de forma aleatória.

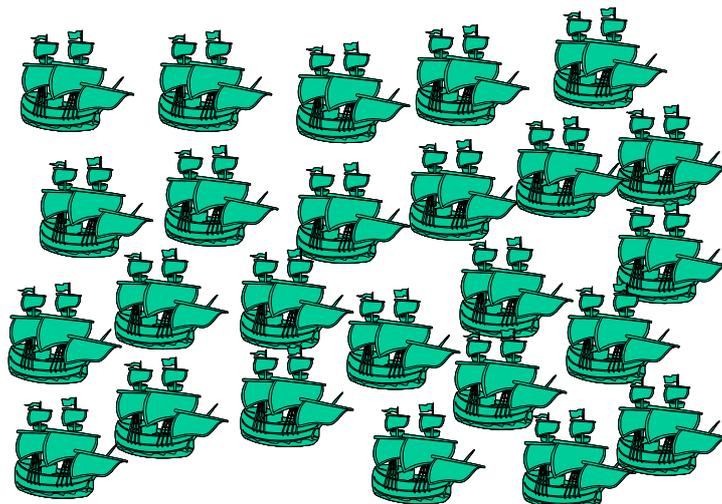
2.2.1 Formação dos subgrupos (3 elementos)

A categorização dos participantes em dois subgrupos de três elementos foi obtida através da estimativa do número de barcos apresentados numa prancha, de forma semelhante à utilizada nos estudos com grupos mínimos (Tajfel *et al.*, 1971). No presente estudo, e à semelhança do que foi efectuado por Tajfel e colegas (1971) e outros autores, os investigadores apresentavam a referida prancha durante 7 segundos (cf. Figura 5) e em seguida solicitava-se aos participantes que escrevessem o número de barcos que aí pensavam estar desenhados, num instrumento especialmente criado para o efeito (cf. Anexo 1B). A

instrução dada, pelos investigadores, nesta fase do procedimento era a seguinte:

“Antes de vocês nos ajudarem no problema que aqui nos trouxe queríamos fazer primeiro um jogo convosco para nos ajudar a dividir-vos em dois grupos. No desenho que vos vamos apresentar estão vários barcos e o que vocês têm de fazer é tentar contá-los o mais depressa que puderem e escrever nesta folha de papel o número de barcos que acham que lá estão. Estão preparados? Então, podemos começar”.

Figura 5 – Exemplo da prancha apresentada para a formação dos subgrupos



A instrução dada aos participantes para a sua categorização em dois subgrupos era a seguinte:

“Apesar de nenhum de vocês ter acertado no nº exacto de barcos que havia na prancha, aconteceu uma coisa engraçada. Três de vocês disseram que havia mais barcos na prancha do que realmente existia e vão ser um grupo (subgrupo A) e os outros três disseram que havia menos barcos do que realmente havia e vão ser outro grupo (subgrupo B). O subgrupo A vai agora para aquele lado da sala com o (nome do investigador) e o outro fica deste lado comigo”.

Após esta categorização, cada um dos subgrupos resolvia a tarefa experimental – selecção dos objectos – em lados opostos da sala, sentados à volta de uma pequena mesa com cada um dos experimentadores. Antes da resolução do problema, e com o objectivo de acentuar a coesão dentro dos subgrupos, o experimentador colocava uma etiqueta da mesma cor a cada membro dos dois subgrupos (etiqueta azul para o subgrupo A e etiqueta vermelha para o subgrupo B) e em seguida solicitava a criação de um nome para o grupo. Esta

instrução era igual para os dois subgrupos em todas as condições experimentais. A tarefa consistia em seleccionar os cinco objectos mais importantes, entre um conjunto de dez, para levar para uma ilha deserta durante alguns dias enquanto as crianças aguardavam que o barco em que seguiam viagem fosse consertado. A instrução dada a esta altura da sessão experimental era igual para os dois subgrupos em todas as condições e consistia no seguinte:

“Imaginem que vocês vão fazer uma viagem à volta do mundo durante algum tempo num barco como este (apresentação da fotografia do barco da viagem – cf. Figura 3 – Foto 1). A determinada altura da viagem começa a ficar mau tempo, começa a chover muito e a fazer vento. Uma das velas do barco rasga-se e por isso terão de ir para terra durante alguns dias até que o barco seja reparado. Mas como estão com sorte, um de vocês repara que estão perto de uma ilha (apresentação da fotografia da ilha – cf. Figura 3 – Foto 2). E é aqui precisamente que entra o jogo de que vos falámos. Então é assim: como o barco que vos vai levar a até à ilha é pequeno (apresentação da fotografia do barco pequeno – cf. Figura 3 – Foto 3) e como vocês não podem levar tudo que está dentro do barco vão ter de escolher entre dez coisas possíveis, as 5 mais importantes para ficar na ilha durante alguns dias até que tudo esteja pronto. Vou então mostrar-vos que coisas são essas, para vocês poderem escolher (apresentação dos cartões dos dez objectos – cf. Figura 4)”.

Após a instrução, os grupos escolhiam os cinco objectos mais importantes para levar para a ilha e registavam essa escolha numa folha de papel. A partir deste momento, eram introduzidas as diferentes manipulações experimentais (Categorização – controlo, Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade).

2.2.2 Manipulação das representações cognitivas do agregado durante a interacção

2.2.2.1 Manipulação experimental na condição de categorização (controlo) (Dois Grupos).

Na condição de categorização (controlo), e após a primeira resolução do problema, os três elementos dos dois subgrupos (subgrupos A e B) sentavam-se, de forma segregada, de frente uns para os outros em duas mesas separadas, mantendo a cor das etiquetas e os nomes dos seus subgrupos de modo a manter presente a categorização em dois grupos. Sob esta configuração, o experimentador anunciava que se seguia uma segunda fase da experiência (jogo), na qual cada um dos grupos iria apresentar ao outro os objectos escolhidos e as razões inerentes a essa escolha, introduzindo-se assim a fase de interacção intergrupla. Nesta altura,

de acordo com o procedimento adotado por Gaertner e colaboradores (1989), e de forma a reforçar a representação cognitiva em “dois grupos” separados, os investigadores referiam a existência de um prémio para a melhor solução (o subgrupo cuja escolha e respectivos argumentos fossem melhores), e que essa decisão seria tomada pelos investigadores, após a comparação das respostas e do desempenho dos dois subgrupos.

“Agora o grupo X vai apresentar o seu grupo (nome do grupo) e a solução encontrada ao grupo Y e a seguir o grupo Y faz o mesmo em relação ao grupo X. Concentrem-se agora nas vossas escolhas e nas razões pelas quais escolheram esses objectos porque o grupo que der a melhor resposta tem a possibilidade de ganhar um prémio. Estão preparados? Então vamos começar”.

Após a apresentação da solução encontrada pelos dois subgrupos, os experimentadores mantinham as crianças sentadas nas mesmas posições e com as etiquetas colocadas, e procediam à aplicação das medidas dependentes. Após o preenchimento dos protocolos, procedia-se o *debriefing* da situação experimental, informando que as respostas dos dois subgrupos tinham sido igualmente muito boas e que por isso ambos os grupos iriam receber o prémio. Após a entrega do prémio, as crianças retornavam às suas salas de aula.

2.2.2.2 Manipulação experimental na condição de descategorização (Indivíduos Separados).

Na condição de descategorização, e após a primeira resolução do problema, os 6 participantes eram sentados alternadamente (ABABAB) em mesas individuais viradas para o centro da sala, de modo a salientar a individualização da interacção. Antes de se sentarem segundo a nova disposição, os investigadores retiravam as etiquetas azuis e vermelhas dos subgrupos iniciais e forneciam uma nova etiqueta de cor diferente para cada um dos seis elementos (amarelo, laranja, cinzento, verde, roxo e azul turquesa).

Após a atribuição de novas etiquetas, cada criança sentava-se na mesa correspondente à sua cor e nessa altura o investigador dava novas instruções:

“Agora vamos fazer o jogo de forma diferente de há pouco: o que nós agora gostaríamos de saber é o que cada um de vocês pensa sobre o problema que resolveram em grupo. Por isso pedíamos que resolvessem novamente o problema sozinhos. Antes de começarem escrevam o vosso primeiro nome nessa prancha onde vão colar os cartões com os objectos que escolherem. Depois identifiquem os cinco objectos que cada um de vocês acha que são mais

importantes para levar para a ilha. Depois de escolherem, cada um de vocês vai apresentar-se e dizer aos outros quais os objectos que escolheu e porquê”.

Antes de os participantes iniciarem a tarefa, os investigadores davam a seguinte instrução:

“Antes de começarem queremos dizer-vos que vamos dar um prémio à melhor resposta de vocês os seis. Estão prontos? Então podemos começar!”.

Após a resolução individual da tarefa e da comunicação da solução individual a todos os participantes e aos investigadores, eram aplicadas as medidas dependentes, mantendo as crianças nos mesmos lugares e com as etiquetas postas.

A situação experimental era desfeita pelos investigadores ao dizerem a todas as crianças que as suas respostas tinham sido igualmente muito boas, que tinha sido muito difícil escolher a melhor e que por isso haviam decidido dar o prémio a todos. Após a entrega do prémio, as crianças voltavam às salas de aula acompanhadas por um dos investigadores.

2.2.2.3 Manipulação experimental na condição de recategorização (Grupo Único).

Na condição experimental de recategorização, os dois subgrupos após terem resolvido o problema em dois grupos separados (tal como na condição de controlo) eram dirigidos até outra parte da sala experimental onde se encontrava uma mesa grande. Aí, eram sentados de forma integrada, alterando os elementos dos subgrupos A e B (ABABAB) à volta da mesa e eram-lhes retiradas as etiquetas correspondentes aos subgrupos iniciais. Nessa altura, o investigador dava a instrução que visava introduzir a representação do agregado como “Grupo Único”, formado a partir dos dois subgrupos em presença:

“Agora vamos resolver o problema outra vez mas com uma diferença. Antes de mais vão tirar as etiquetas de há pouco e colocar estas novas (etiquetas verdes), que como vocês vêem são todas da mesma cor e escolher um novo nome para o novo grupo de 6 meninos(as). Depois de escolherem o nome para o novo grupo de 6 meninos(as), um de vocês escreve-o na prancha onde vão colocar os cartões dos objectos que escolherem. Como já perceberam agora a resolução do problema vai ser feita em apenas um grupo e todos têm de participar na escolha dos objectos. Como há pouco, quando estiveram a escolher em dois grupos, têm de estar de acordo em relação aos objectos escolhidos e, por isso, se algum de vós não estiver de acordo em relação a um objecto têm de escolher outra coisa ou chegar a um acordo entre vocês”.

À semelhança da condição de categorização, e de modo a aumentar o interesse dos participantes pela tarefa, os experimentadores forneciam a seguinte instrução:

“Concentrem-se bem nesta fase do jogo, porque vamos comparar as vossas respostas com as respostas dadas por outros meninos de outras escolas com quem já fizemos este jogo e se as vossas escolhas forem melhor que as deles no final damos um prémio a todos vocês. Estão prontos? Então, podem começar!”.

Após a resolução da tarefa pela segunda vez e da comunicação ao investigador da solução encontrada pelo grupo de 6 elementos, eram aplicadas as medidas dependentes, mantendo as crianças nos mesmos lugares e com as etiquetas do novo grupo colocadas.

A situação experimental era desfeita pelos investigadores ao informarem o grupo de que a sua resposta tinha sido tão boa ou melhor do que a de outros grupos de outras escolas e que por isso iriam receber o prémio. Após a entrega do prémio, as crianças voltavam às salas de aula acompanhadas por um dos investigadores.

2.2.2.4 Manipulação experimental na condição de dupla identidade (Dois Subgrupos numa Equipa).

Na representação cognitiva de Dupla Identidade, e de forma a tornar saliente a pertença subgrupual, as crianças após terem resolvido a tarefa experimental em dois subgrupos eram dirigidas até outra parte da sala onde se encontrava uma mesa grande. Aí eram sentados se forma segregada, ou seja, cada subgrupo de frente um para o outro (como na condição de controlo), não lhes sendo retiradas as etiquetas correspondentes. De forma a simultaneamente induzir a categoria supraordenada, e a manter saliente as fronteiras subgrupais, os investigadores davam a seguinte instrução:

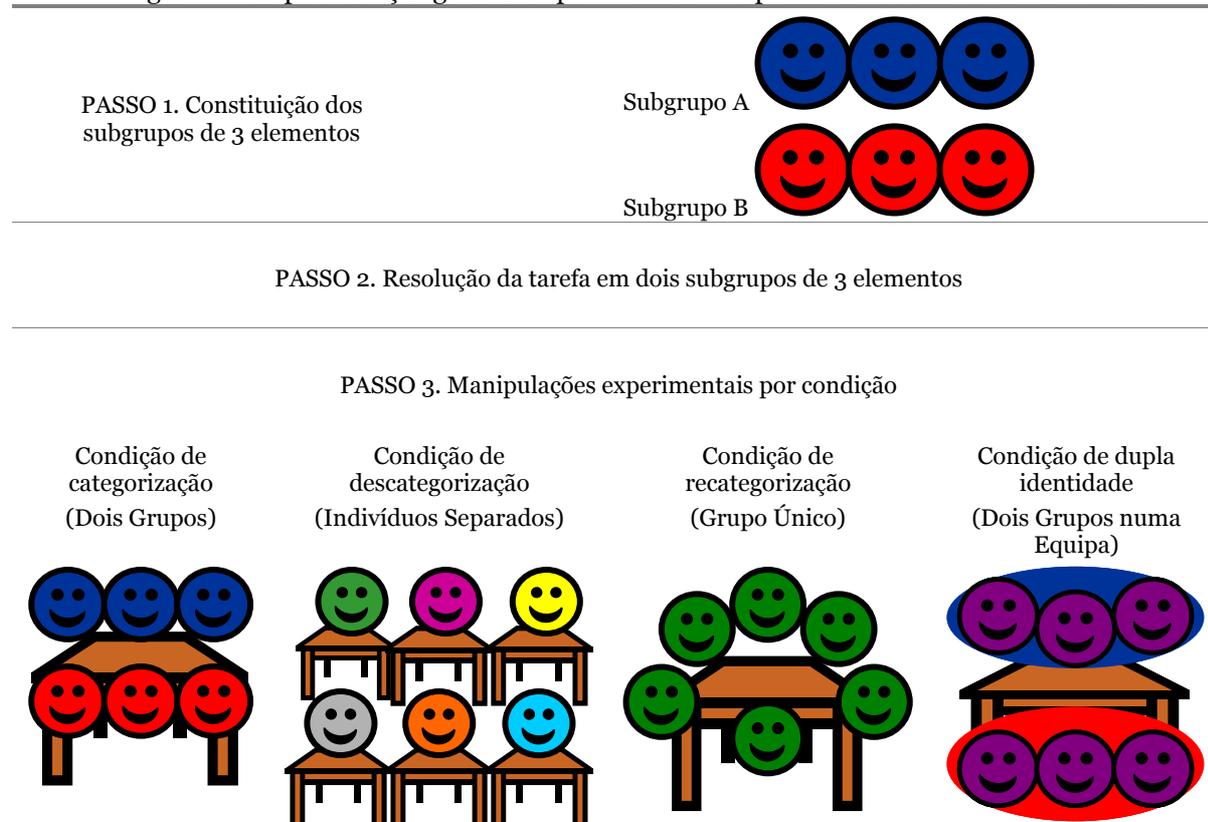
“Agora vamos resolver o problema novamente mas com algumas diferenças. Em primeiro lugar vocês vão fazer parte de uma equipa de 6 pessoas que tem lá dentro o grupo dos azuis (nome escolhido pelo subgrupo azul na primeira fase) e o grupo dos vermelhos (nome escolhido pelo subgrupo vermelho na primeira fase). Mas antes de vos dizermos como é que vão fazer o jogo outra vez vamo-vos dar uma outra etiqueta da cor da vossa equipa (etiqueta roxa) que vocês colocam ao lado da outra. Em seguida vocês têm de escolher um nome para a vossa equipa e escrever esse nome nesta prancha onde vão colocar os cartões dos objectos que escolherem. Não se esqueçam que para além do nome da equipa de 6 têm de escrever o nome dos vossos grupos de 3 meninos(as)”.

A instrução posteriormente fornecida para a resolução da tarefa era a seguinte:

“Como já perceberam, agora a resolução do problema vai ser feita em equipa, com todos vocês a participar na escolha dos cinco objectos. Como há pouco, quando estiveram a escolher os objectos em dois grupos, têm de estar de acordo em relação aos objectos escolhidos e por isso, se algum de vocês não estiver de acordo em relação a um objecto têm de escolher outra coisa ou chegar a um acordo entre vocês. Atenção a outra coisa. Nós vamos comparar as respostas da vossa equipa com as respostas dadas por outros meninos de outra escola com quem já fizemos este jogo. Se as vossas respostas forem tão boas ou melhores que as deles, no final damos um prémio à vossa equipa. Podem então começar”.

Após a resolução da tarefa e da comunicação aos investigadores da solução encontrada, foram aplicadas as medidas dependentes, mantendo as crianças nos mesmos lugares e com as etiquetas da categoria supraordenada e dos subgrupos originais colocadas (vermelhas e roxas ou azuis e roxas) (cf. Figura 6).

Figura 6 – Representação gráfica do procedimento experimental utilizado no Estudo B



O *debriefing* da situação experimental era efectuado pelos investigadores ao

afirmarem que a resposta daquela equipa composta por aqueles dois subgrupos tinha sido tão boa ou melhor do que as respostas de outras equipas de outras escolas e que por isso todos iriam receber o prémio. Após a entrega do prémio, as crianças voltavam à sala de aula acompanhadas por um dos investigadores.

2.3 Medidas dependentes

2.3.1 Descrição do protocolo de medidas

O protocolo com as medidas dependentes foi aplicado imediatamente após a apresentação da solução encontrada pelos participantes aos investigadores, com as crianças sentadas nas posições em que resolveram a tarefa experimental.

A primeira página do protocolo das medidas dependentes (cf. Anexo 1E) referia-se à verificação da manipulação experimental, ou seja, à identificação da representação cognitiva do agregado durante a interacção, a qual possuía quatro hipóteses de resposta, designadamente:

1) Nós os(as) seis escolhemos em conjunto as coisas que queríamos levar no barco (condição *recategorização*);

2) Nós os(as) três explicámos aos(às) outros(as) três quais as coisas que queríamos levar no barco (condição *categorização*);

3) Eu escolhi as coisas que queria levar no barco (condição *descategorização*);

4) O nosso grupo de três meninos(as), em conjunto com o outro grupo de três meninos(as), escolheu as coisas que a nossa equipa de seis meninos(as) queria levar no barco (condição *dupla identidade*).

Nesta primeira parte, era pedido aos participantes que escolhessem a frase que melhor descrevia a última situação de interacção sob a qual tinham resolvido a tarefa, o que implicava a escolha de uma e apenas uma das opções apresentadas.

A justificação para a escolha das medidas dependentes orientou-se em função de dois

argumentos. Por um lado, acompanhando o trabalho seminal de Gaertner e colegas (1989), as medidas dependentes deveriam ser centradas na resolução do problema experimental que estava na base da interação directa entre os grupos e, por outro, deveriam acompanhar a literatura empírica sobre produção de enviesamento intergrupalo.

De acordo com Brewer (1979), a distinção entre favoritismo endogrupal e desvalorização do exogrupo (*outgroup derogation*) nem sempre está presente na investigação com o paradigma dos grupos mínimos, na medida em que não se esclarece se o enviesamento intergrupalo se traduz numa valorização do endogrupo, ou numa diminuição do valor dado ao exogrupo, ou ambas. Na revisão que a autora faz sobre estudos com grupos mínimos (*idem*, 1979), concluiu que neste paradigma os membros dos grupos estão mais preocupados com o favorecimento do seu próprio grupo do que com uma ameaça directa ao exogrupo. A investigação sobre a discriminação intergrupalo, ou seja, sobre favoritismo endogrupal/discriminação exogrupal tem-se centrado sobretudo no benefício que os membros dos grupos atribuem ao seu próprio grupo na distribuição ou na avaliação de características positivas (Amiot & Bourhis, 2003).

Face ao exposto, integrámos dois atributos de natureza avaliativa – a competência e o egoísmo – e uma medida comportamental – a atribuição de recursos.

A escolha do atributo negativo ficou a dever-se ao que a literatura sobre o efeito da assimetria positivo-negativo na discriminação intergrupalo tem evidenciado (Mummendey & Otten, 1998; Mummendey, Simon, Dietze, Gruenert, Haeger, Kessler, Lettgen, & Schaeferhoff, 1992; Marinho, 2005). De forma sintética, esta linha de investigação tem demonstrado que a categorização conduz a menores comportamentos de discriminação intergrupalo quando o que existe para distribuir entre os grupos são conteúdos negativos (mais horas de trabalho) do que quando são positivos (dinheiro). Para além disso, é necessário que se cumpram condições como a saliência da categorização na interação entre os grupos e a pertença a grupos minoritários e/ou de baixo estatuto para que se verifique a existência de discriminação intergrupalo quando o conteúdo da medida é negativo. Nestes

casos, as condições acima referidas servem para manter a discriminação negativa, na medida em que elas implicitamente legitimam comportamentos de discriminação socialmente indesejáveis (Amiot & Bourhis, 2003).

Considerando que os estudos que compõem este trabalho convocam grupos de diferente estatuto étnico na interação, e em um deles a categorização étnica encontra-se saliente durante a interação (estudo 3), considerámos importante testar o comportamento dos três modelos na redução do enviesamento intergrupar quando um dos atributos avaliativos é negativo.

Assim, cada participante avaliou os restantes cinco nos atributos de *Competência* e de *Egoísmo*, segundo uma escala de *Likert* de 4 pontos (4 = muito; 3 = assim, assim; 2 = pouco; 1 = nada) (cf. Anexo 1E).

A terceira medida dependente consistiu na atribuição de recursos em resposta à pergunta “Imagina que havia um prémio para dar aos(as) meninos(as) que estiveram a jogar este jogo e que esse prémio eram lápis de cor especiais”. Nesta medida, as crianças tinham de escrever na folha do protocolo quantos lápis de cor queriam oferecer a cada um dos 5 participantes. De forma a não dificultar a atribuição de valores a cada participante a medida não apresentava valores limite (mínimo e máximo) para o nº de recursos atribuíveis (cf. Anexo 1E).

2.3.1.1 Organização dos protocolos de medidas dependentes

A apresentação das medidas dependentes foi efectuada consoante as quatro condições experimentais.

As medidas de avaliação social (atributos *Competente* e *Egoísta*) eram precedidas, em todas as condições, pela seguinte instrução “Pensa no que se passou nesta sala enquanto estiveram a fazer o jogo e diz agora como é que são os(as) outros(as) meninos(as)”. Em seguida, os participantes liam diferentes instruções, consoante a condição para a qual tinham sido aleatoriamente seleccionados.

No protocolo referente à condição de controlo (categorização), os cinco participantes

eram apresentados em dois grupos: dois participantes para o endogrupo e três participantes para o exogrupo. Antes da avaliação de cada um dos subgrupos, os participantes liam a seguinte instrução: “Pensa no grupo X (nome do endogrupo). Pensa agora na(o) [nome de cada criança]. Até que ponto é que achas que ela(ele) jogou bem e foi egoísta”. A instrução apresentada antes da avaliação do exogrupo era a mesma que a anterior, diferindo apenas no número de elementos que constituíam o grupo (3 crianças).

No protocolo respeitante à condição de recategorização eram apresentados os nomes dos 5 participantes e as medidas eram precedidas do estímulo “Pensa no grupo X (nome do grupo único). Pensa agora no(a) [nome de cada criança]. Até que ponto é que achas que ela(ele) jogou bem e é egoísta. Esta última instrução era repetida mais quatro vezes, de modo a que cada criança avaliasse os restantes membros do grupo único (membros do endo- e do exogrupo) de forma alternada.

No protocolo referente à condição de descategorização os participantes avaliavam os 5 elementos nos dois atributos sem que lhes fosse apresentada qualquer indicação referente aos anteriores subgrupos. O estímulo apresentado era o seguinte: “Pensa agora no(a) [nome de cada criança]. Até que ponto é que achas que ela(ele) jogou bem e foi egoísta”.

Finalmente, no que se refere ao protocolo respeitante à condição de dupla identidade eram simultaneamente apresentados os nomes da equipa de 6 elementos e os nomes dos subgrupos [“Pensa na equipa X (nome do grupo único) e no grupo Y (nome do subgrupo). Até que ponto é que achas que ela(ele) jogou bem e é egoísta]. Esta instrução era apresentada mais uma vez de forma às crianças poderem avaliar os membros do outro subgrupo.

A medida de atribuição de recursos teve um formato semelhante ao da apresentação dos atributos. Desta forma, era precedida em todos os protocolos pela instrução: “Imagina que havia um prémio para dar aos(às) meninos(as) que estiveram a jogar este jogo e que esse prémio eram lápis de cores especiais. Quantos lápis de cor é que queres dar aos(às) meninos(as) que estiveram aqui a fazer o jogo?”. Em seguida apresentavam-se os nomes dos participantes previamente organizados de acordo com a condição experimental em que se

encontravam.

2.3.1.2 Criação de medidas síntese para as avaliações do endogrupo e do exogrupo

Para efeitos de apresentação de resultados, foram calculadas variáveis referentes à avaliação do endogrupo e do exogrupo em todas as medidas dependentes consideradas.

Assim, nos atributos *Competente* e *Egoísta* e na medida de atribuição de recursos (nº de lápis), a avaliação do endogrupo e a avaliação do exogrupo foram calculadas a partir das fórmulas apresentadas abaixo, considerando a natureza quantitativa das medidas:

$$\text{Endogrupo} = \sum (\text{membro A} + \text{membro B})/2$$

$$\text{Exogrupo} = \sum (\text{membro A} + \text{membro B} + \text{membro C})/3$$

De acordo com as fórmulas apresentadas, criaram-se três variáveis referentes à avaliação do endogrupo, designadamente, avaliação do endogrupo no atributo *Competente*, no atributo de *Egoísta* e na atribuição de recursos, em que as duas primeiras variaram entre 1 e 4 (correspondendo ao número de pontos da escala de *Likert* sobre a qual se obtiveram as respostas) e a terceira – atribuição de recursos – variou entre o mínimo valor médio e o máximo valor médio de recursos atribuídos ao endogrupo. A avaliação do exogrupo recebeu um tratamento semelhante ao apresentado em relação ao endogrupo, apenas diferindo no número de participantes que integrava a fórmula específica para este cálculo (3 elementos ao invés de 2).

3. Verificação da manipulação e teste das medidas dependentes

3.1 Identificação da representação cognitiva do agregado durante a interacção (verificação da manipulação)

De forma a se testar o sucesso das manipulações experimentais utilizadas neste estudo efectuou-se um teste de qui-quadrado entre a condição e a representação do agregado durante a interacção identificada pelos participantes, cujos resultados apresentamos no Quadro 3.

Quadro 3 – Representação do agregado durante a interacção, por condição experimental

		CONDIÇÃO EXPERIMENTAL					Total
		Categorização	Descategorização	Recategorização	Dupla Identidade		
REPRESENTAÇÃO COGNITIVA DO AGREGADO	Categorização	N	19	1	2	3	25
		%	79,2%	4,2%	8,3%	12,5%	26,0%
		RA	6.8	-2.8	-2.3	-1.7	-----
	Descategorização	1989	80,0%	-----	-----	-----	-----
		N	4	22	2	0	28
		%	16,7%	91,7%	8,3%	0,0%	29,2%
	Recategorização	RA	-1.6	7.8	-2.6	-3.6	-----
		1989	-----	67,50%	-----	-----	-----
		N	1	1	20	0	22
	Dupla Identidade	%	4,2%	4,2%	83,3%	0,0%	22,9%
		RA	-2.5	-2.5	8.1	-3.1	-----
		1989	-----	-----	71,7%	-----	-----
	Total	N	0	0	0	21	21
		%	0,0%	0,0%	0,0%	87,5%	21,9%
		RA	-3.0	-3.0	-3.0	9.0	-----
		N	24	24	24	24	96
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Legenda: Os valores apresentados na linha indicada como 1989 correspondem aos encontrados por Gaertner e colegas (1989) na verificação das manipulações experimentais; RA = valores residuais ajustados.

Assim, verificamos uma associação estatisticamente significativa entre aquelas variáveis ($\chi^2 = 193.1$; gl = 9; $p < .001$). A análise dos valores residuais ajustados indica-nos que existe uma coincidência entre cada condição e a correspondente representação cognitiva (valores positivos mais elevados nas células de correspondência comparativamente a valores negativos inferiores encontrados nas células de descoincidência). Assim, foi possível demonstrar que as manipulações experimentais foram bem sucedidas na indução das representações cognitivas do agregado durante a interacção entre os grupos.

Como podemos observar, 79,2% (N=19) dos participantes na condição de categorização identificaram correctamente a representação cognitiva do agregado durante a interacção, sendo este valor ligeiramente abaixo do encontrado por Gaertner e colegas (1989) para esta condição. Nas condições experimentais de recategorização e de descategorização, o número de participantes que identifica correctamente a representação cognitiva do agregado aumenta, respectivamente, para 91.7% (N = 22) e para 83.3% (N=20), tomando por referência os valores encontrados por aqueles autores. No que se refere à condição de dupla

identidade, e porque o estudo de 1989 não apresentava aquela condição no desenho experimental, não possuímos termo de comparação, mas como o valor de coincidência entre a condição e a representação cognitiva do agregado identificada pelos participantes recebe um valor idêntico ao da recategorização, aceitou-se a estrutura geral do procedimento experimental (formação dos subgrupos, procedimento e manipulações experimentais), replicando-a nos estudos seguintes e identificando, quando necessário, as alterações específicas que foram introduzidas (Estudo 3).

3.2 Teste às medidas dependentes

Os resultados referentes às medidas dependentes irão ser apresentados ao nível individual e dizem apenas respeito aos oitenta e dois participantes que identificaram correctamente a condição experimental em que se encontravam. Assim, foram consideradas as respostas de 19 participantes na condição de categorização, 20 na condição de descategorização, 22 na condição de recategorização e 21 na condição de dupla identidade.

O teste às medidas dependentes englobou a análise do nível de consistência interna obtido para os dois atributos – de forma a perceber se estes poderiam ser ou não reunidos numa única dimensão (avaliação social) – e a análise da distribuição da medida de atribuição de recursos (para o endo- e o exogrupo), no que se refere à presença de valores extremos na distribuição (*outliers*), considerando a natureza desta medida⁸.

De forma a testar o efeito da condição sobre as avaliações do grupo-alvo, executaram-se análises de variância com medidas repetidas tomando as avaliações do endo- e do exogrupo como variáveis dependentes intra-sujeitos e a condição como factor independente. Apesar de a literatura sobre a eficácia dos modelos de redução não referir efeitos significativos do sexo dos participantes, considerámos a inclusão desse factor nas análises de variância efectuadas e os resultados que dela derivarem irão ditar a sua eventual inclusão nos

⁸ A medida de atribuição de recursos não obrigava os participantes a distribuir um número limitado de recursos, pelo que as crianças tinham total liberdade em decidir a quantidade de recursos que desejavam atribuir a cada um dos participantes.

desenhos factoriais dos estudos subsequentes.

3.2.1 Análise das distribuições

Como podemos observar através do Quadro 4, as distribuições da avaliação do endo- e do exogrupo nos atributos *Competente* e *Egoísta*, variaram entre o ponto mínimo da escala (1=nada) e o valor máximo (4=muito). A avaliação média dos participantes no atributo positivo (Competência) indica que os membros dos dois grupos são percebidos como tendencialmente muito competentes a realizar a tarefa experimental (jogar o jogo), na medida em que os valores médios se situam acima do ponto médio teórico da escala de resposta (2.5).

Na avaliação do atributo negativo (Egoísmo), a média das crianças participantes considera os elementos dos dois grupos (endo- e exogrupo) como pouco ou nada egoístas durante a realização da tarefa, na medida em que o valor médio de ambas as avaliações se situa abaixo do ponto médio da escala (2.5) (cf. Quadro 4).

No que se refere à análise do índice de consistência interna (α de Cronbach) entre as avaliações dos participantes nos dois atributos e para cada um dos grupos-alvo, obtivemos valores que sugerem um fraco nível de consistência entre as duas medidas. Assim, e apoiados neste resultado, os dois atributos serão doravante tratados como medidas independentes, não sendo, por isso, reunidos numa única dimensão de avaliação social (cf. Quadro 4).

Quadro 4 – Estatística descritiva e índice de consistência interna da avaliação do grupo-alvo para os atributos competência e egoísmo

Avaliações	Atributos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Consistência interna (α)
Endogrupo	Competente	81	1.0	4.0	3.6	.59	-.37
	Egoísta	81	1.0	4.0	1.5	.92	
Exogrupo	Competente	82	1.7	4.0	3.3	.52	-.58
	Egoísta	81	1.0	4.0	1.6	.74	

A análise da distribuição da medida de atribuição de recursos é a que se apresenta no Quadro 5.

Quadro 5 – Estatística descritiva da avaliação do grupo-alvo para a medida de atribuição de recursos

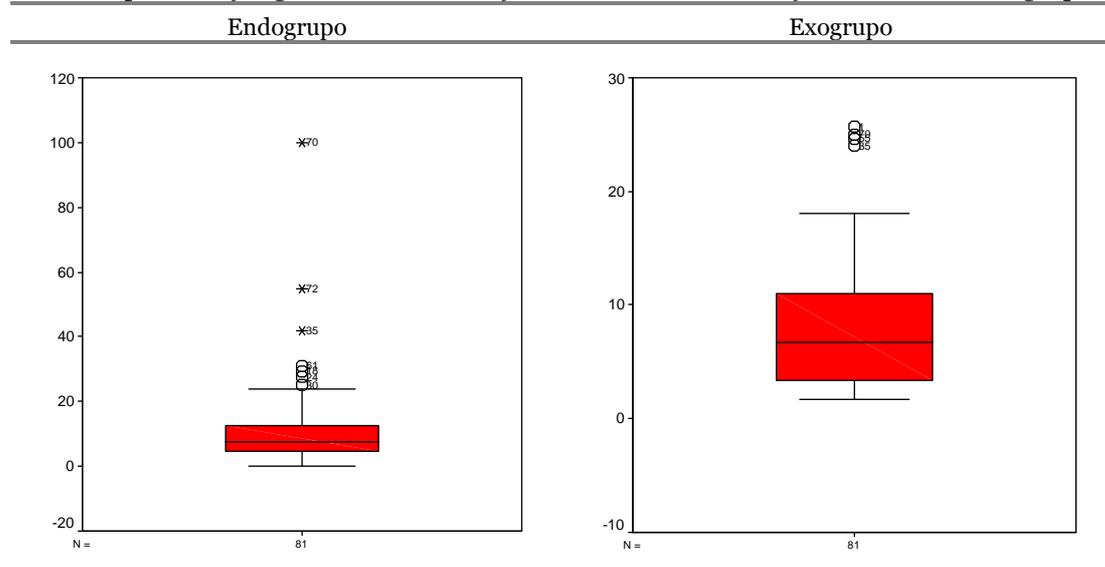
Avaliações	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Endogrupo	81	.00	100.00	11.5	13.7
Exogrupo	81	1.67	25.67	7.98	6.01

Como podemos observar, a média das avaliações do endo- e do exogrupo indica que os participantes atribuíram, em média, 8 a 12 lápis a cada um dos grupos, e que a dispersão destas distribuições é elevada, considerando os valores de desvio-padrão obtidos. Face a estes resultados, e porque suspeitamos da presença de valores extremos que justificariam a elevada variância/dispersão obtida, fomos analisar as duas distribuições desse ponto de vista.

De facto, e como vemos ilustrado graficamente na Figura 7, ambas as distribuições apresentam valores extremos: 7 casos na distribuição dos recursos aos membros do endogrupo e 4 casos na distribuição dos recursos aos membros do exogrupo.

Em função destes resultados, optámos pela transformação das duas variáveis, de modo a não perder informação individual e a resolver o problema da não normalidade das distribuições.

Figura 7 – Representação gráfica da distribuição da medida de atribuição de recursos aos grupos-alvo



Os procedimentos estatísticos paramétricos utilizados na investigação assumem a normalidade das distribuições das variáveis utilizadas. No entanto, e de acordo com Micceri (1989), essa normalidade raramente tende a ser comprovada em áreas como a das Ciências Sociais, e em particular, a da Psicologia.

Duas das razões mais frequentemente apontadas para a justificação da não normalidade das distribuições é a presença de valores extremos (*outliers*). No entanto, o actual debate na literatura é sobre se esses valores extremos devem ou não ser retirados das distribuições antes de se proceder ao tratamento estatístico definitivo. De acordo com a opinião de Judd e McClelland (1989), a remoção dos valores extremos é desejável, honesta e importante. Já Orr, Sackett e DuBois (1991) defendem uma perspectiva diferente, na medida em que afirmam que a transformação de variáveis é uma opção viável e desejável para a melhoria da normalidade das distribuições, não sendo necessária a remoção dos valores extremos. Face a estes dois argumentos, adoptámos a posição de Orr *et al* (1991), na medida em que a transformação de variáveis com estas características, em detrimento da remoção dos seus valores extremos, nos pareceu uma opção mais correcta do que a defendida por Judd e McClelland (1989), uma vez que equilibra os graus de liberdade comparativamente às medidas de tipo *Likert* e não se desperdiça informação individual.

Como sabemos, existem múltiplas opções para a transformação de variáveis com distribuições não normais. No entanto, e atendendo às características específicas da distribuição da variável “atribuição de recursos” – presença de valores extremos e a ausência de limites na identificação dos recursos a atribuir aos participantes – a transformação logarítmica de base 10 configura-se como a mais adequada (Osborne, 2002), na medida em que torna a distribuição mais simétrica (Pestana e Gageiro, 2000). Muito sumariamente, esta transformação produz-se elevando os dados iniciais a potências maiores que 1. A transformação desta distribuição através do logaritmo de base 10 foi executada para as avaliações do endo- e do exogrupo na medida de atribuição de recursos em todos os estudos

subsequentes.

O Quadro 6 apresenta a estatística descritiva das duas variáveis transformadas a partir do logaritmo de base 10.

Quadro 6 – Estatística descritiva da avaliação do grupo-alvo para a medida de atribuição de recursos (variável transformada)

Avaliações	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Endogrupo	80	.18	2.00	.90	.37
Exogrupo	81	.22	1.41	.78	.34

Como podemos observar, as novas distribuições, ao contrário das anteriores, apresentam-se mais coesas (desvios-padrão baixos), possuem uma amplitude de medida que varia entre 0.18 e 2.00, com valores médios próximos de 1.00. A continuação da análise destas medidas integrará as distribuições transformadas, ao invés das distribuições originais, na medida em que as primeiras possibilitaram a retenção de maior informação individual (não remoção dos valores extremos) e resolveram o problema da não normalidade das distribuições originais.

3.2.2 Análise do impacto da condição e do sexo dos participantes sobre a avaliação dos grupos-alvo

Como já atrás fizemos referência, importava testar o efeito da condição e do sexo dos participantes sobre as avaliações dos grupos-alvo em todas as medidas dependentes. Os resultados das análises de variância efectuadas, cujos resultados apresentamos de seguida, evidenciaram um efeito significativo da representação cognitiva do agregado nas avaliações do grupo-alvo em todas as medidas dependentes (efeito de interacção entre a condição e o grupo-alvo), mas não um efeito de interacção entre a condição, o grupo-alvo e o sexo dos participantes.

No que se refere à medida de competência, os resultados evidenciaram um efeito de interacção estatisticamente significativo entre a condição e o grupo-alvo, $F(3,72) = 4.48$; $p <$

.006, e não significativo entre a condição, o grupo-alvo e o sexo dos participantes, $F(3,72) = .74; p < .53$.

Através do teste de contrastes, o efeito de interacção obtido entre a condição e o grupo-alvo mostrou que os participantes na condição de categorização avaliam os membros do endogrupo como mais competentes do que os participantes na condição de recategorização, $t(38) = 2.37; p < .02$. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre as avaliações do endogrupo produzidas pelos participantes na condição de controlo e nas condições de descategorização, $t(38) = 1.38; p < .17$, e de dupla identidade, $t(38) = .00; p < .99$ (cf. Quadro 7).

Quadro 7 – Avaliação média do grupo-alvo nos atributos de competência e egoísmo, por condição experimental

MEDIDAS	GRUPO-ALVO	CONDIÇÃO EXPERIMENTAL			
		Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade
Competência	Endogrupo	3.72a	3.30b	3.47a	3.73a
	Exogrupo	3.38a	3.28a	3.30a	3.35a
Egoísmo	Endogrupo	1.88a	1.28b	1.76a	1.27b
	Exogrupo	1.62a	1.59a	1.70a	1.40a
Atribuição de recursos	Endogrupo	.94a	.85a	.90b	.88a
	Exogrupo	.74a	.86a	.90a	.63a

Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

Ainda na medida de competência, mas agora no que se refere à avaliação do exogrupo, não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre a condição de controlo e a de recategorização, $t(39) = .66; p < .50$, de descategorização, $t(39) = .51; p < .61$, e de dupla identidade, $t(39) = .25; p < .80$ (cf. Quadro 7).

No que toca ao atributo *Egoísta*, os resultados evidenciaram um efeito de interacção marginalmente significativo entre a condição e o grupo-alvo, $F(3,73) = 2.26; p < .08$, e tal como na medida anterior, um efeito de interacção não significativo entre a condição, o grupo-alvo e o sexo dos participantes, $F(3,73) = 1.45; p < .24$.

No que se refere ao efeito de interacção obtido entre a condição e o grupo-alvo, os contrastes efectuados mostraram que os participantes na condição de categorização avaliam os membros do endogrupo como mais egoístas do que os participantes na condição de

recategorização, $t(38) = 2.23$; $p < .03$, e de dupla identidade, $t(38) = 2.32$; $p < .02$. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre as avaliações do endogrupo produzidas pelos participantes nas condições de controlo e de descategorização, $t(38) = .45$; $p < .65$. Tal como na medida de competência, não se registaram diferenças estatisticamente significativas entre a condição de controlo e a de recategorização, $t(38) = .16$; $p < .86$, de descategorização, $t(38) = .31$; $p < .75$, e de dupla identidade, $t(38) = .95$; $p < .34$, na avaliação do exogrupo neste atributo negativo (cf. Quadro 7).

Por fim, no que se refere à medida de atribuição de recursos, voltamos a encontrar um efeito de interacção estatisticamente significativo entre a condição e o grupo-alvo, $F(3,72) = 4.48$; $p < .006$, e não significativo entre a condição, o grupo-alvo e o sexo dos participantes, $F(3,72) = .74$; $p < .53$. O efeito significativo mostrou, a partir do teste de contrastes, que os participantes na condição de categorização atribuem mais recursos ao endogrupo do que os participantes na condição de descategorização, $t(39) = 1.50$; $p < .10$, sendo esta diferença apenas marginalmente significativa. Não se encontraram outras diferenças significativas entre a condição de controlo e as restantes na avaliação média dos membros do endogrupo, nem diferenças entre a condição de controlo e todas as experimentais na avaliação do exogrupo (cf. Quadro 7).

4. Síntese de resultados

De uma forma geral, os resultados obtidos neste estudo sustentaram as decisões que deles dependiam.

Em primeiro lugar, a adaptação das manipulações experimentais originais do Modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000), a crianças de 9/11 anos foi conseguida com sucesso, a avaliar pela percentagem de identificações correctas das representações cognitivas do agregado durante a interacção que superaram as apresentadas pelos autores no estudo de 1989. Face a este resultado, elas serão aplicadas

também nos estudos que a seguir apresentaremos.

O procedimento experimental deste estudo demonstrou também a adequação da sequência de instruções, das manipulações e da credibilidade da tarefa, suportando a sua replicação, e demonstrando a possibilidade de adaptação deste procedimento experimental a crianças daquela faixa etária.

As medidas dependentes foram administradas sem dificuldade e compreendidas pelos participantes. Como vimos também, a condição experimental provocou uma variação significativa na avaliação do endogrupo em todas as medidas dependentes, inclusivamente no atributo negativo. De facto, as crianças na condição de controlo (categorização), que identificaram o funcionamento do agregado em “Dois Grupos”, avaliaram e comportaram-se de modo a favorecer claramente os membros do seu próprio grupo, percepcionando-os como mais competentes, menos egoístas e atribuindo-lhes mais recursos, do que os participantes em qualquer uma das condições experimentais (descategorização, recategorização e dupla identidade). Assim, um dos resultados mais interessantes do presente estudo foi a confirmação da produção de um favoritismo endogrupal significativo produzido nos participantes na condição de controlo. No entanto, ao contrário do esperado, a avaliação do exogrupo não mostrou variações significativas em função das condições experimentais. Na medida em que se tratava de um preteste aos modelos de redução do enviesamento intergrupalo, esperamos que a mudança nas avaliações do exogrupo se venha a registar nos estudos subsequentes.

O hipotético impacto do sexo dos participantes não encontrou neste estudo a demonstração necessária para a sua inclusão no desenho experimental dos estudos subsequentes, uma vez que aquela característica dos participantes não obteve um efeito significativo sobre as avaliações do grupo-alvo em todas as condições e em todas as medidas dependentes. Assim, o sexo dos participantes não será contemplado como factor no desenho dos estudos seguintes.

Percepção de assimetria de estatuto social e económico em crianças portuguesas de diferentes origens étnicas⁹

1. Objectivos

Apesar de na literatura a relação entre grupos de estatuto diferente ser habitualmente considerada como uma relação assimétrica, tornou-se importante explorar se crianças na faixa etária dos 9 aos 11 anos de idade reproduziriam esta percepção de assimetria encontrada em diversos estudos empíricos efectuados com adultos e com crianças em contexto nacional (Cabecinhas, 2002; Vala, Brito & Lopes, 1999; Marinho, 2005). Como a literatura tem demonstrado, a assimetria de estatuto favorece os grupos dominantes, no caso presente os portugueses brancos, remetendo, conseqüentemente, os alvos negros para uma posição menos privilegiada.

Como veremos adiante, os estudos 2 e 3 foram desenhados tendo em conta esta assimetria de estatuto entre os dois grupos étnicos, pelo que a averiguação destas percepções, em crianças desta faixa etária, nos parece fundamental. A não percepção da relação entre os dois grupos como assimétrica conduziria, em nosso entender, a uma interpretação diferente do contacto entre estes. Por outro lado, a percepção de assimetria vem à *priori* introduzir uma dificuldade acrescida à eficácia das estratégias de redução do enviesamento intergrupar, na medida em que ela pode ser transportada para a situação de contacto.

Assim, o principal objectivo deste estudo é verificar as percepções de assimetria de estatuto socio-económico que crianças portuguesas de origem portuguesa e de origem africana desenvolvem sobre alvos brancos e negros.

Para tal, colocamos como hipótese que a percepção de estatuto socio-económico é

⁹ O presente estudo foi desenvolvido em Maio de 2004.

vista como assimétrica por ambos os grupos étnicos, ou seja, tanto as crianças de origem portuguesa como as crianças de origem africana percebem os alvos brancos como mais favorecidos social e economicamente do que os alvos negros e esperamos que este resultado venha a ser mostrado em ambas as medidas (implícita e explícita).

2. Método

2.1 Participantes

Os participantes neste estudo foram cento e quarenta e nove crianças portuguesas de ambos os sexos (66 rapazes e 83 raparigas), com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos de idade e que frequentavam oito escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Do total destas crianças, setenta e sete eram de origem portuguesa e setenta e duas de origem africana.

2.2 Desenho

O desenho factorial inerente a este estudo é de 2 (Alvo: Branco, Negro) X 2 (Estatuto étnico dos grupos: Alto estatuto (crianças de origem portuguesa), Baixo estatuto (crianças de origem africana), sendo o primeiro factor intra-sujeitos (*within subjects*) e o segundo inter-sujeitos (*between subjects*).

2.3 Procedimento

Após a selecção, os participantes foram encaminhados até uma sala de aula vazia e aí foram sentados em mesas separadas (uma criança por mesa). Posteriormente, era-lhes dito que tinham sido escolhidas para darem a sua opinião sobre as crianças que conheciam. De seguida, distribuíram-se os protocolos de medida e pediu-se às crianças que lessem atentamente as perguntas colocadas e que respondessem, colocando uma cruz no quadrado cujo texto fosse mais semelhante à opinião que tinham sobre o que lhes era perguntado.

2.4 Medidas dependentes

O instrumento utilizado neste estudo, adaptado de Guerra, Rebelo, Monteiro e Gaertner (2005), era composto por duas medidas (implícita e explícita) referentes à percepção do grau de favorecimento económico de alvos portugueses brancos e negros (cf. Anexo 1E).

A questão sobre a percepção de favorecimento económico implícito era precedida do seguinte estímulo: “No nosso país as crianças não vivem todas da mesma maneira... algumas vivem em casas grandes e bonitas [apresentação de desenho ilustrativo], andam em carros grandes e bons [apresentação de desenho ilustrativo] e têm brinquedos caros [apresentação de desenho ilustrativo]”. Posteriormente, as crianças tinham de responder à questão “Quantas meninas(os) como estas(es) vivem assim?” para alvos brancos e para alvos negros, sobre uma escala de *Likert* de 4 pontos [1 = nenhum(a); 2 = poucos(as); 3 = muitos(as); 4 = todos(as)] (cf. Anexo 1E).

A medida explícita sobre a percepção do grau de favorecimento económico foi operacionalizada a partir da questão: “Quantas meninas(os) como estas(es) achas que são ricas(os)?”, apresentada também para alvos brancos e para alvos negros, sobre a mesma escala de *Likert* de 4 pontos [1 = nenhum(a); 2 = poucos(as); 3 = muitos(as); 4 = todos(as)] (cf. Anexo 1E).

3. Apresentação de resultados

De forma a testar as diferenças entre o grau de favorecimento percebido (implícito e explícito) de crianças portuguesas de origens portuguesa e africana sobre alvos brancos e negros realizou-se uma análise de variância com medidas repetidas (alvo branco, alvo negro) com as duas medidas dependentes em simultâneo, tomando como variável independente a origem étnica dos participantes (origem portuguesa e origem africana).

3.1 Percepção de favorecimento económico (medida implícita)

No que se refere à percepção de favorecimento económico (medida implícita), os resultados obtidos revelaram um efeito principal do grupo-alvo, $F(1, 147) = 38.53$; $p < .000$. Este efeito mostrou que, independentemente da origem étnica, as crianças avaliaram os alvos brancos como detentores de melhor estatuto económico do que os alvos negros (M alvos brancos = 2.56; M alvos negros = 2.21). Assim, a generalidade dos participantes considerou que são mais as crianças portuguesas brancas que vivem em casas boas, têm bons carros e bons brinquedos, comparativamente às crianças de origem africana.

Não se encontrou um efeito de interacção significativo entre o grupo-alvo e a origem étnica dos participantes, $F(1, 147) = .11$; $p < .75$, para esta medida, o que significou que tanto as crianças de origem portuguesa como as de origem africana perceberam os alvos portugueses brancos como detentores de um estatuto socio-económico superior ao dos alvos negros.

3.2 Percepção de favorecimento económico (medida explícita)

Resultados semelhantes foram encontrados para a medida explícita de percepção de estatuto socio-económico, os quais revelaram a presença de um efeito principal do grupo-alvo, $F(1, 147) = 59.98$; $p < .000$. Este efeito indicou que, independentemente da origem étnica, as crianças consideraram que existem mais alvos brancos ricos do que alvos negros ricos (M alvos brancos = 2.48; M alvos negros = 2.00).

Tal como na medida anterior, não se encontrou um efeito de interacção significativo entre o grupo-alvo e a origem étnica dos participantes para esta medida, $F(1,147) = .14$; $p < .71$, o que mostrou que as crianças de ambas origens étnicas perceberam os alvos portugueses brancos como possuidores de um estatuto social e económico superior ao dos alvos portugueses negros.

4. Síntese de resultados

A questão de investigação convocada para este estudo era mostrar que a designação de *assimetria estatutária*, habitualmente utilizada na literatura para ilustrar a diferença de estatutos dos grupos numa interacção, era percebida por crianças de dois grupos étnicos diferentes, com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos. Especificamente, o objectivo principal deste estudo era perceber se estas crianças, de origem portuguesa e de origem africana, percepcionavam alvos brancos e negros como detentores de diferentes posições do ponto de vista do estatuto social e económico.

De facto, e tal como esperado, os resultados mostraram que as crianças dos dois grupos étnicos possuem uma percepção de maior favorecimento social e económico dos alvos portugueses brancos, remetendo, conseqüentemente, os alvos portugueses negros para uma posição menos privilegiada. Assim, as crianças consideraram que são mais as crianças portuguesas brancas que possuem boas casas, bons carros, brinquedos caros (medida implícita) e são ricas (medida explícita) do que as crianças portuguesas negras.

Estes resultados vão ao encontro de outros estudos que também tiveram como objectivo avaliar a percepção de assimetria de estatuto social e económico entre grupos nacionais e étnicos (Cabecinhas, 2002; Vala, Brito & Lopes, 1999; Marinho, 2005).

Em síntese, o presente estudo demonstrou que a percepção de assimetria de estatuto social e económico encontrada em adultos é partilhada por crianças, as quais avaliaram as relações entre grupos etnicamente distintos como assimétricas, conferindo um estatuto de dominância aos alvos brancos e de dominação aos alvos negros.

Assim, mostrámos que apesar de a percepção de assimetria de estatuto social relativamente a alvos portugueses brancos e negros poder vir a constituir uma dificuldade à eficácia das estratégias de redução do enviesamento intergrupar, ela representa uma característica da sociedade portuguesa a tomar em consideração quando pretendemos reproduzir, em contexto controlado, os contornos reais do contacto entre grupos etnicamente diferenciados.

Nota metodológica de enquadramento dos estudos principais (Estudos 1 a 3)

A última secção deste capítulo apresenta uma breve nota metodológica de enquadramento dos estudos principais (estudos 1 a 3). Nela damos conta das variáveis controladas na selecção dos contextos escolares e dos participantes para a realização dos estudos, relembramos a forma de organização dos protocolos de medida e definimos a unidade de análise utilizada no tratamento estatístico da informação.

1. Variáveis controladas

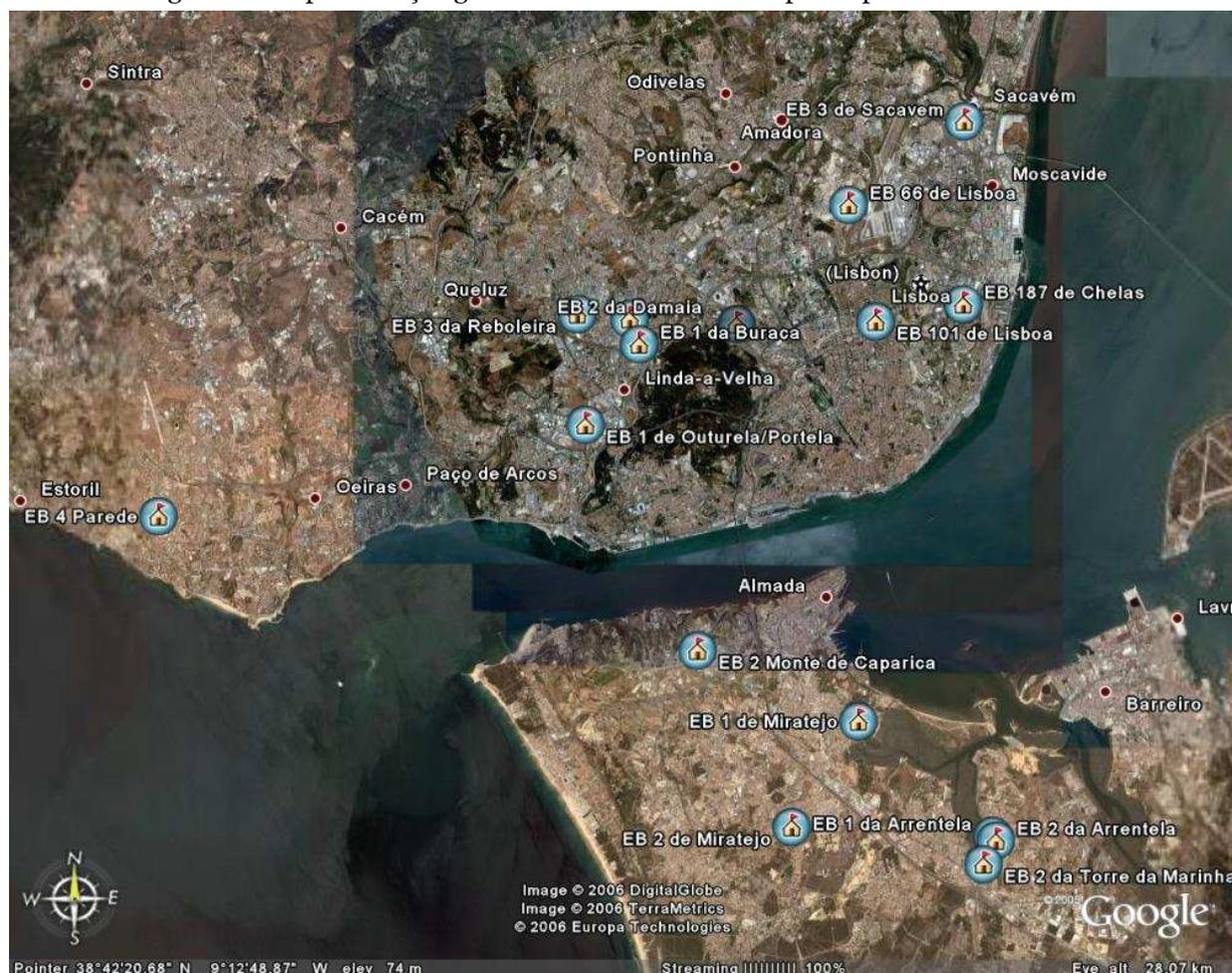
1.1 Características das escolas participantes

A selecção das escolas participantes em todos os estudos baseou-se em quatro critérios principais, designadamente, o tipo de ensino (rede pública/privada), o nível de ensino (ciclo de escolaridade), a inscrição socio-económica e composição étnica da população escolar. No que se refere ao tipo de ensino, foram apenas seleccionadas escolas urbanas da rede pública, na medida em que estas, ao contrário das privadas, evidenciam contacto inter-étnico em proporções numericamente relevantes. No que respeita ao nível de ensino, e porque queríamos estudar crianças na faixa etária dos 9 aos 11 anos de idade, seleccionou-se o 1º ciclo do ensino básico, e mais especificamente, crianças que frequentassem o 4º ano de escolaridade.

A variável “inscrição socio-económica da população escolar” foi controlada de forma a permitir que os grupos em contacto se distinguíssem apenas nas suas pertenças étnicas. Assim, o grupo de elevado estatuto étnico (crianças de origem portuguesa) teria de possuir uma inscrição social e económica semelhante à do grupo de baixo estatuto étnico (crianças de origem africana). A confluência destes dois critérios – posição semelhante na escala de

estratificação social e origens étnicas distintas – remeteu-nos para a selecção de escolas da coroa periférica da cidade de Lisboa e de escolas suburbanas da área metropolitana de Lisboa (cf. Figura 8), na medida em que estas possibilitavam o contacto entre grupos étnicos de estatuto social e económico semelhante.

Figura 8 – Representação georeferenciada das escolas participantes nos estudos



A composição étnica das escolas foi uma das variáveis mais importantes na selecção dos estabelecimentos de ensino. A literatura acerca da influência desta variável sobre os comportamentos dos grupos em contacto mostrou que quando a proporção entre as crianças dos dois grupos é desequilibrada (ex.: 80%/20% a favor de um dos grupos, seja o nacional, seja o étnico), o grupo predominante exhibe maior discriminação intergrupual do que quando esta proporção é equilibrada. Assim, a composição étnica escolar seleccionada foi a proporção 60%/40%, a favor das crianças do grupo nacional, na medida em que a eventual

presença de discriminação intergrupar não se relaciona com esta proporção entre os grupos, mas sim com a assimetria de estatuto étnico dos mesmos. Desta forma, as escolas participantes nos estudos possuíam cerca de 60% de crianças portuguesas de origem portuguesa e cerca de 40% de crianças portuguesas de origem africana, e o grupo de crianças de origem africana teria de ser o grupo étnico maioritário no conjunto de alunos de origens diferentes da portuguesa.

1.2 Características dos participantes

As características consideradas para a selecção dos participantes nos vários estudos foram a idade, o ano de escolaridade frequentado, o nível de desempenho escolar obtido e a origem étnica.

Assim, em consonância com aqueles critérios, as crianças participantes deveriam ter idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos de idade, deveriam frequentar o 4º ano de escolaridade, deveriam saber ler e escrever sem dificuldade e deveriam ter origens étnicas diferenciadas.

No que se refere ao critério idade, não eram admitidas crianças que tivessem menos de 9 anos e mais do que 11 anos, dado que no caso destas últimas (11 anos), as crianças já apresentavam um ano de retenção escolar. A este critério, juntou-se um outro referente a problemas de aprendizagem e/ou desenvolvimento cognitivo. Assim, não eram admitidas crianças que tivessem sido identificadas, pelos respectivos estabelecimentos escolares, como casos com indicação para ensino especial e/ou apoio educativo (crianças com deficiência mental, motora e/ou problemas de desenvolvimento e de insucesso escolar).

A origem étnica dos participantes constituiu um dos critérios de selecção mais importantes, na medida em que todos os estudos se desenvolveram em função dele. Assim, estabeleceram-se os seguintes critérios de operacionalização das duas diferentes origens étnicas:

1. Crianças de origem portuguesa: estas crianças deveriam corresponder a crianças brancas, nascidas em Portugal, cuja família fosse também nascida em Portugal, ou seja, cujos

pais e/ou avós tivessem também nascido em Portugal;

2. Crianças de origem africana: estas crianças deveriam ser crianças negras, nascidas em Portugal, cujos pais e/ou avós tivessem nascido em um ou mais do que um dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Cabo-Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe).

Este critério foi respeitado em todos os estudos que integram o presente trabalho (Estudos B, C, 1, 2 e 3).

1.3 Características dos experimentadores

Os dois experimentadores, simultaneamente presentes em todas as sessões experimentais, eram mulheres de origem portuguesa com formação em Psicologia Social, previamente formadas no procedimento experimental de modo a ambas dominarem o dispositivo teórico e metodológico subjacente a cada estudo.

De forma alternada, enquanto um dos experimentadores conduzia a sessão, propondo a divisão dos grupos e manipulando experimentalmente as representações cognitivas do agregado durante a interacção, o segundo experimentador apoiava os grupos na resolução da tarefa experimental e no preenchimento dos protocolos de medida, reforçando as instruções do elemento que conduzia a sessão.

2. Protocolos de medida

2.1 Organização dos protocolos de medida

Como já referimos, aquando da descrição do método definido para o estudo B, os protocolos de medidas dependentes foram organizados em função da condição experimental a que se referiam. Assim, em todos os estudos, cada criança participante avaliava os outros cinco elementos (ver Gaertner *et al.*, 1989), os quais eram apresentados de forma diferente no protocolo de medida.

2.2 Efeito de ordem

Um outro aspecto importante a referir tem a ver com a ordem de apresentação das medidas dependentes nos protocolos. Assim, de forma a evitar o efeito de contaminação e a influência da resposta dos outros participantes no preenchimento dos protocolos, criaram-se três versões diferentes, as quais apresentavam o conjunto de medidas de forma alternada. A identificação da ordem de apresentação das medidas foi tida em conta nas análises estatísticas preliminares em todos os estudos, nunca tendo apresentado resultados significativos.

3. Unidade de análise

A unidade de análise considerada nos três estudos principais foi o subgrupo de 3 elementos, ao invés do grupo de 6 elementos (Gaertner *et al.*, 1989). Esta decisão ficou a dever-se a duas razões interrelacionadas:

- Tratamento da variável “estatuto étnico dos grupos” como factor inter-sujeitos;
- Influência da unidade de análise – subgrupo de 3 elementos – na interdependência das respostas dos participantes.

A unidade de análise de 6 elementos implica o tratamento da variável “estatuto étnico dos grupos” como factor intra-sujeitos (*within subjects*), o que consideramos ser uma opção estatística que viola a própria natureza da variável.

De forma a fundamentarmos a nossa opção, fomos verificar se a unidade de análise de 3 elementos (variável subgrupo) produzia efeitos sobre a condição experimental na avaliação do grupo-alvo (endo- e exogrupo), efectuando *nested analyses* daquela unidade de análise sobre a condição para todas as medidas dependentes consideradas nos três estudos principais (Quadro 8).

Os resultados relativos ao Estudo 1 mostraram dois efeitos estatisticamente significativos do “subgrupo” sobre a condição experimental, os quais indicam que os valores médios da avaliação do endogrupo, na medida de competência, e da avaliação do exogrupo,

na medida de atribuição de recursos, são influenciados pela interdependência das respostas dos 3 elementos de cada subgrupo.

No Estudo 2, voltamos a encontrar a influência das respostas do “subgrupo” sobre a condição experimental nas avaliações do grupo-alvo para as medidas de competência e de semelhança. Estes efeitos indicam, tal como os obtidos no estudo anterior, que aquelas avaliações médias são influenciadas pela interdependência das respostas dos 3 elementos.

Finalmente, no Estudo 3, encontramos efeitos estatisticamente significativos da variável “subgrupo” sobre a condição na avaliação do endogrupo no atributo *Competente* e na atribuição de recursos e sobre todas as avaliações do exogrupo. Assim, os resultados mostram a influência desta unidade de análise naquelas avaliações.

Quadro 8 – Efeitos *nested* da variável *subgrupo* sobre a condição experimental na avaliação do grupo-alvo para cada medida dependente (Estudo 1 a 3)

Estudos	Grupo-alvo	Medida dependente	Efeito <i>nested</i>	F	p
Estudo 1	Endogrupo	Atributo Competente	Subgrupo (condição)	1.41	.01
		Atributo <i>Egoísta</i>	Subgrupo (condição)	1.07	ns
		Atribuição de recursos	Subgrupo (condição)	1.20	ns
	Exogrupo	Atributo Competente	Subgrupo (condição)	1.25	ns
		Atributo <i>Egoísta</i>	Subgrupo (condição)	1.07	ns
		Atribuição de recursos	Subgrupo (condição)	1.49	.01
Estudo 2	Endogrupo	Atributo Competente	Subgrupo (condição)	1.61	.05
		Atributo Semelhante	Subgrupo (condição)	1.39	.10
		Atributo <i>Egoísta</i>	Subgrupo (condição)	1.11	ns
		Atribuição de recursos	Subgrupo (condição)	1.31	ns
	Exogrupo	Atributo Competente	Subgrupo (condição)	1.64	.05
		Atributo Semelhante	Subgrupo (condição)	1.78	.01
		Atributo <i>Egoísta</i>	Subgrupo (condição)	.91	ns
		Atribuição de recursos	Subgrupo (condição)	1.17	ns
Estudo 3	Endogrupo	Atributo Competente	Subgrupo (condição)	1.89	.001
		Atributo Semelhante	Subgrupo (condição)	1.21	ns
		Atribuição de recursos	Subgrupo (condição)	1.71	.01
	Exogrupo	Atributo Competente	Subgrupo (condição)	2.47	.001
		Atributo Semelhante	Subgrupo (condição)	1.74	.01
		Atribuição de recursos	Subgrupo (condição)	1.64	.01

Capítulo VII

ESTUDO 1: A redução do enviesamento intergrupar em grupos de igual estatuto étnico¹⁰

Ao longo das últimas cinco décadas, a Hipótese do Contacto (Allport, 1954; Amir, 1969; Pettigrew, 1971; Cook, 1978; Pettigrew, 2004), a teoria dos Conflitos Realistas (Sherif *et al.*, 1961; Campbell, 1965; Levine & Campbell, 1972; Bobo, 1999), e a teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979, 1986), têm guiado grande parte da investigação referente à identificação das causas e consequências da discriminação intergrupar.

Nos últimos 20 anos, as abordagens teóricas acima referidas basearam a formulação dos modelos de redução do preconceito mais estudados na literatura. Referimo-nos especificamente aos modelos da Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000), os quais têm contribuído para o entendimento das condições que marcam e determinam a redução do preconceito intergrupar.

O suporte empírico sobre a eficácia destes três modelos tem sido, quase exclusivamente, apresentado com adultos e em contexto laboratorial, pouco se sabendo como estas configurações dos agregados podem ser igualmente eficazes em fases anteriores à idade adulta, designadamente, na infância, e quando os grupos em contacto possuem igual estatuto étnico, cumprindo, assim, uma das condições de contacto ideal identificada por Allport (1954).

¹⁰ Parte do texto apresentado neste capítulo foi publicada como artigo na revista *Psicologia*, volume XVI, número 2 (2002). O presente estudo foi desenvolvido entre Outubro de 2000 e Março de 2001.

1. Objectivos

O principal objectivo deste primeiro estudo é comparar a eficácia de três modelos teóricos sobre a redução do preconceito, designadamente, o modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993), da Descategorização (Brewer & Miller, 1984) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000), em crianças portuguesas de origem portuguesa e em crianças portuguesas de origem africana a interagirem em situação de igualdade de estatuto, ou seja, crianças portuguesas brancas a interagirem com crianças portuguesas brancas e crianças portuguesas negras a interagirem com crianças portuguesas negras.

Tratou-se assim de testar em que medida é que a representação cognitiva sob a qual os grupos interagiram – recategorização (grupo único), descategorização (indivíduos separados) e dupla identidade (dois grupos numa mesma equipa) – pode minimizar o favoritismo endogrupal criado pela categorização em dois grupos separados (Tajfel *et al.*, 1971; Tajfel & Turner, 1979), reduzindo a discriminação e o enviesamento intergrupais.

A este primeiro objectivo reuniu-se um outro referente ao papel da igualdade de estatuto étnico na situação de interacção/contacto entre os grupos para a redução do preconceito intergrupar (Allport, 1954). Como atrás foi referido, uma das condições de contacto óptimo entre os grupos é, precisamente, a igualdade de estatuto. Por isso, neste estudo, replicámos experimentalmente essa igualdade estatutária, trabalhando com grupos étnicos a interagirem com membros do seu próprio grupo étnico, ou seja, grupos de crianças brancas a interagirem com grupos de crianças brancas e grupos de crianças negras a interagirem com grupos de crianças negras.

Como vimos anteriormente, a literatura neste domínio não esclarece devidamente o impacto da simetria intergrupar na redução do enviesamento intergrupar (Snider & Dovidio, 1996; Kafati, 1999 cit. in Gaertner & Dovidio, 2000; Dovidio *et al.*, 1998; Nier *et al.*, 2001), principalmente quando os grupos em contacto estão em igualdade de estatuto étnico e possuem baixo estatuto. Na verdade, a grande maioria dos estudos que suportam

empiricamente os três modelos trabalham com participantes do grupo maioritário (brancos) em igualdade de estatuto ou com os grupos em situação de assimetria intergrupala. Neste sentido, parece-nos fundamental identificar, no quadro dos Modelos da Descategorização, da Identidade Endogrupal Comum e da Dupla Identidade, a representação cognitiva do agregado mais eficaz para a redução do enviesamento intergrupala quando estão em interacção grupos de estatuto étnico igual: crianças portuguesas brancas e crianças portuguesas negras a interagirem com os seus pares étnicos.

2. Hipóteses

2.1 Hipótese sobre a redução do enviesamento intergrupala

A literatura que aborda o efeito moderador do estatuto dos grupos sobre as estratégias de redução do enviesamento intergrupala foca-se essencialmente na situação de assimetria intergrupala (Branco vs. Negro) (Dovidio *et al.*, 1998; Gaertner & Dovidio, 2000; Nier *et al.*, 2001). Considerando que no presente estudo os grupos étnicos se encontram em igualdade de estatuto na situação de contacto, esperamos que esta variável (estatuto étnico) não produza efeitos significativos sobre as estratégias de redução do enviesamento intergrupala. Deste modo, a nossa primeira hipótese considera que as representações cognitivas do agregado em *grupo único* (recategorização), *indivíduos separados* (descategorização) e *dois subgrupos numa mesma equipa* (dupla identidade) constituem formas igualmente eficazes de redução do enviesamento intergrupala nos participantes de elevado estatuto étnico (crianças de origem portuguesa) e nos de baixo estatuto étnico (crianças de origem africana), levando à produção de avaliações mais positivas (Brewer & Miller, 1984; Dovidio *et al.*, 1998; Gaertner *et al.*, 1989; 1993; Gaertner & Dovidio, 2000; Nier *et al.*, 2001).

2.2 Hipóteses sobre os processos de redução do enviesamento intergrupala

O segundo grupo de hipóteses refere-se aos diferentes processos de redução do enviesamento intergrupala reclamados pelos modelos em análise.

Segundo o modelo da identidade endogrupal comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993; 2000; Gaertner & Dovidio, 2000), a redução do enviesamento produzida pela representação cognitiva de Recategorização processar-se-á através do aumento da atracção pelos elementos do exogrupo inicial, enquanto que a avaliação do endogrupo permanece estável.

A explicação avançada pela literatura para este processo indica que, se os membros dos dois subgrupos iniciais são induzidos a conceberem-se como um grupo único, as atitudes face aos membros do exogrupo inicial tornar-se-iam mais positivas na medida em que esses se tornariam membros do seu novo grupo e, conseqüentemente, sobre eles haveria lugar para a produção de um favoritismo endogrupal. Especificando, espera-se que as crianças que interagem sob a representação de grupo único avaliem os membros do exogrupo como mais competentes, menos egoístas e lhes atribuam mais recursos do que as crianças do grupo de controlo, enquanto que não se esperam diferenças entre aquelas duas condições no que respeita à avaliação do endogrupo.

A hipótese referente ao processo de redução do enviesamento intergrupar operado pelo modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984; Miller, Brewer & Edwards, 1985) defende que, se os membros dos grupos são induzidos a conceberem-se a si próprios e aos outros como indivíduos separados (Wilder, 1981) ou para desenvolverem interacções personalizadas com os membros do exogrupo, o enviesamento intergrupar deveria ser reduzido através da degradação do favoritismo endogrupal ou da desvalorização da validade dos estereótipos associados ao exogrupo (Brewer & Miller, 1984; Miller *et al.*, 1985). De acordo com Brewer e Miller, quando os indivíduos se envolvem em interacções personalizadas, “members attend to information that replaces category identity as the most useful basis for classifying each other” (1984, p. 288). Também Gaertner e Dovidio a este propósito defendem que, “when personalized interactions occur, ingroup and outgroup members slide even further toward the individual side of the self as individual-group member continuum” (2000, p. 43).

Assim, e como Gaertner e colegas especificaram (1989), se o enviesamento intergrupar

assume mais vezes a forma de favoritismo endogrupal do que de desvalorização do exogrupo, a introdução de fronteiras grupais faz com que os membros do endogrupo se aproximem mais do *self*. Quando as interações personalizadas substituem a categorização inicial, espera-se que o enviesamento intergrupar seja reduzido através de um aumento da distância entre o *self* e os membros do endogrupo inicial, enquanto que a distância entre o *self* e o exogrupo permaneceria estável. Desta forma, os autores defendem que a redução do enviesamento intergrupar induzida pela representação cognitiva em *Indivíduos Separados* (Gaertner *et al.*, 1989) se efectuará através da diminuição da atracção/proximidade em relação aos membros do endogrupo inicial, enquanto que a avaliação do exogrupo permanece estável. Assim, espera-se que as crianças que interagem sob esta representação avaliem pior os membros do endogrupo do que as crianças do grupo de controlo – percebendo-as como menos competentes e mais egoístas e atribuindo-lhes menos recursos – ao mesmo tempo que não se esperam diferenças na avaliação do exogrupo expressas pelos participantes naquelas duas condições (categorização e descategorização).

De acordo com Dovidio, Gaertner, Niemann e Snider (2001), no que se refere ao processo de redução do enviesamento intergrupar protagonizado pela estratégia de Dupla Identidade, espera-se que a redução do enviesamento intergrupar se processe de forma semelhante à da estratégia de Recategorização, ou seja, espera-se ser possível reduzir o enviesamento através do aumento das avaliações do exogrupo comparativamente à condição de controlo. Ou nas palavras dos autores “recategorization, either in terms of a one-group or dual-identity representation, reduces bias by extending the benefits of ingroup favoritism to former outgroup members” (*idem*, p. 171).

No entanto, e como a manutenção da saliência subgrupar é fundamental na concepção desta estratégia, salientamos que o aumento da proximidade face aos membros do exogrupo inicial seja menor do que o esperada na condição de Recategorização, dado que nesta última as fronteiras subgrupais foram totalmente eliminadas.

3. Método

3.1 Desenho experimental

O desenho factorial inerente a este estudo é de 4 (Condição: Categorização, Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade) X 2 (Estatuto Étnico: Portugueses de origem Portuguesa, Portugueses de origem Africana) X 2 (Grupo-alvo: Endogrupo, Exogrupo). Os dois primeiros factores são inter-sujeitos e o terceiro é de natureza intra-sujeitos.

3.2 Procedimento experimental

O procedimento experimental utilizado neste estudo foi o mesmo que se utilizou no Estudo B.

3.3 Medidas dependentes

Tal como vimos no estudo exploratório B, a adaptação do modelo da identidade endogrupal comum à perspectiva do desenvolvimento infantil implicou alterações significativas às medidas originais (Gaertner *et al.*, 1989), designadamente, a redução do número de medidas a aplicar e a adaptação destas para crianças de 9/11 anos.

As duas primeiras medidas dependentes corresponderam à avaliação dos membros dos dois grupos (endogrupo e exogrupo) em dois atributos: Competência (“jogou bem”) e Egoísmo (“foi egoísta”), ambos respondidos sobre uma escala de *Likert* de 4 pontos (4 = muito; 3 = assim, assim; 2 = pouco; 1 = nada). A medida de atribuição de recursos correspondeu à média do número de lápis atribuído ao endogrupo e ao exogrupo, em resposta à questão “Quantos lápis de cor é que queres dar a cada um dos(as) meninas(os) que estiveram aqui a fazer o jogo?” (cf. Anexo 1E).

3.4 Participantes

Os participantes neste estudo foram quarenta e oito grupos de 3 crianças portuguesas de origem portuguesa (144 crianças) e quarenta e oito grupos de 3 crianças portuguesas de

origem africana (144 crianças), distribuídos por condição conforme o Quadro 9.

Quadro 9 - Distribuição dos grupos, por condição experimental e origem étnica dos participantes (Estudo 1)

ORIGEM ÉTNICA	CONDIÇÃO EXPERIMENTAL				Total
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade	
Origem portuguesa	12 (36)	12 (35)	12 (32)	12 (34)	48 (137)
Origem africana	12 (35)	12 (36)	12 (34)	12 (32)	48 (137)
Total	24 (71)	24 (71)	24 (66)	24 (66)	96 (274)

Legenda: Os valores apresentados entre parêntesis correspondem ao número de participantes que identificaram correctamente a condição experimental em que se encontravam¹¹.

Estas crianças tinham idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos e frequentavam o 4º de ano de escolaridade de quinze escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

4. Apresentação de Resultados

Como atrás foi referido, a unidade de análise considerada no tratamento estatístico foi o subgrupo de 3 elementos. Os resultados que passamos a apresentar foram organizados em função da verificação das hipóteses sobre a redução e os processos de redução do enviesamento intergrupar. Deste modo, executaram-se três análises de variância com medidas repetidas, tomando a condição e a origem étnica dos participantes como variáveis independentes inter-sujeitos e as avaliações do endo- e do exogrupo como medidas dependentes intra-sujeitos.

4.1 Redução do enviesamento intergrupar

O teste à redução do enviesamento intergrupar será verificado, no sentido da confirmação das hipóteses sobre esta questão, a partir de um efeito de interacção entre o

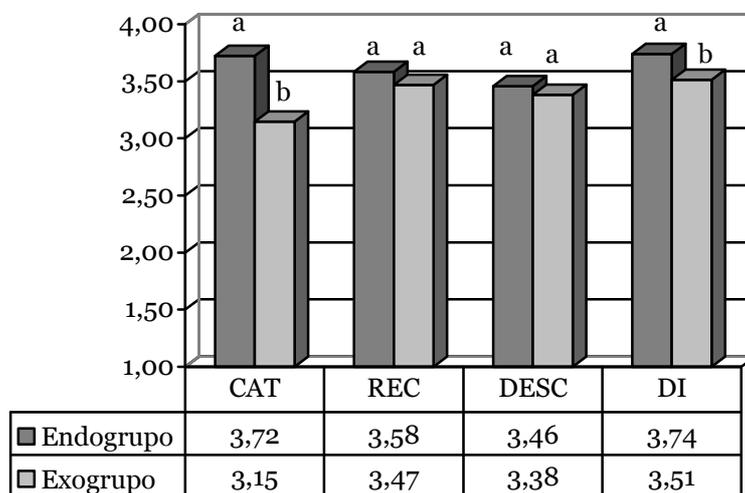
¹¹ Para se testar o sucesso das manipulações experimentais efectuou-se um teste de qui-quadrado entre a condição e a representação cognitiva do agregado durante a interacção identificada pelos participantes. O resultado obtido ($\chi^2 = 757.4$; gl = 9, $p < .001$) indica uma associação significativa entre cada condição e a correspondente representação cognitiva (Residuais ajustados: Cat-Cat = 15.9; Rec-Rec = 16.1; Desc-Desc = 16.0; DI-DI = 15.5), ficando, assim, demonstrado que as manipulações experimentais foram bem sucedidas na indução das representações cognitivas do agregado durante a interacção entre os grupos.

grupo-alvo (avaliações do endogrupo e do exogrupo) e a condição experimental. Posteriormente, o teste de contrastes irá revelar se na condição de controlo existe uma diferença estatisticamente significativa entre as duas avaliações – demonstrando a presença de um enviesamento intergrupar naquela condição – e, simultaneamente, a ausência de diferenças entre as avaliações do endogrupo e do exogrupo nas restantes condições experimentais. Espera-se, ainda, um efeito de interacção tripla não significativo entre o grupo-alvo, a condição e a origem étnica dos grupos, na medida em que se coloca como hipótese que o estatuto étnico dos grupos não influenciará as estratégias de redução do enviesamento intergrupar.

4.1.1 Atributo *Competente* (Joga bem)

Um dos primeiros resultados obtidos com esta medida mostrou a ausência de um efeito de interacção significativo entre a condição, o grupo-alvo e o estatuto étnico dos grupos, $F(3, 88) = 1,78; p < .16$.

Figura 9 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo de competência, por condição experimental



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

No entanto, e tal como esperado, encontrou-se um efeito de interacção estatisticamente significativo entre o grupo-alvo e a condição, $F(3, 88) = 8.65; p < .000; \eta^2 = 0.23$. Através do teste de contrastes, verificou-se que nas condições de Categorização, $t(23) =$

7.45; $p < .000$, e de Dupla Identidade, $t(23) = 2.95$; $p < .005$, se produziu um enviesamento intergrupar significativo, onde os membros do endogrupo são avaliados como mais competentes do que os do exogrupo (cf. Figura 9). Pelo contrário, nas condições de recategorização, $t(23) = 1.50$; $p < .14$, e de Descategorização, $t(23) = .99$; $p < .33$, o enviesamento intergrupar é eliminado, na medida em que não se verificaram diferenças significativas entre as avaliações dos membros do endo- e do exogrupo neste atributo (cf. Figura 9).

O resultado acima descrito vai ao encontro do proposto pelas hipóteses, ou seja, foi possível eliminar o enviesamento intergrupar através das representações cognitivas de Recategorização e de Descategorização para ambos os grupos étnicos.

No entanto, na condição de dupla identidade, continuamos a registar diferenças estatisticamente significativas entre as avaliações do endo- e do exogrupo, $t(23) = 2.95$; $p < .005$, as quais indicam que os membros do endogrupo são avaliados como mais competentes do que os membros do exogrupo. Uma vez que estes resultados não confirmaram a eliminação do enviesamento intergrupar, ou seja, a ausência de diferenças significativas entre as avaliações do endo- e do exogrupo, considerámos pertinente verificar se teria havido redução do enviesamento intergrupar da condição de controlo para a condição de dupla identidade. De forma a testar esta possibilidade, criou-se uma medida de enviesamento intergrupar¹² e com ela executou-se uma análise de variância simples, tomando a condição como variável independente. De forma a se detectarem diferenças entre o enviesamento médio obtido na condição de controlo (categorização) e na condição de dupla identidade, efectuaram-se contrastes entre aquelas duas condições.

Os resultados obtidos mostraram, como seria expectável, um efeito principal da condição, $F(1, 88) = 8.65$; $p < .000$. O teste de contrastes revelou a existência de uma diferença estatisticamente significativa, $t(46) = 3.19$; $p < .002$, entre os níveis médios de

¹² Esta medida foi construída a partir da subtracção da avaliação do exogrupo à avaliação do endogrupo (enviesamento = avaliação do endogrupo – avaliação do exogrupo).

enviesamento intergrupar obtidos nas condições de categorização ($M = .58$) e de dupla identidade ($M = .23$). Esta diferença indica que o enviesamento intergrupar, ou seja, a diferença entre a avaliação do endogrupo e do exogrupo, é menor na condição de dupla identidade do que na condição de controlo (categorização), o que revela a presença de uma redução significativa do enviesamento intergrupar na condição de dupla identidade.

4.1.2 Atributo *Egoísta*

No que toca ao atributo *Egoísta* não se encontrou um efeito de interacção estatisticamente significativo entre o grupo-alvo e a condição, $F(3, 88) = .39$; $p < .76$, nem um efeito de interacção entre o grupo-alvo, a condição e a origem étnica dos participantes, $F(3, 88) = .53$; $p < .66$. Assim, no que se refere a esta medida, não foi possível demonstrar a existência de um enviesamento intergrupar na condição de controlo (categorização), o que consequentemente, veio impossibilitar a demonstração do fenómeno da redução do favoritismo endogrupal.

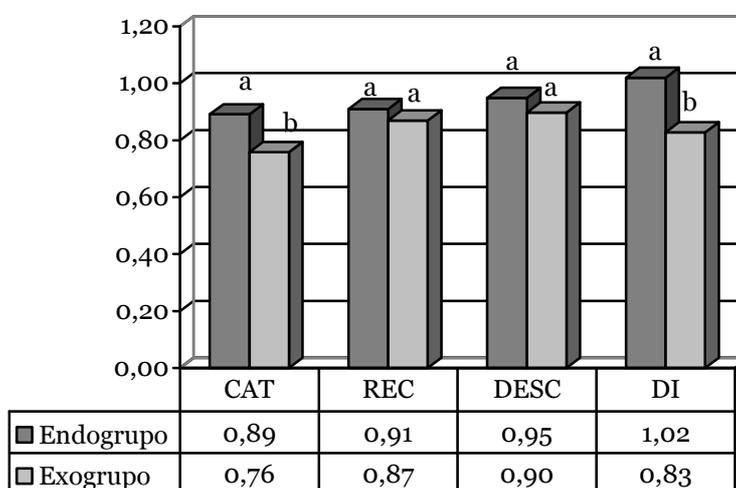
4.1.3 Atribuição de Recursos (nº de lápis)

Tal como na medida de competência, também na atribuição de recursos obtivemos um efeito de interacção estatisticamente significativo entre o grupo-alvo e a condição, $F(3, 88) = 2.82$; $p < .04$; $\eta^2 = .09$.

Através do teste de contrastes verificámos que na condição de categorização se assiste à produção de um favoritismo endogrupal estatisticamente significativo, $t(23) = 3.14$; $p < .002$, resultado que é replicado na condição de dupla identidade, $t(1, 88) = 4.51$; $p < .001$ (cf. Figura 10). Pelo contrário, nas condições de recategorização, $t(23) = .96$; $p < .34$, e de Descategorização, $t(23) = 1.21$; $p < .23$, assistiu-se à eliminação desse enviesamento intergrupar/favoritismo endogrupal, na medida em que não se identificaram diferenças estatisticamente significativas entre o nível médio de recursos atribuídos ao endogrupo e ao exogrupo (cf. Figura 10). Este resultado permitiu confirmar a hipótese de que as

representações cognitivas de Recategorização e de Descategorização reduziram o enviesamento intergrupar.

Figura 10 – Avaliação média do grupo-alvo na medida de atribuição de recursos, por condição experimental



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

À semelhança do que se fez na medida de competência, e de forma a testar a possibilidade de existir uma redução do enviesamento intergrupar da condição de categorização para a de dupla identidade, criou-se uma medida de enviesamento intergrupar e, posteriormente, efectuou-se uma análise de variância simples tomando como variável dependente a medida de enviesamento e como variável independente a condição experimental. O teste de contrastes efectuado entre os níveis médios de enviesamento obtidos nas condições de categorização ($M = .13$) e de dupla identidade ($M = .19$), não se revelou estatisticamente significativo, $t(46) = .97$; $p < .33$, o que indicou a ausência de redução do enviesamento intergrupar.

4.2 Processos de redução do enviesamento intergrupar

O teste aos processos de redução do enviesamento implicou o recurso às avaliações do endogrup e do exogrup, considerando as hipóteses teóricas convocadas neste domínio. Para esse teste, foram realizadas análises de variância separadas para as avaliações do grupo-alvo (endo- e exogrup), e esperando-se obter um efeito principal da condição experimental

nas duas medidas dependentes em que se obteve redução do enviesamento intergrupar: atributo *competente* e *atribuição de recursos*. Através do teste de contrastes, esperamos mostrar que as avaliações do endogrupo na condição de descategorização são significativamente inferiores às obtidas na condição de controlo (categorização), e que a avaliação do exogrupo nas condições de recategorização e de dupla identidade são significativamente superiores à obtida na condição de categorização (controlo). O Quadro 10 apresenta a síntese destes resultados.

Quadro 10 – Avaliação média do grupo-alvo, por medida dependente e condição experimental

Avaliação média do endogrupo							
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade	F	gl	p
Atributo Competência	3.72a	3.58a	3.46b	3.74a	3.42	3,88	.02
Atribuição de recursos	.89	.91	.95	1.02	1.46	3,88	.23
Avaliação média do exogrupo							
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade	F	gl	p
Atributo Competência	3.15a	3.47b	3.38b	3.51b	4.27	3,88	.007
Atribuição de recursos	.76	.87	.90	.83	2.06	3,88	.11

Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

4.2.1 Processo de redução do enviesamento intergrupar produzido pela Descategorização

No que se refere à medida de competência, os contrastes indicaram que, tal como esperado, a avaliação dos participantes na condição de Descategorização relativamente aos membros do seu próprio grupo (endogrupo) é significativamente inferior à produzida pelos participantes na condição de Categorização (controlo) em relação ao mesmo, $t(46) = 2.62$; $p < .01$. No entanto, surge nesta medida, um resultado inesperado no que se refere às avaliações do exogrupo. Como podemos observar, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa entre a condição de controlo e a de descategorização, $t(46) = 2.11$; $p < .04$, a qual indica que os participantes na condição de descategorização avaliam os membros do exogrupo como mais competentes do que os participantes na condição de controlo.

No que toca à medida de atribuição de recursos os resultados não revelaram, contrariamente ao esperado, um efeito principal da condição, o que impossibilitou a ilustração do processo de redução verificado nesta medida pela representação de descategorização (cf. Quadro 10).

4.2.2 Processo de redução do enviesamento intergrupar produzido pela Recategorização

Como já atrás se fez referência, o processo de redução operado pela representação de recategorização distingue-se do anterior na medida em que se espera que produza alterações nas avaliações do exogrupo, mas não do endogrupo.

Assim, no que se refere ao atributo da competência, os resultados indicaram que os participantes na condição de recategorização avaliam os membros do exogrupo como mais competentes do que os participantes na condição de controlo, $t(46) = 2.88$; $p < .005$, enquanto que a avaliação do endogrupo se manteve estável (ausência de diferenças entre a condição de controlo e a de recategorização na avaliação do endogrupo).

Na medida de atribuição de recursos não se verificou um efeito principal da condição na avaliação do exogrupo, o que impossibilitou a ilustração do processo de redução operado pela representação de recategorização nesta medida (cf. Quadro 10).

4.2.3 Processo de redução do enviesamento intergrupar produzido pela Dupla Identidade

Como vimos atrás, a estratégia cognitiva de Dupla Identidade, apenas se revelou eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar na medida de competência.

Segundo os resultados apresentados no Quadro 10, verificamos a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as avaliações do exogrupo pelos participantes nas condições de controlo e de dupla identidade, $t(46) = 3.28$; $p < .002$, as quais mostraram que os participantes nesta última condição avaliam os membros do exogrupo como mais competentes do que os participantes na condição de controlo, enquanto a avaliação do

endogrupo se manteve inalterada. No entanto, não se encontrou uma diferença estatisticamente significativa entre a condição de dupla identidade e a de recategorização, $t(46) = .39; p < .69$. Face a estes resultados, é possível confirmar parcialmente a hipótese, a qual defendia que a representação de Dupla Identidade partilhava com a Recategorização um aumento da proximidade face aos membros do exogrupo inicial, enquanto se mantinha estável a avaliação do endogrupo.

5. Discussão de Resultados

Enviesamento intergrupar e favoritismo endogrupal

Um dos primeiros resultados deste estudo, encontrado em duas das três medidas dependentes consideradas, foi a produção de um favoritismo endogrupal na condição de categorização social (controlo), ou seja, na representação cognitiva do agregado em *Dois Grupos* durante a interação. Independentemente do tipo de medida e do estatuto étnico dos grupos, as crianças de ambos os grupos étnicos na condição de categorização avaliaram melhor e atribuíram mais recursos aos membros do seu grupo do que aos membros do exogrupo. De facto, os membros dos grupos que representaram o agregado como dois grupos separados apresentaram maiores níveis de enviesamento intergrupar, manifestando atitudes e comportamentos menos favoráveis em relação aos membros do exogrupo e favorecendo os membros do seu próprio grupo. Estes resultados indicam que a pertença a dois grupos distintos, num contexto de competição intergrupar, produz comportamentos de favoritismo endogrupal e, conseqüentemente, enviesamento intergrupar (Sherif *et al.*, 1961).

A redução do enviesamento intergrupar

No que se refere à redução do enviesamento intergrupar constatamos que uma das medidas da avaliação social (competência) e a medida de atribuição de recursos forneceram resultados consistentes para confirmar as hipóteses levantadas. Assim, a recategorização (identidade endogrupal comum) e a descategorização (individação) foram igualmente eficazes para eliminar o enviesamento e a discriminação intergrupais. Embora em apenas

uma das medidas dependentes (competência), também os participantes que interagiram sob a representação de Dupla Identidade reduziram a discriminação intergrupala.

Como vimos, as crianças que interagiram sob as representações cognitivas de “Grupo Único” e “Indivíduos Separados” produziram avaliações equivalentes sobre os membros dos dois grupos-alvo (endogrupo e exogrupo), ao contrário do que se verificou na condição de categorização (“dois grupos”), em que estas avaliações foram significativamente diferentes. Face a esta evidência empírica podemos concluir sobre a eficácia da Recategorização e da Descategorização na eliminação do enviesamento intergrupala. Neste sentido, quer a criação de uma identidade endogrupal comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993), quer a indução de uma interacção personalizada entre os membros dos grupos (Brewer & Miller, 1984), são igualmente potentes para operar a redução do enviesamento intergrupala quando estão a interagir grupos de igual estatuto étnico. Em suma, de acordo com as predições do modelo da identidade endogrupal comum, as representações do agregado enquanto grupo único ou indivíduos separados foram ambas capazes de alterar as atitudes e os comportamentos em relação aos membros do endogrupo e do exogrupo (Gaertner *et al.*, 1989).

A estratégia da Dupla Identidade, apesar de ter revelado resultados mais frágeis do que as estratégias de recategorização e de Descategorização, foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupala na medida de competência. De facto, os níveis de enviesamento intergrupala produzidos pelas crianças a interagirem sob esta representação foram inferiores aos produzidos pelos participantes na condição de Categorização. Uma possibilidade para a explicação deste resultado mais frágil em relação à Dupla Identidade tem a ver com o facto de a manutenção de identidades positivas e diferenciadas poder sustentar níveis elevados de enviesamento intergrupala em interacções com grupos de igual estatuto (Brown & Wade, 1987), ou até mesmo aumentar esses mesmos níveis de enviesamento (Deschamps & Brown, 1983; Nier *et al.*, 2001). Consequentemente, esta representação cognitiva do agregado seria mais adequada para a redução do enviesamento intergrupala em interacções com grupos de estatuto diferenciado, independentemente deste ser manipulado de forma experimental ou

real (estatuto étnico).

A influência do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar

Uma outra questão importante nos objectivos deste estudo era perceber o impacto do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar quando estão a interagir em contextos de simetria intergrupar, ou seja, quando ambos os grupos possuem estatutos equivalentes (Allport, 1954). Como atrás é referido, uma das hipóteses sobre este tópico considerava que as crianças de elevado estatuto étnico (origem portuguesa), em situação de simetria intergrupar, recorriam tanto à recategorização como à descategorização para reduzir o enviesamento intergrupar, produzindo avaliações mais positivas sobre os seus pares (Nier *et al.*, 2001). Os resultados obtidos neste estudo replicam os encontrados por Nier e colegas (2001), e podemos ainda acrescentar que as crianças de origem africana (baixo estatuto) acompanham esta configuração. Assim, e considerando a ausência de resultados que salientassem o eventual efeito do estatuto dos grupos, podemos concluir que a Recategorização, a Descategorização e, embora de forma mais frágil, a Dupla Identidade, constituem representações cognitivas da interacção entre os grupos adequadas para a redução do enviesamento intergrupar. Para além disto, verificamos que a eficácia destes modelos na redução do enviesamento intergrupar se aplica tanto a crianças de elevado estatuto (origem portuguesa) a interagirem com membros de igual estatuto, como a crianças de baixo estatuto étnico (origem africana) a interagirem com membros de grupos de estatuto equivalente, na medida em que não se obteve um padrão de eficácia diferente para os dois grupos étnicos em presença (ausência de efeitos de interacção tripla entre o grupo-alvo, a condição e o estatuto étnico dos grupos).

Os processos de redução do enviesamento intergrupar

No que se refere aos diferentes processos preconizados pelas estratégias cognitivas de Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade na redução do enviesamento intergrupar, os resultados são menos consistentes do que os anteriores. Como vimos, a

distinção entre os processos não foi tão consistente quanto seria expectável.

Na recategorização, os resultados indicaram que a redução do enviesamento intergrupar operada nos participantes se processou a partir do aumento da avaliação do exogrupo, comparativamente à condição de controlo (representação em “dois grupos”). Tal como esperado, as avaliações do endogrupo produzidas pelas crianças nesta condição mantiveram-se inalteradas. Este resultado, apesar de só ter sido obtido para a medida de competência, permitiu-nos ilustrar o processo de redução promovido pela estratégia cognitiva de Recategorização (Grupo Único).

No que se refere à estratégia de Dupla Identidade, os resultados sugerem que o processo de redução operado por esta representação cognitiva do agregado se assemelha ao da recategorização, considerando os resultados destas duas representações na avaliação do exogrupo na medida de competência. Tal como esperado, o favoritismo endogrupal foi reduzido através do aumento da proximidade/atracção face aos membros do exogrupo inicial e da estabilidade na avaliação dos membros do endogrupo, comparativamente aos participantes na condição de controlo.

Considerando a recorrência destes resultados é possível afirmar que a ilustração dos processos de redução do enviesamento intergrupar operados pela Recategorização e pela Dupla Identidade recebe, neste estudo, um suporte empírico relevante. No entanto, persiste uma interrogação. Se considerarmos que a Dupla Identidade mantém a distintividade entre os subgrupos iniciais, ao mesmo tempo que provoca uma aproximação aos membros do exogrupo inicial, não seria de esperar que essa aproximação fosse menor que a proximidade obtida através da Recategorização? Ou seja, as avaliações do exogrupo inicial produzidas pelos participantes nestas duas condições deveriam ser simultaneamente superiores à produzida na condição de controlo e diferentes entre si? Apesar de os resultados deste estudo não confirmarem esta possibilidade, tentaremos retomar esta questão nos seguintes.

Os resultados encontrados sobre o processo de redução operado pela estratégia cognitiva de Descategorização não foram tão claros como os que acabámos de referir. Tal

como nas estratégias de Recategorização e de Dupla identidade, apenas encontramos resultados significativos para a ilustração deste processo numa das medidas dependentes, apesar de o enviesamento intergrupar ter sido eliminado em duas delas. Apesar disso, foi possível confirmar parcialmente que os participantes a interagirem sob a representação cognitiva “indivíduos separados” reduziram o favoritismo endogrupal inicial através de uma diminuição da avaliação que fazem dos membros do endogrupo inicial. Dito de outra maneira, os participantes sob esta representação avaliaram os membros do seu grupo inicial como menos competentes do que os participantes na condição de controlo. De facto, e como é teoricamente defendido (Gaertner *et al.*, 1989, Gaertner & Dovidio, 2000), a diluição das fronteiras entre as categorias iniciais e, conseqüentemente, a substituição por interacções personalizadas entre os membros do agregado na interacção, afastou os participantes do seu subgrupo inicial, possibilitando a redução do enviesamento intergrupar através da diminuição do favoritismo endogrupal. No entanto, para que a ilustração deste processo fosse consistente, os resultados teriam de simultaneamente demonstrar que a avaliação do endogrupo produzida pelos participantes nesta condição se alterava, ao mesmo tempo que a avaliação do exogrupo se mantinha estável. Ora não foi isso que veio a acontecer: na avaliação da competência dos membros do exogrupo, verificamos também que os participantes avaliavam melhor os membros desse grupo, o que fragilizou a ilustração deste processo.

Em termos gerais, e face às evidências empíricas aqui encontradas, a categorização social induzida neste estudo, configura-se como um quadro teórico de referência para o entendimento das relações intergrupais e, mais especificamente, para a compreensão da expressão do favoritismo endogrupal/enviesamento intergrupar. De facto, os participantes que interagiram sob a representação cognitiva “Dois Grupos” apresentam, em todas as medidas, um maior enviesamento intergrupar, quando comparados com os participantes cujas representações sofreram alterações, ou seja, que foram induzidos a conceber o agregado em “grupo único”, “indivíduos separados” e em “dois grupos numa mesma equipa”. Para

além disto, os participantes que interagiram sob estas três últimas representações apresentaram atitudes mais equivalentes em relação ao endogrupo e em relação ao exogrupo e, efectivamente, passaram por diferentes processos na redução do enviesamento intergrupar (Gaertner *et al.*, 1989).

A importância destes resultados está na possibilidade de se reconhecer a eficácia das três estratégias de eliminação/redução do enviesamento intergrupar em crianças de 9 a 11 anos de idade pertencentes a grupos estatutariamente desiguais, mas que aqui interagiram em igualdade de estatuto, respeitando uma das condições óptimas do contacto intergrupar (Allport, 1954). Podemos, assim, concluir que tanto a criação de uma identidade endogrupal comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993) – salientando ou não as identidades subgrupais (Gaertner & Dovidio, 2000) –, como a mudança das interacções de nível grupal para nível inter-individual (Brewer & Miller, 1984), assumem particular relevância na redução do favoritismo endogrupal na infância, replicando o sucesso que estas estratégias têm obtido em situações de interacção intergrupar com adultos (Gaertner *et al.*, 1989; 1990; 1999; Nier *et al.*, 2001).

Tomando em consideração a multiplicidade de resultados encontrados em torno da importância da recategorização, da dupla identidade e da descategorização na redução do enviesamento intergrupar, no quadro de interacções simétricas em termos do estatuto étnico dos grupos, parece importante assinalar que a cooperação e o envolvimento das crianças em práticas que promovam positivamente o contacto constituem forças fundamentais na formação de atitudes intergrupais mais positivas (Slavin & Madden, 1979; Slavin, 1985).

Capítulo VIII

Estudo 2: A redução do enviesamento intergrupar em contexto de assimetria de estatuto étnico¹³

A literatura sobre as variáveis estruturais do contacto intergrupar, nomeadamente, o estatuto dos grupos, tem demonstrado a existência de diferenças no comportamento intergrupar, consoante se tratem de grupos de elevado e de baixo estatuto (Hewstone, Rubin & Willis, 2002; Sachdev & Bourhis, 1991; Tropp & Pettigrew, 2005).

De facto, quando os grupos em interacção possuem diferente estatuto, os membros dos grupos de elevado estatuto tendem a expressar maior enviesamento intergrupar do que os membros dos grupos de baixo estatuto, especialmente em contexto laboratorial, comparativamente a estudos de campo, quando determinadas condições estão activas (Brewer & Brown, 1998; Mullen, Brown, & Smith, 1992). Quando as dimensões de comparação entre os grupos são dimensões relevantes para os grupos de elevado estatuto, os membros desses grupos demonstram mais enviesamento intergrupar do que quando essas dimensões de comparação são estatutariamente irrelevantes e quando a hierarquia de estatuto é percebida como legítima (Sachdev & Bourhis, 1991). Por outro lado, os membros dos grupos de baixo estatuto tendem a demonstrar maior enviesamento intergrupar quando a diferença de estatutos é percebida como instável e/ou ilegítima e as fronteiras dos grupos percebidas como permeáveis (Ellemers, Doosje, van Knippenberg, & Wilke, 1992) e quando as dimensões de comparação entre os grupos não estão relacionadas com as diferenças de estatuto (Brewer *et al.*, 1993).

A literatura sobre os benefícios do contacto intergrupar para os grupos de baixo

¹³ Parte do texto apresentado neste capítulo foi publicada como artigo na revista *Psicologia*, volume XVI, número 2 (2002). O presente estudo foi desenvolvido entre Novembro de 2001 e Fevereiro de 2002.

estatuto é comparativamente mais escassa do que a sobre os benefícios do contacto para os grupos de elevado estatuto (Cohen & Roper, 1972; González & Brown, *in press*; Siegelman & Welch, 1993). Também a relação entre contacto intergrupar e diminuição do preconceito tende a ser mais fraca para os membros de grupos de baixo estatuto do que para os grupos de elevado estatuto (Tropp & Pettigrew, 2005). Enquanto que para estes últimos, quanto maior o contacto intergrupar maior a redução do enviesamento intergrupar, para os grupos de baixo estatuto esta relação nem sempre é significativa, e quando é, nem sempre significa que ao aumento do contacto intergrupar corresponde uma diminuição do enviesamento.

Face ao que acabámos de referir, o presente estudo deste trabalho coloca novamente em evidência o papel do estatuto dos grupos na eficácia relativa das estratégias de redução do enviesamento intergrupar, na medida em que tentamos reproduzir experimentalmente a relação estatutariamente assimétrica entre os grupos, como vimos demonstrada a partir dos resultados do Estudo C.

1. Objectivos

De forma a contemplar o papel da assimetria de estatuto étnico na redução do enviesamento intergrupar, desenvolvemos um segundo estudo em que voltámos a manipular o contacto intergrupar, colocando crianças portuguesas de origem portuguesa a interagirem directamente com crianças de origem africana.

Deste modo, o objectivo principal do presente estudo foi comparar a eficácia do modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989), do modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984) e do modelo da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000) na redução do enviesamento intergrupar entre grupos de diferente estatuto étnico.

A principal diferença deste estudo em relação ao anterior consistiu no formato de interacção entre os participantes, ou seja, enquanto que no Estudo 1 as crianças se encontravam a interagir em situação de simetria de estatuto étnico (crianças de origem

portuguesa a interagiram com membros do seu grupo étnico e crianças de origem africana a interagiram com outras crianças de origem africana), neste estudo considerou-se pertinente averiguar até que ponto a situação de assimetria estatutária – interacção entre grupos de diferente estatuto – fazia variar o padrão de resultados encontrado no estudo anterior.

Esta diferente configuração do contacto entre os grupos decorre de dois argumentos essenciais. Por um lado, a literatura neste domínio tem vindo a demonstrar que as interacções pautadas por assimetria intergrupar (estatuto), quer seja real ou experimentalmente induzida, têm diferentes consequências na eficácia destes modelos, designadamente, na Identidade Endogrupal Comum e na Dupla Identidade (Dovidio *et al.*, 2001; Gaertner & Dovidio, 2000; Nier *et al.*, 2001). Por outro lado, interessou-nos averiguar a robustez destes modelos quando uma das condições óptimas de contacto intergrupar (Allport, 1954) – a igualdade de estatuto – não é cumprida.

Neste sentido, colocamos ao presente estudo um desafio: trata-se, por um lado, de testar novamente a eficácia destas estratégias cognitivas de redução do preconceito intergrupar, mas trata-se, antes de mais, de tentar reproduzir, num contexto controlado, as assimetrias que a sociedade produz na interacção entre grupos de diferentes estatutos, como tantas vezes acontece nas interacções reais entre estes grupos.

2. Hipóteses

2.1 Hipótese sobre a influência do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar

De acordo com a literatura (Dovidio *et al.*, 2001; Gaertner *et al.*, 1994; 1996; Gaertner & Dovidio, 2000; González e Brown, *in press*; Nier *et al.*, 2001), espera-se que nos grupos de alto estatuto (crianças portuguesas de origem portuguesa), a representação cognitiva em *grupo único* seja mais eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar, na medida em que esta espelha uma estratégia de aculturação idêntica à assimilacionista demonstrada, pela literatura, como mais adequada na facilitação dada por este grupo à inserção de grupos

eticamente diferenciados (Berry, 1984; Gaertner & Dovidio, 2000; González & Brown, *in press*).

Nos grupos de baixo estatuto étnico (crianças de origem africana), espera-se que a representação de Dupla Identidade seja a forma mais eficaz de reduzir o enviesamento intergrupar, na medida em que a distintividade da pertença étnica presente nesta representação, para além de ter sido equiparada à estratégia de integração (Berry, 1984), tem-se mostrado adequada na redução daquele enviesamento nos grupos étnicos e/ou minoritários (Gaertner & Dovidio, 2000).

Relativamente à representação cognitiva de Descategorização, e porque nela a dimensão grupal deixa de existir dada a eliminação das fronteiras dos grupos, esperamos que esta se mostre eficaz na redução do enviesamento intergrupar nos participantes de ambos os grupos étnicos.

2.2 Hipótese sobre os processos de redução do enviesamento intergrupar

Neste estudo, tornamos a levantar hipóteses relativamente aos processos de redução do enviesamento intergrupar operados pelas estratégias de Recategorização, de Descategorização e de Dupla Identidade, na medida em que os resultados anteriores não foram tão consistentes como esperávamos.

Como referido anteriormente, os processos de redução operadas por aquelas representações cognitivas distinguem-nas claramente. Neste sentido, e no que toca à representação cognitiva em *Grupo Único*, espera-se que esta promova a redução do enviesamento intergrupar através do aumento da atracção pelos membros do exogrupo inicial (Gaertner *et al.*, 1989).

Já para a representação cognitiva do agregado como *Indivíduos Separados* (descategorização), espera-se que a redução do enviesamento intergrupar se processe através da diminuição da atracção pelo endogrupo (Brewer & Miller, 1984; Gaertner *et al.*, 1989).

Finalmente, no que respeita à Dupla Identidade, e considerando que a criação de uma categoria supraordenada é uma característica que esta representação partilha com a

representação cognitiva da recategorização, esperamos uma equivalência entre os dois processos de redução. Neste sentido, colocamos a hipótese de que nesta representação a redução do enviesamento intergrupar se opere também através do aumento da atracção pelos membros do exogrupo (Gaertner *et al.*, 1989; 1993; Dovidio *et al.*, 2001), ainda que esse aumento seja menor do que o esperado na estratégia de Recategorização, devido à manutenção da distintividade entre os subgrupos.

3. Método

3.1 Participantes

O presente estudo envolveu quarenta e oito grupos de 3 crianças de duas origens étnicas diferentes (72 crianças portuguesas de origem portuguesa e 72 crianças portuguesas de origem africana), distribuídas por condição conforme se apresenta no Quadro 11.

Estas crianças frequentavam o 4º ano de escolaridade de dez escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico da área Metropolitana de Lisboa e possuíam idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos.

Quadro 11 – Distribuição dos grupos, por condição experimental e estatuto étnico dos grupos

ESTATUTO ÉTNICO DOS GRUPOS	CONDIÇÃO EXPERIMENTAL				Total
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade	
Elevado estatuto (origem portuguesa)	6 (18)	6 (18)	6 (17)	6 (17)	24 (70)
Baixo estatuto (origem africana)	6 (16)	6 (17)	6 (15)	6 (16)	24 (64)
Total	12 (34)	12 (35)	12 (32)	12 (33)	48 (134)

Legenda: Os valores apresentados entre parêntesis correspondem ao número de participantes que identificaram correctamente a condição experimental em que se encontravam¹⁴.

¹⁴ Para se testar o sucesso das manipulações experimentais efectuou-se um teste de qui-quadrado entre a condição e a representação cognitiva do agregado durante a interacção identificada pelos participantes. O resultado obtido ($\chi^2 = 358.4$; gl = 9, $p < .001$) indica uma associação significativa entre cada condição e a correspondente representação cognitiva (Residuais ajustados: Cat-Cat = 10.9; Rec-Rec = 10.6; Desc-Desc = 11.1; DI-DI = 11.1), ficando, assim, demonstrado que as manipulações experimentais foram bem sucedidas na indução das representações cognitivas do agregado durante a interacção entre os grupos.

3.2 Desenho experimental

O desenho experimental considerado neste estudo foi de 4 (Condição: Categorização, Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade) X 2 (Estatuto Étnico dos Grupos: Elevado Estatuto – origem portuguesa e Baixo Estatuto – origem africana) X 2 (Grupo-Alvo: Endogrupo e Exogrupo), sendo os primeiros três factores de natureza inter-sujeitos e o último factor intra-sujeitos.

3.3 Procedimento experimental

O procedimento experimental utilizado neste estudo apenas difere do anterior no que se refere à formação dos subgrupos iniciais. Como vimos atrás, e porque no estudo anterior os grupos se encontravam em situação de simetria de estatuto (crianças de origem portuguesa a interagirem com crianças de origem portuguesa e crianças de origem africana a interagirem com crianças de origem africana), os grupos foram criados aleatoriamente, mediante a estimativa do número de barcos apresentados em uma prancha.

No presente estudo, a criação dos subgrupos obedeceu a critérios distintos do anterior. Neste sentido, definiu-se como critério principal para a constituição dos subgrupos o facto de as crianças terem nascido em Portugal mas possuírem pertenças étnicas distintas.

Este critério implicou que as crianças participantes fossem todas nascidas em Portugal, mas diferissem na origem étnica, sublinhando-se para isso a existência de crianças nascidas em Portugal e que tinham origem portuguesa e crianças nascidas em Portugal e que possuíam origem africana. Este foi o critério utilizado para a constituição dos dois subgrupos de três elementos presentes durante a sessão experimental.

No entanto, e para que origem/diferenciação étnica não fosse tornada saliente durante a interacção – ela foi apenas utilizada como forma de divisão dos subgrupos –, as crianças eram posteriormente convidadas a criar nomes para os seus grupos, tal como aconteceu no Estudo 1.

Quanto à indução das diferentes representações cognitivas dos agregados durante a

interacção (categorização: dois grupos; recategorização: grupo único; descategorização: indivíduos separados; dupla identidade: dois grupos numa mesma equipa), esta obedeceu exactamente aos mesmos critérios que foram utilizados no Estudo 1 O procedimento experimental utilizado neste estudo foi o mesmo que se utilizou no Estudo B (cf. 2.2.2.).

3.4 Medidas dependentes

Tal como no estudo anterior, as medidas dependentes utilizadas integraram os atributos competência e egoísmo e a atribuição de recursos.

A medida de competência correspondeu às respostas dadas sobre uma escala de *Likert* de 4 pontos (4 = muito; 3 = assim, assim; 2 = pouco; 1 = nada), à questão “Pensa agora nos(as) meninos(as) que estiveram a fazer aqui o jogo contigo. Pensa no(a) _____ e diz-nos até que ponto achas que ele(ela) jogou bem?”.

O atributo egoísta correspondeu às respostas dadas sob uma escala de *Likert* de 4 pontos (4 = muito; 3 = assim, assim; 2 = pouco; 1 = nada), à pergunta “Pensa agora nos(as) meninos(as) que estiveram a fazer aqui o jogo contigo. Pensa no(a) e diz-nos até que ponto achas que ele(ela) foi egoísta?”.

A medida de atribuição de recursos correspondeu ao valor identificado pelas crianças em resposta à pergunta: “Quantos lápis de cor é que gostarias de dar a cada um dos(as) meninas(os) que estiveram aqui a fazer o jogo contigo?”.

De forma a enriquecer o número de atributos, e face à possibilidade de voltarmos a não encontrar resultados estatisticamente significativos com o atributo negativo *egoísta* (ver Estudo 1), introduziu-se um novo atributo – semelhança (Aboud & Doyle, 1995; Dovidio, Gaertner, Isen, & Lowrance, 1995; Dovidio *et al.*, 1995; Hewstone, Rubin, & Willis, 2002; Judd, Park, Yzerbyt, Gordijn, & Muller, 2005; Jetten, Summerville, Hornsey & Mewse, 2005). Este, veio a corresponder às respostas dadas sob uma escala de *Likert* de 4 pontos (4 = muito; 3 = assim, assim; 2 = pouco; 1 = nada), à pergunta “Pensa agora nos(as) meninos(as) que estiveram a fazer aqui o jogo contigo. Pensa no(a) e diz-nos até que ponto achas que ele(ela) escolheu como tu?” (cf. Anexo 2).

4. Apresentação de Resultados

Tal como referimos na introdução aos resultados do estudo anterior, também aqui organizámos os resultados em função da verificação das hipóteses convocadas.

A verificação de hipóteses obedeceu, como atrás fizemos referência, à execução de análises estatísticas específicas. Assim, executaram-se quatro análises de variância com medidas repetidas, tomando o grupo-alvo como variável dependente intra-sujeitos e a condição e o estatuto étnico dos grupos como variáveis independentes inter-sujeitos. Espera-se, assim, encontrar um efeito de interacção significativo entre o grupo-alvo, a condição e o estatuto étnico dos grupos. Sobre os processos de redução do enviesamento, espera-se que nas análises de variância simples para as avaliações separadas do endogrupo e do exogrupo se obtenha um efeito principal da condição, ilustrando-se, através do teste de contrastes, a especificidade inerente aos processos induzidos por cada uma das três representações cognitivas (Descategorização, Recategorização e Dupla Identidade).

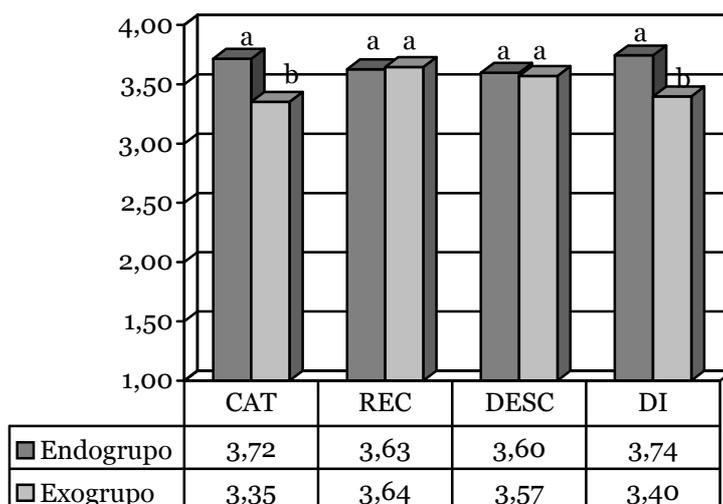
4.1 Impacte do estatuto étnico dos grupos sobre as estratégias de redução do enviesamento intergrupar

4.1.1 Atributo *Competente* (Joga bem)

Os efeitos de interacção esperados para averiguar o impacte do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar não se revelaram estatisticamente significativos, na medida em que não obtivemos um efeito de interacção significativo entre o grupo-alvo, a condição experimental e o estatuto étnico dos grupos, $F(3, 40) = .84; p < .48$.

No entanto, e no que se refere ao atributo de competência, os resultados revelaram um efeito de interacção estatisticamente significativo entre o grupo-alvo e a condição, $F(3, 40) = 2.90; p < .05; \eta^2 = 0.18$).

Figura 11 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo da competência, por condição experimental



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

Através do teste de contrastes, verificámos que nas condições de controlo, $t(11) = 3.05$; $p < .004$, e de dupla identidade, $t(11) = 2.89$; $p < .006$, as crianças avaliaram o seu próprio grupo como significativamente mais competente que o outro grupo (exogrupo). Pelo contrário, estas diferenças diluíram-se nas médias encontradas para o endogrupo e para o exogrupo nas condições de recategorização, $t(11) = .16$; $p < .88$, e de descategorização, $t(11) = .23$; $p < .82$, onde as avaliações foram equivalentes (cf. Figura 11).

Tal como efectuámos no estudo anterior, também aqui considerámos a necessidade de verificar a existência de uma eventual redução do enviesamento intergrupar operado pela representação cognitiva de Dupla Identidade, na medida em que não conseguimos demonstrar a eliminação do favoritismo endogrupal (existência de diferenças significativas entre as avaliações do grupo-alvo). Para este efeito, criámos uma medida de enviesamento intergrupar¹⁵, e com ela executou-se uma análise de variância, tomando como variável independente a condição experimental.

Os resultados obtidos revelaram um efeito principal da condição, $F(3, 43) = 2.93$; $p < .04$. Através das comparações entre o nível médio de enviesamento intergrupar obtido nas

¹⁵ A medida de enviesamento intergrupar foi criada a partir da subtracção da avaliação do exogrupo à avaliação do endogrupo (Enviesamento = endogrupo – exogrupo).

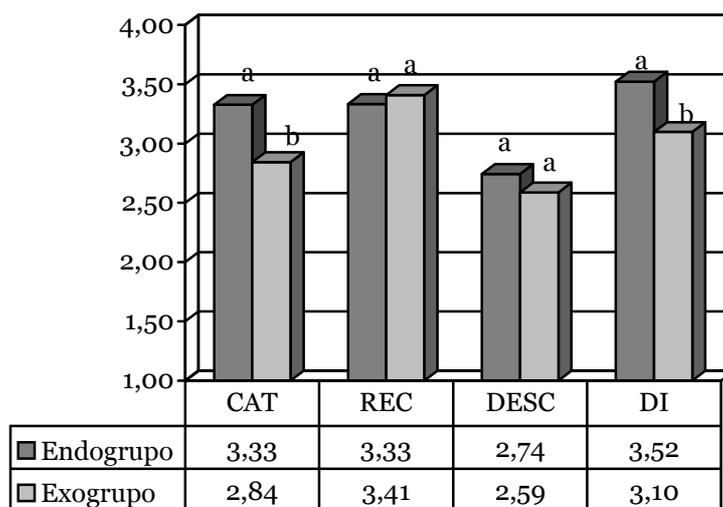
condições de controlo ($M = .36$) e de dupla identidade ($M = .34$), verificámos que não existiram diferenças estatisticamente significativas entre aquelas condições, $t(22) = .11$; $p < .91$, pelo que se concluiu que não houve redução do enviesamento intergrupar na condição de dupla identidade.

Face aos resultados, é possível afirmar que o estatuto étnico dos grupos não teve qualquer impacto na diferenciação da eficácia das estratégias de redução do enviesamento intergrupar. No entanto, e independentemente do estatuto étnico dos grupos, as representações cognitivas do agregado em Recategorização e em Descategorização foram ambas eficazes a reduzir o enviesamento intergrupar nos participantes de origem portuguesa e de origem africana, enquanto que a Dupla Identidade se revelou inoperante a reduzir esse enviesamento.

4.1.2 Atributo *Semelhante* (Escolhe como eu)

Tal como os anteriores, os resultados referentes ao atributo *Semelhante* indicaram a presença de um efeito de interacção estatisticamente significativo entre o grupo-alvo e a condição, $F(3, 40) = 4.18$; $p < .01$; $\eta^2 = 0.24$, mas não entre o grupo-alvo, a condição e o estatuto étnico dos grupos, $F(3, 40) = 1.28$; $p < .30$.

Figura 12 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo de semelhança, por condição experimental



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

Assim, através do teste de contrastes, verificámos que as crianças nas condições de controlo, $t(11) = 3.84$; $p < .000$, e de dupla identidade, $t(11) = 3.36$; $p < .002$, percebem os membros do seu grupo como significativamente mais semelhantes consigo próprias do que os membros do exogrupo. Já as crianças nas condições de recategorização, $t(11) = .59$; $p < .56$, e de descategorização, $t(11) = 1.23$; $p < .23$, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre as avaliações do grupo-alvo (cf. Figura 12).

Face a este resultado, podemos afirmar que existiu uma eliminação do enviesamento intergrupar nas condições de recategorização e de descategorização, uma vez que as avaliações do endogrupo e do exogrupo foram equivalentes.

Tal como no atributo de competência, criou-se uma medida de enviesamento para testar a eventual presença de uma redução do enviesamento intergrupar na condição de dupla identidade. Assim, quisemos averiguar se o nível de enviesamento intergrupar produzido na condição de dupla identidade se distinguia significativamente do nível de enviesamento produzido na condição de controlo. Apesar de o resultado da análise de variância ter revelado um efeito principal da condição, $F(3, 43) = 4.10$; $p < .01$, o contraste efectuado entre as avaliações produzidas pelos participantes nas condições de categorização ($M = .48$) e de dupla identidade ($M = .42$) não se revelou estatisticamente significativo, $t(22) = .33$; $p < .74$. Desta forma, e tal como na medida dependente anterior, o nível de enviesamento intergrupar obtido na condição de dupla identidade foi semelhante ao obtido na condição de controlo, pelo que se concluiu que não houve redução do enviesamento intergrupar na condição de dupla identidade.

4.1.3 Atributo *Egoísta*

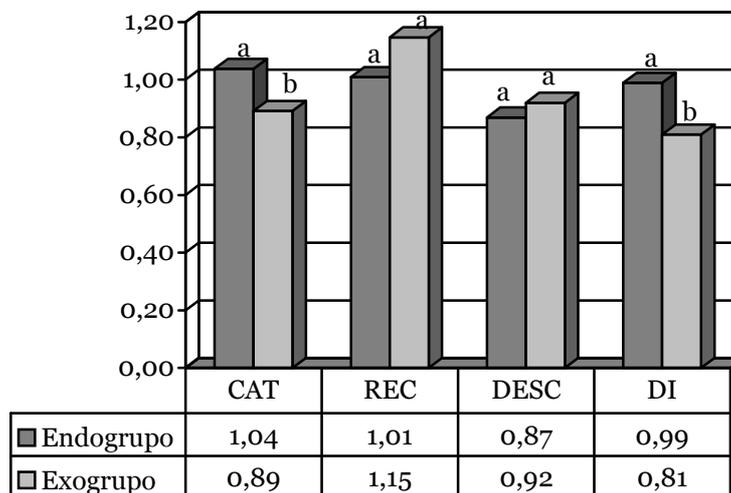
Não se encontraram efeitos de interacção estatisticamente significativos entre o grupo-alvo, a condição e o estatuto étnico dos grupos, $F(3, 40) = .82$; $p < .49$, e entre o grupo-alvo e a condição, $F(3, 40) = .75$; $p < .53$, para esta medida.

4.1.4 Atribuição de recursos

Tal como anteriormente, o efeito de interacção entre o grupo-alvo, a condição e o estatuto étnico dos grupos não se revelou estatisticamente significativo, $F(3, 40) = .46$; $p < .71$, pelo que é possível afirmar que o estatuto étnico dos grupos não produziu qualquer efeito sobre a eficácia das estratégias de redução do enviesamento intergrupar.

No entanto, os resultados referentes a esta medida voltaram a mostrar um efeito de interacção significativo entre a condição experimental e o grupo-alvo, $F(3, 40) = 4.45$; $p < .009$; $\eta^2 = 0.25$.

Figura 13 – Avaliação média do grupo-alvo na medida de atribuição de recursos, por condição experimental



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

Os contrastes efectuados de forma a ilustrar o resultado anterior revelaram que o nível médio de recursos atribuído ao endogruppo é significativamente superior ao atribuído ao exogruppo nas condições de controlo, $t(11) = 2.00$; $p < .05$, e de dupla identidade, $t(11) = 2.47$; $p < .02$, assistindo-se, assim, à presença de um favoritismo endogrupal naquelas condições. A contrastar com este resultado surgem os encontrados nas condições de recategorização, $t(11) = 1.89$; $p < .06$, e de descategorização, $t(11) = .71$; $p < .48$. A diferença marginalmente significativa obtida entre as avaliações do endo- e do exogruppo na condição de recategorização indicou que a redução do enviesamento se transformou, ainda que

tendencialmente, em favoritismo exogrupal. Já na condição de descategorização, assistimos à eliminação das diferenças entre as avaliações do grupo-alvo, ou seja, à equivalência dos recursos atribuídos ao endogrupo e ao exogrupo (cf. Figura 13).

Face a estes resultados, e independentemente do estatuto étnico dos grupos, podemos afirmar que o enviesamento intergrupar evidenciado pelos participantes na condição de controlo foi eliminado nos grupos que interagiram sob as representações de *Grupo Único* (recategorização) e *Indivíduos Separados* (descategorização).

Também nesta medida houve a necessidade de averiguar se a não eliminação das diferenças entre as avaliações do endo- e do exogrupo na condição de dupla identidade poderia, em alternativa, significar uma redução do enviesamento intergrupar. O resultado da análise de variância efectuada com a medida de enviesamento para esta medida revelou um efeito principal da condição, $F(3, 40) = 4.45; p < .008$. No entanto, e à semelhança dos resultados obtidos nas medidas anteriores, o teste de contrastes entre o nível de enviesamento médio produzido nas condições de controlo ($M = .15$) e de dupla identidade ($M = .18$) não se revelou estatisticamente significativo, $t(22) = .33; p < .74$, pelo que se concluiu que a dupla identidade não se configurou como uma estratégia adequada para reduzir o enviesamento intergrupar.

Assim, e à semelhança dos atributos *Competente* e *Semelhante*, as representações cognitivas de Recategorização e de Descategorização reduziram eficazmente o enviesamento intergrupar nas crianças de elevado e de baixo estatuto, igualizando o número de recursos atribuídos ao endo- e ao exogrupo.

4.2 Processos de redução do enviesamento intergrupar

De forma a ilustrar os processos de redução/eliminação do enviesamento intergrupar nas medidas de competência, de semelhança e de atribuição de recursos, foram efectuada seis análises de variância (três para as avaliações do endogrupo e três para as avaliações do exogrupo), tomando como variável independente a condição experimental. Os resultados obtidos nessas análises são os que se apresentam no Quadro 12.

Quadro 12 – Avaliação média do grupo-alvo, por medida dependente e condição experimental

Avaliação média do endogrupo							
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade	F	gl	p
Atributo Competência	3.72	3.63	3.60	3.74	.49	3.40	.69
Atributo Semelhança	3.33a	3.33a	2.74b	3.52a	5.96	3.40	.002
Atribuição de recursos	1.04	1.01	.87	.99	.32	3.40	.81
Avaliação média do exogrupo							
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade	F	gl	p
Atributo Competência	3.35	3.64	3.57	3.40	1.17	3.40	.33
Atributo Semelhança	2.84a	3.41b	2.59a	3.10a	5.82	3.40	.002
Atribuição de recursos	.89	1.15	.92	.81	.91	3.40	.44

Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

Os resultados sobre o processo de redução apenas se revelaram estatisticamente significativos em uma das medidas dependentes, apesar de se ter registado uma redução significativa do enviesamento intergrupar em três das quatro medidas dependentes.

4.2.1 Processo de redução do enviesamento intergrupar produzido pela Descategorização

Assim, e como se pode observar pelo Quadro 12, no atributo *Semelhante* foi possível ilustrar o processo subjacente à redução induzida pela representação cognitiva em *indivíduos separados*, a qual, como esperado, se fica a dever a uma diminuição significativa da avaliação dos membros do endogrupo, ou seja, a uma diminuição da atracção face aos membros do endogrupo inicial, $t(46) = 2.98$; $p < .005$, enquanto a avaliação do exogrupo se mantém inalterada. Mais concretamente, a diminuição da atracção em relação aos membros do endogrupo inicial significou que os participantes nesta condição avaliaram os membros do seu subgrupo como menos semelhantes consigo próprios do que os participantes na condição de controlo.

4.2.2 Processo de redução do enviesamento intergrupar produzido pela recategorização

No que se refere ao processo de redução do enviesamento intergrupar promovido pela condição de recategorização, os resultados indicaram, tal como esperado, que a avaliação do exogrupo naquela condição é significativamente superior a essa mesma avaliação no grupo de controlo, $t(46) = 2.75$; $p < .009$, confirmando-se a hipótese de que a representação cognitiva em “Grupo Único” reduziu o enviesamento através do aumento da atracção sentida pelo exogrupo inicial (Gaertner *et al.*, 1989; Gaertner & Dovidio, 2000), enquanto que a avaliação do endogrupo se mantém estável.

4.2.3 Processo de redução do enviesamento intergrupar produzido pela Dupla Identidade

Dado que não se obtiveram resultados indiciadores de redução/eliminação do enviesamento intergrupar através desta representação cognitiva dos grupos, não nos foi possível ilustrar o processo subjacente.

5. Discussão de Resultados

Enviesamento intergrupar e favoritismo endogrupal

Tal como aconteceu no estudo anterior, a produção de enviesamento intergrupar foi conseguido à custa de um favoritismo endogrupal e não através da discriminação exogrupal (Brewer, 1999; Aboud, 2003). Como vimos, a representação cognitiva do agregado durante a interacção em “dois grupos” promoveu um enviesamento intergrupar significativo em ambos os grupos étnicos, ou seja, os participantes de origem portuguesa e de origem africana avaliaram melhor os membros do seu grupo étnico, considerando-os mais competentes, mais semelhantes consigo próprios e atribuíram mais recursos – do que os membros do outro grupo étnico

A redução do enviesamento intergrupar

Neste estudo, a redução do enviesamento intergrupar em grupos etnicamente

distintos, apenas se revelou eficaz por via das representações cognitivas em “grupo único” (recategorização) e em “indivíduos separados” (descategorização). Tal como no estudo anterior, verificámos que a alteração das categorizações subgrupais para representações personalizadas, ou se preferirmos, “descategorizadas”, bem como a indução de uma identidade endogrupal comum em que as fronteiras dos subgrupos iniciais são dissolvidas e reorganizadas numa categorização mais abrangente, constituem formas potentes de reduzir o enviesamento e favoritismo endogrupal em interacções intergrupais entre crianças de elevado e de baixo estatuto étnico.

No entanto, e ao contrário do que foi fixado pelas hipóteses, a representação cognitiva de Dupla Identidade não só não se mostrou eficaz a reduzir/eliminar o preconceito, como os níveis de enviesamento produzidos pelas crianças nesta condição assumiram valores próximos dos da condição de categorização (controlo).

Este resultado é menos animador, na medida em que um dos objectivos fixados para este estudo era precisamente entender o papel desta representação cognitiva, teoricamente importante na redução do enviesamento intergrupalo nas relações entre grupos etnicamente diferenciados (Gaertner et al., 1994; 1996; Gaertner & Dovidio, 2000).

A resposta a estes resultados pode dever-se a dois grupos de argumentos: a eficácia da manipulação experimental durante a interacção entre os grupos e/ou à natureza da tarefa experimental.

No que se refere à manipulação experimental adoptada na indução da representação cognitiva de Dupla Identidade, as categorizações étnicas apenas eram usadas inicialmente, aquando da divisão em subgrupos, mas deixada de lado durante a interacção. Como vimos no procedimento experimental, as origens étnicas dos participantes (Portugueses e Africanos) constituíam o *leitmotiv* para a divisão das seis crianças em grupos de três elementos, mas a designação posterior dos subgrupos era substituída por nomes que não tornavam saliente a pertença étnica dos subgrupos na interacção (ex.: os “verdes” e os “diabinhos”). Uma vez que o reconhecimento das identidades subgrupais, bem como a sua valorização e associação

positiva com a identidade supraordenada constituem condições essenciais para a eficácia da representação cognitiva de Dupla Identidade (Gaertner & Dovidio, 2000), é possível que no presente estudo esta associação se tenha diluído a ponto de os participantes não conseguirem reconhecer as ligações entre elas e a categoria supraordenada e mais inclusiva. De facto, a categoria supraordenada foi apenas manipulada através de pistas perceptuais e ambientais, nomeadamente, a cor das etiquetas colocadas nos participantes, o nome criado para a equipa “grupo único” e a posição/arranjo dos lugares na sala, o que pode sugerir que esta manipulação foi insuficiente de forma a garantir os efeitos positivos esperados neste modelo. Tal como Gaertner e Dovidio (2000) sugerem “when subgroup identities are dominant and the superordinate group lurks only in the background the effects of a dual identity is likely to approximate the effects to a two-separate groups representation” (p: 168).

O segundo argumento – natureza da tarefa experimental – também se refere a um aspecto de ordem metodológica, muito embora distinto do anterior. Referimo-nos, especificamente, à opção de utilizar a mesma tarefa para os subgrupos durante a interacção, ao invés de optar pela introdução de tarefas distintas e complementares no alcance de um objectivo supraordenado comum, como acontece no trabalho de Brown e Wade (1987).

Os trabalhos de Brown e Wade (1987) salientam a importância das diferenças subgrupais em dimensões igualmente valorizadas, o que permitiria aos membros dos grupos reconhecer e apreciar a contribuição dos outros, sem que essa diferenciação resulte numa ameaça às suas próprias identidades específicas.

Face a estes constrangimentos, não nos foi possível desenhar conclusões sólidas relativamente à representação de Dupla Identidade, quer no que se refere à sua eficácia, quer no que toca à ilustração do processo de redução.

Em suma, e considerando a escassa literatura sobre este tópico, afigura-se crucial a integração dos contributos do modelo da categorização cruzada (Deschamps & Doise, 1978), bem como as propostas metodológicas de Brown e Wade (1987) nos estudos seguintes, tanto mais que um estudo recente conduzido com crianças com características idênticas às das

participantes neste estudo (9/11 anos de idade e de origem portuguesa e africana) revela que a indução da representação cognitiva de dupla identidade conseguida à custa da introdução de tarefas subgrupais diferentes mas complementares, quando comparada com tarefas subgrupais iguais, reduz de forma eficaz o enviesamento intergrupar, ainda que independentemente do estatuto étnico dos grupos presentes na interacção (Guerra, Rebelo e Monteiro, 2004a; Guerra, Rebelo e Monteiro, 2004b).

A influência do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar

No que se refere às hipóteses respeitantes ao estatuto relativo dos grupos presentes na interacção, de forma inesperada, a recategorização não surge como uma forma particularmente eficaz de reduzir o preconceito nos grupos de elevado estatuto (crianças de origem portuguesa). Pelo contrário, tanto a recategorização como a descategorização se configuram como formas eficazes de diminuir o preconceito, e mais ainda, de contribuírem directamente para a emergência de atitudes mais positivas em ambos os grupos étnicos (crianças de origem portuguesa e de origem africana). Especificamente, a indução de uma categoria supraordenada mais inclusiva, bem como a mudança da natureza da interacção de nível intergrupar para inter-individual surgem, assim, como representações cognitivas potentes para a promoção de interacções intergrupais positivas nas relações entre estas crianças, independentemente do impacte e da natureza do estatuto dos seus grupos.

Em conclusão, o presente estudo confirma que ambas as propostas dos modelos da Descategorização e da Identidade Endogrupal Comum são eficazes a reduzir o enviesamento intergrupar em contextos de interacção real entre grupos étnicos diferenciados, replicando os resultados encontrados em estudos laboratoriais e de natureza correlacional. Apesar da eficácia comprovada dos dois modelos, o papel do estatuto étnico dos grupos na redução do preconceito entre grupos assimétricos permanece pouco claro e merece, decerto, redobrada atenção, particularmente no que toca ao papel do modelo da Dupla Identidade.

À necessidade acima descrita, acresce uma outra, não menos importante, e que se relaciona com a estabilidade que estes modelos poderão demonstrar na extensão dos seus

efeitos positivos em relações intergrupais assimétricas. O entendimento da extensão dos efeitos positivos promovidos por estes modelos é fundamental, quer no que se refere ao exogrupo como um todo, quer no que se relaciona com o impacto que diferentes contextos de interacção podem ter no combate ao intrusivo preconceito inter-étnico nas sociedades modernas, tomando como objectivo último a melhoria das relações intergrupais (González & Brown, 2003; Rebelo, Guerra & Monteiro, 2005), tornando-as mais harmoniosas e adequadas. Apesar de não ser o objectivo directo deste estudo, a exploração do potencial de generalização destes modelos constitui um passo fundamental na tradução do suporte teórico e empírico que estes modelos encerram em medidas específicas para programas de intervenção que visem o real combate à discriminação e preconceito intergrupais em sociedades marcadas por uma crescente, mas não recente, diversidade étnica.

Os processos de redução do enviesamento intergrupais

Tal como estabelecido pelas hipóteses, os processos pelos quais foi possível reduzir/eliminar o enviesamento intergrupais operados pelas representações do agregado em “grupo único” e em “indivíduos separados” são efectivamente diferentes, muito embora só tenham sido mostrados numa medida dependente (competência). Especificamente, a representação em grupo único eliminou a discriminação intergrupais através do aumento da atractividade face aos membros do exogrupo inicial, enquanto que as avaliações do endogrupo permanecem inalteradas. A representação cognitiva do agregado durante a interacção em “indivíduos separados” possibilitou a redução do enviesamento através da diminuição da atracção sentida pelos membros do endogrupo inicial, enquanto, simultaneamente, as avaliações do exogrupo ficam inalteradas. A ilustração destes dois processos de redução do preconceito vai ao encontro do postulado pela literatura, replicando os resultados já encontrados em populações adultas (Gaertner *et al.*, 1989; Gaertner & Dovidio, 2000) e em adolescentes (Gaertner *et al.*, 1994; 1996).

Capítulo IX

Estudo 3: A redução do enviesamento intergrupar em contexto de assimetria e de saliência de estatuto étnico¹⁶

Os estudos anteriores testaram a forma como os modelos de redução do preconceito convocados para este trabalho podem ser aplicados em dois contextos de interacção diferentes, nomeadamente, em situação de simetria e de assimetria de estatuto étnico, com os grupos a interagirem num contexto de baixa saliência de estatuto. Analisaram também, como vimos, os processos cognitivos específicos subjacentes às diferentes estratégias de redução do enviesamento intergrupar.

Os principais resultados mostraram que, independentemente dos contextos de interacção (simetria e assimetria de estatuto), as representações cognitivas de Recategorização e de Descategorização reduziram eficazmente o enviesamento grupar em grupos de baixo e elevado estatuto étnico (Rebelo, Matias & Monteiro, 2002). Assim, os participantes cujas representações cognitivas do agregado durante a interacção foram modificadas, quer a partir da criação de uma categoria supraordenada inclusiva das fronteiras subgrupais, quer através de interacções personalizadas entre os membros possibilitando a troca de informação individual (Brewer, 2003), apresentaram avaliações do endogrupo e do exogrupo equivalentes, ou seja, eliminaram o enviesamento intergrupar quando comparados com os participantes da condição de controlo.

No que se refere à representação de Dupla Identidade, os resultados mostraram que esta não foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar, não tendo sido, por isso, possível ilustrar o processo através do qual essa redução eventualmente ocorreria.

Como referimos na discussão de resultados do estudo anterior, razões de ordem

¹⁶ O presente estudo foi desenvolvido entre Janeiro e Maio de 2004.

metodológica na manipulação experimental da representação de Dupla Identidade podem justificar o insucesso daquela representação na redução, e conseqüentemente, no processo de redução do enviesamento intergrupar.

De acordo com Deschamps & Brown (1983) e com Brown & Wade (1987), a complementaridade de tarefas, ao invés da semelhança entre elas, permite uma melhor diferenciação intergrupar e, conseqüentemente, a manutenção de identidades subgrupais positivas.

Ainda nesta linha de argumento, um estudo realizado por Guerra, Rebelo & Monteiro (2004a; 2004b) centrou-se no impacto que a diferenciação subgrupar tem sobre a estratégia cognitiva de Dupla Identidade, através da realização de tarefas diferentes mas complementares numa actividade intergrupar. Nesse estudo, os autores comparam a eficácia da dupla identidade, operacionalizada com tarefas iguais e com tarefas diferentes, na redução do enviesamento intergrupar em crianças de diferentes estatutos étnicos (origem portuguesa e origem africana) a interagirem em assimetria de estatuto com baixa saliência de pertença étnica. Independentemente do estatuto étnico dos grupos, os resultados mostraram que a Dupla Identidade na condição “tarefas diferentes” foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar, enquanto que a mesma estratégia na condição “tarefas semelhantes” revelou, à semelhança de estudos anteriores (Rebelo, Matias e Monteiro, 2002), um enviesamento intergrupar significativo. No entanto, apesar de aquele estudo ter mostrado a importância da diferenciação de tarefas na manutenção da identificação subgrupar durante a interacção entre os grupos, não conseguiu demonstrar que a estratégia de Dupla Identidade é particularmente eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos grupos de baixo estatuto, como outros autores encontraram (Gaertner *et al.*, 1994; 1996; Gaertner & Dovidio, 2000; Hornsey & Hogg, 2000). Este resultado pode ficar a dever-se ao facto de a pertença étnica dos participantes não ter sido tornada saliente durante a interacção entre os grupos. Conseqüentemente, o factor *estatuto étnico* pode ter perdido o impacto esperado na evidência da eficácia daquela estratégia cognitiva na redução do enviesamento intergrupar

em crianças de origem africana.

Apesar de os resultados sobre os processos de redução do enviesamento intergrupar terem sido menos consistentes do que os relativos à redução em si eles vão, de uma forma geral, ao encontro do fixado pelas hipóteses. De facto, os participantes que interagiram sob a representação de “grupo único” (recategorização) reduziram o enviesamento intergrupar através do aumento da proximidade face aos membros do exogrupo, ou seja, avaliaram os membros do exogrupo como mais competentes e semelhantes consigo próprios e atribuíram-lhes mais recursos, comparativamente às avaliações do exogrupo produzidas pelos participantes sob a representação “dois grupos” (controlo) (Gaertner *et al.*, 1989).

Já sob a representação cognitiva de Descategorização (Indivíduos Separados), os participantes de ambos os grupos étnicos reduziram o enviesamento intergrupar através da diminuição da atracção face aos membros do endogrupo, avaliando-os menos positivamente (menos competentes e menos semelhantes ao próprio sujeito), do que os participantes na condição de controlo (Gaertner *et al.*, 1989).

1. Objectivos

O presente estudo retoma a questão do papel do estatuto dos grupos na redução do enviesamento intergrupar, e introduz uma modificação em relação ao estudo anterior, tornando esse estatuto saliente, quer na manipulação das condições experimentais, quer durante a interacção entre os grupos. Para além disso, modifica a manipulação experimental da representação de Dupla Identidade, introduzindo a realização de tarefas distintas na interacção entre os grupos, de acordo com os resultados de estudos semelhantes e já referidos acima (Guerra *et al.*, 2004a; 2004b).

Assim, o primeiro objectivo deste estudo é testar de novo o papel moderador da assimetria estatutária na diferenciação da eficácia das representações cognitivas de Descategorização, Recategorização e Dupla Identidade na redução do enviesamento intergrupar, quando o estatuto dos grupos é relevante, está na origem da categorização inicial

e mantém-se saliente durante a interacção (ver, para revisão, Hewstone *et al.*, 2002; Pettigrew, 1998).

O segundo objectivo deste estudo é voltar a testar os processos de redução do enviesamento intergrupar subjacentes a estes modelos de redução do enviesamento intergrupar, e em particular o referente à estratégia de Dupla Identidade, dada a menor consistência dos resultados obtidos nos estudos anteriores.

Um terceiro objectivo é integrado neste último estudo. Ele encontra-se directamente relacionado com uma questão fundamental abordada por todos estes modelos de redução do enviesamento intergrupar – a capacidade de generalização – ou seja, a capacidade de transpor as fronteiras do contacto intergrupar imediato (sessão) para outros contextos em que esse contacto persiste, mas onde os participantes não se encontram necessariamente em interacção (exogrupo como um todo). A fundamentação teórica deste último objectivo diz respeito à dificuldade relatada pela literatura em generalizar os benefícios produzidos por estes modelos para além da situação de contacto, seja essa generalização referente ao exogrupo como um todo (Brown & Hewstone, 2005; Dovidio *et al.*, 1997; Gaertner & Dovidio, 2000; González & Brown, 2003; *in press*; Hewstone & Brown, 1986; Rebelo, Guerra e Monteiro, 2005), ou ao longo do tempo (Eller & Abrams, 2004; Guerra, Rebelo e Monteiro, 2005). Segundo a literatura, os benefícios de todos estes modelos na melhoria do contacto intergrupar são claros e consistentes, mas quando se trata de ultrapassar as fronteiras do contacto os modelos podem perder impacto.

Assim, como veremos, o tipo de generalização que nos propomos estudar constitui um passo fundamental na tradução da investigação psicossocial em trabalho de terreno, de intervenção na mitigação dos riscos sociais e psicológicos inerentes ao fenómeno da expressão de comportamentos de discriminação étnica em fases precoces do desenvolvimento humano.

2. Hipóteses

2.1 Impacte do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar [H1]

De forma a cumprir o primeiro objectivo deste estudo, esperamos que a saliência da assimetria do estatuto dos grupos tenha um papel moderador na diferenciação da eficácia das representações cognitivas na redução do enviesamento intergrupar.

De acordo com esta hipótese geral, esperamos que nos grupos de elevado estatuto étnico (crianças de origem portuguesa), a representação cognitiva do agregado em *Grupo Único* (Recategorização) seja mais eficaz a reduzir a expressão de comportamentos de discriminação intergrupar (Gaertner & Dovidio, 2000; González & Brown, *in press*; Hornsey & Hogg, 2000), na medida em que a categoria supraordenada reflecte as características do grupo dominante, mas não do grupo dominado ou de baixo estatuto, espelhando, assim, uma estratégia de assimilação preferencial do ponto de vista dos grupos de elevado estatuto (Gaertner & Dovidio, 2000) [H1.1].

Já para os grupos de baixo estatuto (crianças de origem africana), esperamos que a representação cognitiva de Dupla Identidade seja a mais eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar (Gaertner & Dovidio, 2000; 2005; González & Brown, *in press*; Hornsey & Hogg, 2000), na medida em que esta representação facilitaria, em simultâneo com a percepção de semelhança intergrupar induzida pela categoria inclusiva, a percepção de distintividade endogrupal positiva. Para além disto, e como Gaertner e Dovidio (2005) defendem, o desenvolvimento de uma identidade bicultural não só é possível, como pode contribuir para um melhor ajustamento social, adaptação psicológica e bem-estar geral nos membros de grupos minoritários ou de baixo estatuto étnico [H1.2].

No que se refere à estratégia de Descategorização, e na medida em que esta apaga as pertenças grupais ao individualizar as relações entre os membros de ambos os grupos étnicos, era esperado que fosse igualmente eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos participantes de origem portuguesa e de origem africana [H1.3].

2.2 Processos de redução do enviesamento intergrupar [H2]

As hipóteses referentes ao processo de redução do enviesamento intergrupar operadas pelas condições de recategorização e de descategorização diferenciam os processos subjacentes a estas duas representações. Neste sentido, à semelhança do processo já presente nos estudos 1 e 2, espera-se que a representação cognitiva em *Grupo Único* promova a redução do enviesamento intergrupar através do aumento da atracção sentida pelos membros do exogrupo [H2.1], enquanto que a Descategorização reduza esse enviesamento através da diminuição da atracção pelo endogrupo inicial [H2.2] (Gaertner *et al.*, 1989).

No que diz respeito ao processo de redução inerente à representação de Dupla Identidade, e na medida em que ela partilha com a Recategorização a criação de uma categoria supraordenada mais inclusiva, espera-se que a redução também se processe através do aumento da proximidade face aos membros do exogrupo inicial (Dovidio *et al.*, 2001; Gaertner *et al.*, 1993). No entanto, e face à saliência das identidades subgrupais, espera-se que as avaliações do exogrupo, apesar de mais elevadas do que as obtidas na condição de controlo, sejam menores do que as obtidas na condição de recategorização [H2.3].

2.3 Capacidade dos modelos na generalização dos benefícios ao exogrupo como um todo

[H3]

Tal como na situação de contacto, a capacidade de generalização dos modelos ao exogrupo como um todo não deve ser equacionada independentemente do estatuto étnico dos grupos.

Tal como se espera que a representação de Dupla Identidade seja a representação mais eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos grupos de baixo estatuto, espera-se também que esta generalize melhor esses efeitos positivos às situações de não-contacto, ou seja, ao exogrupo como um todo presente nos contextos escolar e residencial. Esta hipótese é suportada por uma posição consistente na literatura, a qual defende que esta representação possibilita a criação de condições psicológicas necessárias para a protecção das identidades

dos grupos (Dovidio *et al.*, 1998; Gaertner *et al.*, 1994; Gaertner & Dovidio, 2000; Hornsey & Hogg, 2000; González & Brown, 2003; *in press*), ou seja, permite a manutenção da especificidade social e cultural do grupo étnico, ao mesmo tempo que possibilita o acesso a uma categoria supraordenada mais valorizada (a do grupo dominante).

Apesar de a literatura defender que a estratégia da Recategorização é, comparativamente à Dupla Identidade, mais eficaz a reduzir o enviesamento na situação de contacto (sessão) (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000; González & Brown, 2003; *in press*), mas menos eficaz a generalizar, esta sua capacidade não deve ser equacionada sem tomar em consideração o papel moderador do estatuto dos grupos. Assim, e apesar da menor capacidade de generalização deste modelo (Recategorização), esperamos que este seja mais adequado reduzir o enviesamento intergrupar nos membros dos grupos de elevado estatuto, e que essa eficácia também se estenda aos membros do exogrupo como todo (Dovidio *et al.*, 1997; González & Brown, *in press*).

No que se refere à estratégia de Descategorização (Brewer & Miller, 1984) não esperamos um efeito moderador do estatuto dos grupos na generalização da redução do enviesamento intergrupar ao exogrupo como um todo nos contextos já referidos, na medida em que não há uma ligação psicológica entre as pessoas que se encontram na situação de contacto e os membros do exogrupo correspondente (Ensari & Miller, 2002; Rothbart & John, 1985; Vivian, Hewstone & Brown, 1997; González & Brown, *in press*). Assim, esta estratégia seria eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar, em ambos os grupos étnicos, relativamente aos elementos presentes na interacção grupal (sessão), não se esperando que este efeito positivo seja transportado para as situações onde os grupos não estão a interagir, ou seja, para além da situação de contacto.

3. Método

3.1 Participantes

Os participantes neste estudo foram oitenta grupos de 3 crianças (120 crianças de

origem portuguesa e 120 crianças de origem africana), distribuídas aleatoriamente pelas condições experimentais com homogeneidade intragrupal de origem étnica e sexo, conforme apresentado no Quadro 13. Estas crianças eram portuguesas, frequentavam o 4º ano de escolaridade de dez escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico da área Metropolitana de Lisboa (AML) e possuíam idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos de idade.

Quadro 13 – Distribuição dos grupos, por condição experimental e estatuto étnico dos grupos

ESTATUTO ÉTNICO DOS GRUPOS	CONDIÇÃO EXPERIMENTAL				Total
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade	
Elevado estatuto (origem portuguesa)	10 (30)	10 (28)	10 (30)	10 (29)	40 (117)
Baixo estatuto (origem africana)	10 (30)	10 (28)	10 (30)	10 (28)	40 (116)
Total	20 (60)	20 (56)	20 (60)	20 (57)	80 (233)

Legenda: Os valores apresentados entre parêntesis correspondem ao número de participantes que identificaram correctamente a condição experimental em que se encontravam¹⁷.

3.2 Desenho experimental

Considerando o quadro de hipóteses fixado, o desenho experimental do presente estudo é de 4 (Condição experimental: Categorização, Recategorização, Descategorização; Dupla Identidade) X 2 (Estatuto Étnico dos Grupos: Elevado, Baixo) X 2 (Grupo-alvo: Endogrupo, Exogrupo) X 3 (Contexto de generalização: Sessão, Escola, Bairro), em que os dois primeiros factores são de natureza inter-sujeitos e os dois últimos são factores intra-sujeitos.

3.3 Procedimento experimental

O procedimento experimental geral utilizado neste estudo é semelhante ao utilizado nos estudos anteriores. As principais diferenças encontram-se no grau de saliência das categorias étnicas dos grupos durante a interacção; e a forma como a representação cognitiva

¹⁷ Para se testar o sucesso das manipulações experimentais efectuou-se um teste de qui-quadrado entre a condição e a representação cognitiva do agregado durante o contacto intergrupalo. O resultado obtido ($\chi^2 = 665.9$; gl = 9, $p < .001$) indica uma associação significativa entre cada condição e a correspondente representação cognitiva (Residuais ajustados: Cat-Cat = 15.0; Rec-Rec = 14.5; Desc-Desc = 15.5; DI-DI = 14.6), ficando, assim, demonstrado que as manipulações experimentais foram bem sucedidas na indução das representações cognitivas do agregado durante a interacção entre os grupos.

de dupla identidade foi operacionalizada, de modo a integrar os contributos teórico-metodológicos e empíricos de Deschamps e Brown (1983), de Brown e Wade (1987) e de Guerra *et al.* (2004a; 2004b).

Desta forma, em todas as condições experimentais, a formação dos subgrupos obedeceu ao critério “origem étnica do sujeito”.

3.3.1 Procedimento experimental na condição de categorização

Na condição de Categorização (controlo), o conjunto de seis crianças portuguesas do mesmo sexo e de ambas as origens étnicas, eram explicitamente categorizadas em “Grupo das crianças de origem Lusa” e “Grupo das crianças de origem Africana”, para efeito da interacção subsequente. Apesar do termo “Luso” ser muitas vezes associado a ideologias nacionalistas e/ou de direita, utilizámos esta designação na formação dos subgrupos porque havia a necessidade de distinguir a categoria subgrupal da categoria supraordenada (portugueses) nas condições de Recategorização e de Dupla Identidade. Para que as crianças compreendessem o significado da designação – “origem lusa” –, os investigadores informavam que aquela era uma forma alternativa de se fazer referência às pessoas nascidas em Portugal e com origem portuguesa.

Posteriormente, sob esta configuração intergrupar, o procedimento experimental retomava os passos já apresentados nos estudos anteriores.

3.3.2 Procedimento experimental na condição de recategorização

No primeiro passo do procedimento experimental na condição de recategorização, e tal como na condição de controlo, os seis elementos eram divididos em dois subgrupos mediante a sua pertença étnica e sob a designação de “Grupo das crianças de origem Lusa” e “Grupo das crianças de origem africana” resolviam a tarefa experimental. No 2º momento, aquando da criação do grupo único, as seis crianças reuniam-se num novo grupo, sob a designação de “Grupo das crianças portuguesas”, proposta pelos investigadores, enquanto

característica partilhada pelos dois subgrupos iniciais. Sob esta nova configuração, o procedimento experimental nesta condição prosseguia de acordo com os passos já apresentados nos estudos anteriores.

3.3.3 Procedimento experimental na condição de descategorização

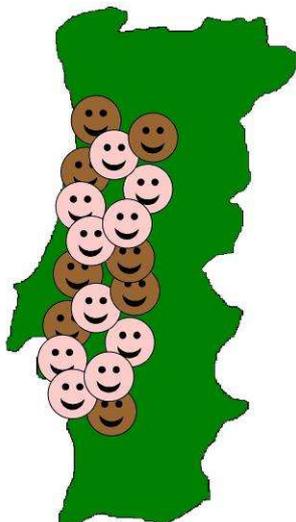
Na primeira fase da manipulação experimental na condição de Descategorização, os seis elementos eram categorizados em dois grupos em função da sua pertença étnica, e sob a designação de “Grupo das crianças de origem Lusa” e “Grupo das crianças de origem Africana” resolviam a tarefa experimental separadamente. No 2º momento do procedimento, as fronteiras subgrupais eram dissolvidas e os elementos dos dois subgrupos resolviam a tarefa individualmente. À semelhança do procedimento experimental utilizado nos estudos anteriores cada um dos seis elementos utilizava o seu próprio nome para a resolução do problema experimental durante a fase de interacção.

3.3.4 Procedimento experimental na condição de dupla identidade

Dado que o procedimento experimental na condição de Dupla Identidade foi modificado faremos, por isso, uma apresentação mais detalhada. Nesta condição, e à semelhança das condições anteriores, as seis crianças eram divididas em dois subgrupos em função da sua origem étnica e sob a designação de “Grupo das crianças de origem Lusa” e “Grupo das crianças de origem africana” resolviam a tarefa experimental. De modo semelhante ao procedimento experimental da Recategorização, os investigadores sugeriam que todas as crianças tinham em comum o facto de serem portuguesas, apesar de, naquele caso, possuírem diferentes origens. Tendo como objectivo o reforço da identificação com a categoria supraordenada (crianças portuguesas), bem como a saliência das categorias subgrupais (origem étnica dos participantes), era apresentado um mapa de Portugal, onde os investigadores mostravam que em Portugal existiam crianças de diferentes origens (cf. Figura 14). Simultaneamente à apresentação do mapa, os investigadores afirmavam que as crianças

portuguesas não tinham todas a mesma origem e, tal como eles, umas tinham origem Lusa e outras origem Africana, sendo que o facto de todos serem portugueses era o que havia de comum entre elas, visto que todas tinham nascido em Portugal.

Figura 14 – Estímulo apresentado para a acentuação simultânea das categorias supraordenada e subgruppal



De seguida, os investigadores forneciam aos participantes uma nova etiqueta (roxa) que representava a categoria supraordenada (portugueses), a qual era colocada na roupa, ao lado das que já tinham postas (etiquetas referentes aos subgrupos de origem Lusa e de origem Africana). A instrução dada pelos investigadores, nesta fase do procedimento experimental era a seguinte:

“Como agora vocês vão jogar como uma nova equipa de 6 meninos(as) que é composta pelo grupo dos(as) meninos(as) de origem Lusa e de origem Africana, e como vocês nasceram todos em Portugal, vocês agora vão ser a equipa dos meninos Portugueses de origem lusa e de origem africana. Um de vocês escreve o novo nome da vossa equipa na prancha onde vão colocar os cartões dos objectos que vão escolher”.

Depois desta instrução, as crianças resolviam novamente a tarefa experimental. Depois de escolherem os três objectos mais importantes, cada subgrupo dentro da equipa realizava tarefas distintas mas complementares:

“Agora, o grupo dos meninos(as) de origem africana vai recortar e colar neste cartão os três objectos que a vossa equipa escolheu, enquanto os meninos de origem lusa vão escrever os nomes desses objectos”.

As tarefas complementares eram alternadas sessão a sessão, de modo a que os dois subgrupos realizassem quer a actividade de cortar e colar os objectos na folha de resposta da equipa, quer a actividade de escrever os nomes dos objectos escolhidos.

Após a resolução da tarefa e da comunicação aos investigadores da solução encontrada na 2ª fase da manipulação experimental, o procedimento experimental seguia os passos já descritos anteriormente.

3.4 Medidas dependentes

As medidas dependentes utilizadas neste estudo foram as mesmas do estudo anterior, à excepção do atributo “egoísta”, face a ausência de resultados significativos na redução do enviesamento intergrupar, com esta medida, ao longo dos estudos anteriores. Assim, o presente estudo contemplou os atributos de competência (joga bem) e de semelhança (“escolhe como eu”), avaliados sobre uma escala de *Likert* de 4 pontos (1=nada; 2=pouco; 3=assim-assim; 4=muito).

A medida de atribuição de recursos, operacionalizada de forma semelhante à dos estudos anteriores, ou seja, a partir do número de lápis atribuídos aos elementos do grupo-alvo (endogrupo e exogrupo), foi também integrada neste estudo. Tal como nos estudos anteriores, esta variável foi transformada, para efeitos de tratamento estatístico, através do logaritmo de base 10.

As medidas utilizadas para as situações de não-contacto – generalização de atitudes positivas face aos membros do exogrupo presentes nos contextos escolar e residencial – foram as mesmas utilizadas para a sessão. Assim, foram apresentadas fotografias-estímulo para cada uma das medidas dependentes para cada contexto e para cada grupo-alvo: três alvos de origem africana no contexto escola, três alvos de origem africana no contexto bairro, três alvos de origem portuguesa no contexto escola e três alvos de origem portuguesa no contexto bairro¹⁸ (cf. Anexo 3).

¹⁸ As fotografias utilizadas de alvos negros e brancos haviam sido previamente validadas.

A alusão às diferentes origens étnicas dos alvos foi feita através da apresentação de fotografias de crianças brancas e negras, previamente categorizadas de acordo com a sua matriz étnica. A activação dos estímulos escola e bairro foi efectuada com a apresentação adicional de desenhos ilustrativos dos dois contextos, acompanhados por um texto adicional onde as palavras “tua escola” e “teu bairro” eram apresentadas. Tal como nos estudos anteriores, executaram-se versões femininas e masculinas dos protocolos de medida.

4. Apresentação de resultados

Como já atrás referimos, a unidade de análise utilizada para efeitos de tratamento estatística foi a avaliação dos subgrupos de 3 elementos.

A verificação de hipóteses obedeceu à execução de análises estatísticas faseadas. As primeiras análises tinham como objectivo identificar a influência das representações cognitivas do agregado em Recategorização, Descategorização e Dupla Identidade na redução do enviesamento intergrupar nos três contextos de generalização: sessão, escola e bairro. Para tal, executaram-se três análises de variância com medidas repetidas – uma para cada medida dependente – em que se tomaram as avaliações do endo- e do exogrupo em cada contexto como factores intra-sujeitos, e a condição e o estatuto étnico dos grupos como factores independentes de natureza inter-sujeitos. Nesta análise, e de forma a dar resposta às Hipóteses 1 e 3, executaram-se contrastes planeadas entre as avaliações do endo- e do exogrupo em cada condição e em todos os contextos, para cada grupo étnico em separado. A verificação da Hipótese 2 (processo de redução do enviesamento intergrupar) foi efectuada através da execução de contrastes entre a condição de controlo e todas as experimentais nas avaliações do grupo-alvo da sessão nas três medidas dependentes.

4.1 Redução do enviesamento intergrupar na situação de contacto (sessão)

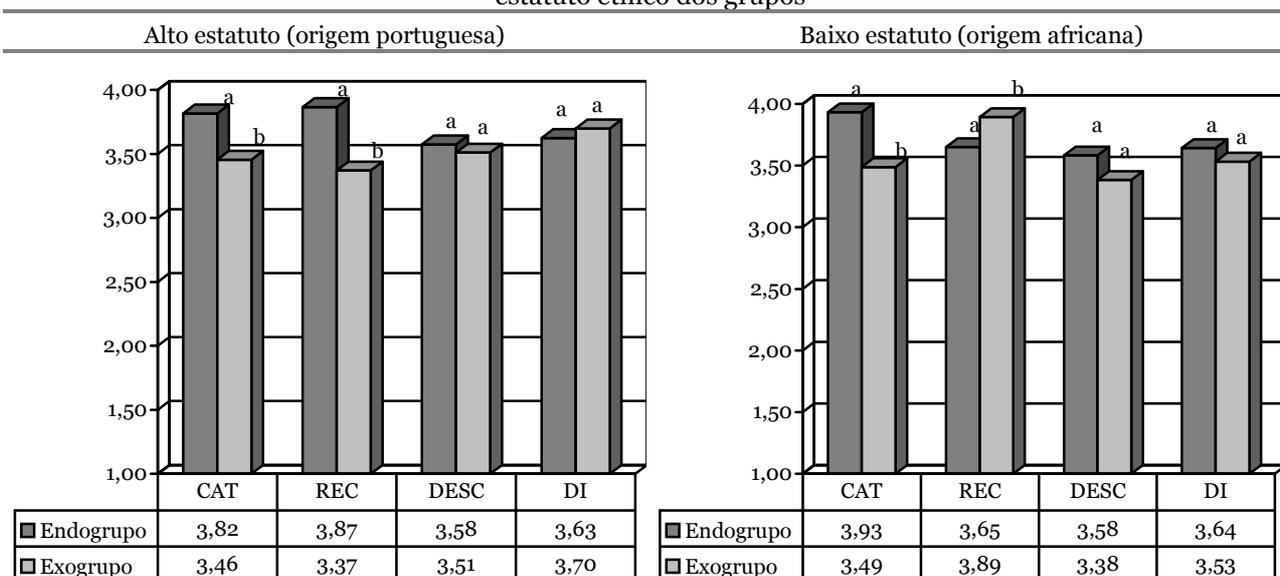
4.1.1 Impacte do estatuto étnico dos grupos sobre as estratégias de redução do enviesamento intergrupar [H1]

4.1.1.1 Atributo Competente (Joga bem)

O efeito de interacção tripla obtido entre a condição, o grupo-alvo e o estatuto étnico dos grupos, $F(3, 72) = 5.10$; $p < .004$, $\eta^2 = 0.18$, indica que quer a condição experimental, quer o estatuto étnico dos grupos intervieram na redução do enviesamento intergrupar. Assim, no grupo das crianças de origem portuguesa (grupos de elevado estatuto étnico), o enviesamento intergrupar é eliminado nas condições de descategorização, $t(9) = .47$; $p < .64$ e de dupla identidade, $t(9) = .55$; $p < .59$, comparativamente à condição de controlo, $t(9) = 2.62$; $p < .01$. No entanto, e ao contrário do que era esperado na condição de recategorização, existe uma diferença significativa entre as avaliações do endo- e do exogrupo, a qual indica que as crianças de origem portuguesa avaliam os membros do seu grupo étnico como mais competentes do que as crianças do outro grupo étnico (crianças de origem africana). Assim, não foi possível eliminar o enviesamento intergrupar nesta condição, $t(9) = 3.60$; $p < .001$ (cf. Figura 15).

No grupo de baixo estatuto (crianças de origem africana), as crianças na condição de categorização evidenciam um enviesamento intergrupar significativo, $t(9) = 10.47$; $p < .002$, ou seja, as crianças deste grupo étnico avaliam os membros do seu próprio grupo como mais competentes a jogar do que avaliam as crianças de origem portuguesa (exogrupo). Para além disso, verifica-se também que nas condições de descategorização, $t(9) = 2.12$; $p < .15$, e de dupla identidade, $t(9) = .62$; $p < .43$, foi possível eliminar o enviesamento intergrupar, ou seja, não se registaram diferenças na avaliação que as crianças de origem africana fazem sobre o seu grupo e sobre o grupo das crianças de origem portuguesa (cf. Figura 15).

Figura 15 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo de competência, por condição experimental e estatuto étnico dos grupos



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

A verificação de diferenças marginalmente significativas entre as avaliações do endo- e do exogrupo na condição de recategorização, $t(9) = 3.17$; $p < .07$, indica que as crianças de origem africana avaliam o seu próprio grupo como menos competente a jogar do que o grupo das crianças de origem portuguesa. Face a este resultado, podemos afirmar que a representação cognitiva do agregado em “Grupo Único”, nas crianças de origem africana, transformou a esperada igualdade entre as avaliações do endo- e do exogrupo (eliminação do enviesamento intergrupar), em favoritismo exogrupal, ou seja, em uma avaliação mais positiva do grupo de elevado estatuto, comparativamente ao seu próprio grupo étnico (cf. Figura 15).

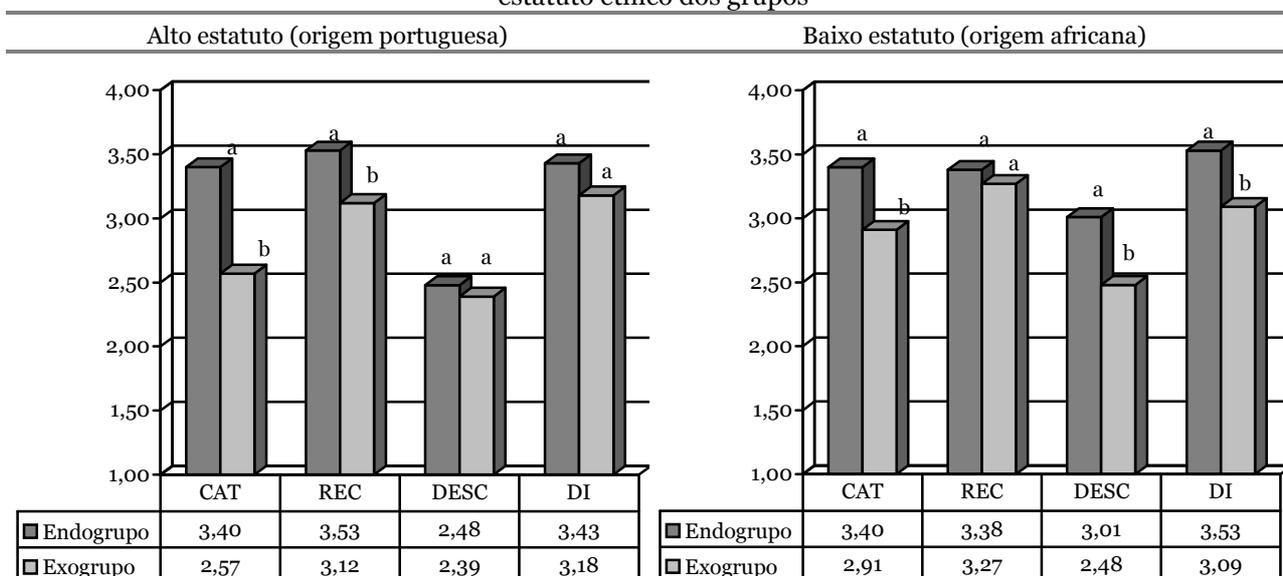
4.1.1.2 Atributo Semelhante (Escolhe como eu)

O efeito de interação tripla obtido entre a condição, o grupo-alvo e o estatuto étnico dos grupos, $F(3, 72) = 4.30$; $p < .008$; $\eta^2 = 0.15$ voltou a indicar que quer a condição experimental, quer o estatuto dos grupos intervieram na redução do enviesamento intergrupar na medida de semelhança.

Os contrastes mostraram que no grupo das crianças de origem portuguesa (alto

estatuto) se assistiu à eliminação do enviesamento endogrupal na condição de descategorização, $t(9) = .61$; $p < .54$, e à eliminação marginal desse enviesamento na condição de dupla identidade, $t(9) = 1.91$; $p < .06$, comparativamente à condição de controlo, $t(9) = 6.35$; $p < .000$, onde o enviesamento é significativo. No entanto, ao contrário do que era esperado, verificámos que na condição de recategorização se obteve um enviesamento intergrupar, $t(9) = 3.11$; $p < .003$, no qual as avaliações do endo- e do exogrupo diferem significativamente (cf. Figura 16). Em síntese, estes resultados indicam que H1 foi confirmada nos resultados obtidos para a condição de descategorização, mas desconfirmada nos obtidos para as condições de recategorização e de dupla identidade.

Figura 16 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo *Semelhante*, por condição experimental e estatuto étnico dos grupos



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

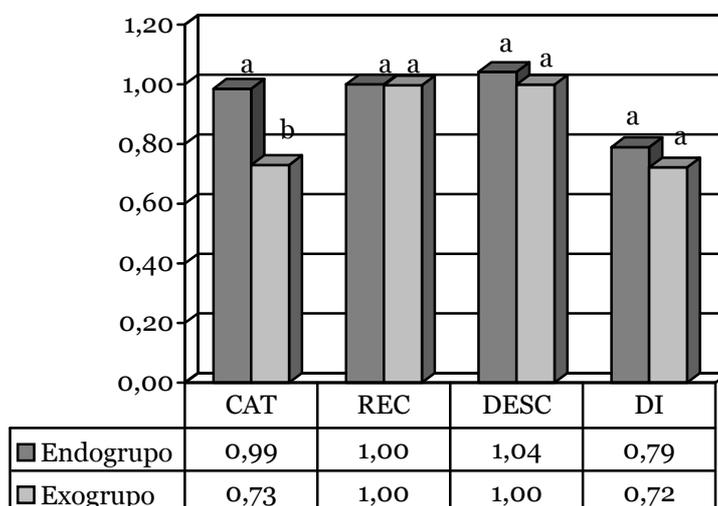
Ainda através do teste de contrastes, verificamos que no grupo das crianças de origem Africana (baixo estatuto), e ao contrário do que era esperado, foi possível eliminar o enviesamento intergrupar na condição de recategorização, $t(9) = .85$; $p < .40$, comparativamente ao nível de enviesamento significativo obtido na condição de controlo, $t(9) = 3.73$; $p < .0004$. Nas condições de descategorização, $t(9) = 4.05$; $p < .0001$, e de dupla identidade, $t(9) = 3.33$; $p < .001$, o resultado das comparações planeadas indica que

continuámos a obter um enviesamento intergrupar significativo, na medida em que obtivemos diferenças estatisticamente significativas entre as avaliações do endo- e do exogrupo (cf. Figura 16). Em suma, os resultados obtidos para os grupos de baixo estatuto desconfirmam H1.

4.1.1.3 Atribuição de recursos (Nº de lápis)

Os resultados obtidos com a medida de atribuição de recursos apenas revelaram um efeito de interacção dupla entre o grupo-alvo e a condição, $F(3, 72) = 6.73; p < .000; \eta^2 = 0.22$, mas não, como era esperado, um efeito de interacção tripla entre o grupo-alvo, a condição e o estatuto étnico dos grupos, $F(3, 72) = .96; p < .41$.

Figura 17 – Valores médios na atribuição de recursos ao grupo-alvo, por condição



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

Assim, e como se pode observar a partir dos dados apresentados na Figura 17, através do teste de contrastes assistiu-se a uma eliminação do favoritismo endogrupal/enviesamento intergrupar nas condições de recategorização, $t(19) = .18; p < .85$, de descategorização, $t(19) = 1.02; p < .31$, e marginalmente de dupla identidade, $t(19) = 1.63; p < .10$, comparativamente à condição de categorização, $t(19) = 6.00; p < .000$.

Este resultado indica que a quantidade média de recursos atribuídos ao endo- e ao exogrupo, por ambos os grupos étnicos, é equivalente nas representações em “grupo único” e “indivíduos separados” e, tendencialmente equivalente em “dois grupos na mesma equipa”,

enquanto que na representação “dois grupos” (condição de controlo) essa diferença é acentuada, qualificando-se como favoritismo endogrupal.

4.1.2 Processos de redução do enviesamento intergrupar na situação de contacto [H2]

Relembrando as hipóteses sobre este tópico, espera-se que a representação cognitiva em *Grupo Único* promova a redução do enviesamento intergrupar através do aumento da atracção pelos membros do exogrupo, enquanto que a representação em *Indivíduos Separados* promova a redução do enviesamento através da diminuição da atracção pelo endogrupo inicial (Gaertner *et al.*, 1989).

No que diz respeito ao processo de redução inerente à representação de Dupla Identidade, e na medida em que ela partilha com a Recategorização a criação de uma categoria supraordenada mais inclusiva, espera-se que a redução também se processe através do aumento da proximidade face aos membros do exogrupo (Gaertner *et al.*, 1993; Dovidio *et al.*, 2001). No entanto, e face à saliência das identidades subgrupais, espera-se que as avaliações do exogrupo, apesar de mais elevadas do que as obtidas na condição de controlo, sejam menores do que as obtidas na condição de recategorização. Os resultados das análises efectuadas são os que se apresentam no Quadro 14.

Vejamos, então, o resultado dos contrastes entre as avaliações do grupo-alvo na condição de controlo e em todas as condições experimentais.

4.1.2.1 Processo de redução do enviesamento intergrupar na condição de descategorização

Como se pode observar, em duas medidas dependentes (avaliações do endogrupo nos atributos de competência e de semelhança) foi possível identificar o processo de redução do enviesamento intergrupar inerente à representação cognitiva do agregado em “indivíduos separados” (descategorização). Estas diferenças, estatisticamente significativas, indicam que de facto, e como fixado pelas hipóteses, a redução do enviesamento nesta representação traduz-se na diminuição da atracção pelos membros do endogrupo, enquanto as avaliações do exogrupo se mantêm inalteradas. Assim, e como vimos, os participantes nesta condição

avaliam os membros do seu grupo como menos competentes e menos semelhantes ao próprio sujeito, comparativamente aos valores obtidos na condição de controlo (cf. Quadro 14).

Quadro 14 – Avaliação média do grupo-alvo, por medida dependente e condição experimental

	Avaliação média do endogrupo				F	gl	p
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade			
Atributo Competência	3,88a	3,76a	3,58b	3,63b	2.84	3,72	.04
Atributo Semelhança	3.40a	3.45a	2.74b	3.48a	9.20	3,72	.000
Atribuição de recursos	.99	1.00	1.04	.79	2.14	3,72	.10
	Avaliação média do exogrupo				F	gl	p
	Categorização	Recategorização	Descategorização	Dupla Identidade			
Atributo Competência	3.47	3.63	3.45	3.62	1.14	3,72	.34
Atributo Semelhança	2.74a	3.19b	2.44a	3.14b	8.42	3,72	.000
Atribuição de recursos	.73a	1.00b	1.00b	.72a	4.19	3,72	.009

Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

4.1.2.2 Processo de redução do enviesamento intergrupar na condição de recategorização

No que se refere ao processo de redução operado pela recategorização, verificámos a existência de diferenças estatisticamente significativas entre esta condição e a de controlo nas avaliações do exogrupo na medida de semelhança e na atribuição de recursos, ao mesmo tempo que as avaliações do endogrupo se mantêm estáveis. Assim, os participantes sob a representação de “grupo único” reduziram o enviesamento intergrupar através do aumento da atracção pelos membros do exogrupo, ou seja, reduziram o enviesamento intergrupar avaliando os membros do exogrupo como mais semelhantes consigo próprios e atribuindo-lhes maior número de recursos (cf. Quadro 14).

4.1.2.3 Processo de redução do enviesamento intergrupar na condição de dupla identidade

Os resultados sobre a redução do enviesamento intergrupar através da representação cognitiva dos grupos em Dupla Identidade revelaram-se menos consistentes do que os anteriores, na medida em que foi possível ilustrar este processo em apenas uma das medidas dependentes (atributo de semelhança). Assim, o teste de contrastes mostrou que os participantes que interagiram sob esta representação avaliaram os membros do exogrupo

como mais semelhantes consigo próprios do que os participantes na condição de controlo, ao mesmo tempo que a avaliação dos membros do endogrupo se manteve estável (ausência de diferenças estatisticamente significativas entre a condição de controlo e a de dupla identidade) (cf. Quadro 14).

4.2 Generalização de atitudes positivas para o contexto escolar

4.2.1 Impacte do estatuto étnico dos grupos na generalização de atitudes positivas [H1]

Um dos resultados mais salientes no estudo do impacte do estatuto étnico dos grupos na generalização de atitudes positivas para o contexto escolar foi não termos obtido, ao contrário do que esperávamos, um efeito de interacção triplo estatisticamente significativo entre o grupo-alvo, a condição e o estatuto dos grupos para a medida de competência, $F(3,72) = .18$; $p < .91$, para a medida de semelhança, $F(3,72) = .69$; $p < .56$, e para a medida de atribuição de recursos, $F(3,72) = .59$; $p < .63$.

Este resultado veio indicar que os efeitos mostrados pelo estatuto étnico dos grupos na diferenciação da eficácia das representações cognitivas do agregado na sessão não se estenderam ao exogrupo como um todo no contexto escolar.

Face ao exposto, fomos testar o impacte isolado da condição na redução do enviesamento intergrupar neste contexto., ou seja, independentemente do estatuto étnico dos grupos.

4.2.2 Impacte da condição na generalização de atitudes positivas [H3]

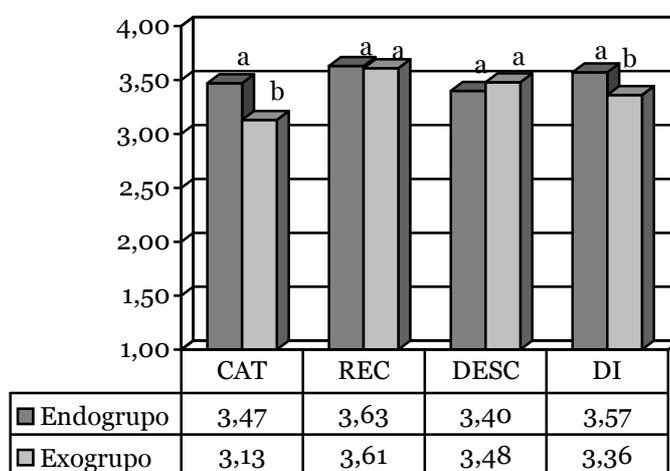
Ao analisarmos o impacte da condição na generalização de atitudes positivas ao exogrupo como um todo no contexto escolar verificámos a existência de resultados estatisticamente significativos no atributo de competência, $F(3,72) = 2.78$; $p < .05$, e na medida de atribuição de recursos, $F(3,72) = 4.08$; $p < .01$, e não significativos na medida de semelhança, $F(3,72) = 1.34$; $p < .26$. Vejamos, então, o seu significado.

4.2.2.1 Atributo Competente (Joga bem)

Através do teste de contrastes efectuado entre as avaliações do endo- e do exogrupo na medida de competência em todas as condições, verificámos que o enviesamento intergrupar é eliminado nas condições de recategorização, $t(9) = .21$; $p < .83$ e de descategorização, $t(9) = .70$; $p < .49$, comparativamente à condição de controlo, $t(9) = 2.80$; $p < .007$, e à de dupla identidade, $t(9) = 1.75$; $p < .08$, em que a diferença entre as avaliações dos membros do endo- e do exogrupo são significativas, no primeiro caso, e marginalmente significativas, no segundo (cf. Figura 18).

Face a estes resultados, podemos afirmar que as estratégias de Recategorização e de Descategorização foram eficazes a generalizar as atitudes positivas entre os grupos para o contexto escolar, enquanto que a Dupla Identidade mostrou alguma dificuldade nessa generalização.

Figura 18 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo de competência, por condição experimental (Escola)

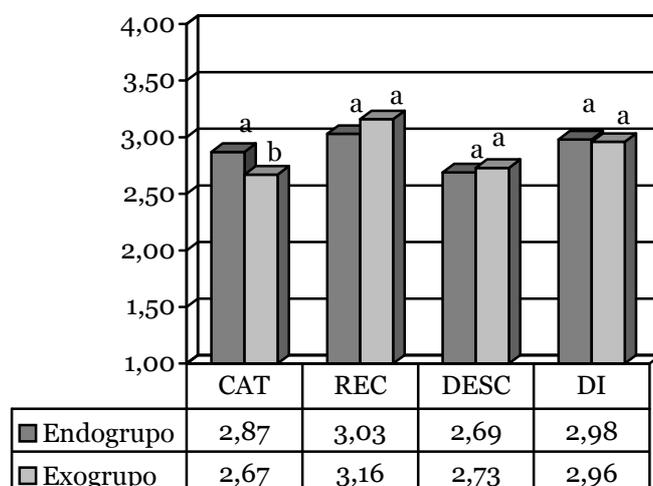


Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$; as diferenças reportadas entre as avaliações do grupo-alvo na condição de dupla identidade são apenas marginalmente significativas (.08).

4.2.2.2 Atributo Semelhante (Escolhe como eu)

O teste de contrastes entre as avaliações do endo- e do exogrupo neste atributo em todas as condições, apenas revelou uma diferença marginalmente significativa entre as avaliações do endo- e do exogrupo na condição de controlo, $t(9) = 1.68$; $p < .09$.

Figura 19 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo de semelhança, por condição experimental (Escola)



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$; as diferenças reportadas entre as avaliações do grupo-alvo na condição de categorização são apenas marginalmente significativas (.09).

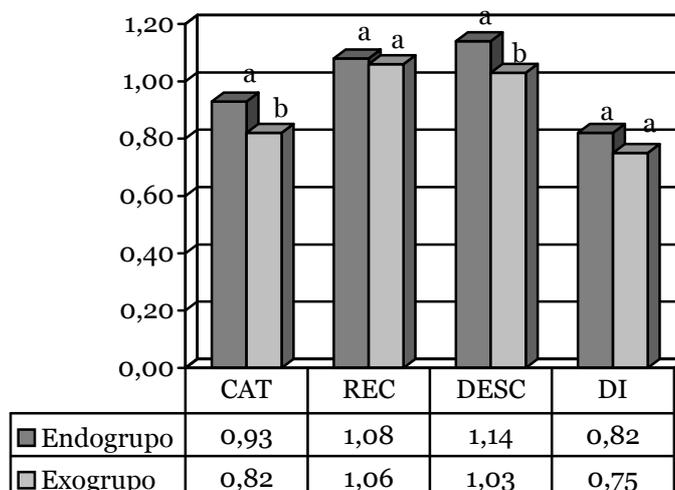
No entanto, nas condições de recategorização, $t(9) = 1.05$; $p < .30$, de descategorização, $t(9) = .35$; $p < .73$, e de dupla identidade, $t(9) = .21$; $p < .83$, as avaliações do grupo-alvo não são estatisticamente diferentes, o que indica que o favoritismo endogrupal/enviesamento intergrupal foi eliminado em todas as condições (cf. Figura 19).

Tomando em consideração estes resultados, podemos afirmar que todas as estratégias cognitivas foram eficazes a generalizar as atitudes positivas entre os grupos para o contexto escolar.

4.2.2.3 Atribuição de recursos

As comparações planejadas entre as avaliações do endo- e do exogrupo na medida de atribuição de recursos em todas as condições, revelou uma diferença significativa entre as avaliações do endo- e do exogrupo nas condições de controlo, $t(9) = 2.45$; $p < .02$, e de descategorização, $t(9) = 2.43$; $p < .02$, e estatisticamente não significativas nas condições de recategorização, $t(9) = .58$; $p < .56$, e de dupla identidade, $t(9) = 1.41$; $p < .16$. Face a estes resultados é possível demonstrar que o favoritismo endogrupal/enviesamento intergrupal evidenciado pelos participantes na condição de controlo apenas foi eliminado nas condições de recategorização e de dupla identidade (cf. Figura 20).

Figura 20 – Avaliação média do grupo-alvo na atribuição de recursos, por condição experimental (Escola)



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

4.3 Generalização de atitudes positivas para o contexto residencial

4.3.1 Impacte do estatuto étnico dos grupos na generalização de atitudes positivas [H1]

Tal como no contexto anterior (Escola) não obtivemos um efeito de interacção triplo estatisticamente significativo entre o grupo-alvo, a condição e o estatuto étnico dos grupos para a medida de competência, $F(3,72) = .92$; $p < .44$, para a medida de semelhança, $F(3,72) = .32$; $p < .81$, e para a medida de atribuição de recursos, $F(3,72) = 1.14$; $p < .34$.

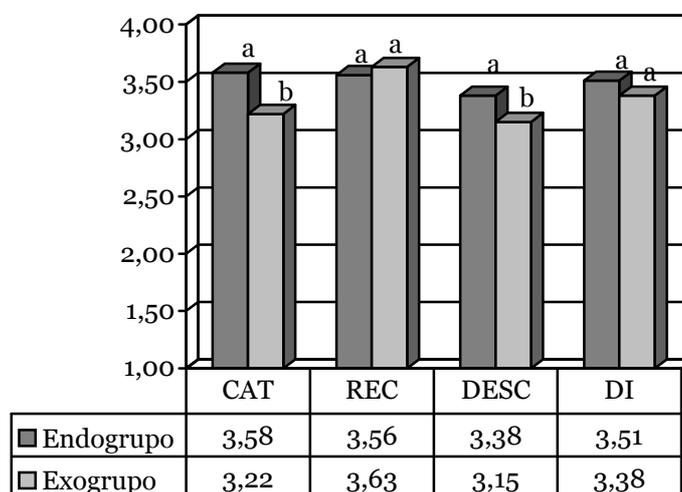
No entanto, e à semelhança dos resultados obtidos para a medida anterior, voltamos aqui a encontrar um efeito de interacção duplo entre o grupo-alvo e a condição marginalmente significativo para o atributo de competência, $F(3,72) = 2.03$; $p < .11$, significativo para a medida de semelhança, $F(3,72) = 2.65$; $p < .05$, e não significativo para a medida de atribuição de recursos, $F(3,72) = 1.59$; $p < .20$. O ponto seguinte apresenta a ilustração destes resultados obtida através do teste de contrastes.

4.3.2 Impacte da condição na generalização de atitudes positivas [H3]

4.3.2.1 Atributo Competente (Joga bem)

Através do teste de contrastes efectuado entre as avaliações do endo- e do exogrupo na medida de competência em todas as condições, verificámos que o enviesamento intergrupar é eliminado nas condições de recategorização, $t(9) = .52$; $p < .60$, e de dupla identidade, $t(9) = 1.04$; $p < .30$, comparativamente às condições de controlo, $t(9) = 2.86$; $p < .006$, e de descategorização, $t(9) = 1.82$; $p < .07$, em que nestas últimas continuámos a obter, respectivamente, uma diferença significativa e marginalmente significativa entre as avaliações do grupo-alvo. Face a estes resultados, podemos afirmar que as estratégias de Recategorização e de Dupla Identidade foram eficazes a generalizar atitudes positivas a elementos do exogrupo presentes no contexto residencial, enquanto que a Descategorização mostrou alguma dificuldade em generalizar os benefícios demonstrados na situação de contacto (sessão) (cf. Figura 21).

Figura 21 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo de competência, por condição experimental (Bairro)



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

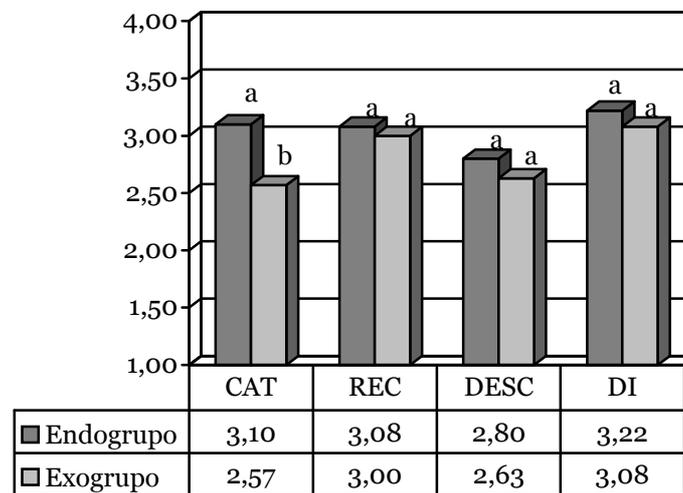
4.3.2.2 Atributo Semelhante (Escolhe como eu)

Tal como na medida anterior, através da comparação entre as avaliações do endo- e do exogrupo em todas as condições, verificámos a ocorrência, tal como esperado, de um

enviesamento intergrupar significativo na condição de categorização (controlo), $t(9) = 4.25$; $p < .0001$. Nas condições de recategorização, $t(9) = .66$; $p < .51$, de descategorização, $t(9) = 1.33$; $p < .19$, e de dupla identidade, $t(9) = 1.13$; $p < .26$, as avaliações do endo- e do exogrupo não são estatisticamente diferentes, o que indica que o favoritismo endogrupal/enviesamento intergrupar foi eliminado (cf. Figura 22).

Tomando em consideração estes resultados, é possível afirmar que todas as estratégias cognitivas foram eficazes a generalizar as atitudes positivas ao exogrupo como um todo no contexto residencial.

Figura 22 – Avaliação média do grupo-alvo no atributo de semelhança, por condição experimental (Bairro)



Legenda: Letras diferentes correspondem a diferenças estatisticamente significativas entre os valores a $p < .05$.

4.3.2.3 Atribuição de recursos

Os contrastes entre as avaliações do endo- e do exogrupo, em todas as condições, não se revelaram estatisticamente significativos, pelo que podemos afirmar que não houve generalização da redução do enviesamento intergrupar ao exogrupo como um todo no contexto residencial.

4.4 Modelos de generalização da redução do enviesamento intergrupar

O processo através do qual foi possível generalizar a redução do enviesamento intergrupar obtido na sessão para outros contextos de interacção indirecta entre os grupos norteia a apresentação deste ponto.

Apesar de a literatura sobre os três modelos de redução do enviesamento intergrupar considerar, unanimemente, a questão da generalização como um ponto fundamental do suporte teórico e empírico, esta nunca desocultou os processos pelos quais estes modelos promovem a generalização dos efeitos positivos para além da situação de contacto (sessão).

Se considerarmos a generalização, na sua essência, como a capacidade de transferência de aprendizagens adquiridas (Lochman, Burch, Curry, & Lampron, 1984; Weitlauf, Cervone, Smith, & Wright, 2001) da situação de contacto directo entre os grupos para outras situações em que esse contacto não acontece mas que é cognitivamente activado, e se os processos de redução operados por estes modelos recaem na modificação da forma como os membros do endogrupo (modelo da Descategorização) e do exogrupo (Modelos da Identidade Endogrupal Comum e da Dupla Identidade) passam a ser percebidos após as manipulações subjacentes às condições experimentais, admitimos que o processo de generalização resulte da combinatória entre estas duas instâncias. Ou seja, a combinação entre a modificação da percepção sobre os membros do endogrupo, promovida através do modelo da Descategorização, seria transferida para as outras situações de contacto indirecto no que diz respeito à influência directa desta sobre a produção dos níveis de enviesamento intergrupar. De modo semelhante, a nova forma de percepção sobre os membros do exogrupo, promovida através dos modelos da Identidade Endogrupal Comum e da Dupla Identidade, seria igualmente transferida para as situações de contacto indirecto activadas.

Neste sentido, o último ponto desta apresentação de resultados tem como objectivo responder a uma interrogação que nos surgiu ao longo do desenvolvimento deste estudo. Existirá um modelo de generalização da redução do enviesamento intergrupar? Ou, se preferirmos, existirá uma influência directa, ou mesmo indirecta, das aprendizagens

adquiridas na sessão (situação de contacto) sobre a resposta que os participantes exibem em relação aos membros do endo- e do exogrupo presentes nos contextos escolar e residencial?

A confirmar-se este raciocínio, esperamos que o processo de generalização operado pelas representações de Recategorização e de Dupla Identidade se faça através do aumento da proximidade face aos elementos do exogrupo inicial, e que esta nova forma de olhar os membros do outro grupo seja transferida para os contextos onde os participantes não interagiram directamente (escola e bairro).

Já para a representação de Descategorização, esperamos que o processo de generalização se opere através da influência directa da avaliação do endogrupo na sessão sobre a avaliação do endogrupo no contexto escolar, o qual, por sua vez, teria uma influência directa sobre a avaliação do endogrupo no contexto residencial. Para além desta via de influência, colocamos a hipótese de a avaliação do endogrupo na sessão ter uma influência directa sobre a avaliação do mesmo grupo no contexto residencial.

Para respondermos às estas questões atrás colocadas no que se refere ao modelo de generalização da redução do enviesamento intergrupar protagonizado pela representação cognitiva de Descategorização, executaram-se *path analyses*¹⁹ com as avaliações do endogrupo em todas as medidas dependentes na situação de contacto (sessão), na escola e no bairro, tomando a manipulação experimental como a primeira variável do modelo. Para tal, criou-se uma variável dicotómica (*dummy*) que separa, em dois níveis, os participantes que se encontravam na condição de controlo (nível 1) e os que se encontravam na condição de

¹⁹ A matriz de correlações executada entre a avaliação do endogrupo na sessão e nos contextos escolar e residencial para as duas medidas dependentes (competência e semelhança) indica que estas se encontram positivamente correlacionadas.

Atributo <i>Competente</i>	Avaliação do endogrupo		Atributo <i>Semelhante</i>	Avaliação do endogrupo	
	Escola	Bairro		Escola	Bairro
Avaliação do endogrupo (Sessão)	.18*	.21*	Avaliação do endogrupo (Sessão)	.27**	.34***
Avaliação do endogrupo (Escola)	-----	.43***	Avaliação do endogrupo (Escola)	-----	.52***

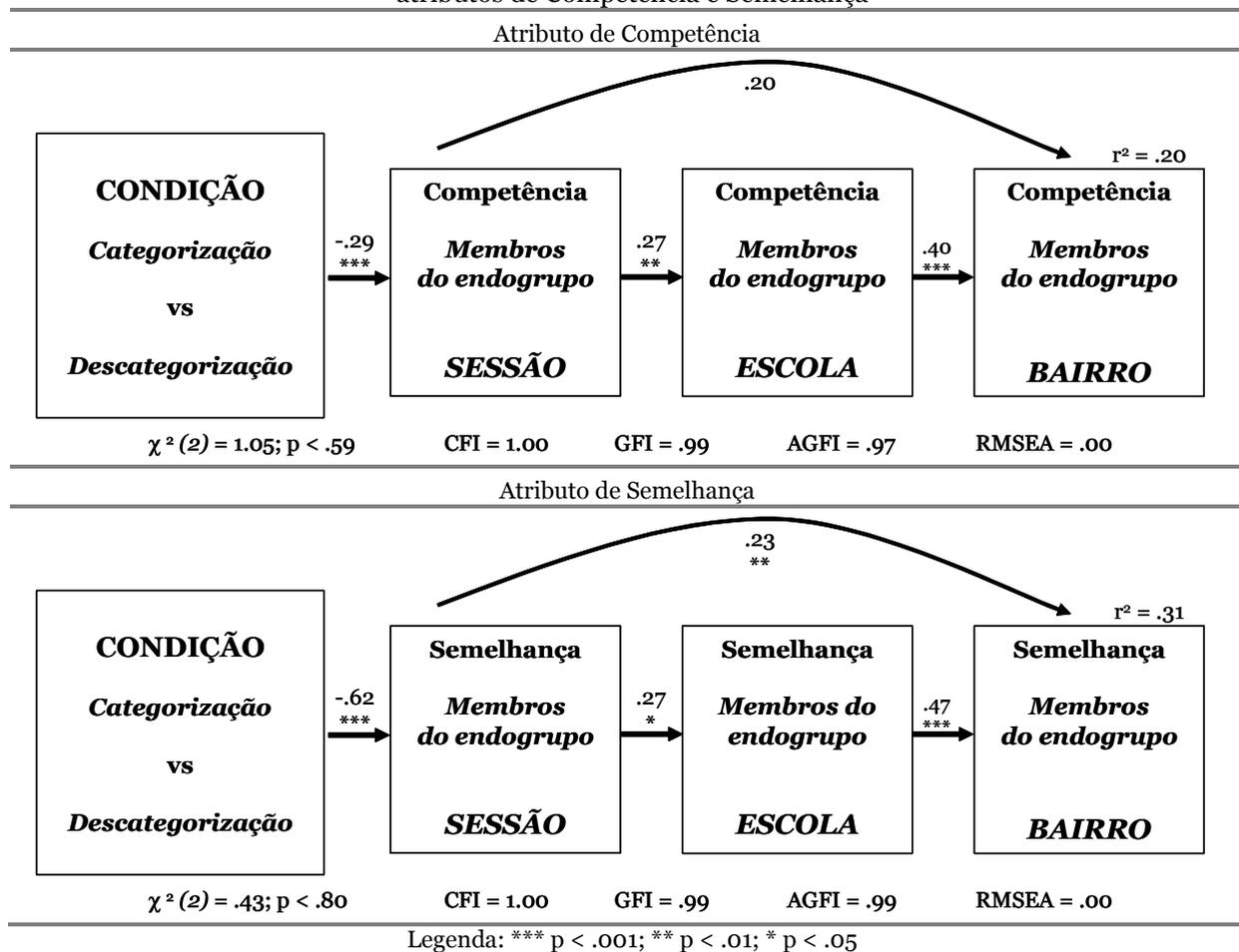
Legenda: *** p < .001; ** p < .01; * p < .05

descategorização (nível 2). Vejamos, de seguida, os resultados obtidos.

4.4.1 Generalização operada pela representação cognitiva de Descategorização

Os testes à adequabilidade dos modelos foram executados através do procedimento *maximum likelihood estimation*. Os modelos a seguir apresentados (cf. Figura 23) foram avaliados segundo os critérios *goodness-of-fit* (Byrne, 2001; Hu & Bentler, 1999). Assim, foram utilizados cinco índices de adequabilidade dos modelos de medida: o teste de qui-quadrado e os índices GFI, AGFI, CFI e RMSEA²⁰.

Figura 23 – Modelo de generalização promovido pela representação de Descategorização para os atributos de Competência e Semelhança



A Figura 23 mostra os parâmetros normalizados para os efeitos directos, bem como os

²⁰ O modelo de generalização promovido pela representação de Descategorização para a medida de atribuição de recursos não apresentou valores aceitáveis nos vários índices de adequabilidade, pelo que não será apresentado.

vários índices de adequabilidade, revelando, uma muito boa adequação do modelo nas duas medidas dependentes.

Como podemos observar, a manipulação cognitiva do agregado em “Indivíduos Separados” implicou um maior afastamento em relação aos membros do endogrupo, que aqui foram vistos como menos competentes ($\beta = -.29$; $p < .001$) e semelhantes ao *self* ($\beta = -.62$; $p < .001$), comparativamente à avaliação do endogrupo verificada na condição de controlo nas duas medidas. Vemos ainda que a avaliação do endogrupo na sessão produz um efeito significativo directo sobre a avaliação do mesmo grupo no contexto escolar no atributo competente ($\beta = .27$; $p < .01$) e no atributo semelhante ($\beta = .27$; $p < .01$). As avaliações do endogrupo no contexto escolar obtidas para o atributo de competência ($\beta = .40$; $p < .001$) e de semelhança ($\beta = .47$; $p < .001$) produzem, por sua vez, um efeito directo sobre as avaliações daquele grupo-alvo no contexto escolar. A última via directa de influência foi identificada em relação ao atributo de semelhança ($\beta = .23$; $p < .01$), no que se refere à relação que esta estabelece com a avaliação do endogrupo no contexto residencial. Estas vias directas de influência significam que quanto menor é a avaliação do endogrupo na sessão, menor é também a avaliação do endogrupo no contexto escolar e, quanto menor é a avaliação do endogrupo na escola menor é a avaliação do endogrupo no bairro (cf. Figura 23).

Em síntese, estes resultados indicam que o nível de enviesamento intergrupar reduzido é transportado para os dois contextos imediatamente seguintes (escola e bairro) ao do contacto (sessão), podendo ainda existir uma influência directa da situação de contacto para o contexto mais distante (bairro), como vimos acontecer no que se refere ao atributo de semelhança.

Tal anunciámos no início da apresentação deste ponto, interessava-nos testar os efeitos indirectos do contacto, ou seja, testar o efeito indirecto da avaliação do endogrupo no contexto escolar sobre a relação entre a avaliação do endogrupo na situação de contacto e a avaliação daquele grupo no contexto residencial.

Através do teste de efeitos indirectos (Sobel, 1982) verificámos que tanto para a

medida de competência (*Sobel test*: $z = 1.90$; $p < .05$), como para a medida de semelhança (*Sobel test*: $z = 2.69$; $p < .01$), existe uma influência indirecta do contacto sobre o contexto residencial, na medida em que esta passa pelos benefícios já transpostos para o contexto escolar. Dito de outra forma, a avaliação do endogrupo no contexto residencial é indirectamente influenciada pela avaliação do endogrupo na sessão, na medida em que essa relação se processa através da avaliação dada ao endogrupo no contexto escolar.

Assim, podemos afirmar que a redução do enviesamento intergrupar, obtida na sessão à custa da diminuição da atracção face aos membros do endogrupo, produziu efeitos directos e indirectos sobre a avaliação do endogrupo nos contextos escolar e residencial, ilustrando o processo através do qual a generalização ocorreu.

4.4.2 Generalização operada pelas representações cognitivas de Recategorização e de Dupla Identidade

Para testar o processo de generalização promovido pelos modelos da Identidade Endogrupal Comum (Recategorização) e da Dupla Identidade, efectuaram-se análises semelhantes às anteriores, substituindo as avaliações do endogrupo pelas do exogrupo em todas as medidas e em todos os contextos²¹.

À semelhança do modelo de generalização anterior (descategorização), criou-se uma variável dicotómica que separa, em dois níveis, os participantes que se encontravam na condição de controlo (nível 1) e os participantes que se encontravam nas condições de

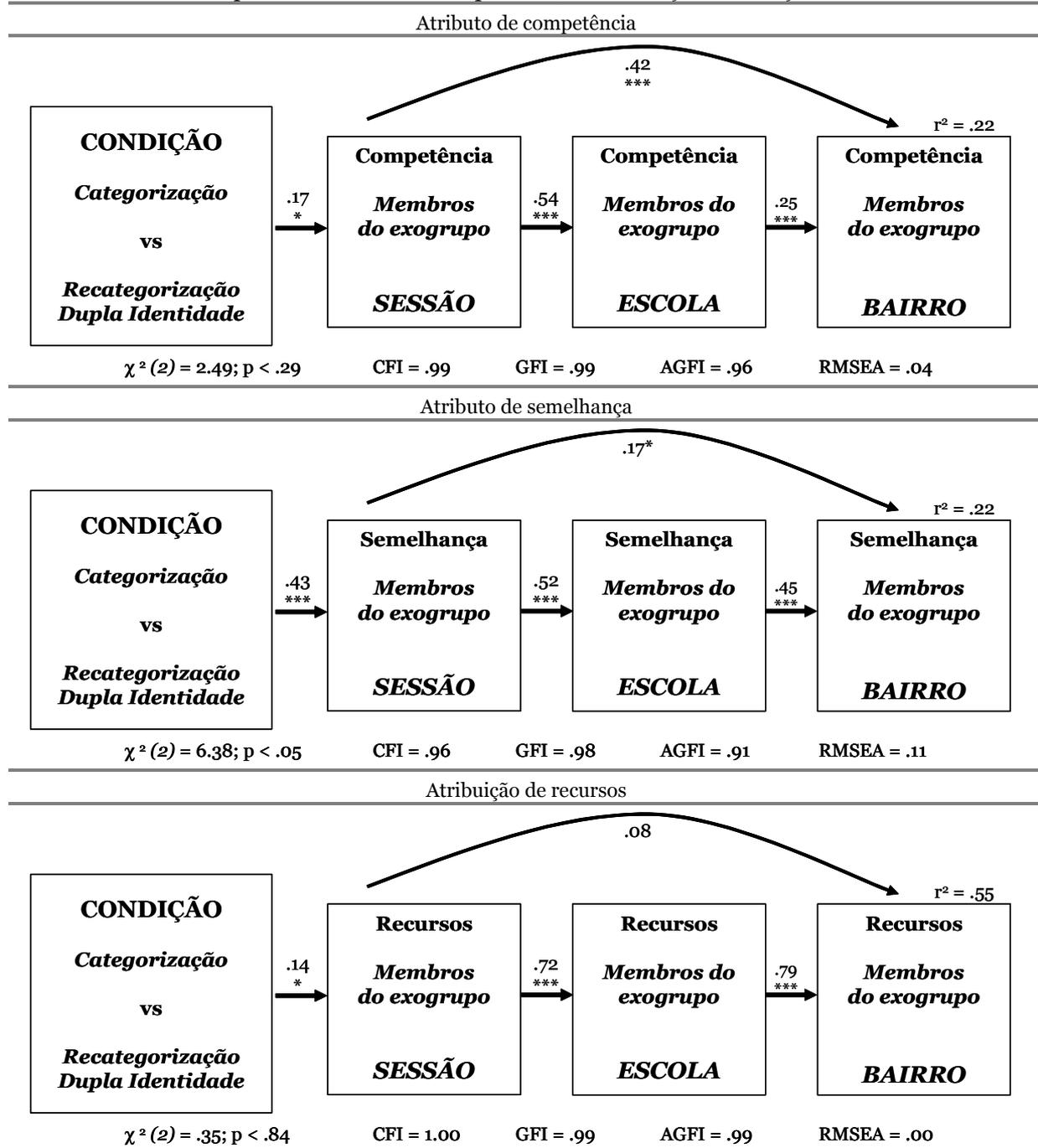
²¹ A matriz de correlações executada entre as avaliações do exogrupo nos três contextos (sessão, escola e bairro) para as três medidas informa que estas avaliações se encontram positiva e significativamente correlacionadas.

Atributo de competência	Escola	Bairro	Atributo de semelhança	Escola	Bairro	Atribuição de recursos	Escola	Bairro
Avaliação do exogrupo (sessão)	.43 ***	.56 ***	Avaliação do exogrupo (sessão)	.51 ***	.45 ***	Avaliação do exogrupo (sessão)	.81 ***	.69 ***
Avaliação do exogrupo (escola)	-----	.56 ***	Avaliação do exogrupo (escola)	-----	.52 ***	Avaliação do exogrupo (escola)	-----	.80 ***

Legenda: *** $p < .001$; ** $p < .01$; * $p < .05$

recategorização e de dupla identidade (nível 2), a qual correspondeu à primeira variável do modelo. Os testes à adequabilidade do modelo foram executados através do procedimento *maximum likelihood estimation* e avaliados segundo os critérios *goodness-of-fit* (Byrne, 2001; Hu & Bentler, 1999).

Figura 24 – Modelo de generalização promovido pelas representações de Recategorização e de Dupla Identidade para as medidas de Competência, Semelhança e Atribuição de Recursos



Legenda: *** p < .001; ** p < .01; * p < .05

A Figura 24 mostra os parâmetros normalizados para os efeitos directos e os índices de adequabilidade, os quais revelam uma muito boa adequação do modelo nas três medidas dependentes.

O primeiro efeito directo significativo diz respeito à influência das representações de “Grupo Único” e “Dois Grupos numa Equipa” sobre a avaliação do exogrupo na sessão na medida de competência ($\beta = .17$; $p < .05$), de semelhança ($\beta = .43$; $p < .001$) e de atribuição de recursos ($\beta = .14$; $p < .05$). Este efeito directo indicou, tal como esperado, que os participantes que interagiram sob aquelas duas representações avaliaram mais positivamente os membros do exogrupo – percebendo-os como mais competentes, mais semelhantes consigo próprios e atribuindo-lhes mais recursos – do que os participantes na condição de controlo (representação em “Dois Grupos”).

O segundo efeito directo do modelo diz respeito à influência da avaliação do exogrupo na sessão sobre a avaliação do exogrupo no contexto escolar, a qual ocorre em todas as medidas dependentes (competência: $\beta = .54$; $p < .001$; semelhança: $\beta = .52$; $p < .001$; atribuição de recursos: $\beta = .72$; $p < .001$).

O terceiro efeito directo refere-se à influência directa que a avaliação do exogrupo no contexto escolar exerce sobre a avaliação daquele grupo no contexto escolar, a qual se verifica também em todas as medidas dependentes (competência: $\beta = .25$; $p < .001$; semelhança: $\beta = .45$; $p < .001$; atribuição de recursos: $\beta = .79$; $p < .001$).

Tal como no modelo de generalização referente à representação de Descategorização, também neste encontramos um efeito directo da avaliação do exogrupo na situação de contacto (sessão) sobre a avaliação do exogrupo no contexto residencial para as medidas de competência ($\beta = .42$; $p < .001$), e de semelhança ($\beta = .17$; $p < .05$).

Em suma, estes efeitos directos significam que quanto melhor o exogrupo é avaliado na sessão (mais competentes, mais semelhantes ao próprio e mais recursos atribuídos), melhor é avaliado no contexto escolar; e quanto melhor o exogrupo é avaliado no contexto

escolar, melhor é avaliado também no contexto residencial. Para além disso, a influência directa da situação de contacto sobre o exogrupo como um todo no contexto residencial significa que quanto melhor o exogrupo é avaliado na sessão, melhor é avaliado no contexto residencial (competência e semelhança).

Tomados em conjunto, estes resultados indicam que o nível de enviesamento intergrupar reduzido é transportado para os dois contextos imediatamente seguintes (escola e bairro) ao do contacto, podendo ainda existir uma influência directa da situação de contacto para o contexto mais distante (bairro), como vimos acontecer nas medidas de competência e de semelhança.

Tal como no ponto anterior, interessava-nos testar o efeito indirecto da avaliação do exogrupo no contexto escolar sobre a relação entre aquelas avaliações (exogrupo) na situação de contacto e no contexto residencial.

Através do teste de Sobel (1982), verificámos a existência de um efeito indirecto do contacto sobre o contexto residencial, em todas as medidas dependentes (competência: $z = 2.96$; $p < .01$; semelhança: $z = 4.48$; $p < .001$; atribuição de recursos: $z = 7.75$; $p < .001$). Estes resultados indicam que a avaliação do exogrupo no contexto residencial é indirectamente influenciada pela avaliação do exogrupo na sessão, na medida em que essa relação se completa através da avaliação dada aquele grupo no contexto escolar.

Assim, podemos afirmar que a redução do enviesamento intergrupar, obtida na sessão à custa do aumento da atracção face aos membros do exogrupo inicial, produziu efeitos directos e indirectos sobre a avaliação do exogrupo como um todo nos contextos escolar e residencial, ilustrando o processo através do qual ocorreu a generalização dos benefícios do contacto intergrupar.

5. Discussão de resultados

O último estudo deste trabalho foi desenvolvido de forma a dar resposta a três objectivos distintos, sendo que dois deles já vinham dos estudos anteriores (redução do

enviesamento intergrupal e ilustração dos processos subjacentes).

Como vimos, dois dos objectivos centrais eram compreender o impacte da saliência das categorizações étnicas na diferenciação da eficácia das estratégias cognitivas de redução do enviesamento intergrupal na situação de contacto (objectivo 1) e ao exogrupo como um todo nos contextos escolar e residencial – generalização (objectivo 3) (Dovidio *et al.*, 1997, Gaertner & Dovidio, 2000; Rebelo, Guerra e Monteiro, 2005; González & Brown, 2003; *in press*).

Um outro objectivo deste estudo (objectivo 2) foi, uma vez mais, identificar os processos de redução do enviesamento intergrupal subjacentes aos modelos da Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000) neste contexto de interacção assimétrica.

Enviesamento intergrupal e favoritismo endogrupal

A produção de enviesamento intergrupal recebe, na discussão deste último estudo, uma maior atenção comparativamente aos estudos anteriores. Esta opção fica a dever-se ao facto de, por um lado e pela primeira vez, os grupos se encontrarem a interagir em saliência de estatuto étnico e, por outro, de a categorização ter desempenhado um papel fundamental na manutenção dos níveis de enviesamento intergrupal na situação de contacto e ao longo dos contextos escolar e residencial, possibilitando a ilustração da eficácia das estratégias de redução do enviesamento intergrupal evidenciada em ambos os grupos étnicos.

Em primeiro lugar, como vimos, a categorização induzida pela pertença étnica dos participantes, num contexto de competição, desencadeou um enviesamento intergrupal a favor do endogrupo (Tajfel *et al.*, 1971; Tajfel & Turner, 1979; Sherif *et al.*, 1961). Tal como proposto por Hewstone, Rubin e Willis (2002), o favoritismo endogrupal pode ser entendido como um mecanismo de assimilação do *self* no protótipo da categoria endogrupal, fruto de uma categorização inicial. A inclusão cognitiva do endogrupo no *self*, gera consequentemente, uma percepção de maior semelhança entre os seus membros, maior

confiança, sentimentos mais positivos, maiores cooperação e empatia (Hewstone *et al.* 2002).

Assim, verificámos que as avaliações que as crianças fazem do seu grupo étnico são invariavelmente mais positivas do que as avaliações do outro grupo étnico, o que significa que os seus pares étnicos são vistos como mais competentes a jogar, são mais parecidos com o próprio participante e a estes são dados mais recursos, comparativamente às avaliações produzidas sobre os “outros”. Todavia, ao olharmos para os níveis médios obtidos na avaliação do exogrupo, vemos que estes se situam acima do ponto médio da escala de resposta (avaliações com uma escala fixa, como era o caso dos atributos *Competente* e *Semelhante*). A separação destas duas componentes, favoritismo endogrupal e discriminação exogrupal, só foi possível devido à utilização de medidas independentes na avaliação dos grupos-alvo (endo- e exogrupo), tal como sugerido por Bettencourt e Dorr (1998) e Brewer *et al.* (1993). Este resultado sugere que, para além da produção do enviesamento intergrupar ser conseguida à custa de um favoritismo endogrupal, parece existir uma independência entre a identificação com o endogrupo e a expressão de atitudes negativas relativamente ao exogrupo. Tal como Allport (1954) defende, o reconhecimento da ligação a um determinado grupo não implica, necessariamente, uma hostilidade em relação ao exogrupo. De facto, e de acordo com Brewer (1999) “ingroup identification is independent of negative attitudes toward outgroups and that much ingroup bias and intergroup discrimination is motivated by preferential treatment of ingroup members rather than direct hostility toward outgroup members (p. 429). Também na literatura da psicologia social do desenvolvimento (Aboud, 2003), estas duas componentes são encaradas de forma independente e sequencial “ingroup favoritism is psychologically primary to outgroup prejudice (...) and somehow necessary for basic survival” (p. 48).

Verificámos também que o estatuto étnico dos grupos não produziu alterações na expressão do favoritismo endogrupal e, conseqüentemente, no enviesamento intergrupar: quer as crianças de elevado estatuto (origem portuguesa), como as crianças de origem baixo

estatuto (origem africana) exibiram avaliações mais positivas sobre os seus pares do que sobre o outro grupo. Contrariamente ao proposto em diferentes estudos empíricos que analisaram o efeito do estatuto na produção de enviesamento intergrupar, nem as crianças de elevado estatuto étnico evidenciaram níveis de enviesamento intergrupar mais elevados que os participantes de baixo estatuto; nem estes últimos mostraram favoritismo exogrupal num contexto em que as diferenças estatutárias estavam salientes e eram relevantes para a interacção (ver, para uma revisão, Hewstone *et al.* 2002). Assim, os outros não são vistos como “maus” mas antes como menos “bons”.

O impacto da Dupla Identidade na redução do enviesamento intergrupar

Considerando que neste estudo, e pela primeira vez, a representação cognitiva de Dupla Identidade foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar, analisaremos esta questão em maior detalhe. A razão subjacente a este resultado parece residir no facto de neste estudo termos introduzido a diferenciação/complementaridade de tarefas na activação daquela representação. Se atendermos a um dos estudos que tratou especificamente esta questão com crianças (Guerra *et al.*, 2004a; 2004b), a diferenciação/complementaridade de tarefas na resolução do problema experimental resultou na comprovada eficácia desta representação, apesar de o referido estudo não mostrar que esta era mais adequada a reduzir o enviesamento intergrupar nos grupos de baixo estatuto. Neste sentido, o presente estudo vem demonstrar que para que esta representação tenha um impacto diferenciado em função do estatuto étnico dos grupos é necessário que se emparelhe a diferenciação/complementaridade de tarefas na activação daquela representação com a saliência do estatuto étnico dos grupos. Este resultado é fundamental, na medida em que permite uma especificação importante à literatura sobre a eficácia desta representação quando os grupos em interacção se encontram em assimetria, seja essa assimetria de estatutária (elevado/baixo estatuto), de poder (elevado/baixo poder) ou numérica (maioria-minoria), real ou induzida. Assim, o que parece ser fundamental para que a eficácia da estratégia de Dupla Identidade se revele em função do estatuto étnico dos grupos é a saliência

desse(s) estatuto(s) na interacção, e não apenas a presença de uma interacção assimétrica entre eles. Em suma, e de uma forma geral, a estratégia da Dupla Identidade foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar, indo ao encontro do resultado de outros estudos que reportam os benefícios da promoção de activação simultânea das categorias supraordenada e subgrupais (Dovidio *et al.*, 1998; 2001; Gaertner & Dovidio, 2000; Hornsey & Hogg, 2000; Huo *et al.*, 1996; Van Oudenhoven *et al.* 1998).

A influência do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar

Considerando que no estudo anterior não foi possível identificar a influência da assimetria do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar, uma vez que a representação cognitiva em *Grupo Único* foi eficaz a reduzir o enviesamento em ambos os grupos étnicos e a representação de Dupla Identidade não se mostrou eficaz (estudo 2), a nossa primeira hipótese levanta novamente esta questão.

Assim, colocámos como hipótese geral que a saliência da assimetria do estatuto étnico dos grupos na interacção, ou seja, a utilização das categorias étnicas durante a interacção, produzia eficácias diferenciadas dos modelos de Recategorização e Dupla Identidade na redução do enviesamento intergrupar. Mais especificamente, esperávamos que a estratégia de Recategorização fosse a mais eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos membros dos grupos de elevado estatuto, na medida em que o carácter assimilacionista desta estratégia tem sido associado ao estatuto de dominância destes grupos (Gaertner & Dovidio, 2000). Por outro lado, este modelo já não seria tão apropriado para a redução do enviesamento intergrupar nos grupos de baixo estatuto, na medida em que esta não possibilita o acesso ao valor e significado da sua identidade étnica. Desta forma, esperamos que a representação cognitiva de Dupla Identidade seja a mais eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos grupos de baixo estatuto, uma vez que permite o desenvolvimento de uma identidade supraordenada mais inclusiva, sem que estes grupos perdam a especificidade da pertença étnica (identidade subgrupar).

Como vimos, os resultados obtidos não permitiram verificar esta hipótese na íntegra,

designadamente, no que se refere aos grupos de elevado estatuto: crianças de origem portuguesa. Assim, e ao contrário do que era esperado (Dovidio *et al.*, 2001; Gaertner & Dovidio, 2000; Hornsey & Hogg, 2000; Nier *et al.*, 2001), a Dupla Identidade foi a estratégia mais eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar naqueles grupos em relação aos alvos de baixo estatuto (crianças de origem africana) em todas as medidas dependentes, levando os participantes a igualizar as avaliações produzidas sobre o seu grupo étnico e sobre o grupo de baixo estatuto. Ainda no grupo de elevado estatuto étnico, mas apenas na medida de atribuição de recursos, também a Recategorização funcionou de forma eficaz na redução do enviesamento intergrupar.

Inesperados foram também os resultados referentes aos grupos de baixo estatuto (crianças portuguesas de origem africana). Neste grupo, contrariamente ao que a literatura defende (Gaertner & Dovidio, 2000; Dovidio *et al.*, 2001; Nier *et al.*, 2001), ambas as estratégias cognitivas (recategorização e dupla identidade) foram eficazes a reduzir o enviesamento intergrupar em relação aos alvos de elevado estatuto étnico (atributo *Competente* e atribuição de recursos). No entanto, no atributo *Semelhante*, apenas a estratégia de Recategorização foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar.

Tal como esperado, a estratégia cognitiva de Descategorização foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar em ambos os grupos étnicos, com excepção da medida de semelhança nos grupos de baixo estatuto étnico, mostrando a importância das interações personalizadas na redução do enviesamento. Assim, a diluição das categorias iniciais, através da indução de interações individualizadas, parece ter anulado, como esperado, o efeito do estatuto étnico dos grupos na comprovada eficácia desta estratégia.

Tomados em conjunto, os resultados comprovam parcialmente a hipótese sobre o impacto do estatuto étnico nas estratégias de redução do preconceito étnico da seguinte forma: 1) a estratégia cognitiva de Descategorização revelou-se eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar em ambos os grupos étnicos, confirmando a hipótese; 2) a Dupla Identidade, apontada como particularmente eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos

grupos de baixo estatuto, mostrou capacidade de redução em ambos os grupos, não confirmando a hipótese; 3) a estratégia de Recategorização, que se esperava mais eficaz a reduzir o enviesamento nos grupos de elevado estatuto étnico, apenas mostrou essa capacidade na medida de atribuição de recursos, não confirmando a hipótese.

Face ao exposto, colocam-se duas questões: porque razão é que a Dupla Identidade se consolida como uma das estratégias eficazes a reduzir o enviesamento intergrupar nos grupos de elevado estatuto quando se esperava esse efeito na Recategorização? Porque é que, quer a estratégia de Recategorização, quer a de Dupla Identidade, foram eficazes a reduzir o enviesamento intergrupar nos grupos de baixo estatuto, quando se esperava que apenas a primeira seria adequada a reduzir esse enviesamento?

A resposta a estas interrogações parece residir, por um lado, na preservação da distintividade do estatuto étnico dos grupos no caso dos membros de alto estatuto e, por outro, na especificidade do contexto de inserção social da minoria africana em Portugal, no caso dos grupos de baixo estatuto.

Para as crianças de origem portuguesa (elevado estatuto), a estratégia da Dupla Identidade, ao contrário da de Recategorização, parece assegurar a preservação da sua identidade “étnica” e da superioridade/dominância dessa pertença para que possam reduzir o enviesamento intergrupar relativamente aos alvos de baixo estatuto. Neste sentido, o que estas crianças parecem defender é a diferenciação étnica entre os grupos, ao mesmo tempo que admitem partilhar a categoria supraordenada: somos todos portugueses mas não somos todos iguais.

De acordo com outros autores (Bourhis, Moise, Perreault & Senécal, 1997; Gaertner, Dovidio, Guerra, Rebelo, Monteiro, Riek, & Houlette, *in press*), a longevidade das relações entre grupos etnicamente diferenciados pode, em parte, explicar este padrão de resultados: “In the United States, slavery began in Colonial America in 1619 and it was abolished in 1865, whereas in Portugal immigration of significant numbers of African immigrants did not begin until 1974 following the Portuguese revolution and the later the civil wars in African

countries. Therefore, the integration of African origin people into the United States and Portugal are perhaps at different phases of societal change and development. Consequently, the stage of integration may moderate the acculturation goals of ethnic minorities and also influence the preferences of majorities”.

Todavia, em nosso entender, mais do que a longevidade do contacto entre os grupos, até porque Portugal também possui uma história de escravatura negra que data do séc. XV, propomos que estes resultados podem dever-se ao binómio longevidade – natureza da relação entre os grupos. Neste sentido, a natureza da relação a que nos referimos, é aquela que actualmente se estabelece entre portugueses e imigrantes africanos, cuja vaga de imigração se iniciou há cerca de 30 anos e permanece até à actualidade. No contexto desta relação, e comparativamente ao que acontece nos EUA, em Portugal, o contacto com grupos imigrantes africanos ou de descendência africana (2^a ou 3^a geração) é mais recente e menos conturbado, apesar da demonstrada existência de discriminação face a alvos de origem africana na actual sociedade portuguesa (ver Vala, Brito e Lopes, 1999). Neste sentido, seria mais fácil para os grupos de elevado estatuto nos EUA olhar as minorias negras como “americanas” (Gaertner *et al.*, *in press*), dado o tempo de contacto e a história de pressão do grupo minoritário no combate à segregação racial de que foi alvo.

Para as crianças de origem portuguesa, parece ser ainda difícil encarar os alvos de origens étnicas diferentes da sua como somente “portugueses”, considerando a menor longevidade do contacto entre os grupos, a natureza da relação entre estes e, consequentemente, a sua necessidade de se diferenciarem. De acordo com González e Brown (in press), “Although one might expect majority groups to accept such identities (supraordenada), because they plan to control the new groups associated with them, the countervailing process of ingroup projection may work against such acceptance. Majority groups may fear that minority group attributes will shape, and maybe harm, their superordinate identities”.

Assim, para que o enviesamento intergrupar seja reduzido em crianças de elevado

estatuto é desejável que se mantenha uma diferenciação étnica saliente, seja por uma questão de defesa estatutária do grupo dominante, seja por aparentemente mostrarem alguma dificuldade em considerar as “segundas gerações” (ou mesmo as terceiras!) como elementos do seu próprio grupo (portugueses). Esta explicação possível é, no entanto, provocadora, mas simultaneamente interessante, na medida em que parece contrariar a relatada preferência dos grupos dominantes por estratégias de assimilação quando questionados sobre as formas possíveis de integração de grupos minoritários (Berry, 1984; 1990; Gaertner & Dovidio, 2000). De acordo com Berry (1984) “... plural societies, individuals and groups must confront two important issues. One pertains to the maintenance and development of one’s ethnic distinctiveness in society, deciding whether one’s own cultural identity and customs are of value and to be retained. The other issue involves the desirability of ethnic contact, deciding whether positive relations with the larger society are of value and to be sought” (*idem*, p. 11). Assim, o que parece estar aqui em questão é que os grupos dominantes também parecem preferir uma estratégia que lhes permita reter a sua especificidade étnica e cultural, e que essa escolha é tanto mais importante quando se trata de reduzir o enviesamento intergrupar face ao outro diferente, etnicamente distinto.

Uma posição diferente é manifestada pelos grupos de baixo estatuto étnico na medida em que, e como vimos, todas as estratégias foram eficazes a reduzir o enviesamento intergrupar. Assim, para as crianças de origem africana a categoria supraordenada “portugueses”, comum às estratégias de Recategorização e de Dupla Identidade, parece surgir como uma estratégia mais confortável e menos estigmatizante para a identidade dos membros de grupos de baixo estatuto, independentemente de se manter saliente ou não a especificidade do seu grupo étnico. Através desta categoria mais inclusiva, as crianças podem não só sentir-se mais próximas dos membros de elevado estatuto étnico, como podem também reduzir o nível de enviesamento intergrupar que apresentam em relação às crianças portuguesas de elevado estatuto. Consequentemente, a necessidade de semelhança pode, nesta fase do desenvolvimento, ser uma questão de maior relevância do que a manutenção da

diferenciação entre os grupos (Monteiro, Guerra e Rebelo, *in press*), ou tal como González e Brown (*in press*) referem, a construção de uma identidade endogrupal comum pode permitir a assimilação num grupo de alto estatuto, que originalmente não é o seu, podendo corresponder a uma estratégia de mobilidade social por parte destas crianças (Tajfel, 1978b).

Muito embora estes resultados sejam contrários ao defendido na literatura sobre a redução do enviesamento intergrupar entre grupos de estatuto diferente, mostram bem que o estudo da especificidade e da adaptação destes modelos a sociedades distintas da americana, constitui um passo fundamental e incontornável na definição de intervenções bem sucedidas na redução do preconceito durante a infância (Aboud & Levy, 1999). Não assegurar este princípio tornar-se-ia equivalente a limitarmo-nos a traduções cegas de estratégias de sucesso em contextos diferentes do português e a arriscarmos uma desadequação face à especificidade social e cultural do contexto nacional.

Os processos de redução do enviesamento intergrupar

Os processos de redução do enviesamento intergrupar subjacentes às representações cognitivas do agregado durante a interacção em “Grupo Único” e “Indivíduos Separados” receberam um maior suporte empírico neste estudo, comparativamente aos anteriores, onde a solidez de resultados confirma, globalmente, as hipóteses fixadas.

Para os participantes que interagiram sob a representação de Descategorização (Indivíduos Separados), reduzir ou eliminar o enviesamento intergrupar foi sinónimo de uma diminuição na atracção manifestada face aos membros do endogrupo, avaliando-os como menos competentes e menos semelhantes consigo próprios, enquanto que as mesmas avaliações sobre os membros do exogrupo se mantinham estáveis, i. e., equivalentes às avaliações do exogrupo pelos participantes na condição de controlo.

Já para os participantes na condição de recategorização foi possível reduzir e, até mesmo eliminar, o enviesamento intergrupar através do aumento da proximidade face aos membros do exogrupo, reconhecendo-os como mais semelhantes a si próprios e atribuindo-lhes mais recursos, enquanto que as avaliações do endogrupo se mantinham inalteradas.

Observando a instabilidade do padrão de resultados obtido em torno da estratégia de Dupla Identidade, tornou-se mais difícil ilustrar o processo de redução subjacente a esta representação. Todavia, apenas num dos atributos, os resultados mostraram que a redução do enviesamento intergrupar se processou através do aumento da proximidade em relação aos membros do exogrupo, enquanto que a avaliação do endogrupo se manteve estabilizada, demonstrando a semelhança entre este processo e o da recategorização. No entanto, a hipótese sobre esta representação é apenas parcialmente confirmada dado que, ao contrário do esperado, a avaliação do exogrupo naquela condição não se distinguiu da produzida na condição de recategorização.

Generalização da redução do enviesamento intergrupar

A capacidade de generalização dos modelos de Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000) foi, neste estudo, testada pela primeira vez com crianças pertencentes a grupos étnicos²².

Um dos primeiros resultados que sobressaíram desta parcela do presente estudo, foi a generalização da redução do enviesamento intergrupar ter sido mostrada independentemente do estatuto étnico dos grupos, contrariando o conjunto de hipóteses levantado.

A análise da capacidade de generalização de cada um dos modelos, efectuada para cada contexto (escolar e residencial), mostrou que a estratégia cognitiva de Recategorização foi a que maior suporte empírico recebeu nessa demonstração. Como vimos, a representação do agregado em “Grupo Único” revelou-se eficaz a estender os benefícios do contacto ao exogrupo como um todo no contexto escolar em todas as medidas dependentes, e ao exogrupo como um todo no contexto residencial nos atributos de competência e de semelhança. Este resultado, apesar de muito importante, não vai ao encontro do estabelecido pela hipótese, na medida em que esta defendia a eficácia da estratégia de Recategorização

²² De notar que apenas o modelo da Descategorização já havia sido testado em crianças pertencentes a dois grupos religiosos diferentes (Rich *et al.*, 1995).

(quer no contacto, quer na extensão dos seus benefícios) para os membros dos grupos de elevado estatuto.

A representação do agregado em “Dois Grupos numa Equipa” (Dupla Identidade) também se revelou eficaz a estender os benefícios do contacto ao exogrupo como um todo no contexto escolar na medida de semelhança e na atribuição de recursos, e ao exogrupo como um todo no contexto residencial nos atributos de competência e de semelhança. Uma vez mais, apesar da importância destes resultados, a hipótese é contrariada, na medida em que esta afirmava a capacidade de redução/generalização desta estratégia apenas nos grupos de baixo estatuto (crianças de origem africana).

Contrariamente ao esperado, a estratégia cognitiva de Descategorização (Indivíduos Separados) obteve um impacto semelhante ao da estratégia anterior (Dupla Identidade). Assim, a representação do agregado em Indivíduos Separados foi eficaz a transportar os efeitos positivos do contacto para o contexto escolar nos atributos de competência e de semelhança e para o contexto residencial neste último atributo. Na medida de atribuição de recursos, não se verificou qualquer impacto desta representação cognitiva na extensão dos benefícios do contacto.

O último ponto da secção de resultados apresenta os processos através dos quais foi possível generalizar, para os contextos escolar e residencial, a redução do enviesamento intergrupar obtido na situação de contacto.

Apesar de a representação de Descategorização só ter mostrado resultados adequados em duas das medidas dependentes, a consistência dos mesmos relativamente a esta representação e às de Recategorização e de Dupla Identidade coloca os três modelos numa posição de relativa igualdade.

De facto, os resultados obtidos em torno do percurso de generalização operado pelo modelo da Descategorização, mostraram uma clara influência da representação cognitiva do agregado em *Indivíduos Separados* sobre a avaliação do endogrupo na sessão, a qual teve efeitos directos sobre a avaliação do endogrupo no contexto escolar e no contexto residencial

(medida de semelhança). Verificámos também que a avaliação do endogrupo no contexto escolar influencia directamente aquela mesma avaliação no contexto residencial.

Como vimos também, os modelos da Identidade Endogrupal Comum e da Dupla Identidade apresentaram resultados consistentes em todas as medidas dependentes, mostrando que o processo de generalização foi conseguido à custa da influência directa da avaliação do exogrupo na sessão sobre a avaliação do exogrupo como um todo nos contextos escolar e residencial (medidas de competência e de semelhança). De facto, e contrariamente ao defendido por González e Brown (2003), quer a promoção de diversidade dentro de uma categoria supraordenada mais inclusiva (dupla identidade), quer a diluição dessas diferenças na categoria supraordenada (recategorização), num contexto de interdependência positiva entre os grupos, pode reduzir o preconceito intergrupar e auxiliar a extensão desses benefícios a outros membros do exogrupo com os quais não se interagiu directamente.

Finalmente, verificámos que existe um efeito indirecto das avaliações do grupo-alvo²³ na sessão sobre a avaliação daqueles grupos no contexto residencial, o qual passa pela forma como os grupos são avaliados no contexto escolar. Ou seja, os efeitos positivos do contacto podem ser transportados para um contexto mais distante (cf. anéis de inclusão de Allport, 1954), desde que este último seja directamente influenciado pelo contexto imediatamente anterior.

Uma outra questão relacionada com a capacidade de generalização dos modelos é a sua validade ecológica. De facto, a possibilidade de se estenderem atitudes positivas para grupos/participantes com quem não se interage directamente, para além de representar uma mais valia importante numa relação custo-benefício em matéria de intervenção no terreno, remete-nos precisamente para a importância da ligação entre os cenários de desenvolvimento em que estas crianças directa ou indirectamente participam e há muito defendida por Urie Bronfenbrenner (1979) na sua obra seminal “The Social Ecology of Human Development”.

²³ Referimo-nos à avaliação do endogrupo para o modelo de Descategorização e à avaliação do exogrupo para os modelos de Recategorização e de Dupla Identidade.

Nessa obra de referência, incontornável para a compreensão de fenómenos ligados ao desenvolvimento humano, em que o da redução do preconceito étnico naturalmente se inclui, o autor defende uma leitura transversal e interligada dos cenários primários de desenvolvimento infantil – escola, família, grupo de pares –, a qual ajudaria a uma leitura mais integrada do problema (Monteiro, Rebelo, Castro, & Faísca, 1996) e ao desenho e implementação de programas de intervenção que incluiriam uma estreita relação entre estes cenários (Rebelo, Monteiro, & Santos, 1998).

A finalizar esta discussão, uma palavra sobre a importância que o território ocupa no entendimento de fenómenos como o da mitigação do risco de discriminação de base étnica a que estas jovens populações continuam a ser sujeitas. De facto, a transposição dos efeitos positivos da situação de contacto directo para duas situações de contacto não directo, como foi o caso do contexto escolar e, principalmente, do contexto residencial, leva-nos a considerar duas possibilidades interessantes. Em primeiro lugar, poderemos actuar “à distância”, ou seja, termos garantido que a intervenção directa sobre os indivíduos tem consequências que extravasam o *setting* experimental e a que essa transposição é, neste caso, sobretudo territorial, podendo actuar numa lógica de proximidade e saber que os benefícios dessa proximidade se estendem ao longo dos vários territórios percorridos por estas crianças, sejam elas de grupos minoritários sejam de grupos dominantes na sociedade em que se inscrevem.

Capítulo X

Discussão geral e conclusões

1. Objectivos principais

1.1 Objectivos gerais

O estudo das relações de cooperação e conflito entre grupos sociais conta com uma longa tradição entre as ciências sociais em geral, e na Psicologia Social em particular. Essas relações, marcadas por alguma tensão e desconforto, foram, no entanto, essencialmente analisadas em indivíduos adultos, conhecendo-se menos sobre o modo como elas se formam, se transmitem e se modificam noutras fases do desenvolvimento, nomeadamente, na infância.

O presente trabalho teve como objectivo geral compreender, no quadro dos modelos da Psicologia Social, as condições sociais e os processos cognitivos subjacentes à mitigação do risco de expressão de comportamentos de discriminação étnica e, mais especificamente, entender quais as estratégias sócio-cognitivas de gestão identitária mais eficazes para reduzir essa discriminação em diferentes contextos de contacto intergrupais.

Foi sobre esta temática que os estudos apresentados neste trabalho se debruçaram e é neste quadro que continuam a obter relevância as actuais controvérsias teóricas sobre as condições e os factores que favorecem a redução do preconceito étnico e a hostilidade entre grupos étnicos distintos.

O nosso interesse em abordar as formas de relacionamento inter-étnico que, na infância, estão associadas a relações intergrupais mais harmoniosas apoia-se numa lógica de mudança social. Assim, a par do estudo das relações intergrupais naquele estágio do desenvolvimento humano, tivemos a preocupação de conhecer estes fenómenos precocemente, de forma a se poder intervir antes que a discriminação e o preconceito étnico encontrem terreno fértil para a sua expressão, ou se preferirmos “antes que seja tarde”. Esta

ideia, presente ao longo dos vários estudos que integram este trabalho, remeteu-nos para a inegável importância da intervenção neste domínio. Especificamente, encaminha-nos para a importância da intervenção em contexto educativo, dado que a escola é, precisamente, um dos contextos onde o contacto entre crianças de diferentes origens culturais e étnicas é mais intensivo e prolongado, fazendo daquele contexto um cenário de excelência para o ensino e treino da tolerância e para a redução do preconceito inter-étnico ao longo de várias gerações (McKown, 2005).

1.2 Objectivos específicos

O objectivo principal do primeiro estudo foi comparar a eficácia de três modelos teóricos sobre a redução do preconceito, designadamente, o modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993), da Descategorização (Brewer & Miller, 1984) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000), em crianças de origem portuguesa e de origem africana, no qual manipulámos experimentalmente a igualdade estatutária entre os grupos, trabalhando com membros de cada grupo étnico a interagirem com outros membros do seu próprio grupo.

Como vimos anteriormente, a literatura neste domínio não esclarece integralmente o impacto da simetria/assimetria do estatuto dos grupos na redução do enviesamento intergrupar (Snider & Dovidio, 1996; cit. in Gaertner & Dovidio, 2000; Dovidio *et al.*, 1998; Nier *et al.*, 2001), principalmente quando os grupos em contacto são grupos minoritários e de baixo estatuto étnico. Na verdade, a maioria dos estudos que suportam empiricamente estes modelos de redução do enviesamento intergrupar trabalham com elementos do grupo maioritário (brancos) a interagirem com outros elementos do seu grupo ou com elementos de grupos minoritários e/ou de baixo estatuto. Neste sentido, pareceu-nos fundamental identificar a representação cognitiva do agregado mais eficaz para a redução do enviesamento intergrupar quando estão em interacção grupos de estatuto étnico equivalente, sendo o motivo principal o de mostrar que, desde que a simetria esteja assegurada, os fenómenos e os processos não divergem.

Para além deste objectivo, o primeiro estudo integrava, ainda, o teste aos processos de redução do enviesamento intergrupar subjacentes aos três modelos nunca anteriormente testados em crianças.

No segundo estudo, voltámos a manipular o contacto intergrupar, mas desta vez colocando crianças de origem portuguesa a interagirem com crianças de origem africana. Esta diferente manipulação do contacto entre os grupos baseia-se em dois argumentos: por um lado, a literatura tem vindo a demonstrar que as interacções entre grupos de desigual estatuto (real ou experimentalmente induzido) têm diferentes consequências na eficácia destes modelos (Descategorização, Identidade Endogrupal Comum e Dupla Identidade) e, por outro lado, interessou-nos testar a “resistência” destes modelos quando uma das condições óptimas de contacto (Allport, 1954) – a igualdade de estatuto – não é cumprida durante a interacção entre os grupos.

Neste sentido, colocámos ao segundo estudo um novo desafio: testar novamente a robustez das estratégias de redução do preconceito intergrupar, tentando reproduzir, num contexto controlado, as assimetrias que a sociedade produz na interacção entre grupos de diferentes estatutos, ao mesmo tempo que não se tornava saliente a distintividade entre o estatuto étnico dos grupos, como tantas vezes acontece nas interacções reais entre estes grupos.

Para além dos objectivos acima referidos, o segundo estudo integrava, ainda, o teste aos processos de redução do enviesamento intergrupar subjacentes aos três modelos, na medida em que os resultados não haviam sido suficientemente conclusivos.

O terceiro e último estudo deste trabalho retomou a questão do papel da assimetria de estatuto étnico dos grupos nas estratégias cognitivas de redução do enviesamento intergrupar, tornando agora saliente as pertenças étnicas dos participantes durante a interacção grupar, uma vez que no estudo anterior em contexto de assimetria, não foram encontrados resultados que distinguíssem, como esperado, as estratégias de recategorização e dupla identidade em função do estatuto étnico dos grupos. Assim, o primeiro objectivo foi

testar o papel moderador da assimetria estatutária na redução do enviesamento intergrupar, quando o estatuto dos grupos era relevante, estava na origem da categorização inicial e mantinha-se saliente durante a interacção.

O segundo objectivo deste estudo era voltar a testar os processos de redução do enviesamento intergrupar subjacentes a estes modelos de redução do preconceito, e em particular o referente ao modelo da Dupla Identidade, na medida em que os resultados dos dois primeiros estudos não possibilitaram esta ilustração.

O terceiro objectivo e último objectivo deste estudo foi testar a capacidade de generalização da redução do enviesamento intergrupar operada pelos três modelos. Assim, fomos simultaneamente testar a capacidade destes modelos na transposição das fronteiras do contacto intergrupar imediato (sessão) para outros contextos em que esse contacto persiste – generalização situacional, e ao exogrupo como um todo, ou seja, a extensão dos benefícios do contacto relativamente a membros do exogrupo que não se encontravam em interacção directa com os indivíduos (Pettigrew, 1998).

Como veremos, o tipo de generalização que nos propusemos estudar constitui um passo fundamental na tradução da investigação psicossocial em trabalho de terreno, de mitigação dos riscos sociais e psicológicos inerentes ao fenómeno da expressão de comportamentos de discriminação étnica em fases precoces do desenvolvimento humano.

Antes de prosseguirmos com a discussão geral dos resultados obtidos a propósito dos objectivos fixados para o teste aos modelos de redução do enviesamento intergrupar, uma breve nota sobre as crianças participantes nestes estudos. Como vimos, o corpo empírico desta tese envolveu a participação de 1004 crianças na concretização de todos os estudos (três estudos introdutórios e três estudos principais), revelando, por um lado, um esforço continuado na concretização dos objectivos do projecto de investigação, e por outro, a demonstração de que é possível conduzir metodologias experimentais em contextos naturais, onde as características dos grupos são adquiridas pela posição que estes ocupam na sociedade, ao invés de induzidas experimentalmente.

Nos pontos seguintes desta discussão geral, discorreremos a propósito das evidências empíricas obtidas no teste aos modelos da Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000) na eliminação do enviesamento intergrupual/favoritismo endogrupal, analisando as suas forças e fraquezas, e discutindo o desenvolvimento da investigação sobre os factores que marcam e determinam a redução do preconceito inter-étnico na infância.

2. Síntese dos principais resultados

2.1 Enviesamento intergrupual e favoritismo endogrupal

Um dos resultados mais salientes ao longo dos estudos foi a produção de um favoritismo endogrupal e, conseqüentemente, a produção de um enviesamento intergrupual significativo na condição de categorização (controlo) quando os grupos eram manipulados de forma a representarem-se como *Dois Grupos* durante a interacção. Este enviesamento intergrupual, encontrado nas medidas avaliativas de valência positiva (atributos Competente e Semelhante) e na medida comportamental (atribuição de recursos), esteve presente independentemente do estatuto étnico dos grupos (estudos 1 e 2) e em função dele, no estudo em que os grupos se encontravam a interagir em saliência de estatuto étnico.

Como mostrámos, os participantes que foram induzidos a representar o agregado, durante a interacção, como dois grupos separados, apresentaram maior nível de enviesamento intergrupual, manifestando atitudes e comportamentos menos favoráveis em relação aos membros do exogrupo (Brewer, 1979; Tajfel *et al.*, 1971; Tajfel & Turner, 1979).

Apesar da presença de um enviesamento intergrupual, percebemos também, ao longo dos vários estudos que integram este trabalho, que esse enviesamento foi mais conseguido à custa de uma avaliação mais positiva dos membros do próprio grupo do que de um claro desfavorecimento dos membros do exogrupo. Tal como Brewer (1979) também defende, “much ingroup bias and intergroup discrimination is motivated by preferential treatment of

ingroup members rather than direct hostility toward outgroup members” (p. 429).

Em síntese, a produção de enviesamento intergrupar, experimentalmente induzido na condição de categorização entre os grupos (Grupos Separados) foi um factor imprescindível para o teste aos modelos de redução do preconceito convocados para este trabalho, na medida em se não tivéssemos conseguido produzir esse enviesamento intergrupar não teríamos, conseqüentemente, demonstrado experimentalmente a sua redução.

2.2 A redução do enviesamento intergrupar e a generalização de atitudes positivas

A discussão sobre a redução do enviesamento intergrupar e a generalização dos efeitos positivos do contacto ao exogrupo como um todo foi organizada em torno do impacto obtido por cada um dos modelos teóricos convocados para este trabalho.

2.2.1 O modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984)

O modelo da Descategorização, ao longo deste trabalho operacionalizado pela representação cognitiva do agregado em *Indivíduos Separados*, obteve resultados significativos na redução do enviesamento intergrupar em todos os estudos desenvolvidos.

Como mostrámos, esta representação cognitiva do agregado levou os participantes de ambas as origens étnicas a evidenciarem um menor nível de enviesamento intergrupar em todas as configurações de interacção entre os grupos, ou seja, na situação de igualdade de estatuto étnico dos grupos (Estudo 1), na situação de desigualdade não saliente entre o estatuto étnico dos grupos (Estudo 2) e, finalmente, na situação de assimetria estatutária saliente (Estudo 3). A anulação da fronteira intergrupar e a indução de uma interacção personalizada entre os indivíduos (Brewer & Miller, 1984), com o conseqüente afastamento do self em relação aos membros do seu próprio grupo, constituiu-se como um processo cognitivo eficaz na redução do enviesamento intergrupar, apesar da menor recorrência destes resultados comparativamente aos da redução em si. Ainda assim, o processo de redução do enviesamento intergrupar operou-se de acordo com o esperado na medida de competência quando os grupos se encontravam em igualdade de estatuto étnico (Estudo 1), na medida de

semelhança quando os grupos se encontravam em assimetria de estatuto étnico não saliente (Estudo 2) e nas medidas de competência e de semelhança quando os grupos se encontravam em assimetria de estatuto étnico e essa assimetria era saliente durante a interacção (Estudo 3). Na generalidade, estes resultados mostraram que a redução do enviesamento intergrupar operada por esta representação cognitiva do agregado é conseguida através da diminuição da proximidade/atracção face aos membros do endogrupo inicial, enquanto as avaliações do exogrupo permaneceram estáveis (Gaertner *et al.*, 1989). Dito de outra forma, as crianças sob aquela representação cognitiva reduziram o enviesamento intergrupar porque perceberam os elementos do seu próprio grupo como menos competentes e menos semelhantes consigo próprias do que as crianças na condição de controlo ao avaliarem os membros do seu grupo original.

Para além dos resultados obtidos relativamente à redução e aos processos de redução do enviesamento intergrupar, vimos que através deste modelo, e ao contrário do esperado, foi possível estender os benefícios do contacto ao contexto escolar em duas das medidas dependentes (atributos *Competente* e *Semelhante*) e ao contexto residencial apenas numa das medidas (atributo *Semelhante*). Ao explorarmos o processo de generalização associado a este modelo, verificamos que os resultados obtidos são também consistentes na demonstração que a generalização é conseguida através da diminuição da avaliação do endogrupo (processo de redução do enviesamento intergrupar), e que essa redução da avaliação do endogrupo possui uma relação directa com a avaliação do endogrupo no contexto escolar e directa e indirecta com a avaliação daquele grupo no contexto residencial.

Face a estas evidências empíricas, é possível afirmar que este modelo potencia os efeitos positivos do contacto, transportando-os para contextos mais distantes, através da diluição das fronteiras grupais e, conseqüente, substituição por interacções personalizadas entre os membros dos grupos.

No entanto, apesar dos resultados positivos que este modelo fez sobressair, consideramos que a forma de reduzir o enviesamento intergrupar e de o generalizar é,

comparativamente aos modelos da Identidade Endogrupal Comum e da Dupla Identidade, menos adequado, na medida em que o que está em causa é um empobrecimento geral da qualidade da relação entre os grupos, crítica esta que já tinha sido feita ao modelo por Gaertner e Dovidio (2000). Assim, reduzir o enviesamento intergrupar sob esta representação cognitiva é sinónimo de uma diminuição da avaliação dos outros membros endogrupo, partindo do princípio que a avaliação do exogrupo é sempre menor do que a do endogrupo. Neste sentido, a estratégia cognitiva de Descategorização parece ser, comparativamente às demais, uma estratégia menos favorável à auto-estima e bem-estar dos grupos na resolução de fenómenos sócio-cognitivos como o da redução do preconceito inter-étnico na infância.

Apesar disso, seria insensato não atender aos seus efeitos positivos, dado que determinados elementos interpessoais na situação de contacto (ex. *self-disclosure*) podem ser combinados com factores intergrupais, de modo a aumentar a aceitação dos membros do exogrupo (Ensari & Miller, 2002). Neste sentido, ao invés de tomarmos as interações interpessoais e intergrupais como pólos opostos de uma mesma dimensão (Brown & Turner, 1981), deveríamos antes considerá-las como dimensões independentes (Deschamps, 1984; González & Brown, *in press*). Consequentemente, a investigação futura deveria explorar como é que a proximidade interpessoal se conjuga da melhor forma com factores que mantêm a diferenciação intergrupar, seja de forma sequencial ou simultânea (Bettencourt, Miller & Hume, 1999; Brown & Hewstone, 2005; Hewstone, 1996; Pettigrew, 1998) de modo a promover a redução do preconceito intergrupar.

2.2.2 O modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993)

Os resultados obtidos ao longo dos três estudos principais deste trabalho sustentam teórica e empiricamente os benefícios do modelo da Identidade Endogrupal Comum na redução do enviesamento intergrupar, e na extensão dos benefícios do contacto ao exogrupo como um todo nos contextos escolar e residencial nas diferentes configurações de interação

entre os grupos (simetria de estatuto étnico dos grupos, assimetria saliente e não saliente de estatuto étnico dos grupos). Adicionalmente, também o processo cognitivo de redução do enviesamento associado ao modelo foi, de uma forma geral, verificado.

Como vimos, a representação cognitiva do agregado em *Grupo Único* (recategorização) foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos participantes de ambas as origens étnicas quando estes se encontravam a interagir com membros do seu próprio grupo étnico (estudo 1) e quando se encontravam a interagir com membros do outro grupo étnico (situação de assimetria intergrupar não saliente – estudo 2). Porém, quando os grupos se encontravam em assimetria de estatuto étnico, e essa assimetria era saliente durante a interacção (estudo 3), verificámos que esta representação foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos membros dos grupos de baixo estatuto (crianças de origem africana) em relação aos membros dos grupos de elevado estatuto (medidas de Competência e de Semelhança). Por outro lado, verificámos que, simultaneamente, a estratégia cognitiva de Recategorização não se revelou eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos membros dos grupos de alto estatuto (crianças de origem portuguesa) relativamente aos membros de grupos de baixo estatuto (crianças de origem africana) contrariando, deste modo, as hipóteses avançadas sobre o impacto do estatuto étnico dos grupos na redução do enviesamento intergrupar (situação de contacto).

Tal como no modelo da Descategorização, os resultados obtidos sobre o processo de redução do enviesamento intergrupar mostraram-se mais frágeis (resultados significativos para uma medida dependente nos Estudos 1 e 2 e para duas medidas dependentes no Estudo 3) do que os sobre a redução propriamente dita. Apesar disso, de acordo com o esperado, verificámos que o enviesamento intergrupar foi reduzido através do aumento da proximidade/atração face aos membros do exogrupo inicial, enquanto as avaliações do endogrupo permaneceram inalteradas, ou seja, equivalentes às produzidas na condição de controlo. Mais especificamente, as crianças em cujos subgrupos originais as fronteiras foram diluídas e substituídas por uma nova concepção do agregado – Grupo Único – reduziram o

enviesamento intergrupar porque avaliaram os membros do exogrupo inicial como mais competentes e mais semelhantes consigo próprias do que as crianças na condição de controlo (categorização).

Os resultados sobre a capacidade deste modelo na extensão dos benefícios do contacto intergrupar ao exogrupo como um todo nos contextos escolar e residencial foram muito consistentes. Assim, tanto as crianças dos grupos de alto estatuto como de baixo estatuto étnico, que interagiram sob a representação de “Grupo Único”, apresentaram níveis de enviesamento intergrupar reduzido ao exogrupo como um todo nos contextos “escola” e “bairro”, comparativamente às crianças do grupo de controlo. É ainda de salientar que só as crianças nesta condição apresentaram níveis de enviesamento intergrupar reduzido em todas as medidas dependentes (atributos *Competente* e *Semelhante* e atribuição de recursos) relativamente ao exogrupo como um todo no contexto escolar.

Os resultados da exploração do processo de generalização, segundo este modelo, revelaram-se bastante consistentes. Como vimos em todas as medidas dependentes, encontramos uma relação directa entre a manipulação cognitiva do agregado e a avaliação do exogrupo na sessão, a qual, por sua vez, estabelece uma relação directa com a avaliação do exogrupo como um todo no contexto escolar. Também verificámos a existência de um efeito directo (medidas de competência e de semelhança) e indirecto da avaliação do exogrupo na sessão sobre a avaliação do exogrupo como um todo no contexto residencial. Este efeito indirecto indica que a forma como o exogrupo é avaliado no bairro é mediada pela avaliação que recebe no contexto escolar.

Em suma, podemos afirmar que o processo de generalização subjacente ao modelo da Identidade Endogrupal Comum se baseou na influência directa e indirecta que a avaliação do exogrupo presente na sessão tem sobre o exogrupo como um todo presente nos contextos escolar e residencial, sendo este resultado equivalente para os membros dos grupos de elevado estatuto étnico (crianças de origem portuguesa) e de baixo estatuto étnico (crianças de origem africana).

2.2.3 O modelo da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000)

Iniciaremos a discussão sobre o modelo da Dupla Identidade com uma citação de Gaertner e Dovidio (2000) que ilustra a “instabilidade” que encontramos nos resultados referentes a esta estratégia cognitiva ao longo dos dois primeiros estudos empíricos deste trabalho.

“A dual identity may potentially serve as an instigator of intergroup bias and discrimination as well as an effective strategy to ameliorate conflictual intergroup relations. The issue of when a dual identity representation is preferable to an undifferentiated, one group identity, is clearly a complex one that requires further inquiry and theoretical clarification” (idem, p. 168).

A modelo da Dupla Identidade, ou seja, a indução da pertença tanto à categoria supraordenada como aos subgrupos que a integram, revelou-se uma estratégia eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar na medida de competência, quando os grupos se encontravam a interagir em situação de simetria de estatuto étnico (Estudo 1). De facto, os níveis de enviesamento intergrupar produzidos pelas crianças a interagirem sob esta representação foram inferiores aos produzidos pelos participantes na condição de Categorização (controlo). No entanto, no estudo em que os grupos se encontravam em situação de assimetria de estatuto étnico não saliente (Estudo 2), ao contrário do que foi fixado pelas hipóteses, a representação cognitiva de dupla identidade não só não se mostrou eficaz a reduzir/eliminar o preconceito, como os níveis de enviesamento produzidos pelas crianças nesta condição assumiram valores equivalentes aos exibidos pelos participantes na condição de controlo (categorização). Assim, os resultados obtidos em torno deste modelo de redução do enviesamento intergrupar vão ao encontro do referido por Gaertner e Dovidio (2000) ao afirmarem que esta representação pode, nalguns casos, potenciar ou instigar o enviesamento intergrupar e a discriminação, sendo necessário identificar em que condições esta estratégia pode, de facto, mostrar-se eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar.

Se nos centrarmos nas condições que possibilitaram a eficácia desta estratégia, somente obtidas com suficiente clareza no estudo em que os grupos que se encontravam a

interagir possuíam diferentes estatutos étnicos e essa assimetria estava saliente durante a interacção, conseguimos identificar a condição fundamental para a sua eficácia: a diferenciação/complementaridade das tarefas. De facto, ao debruçarmo-nos sobre a literatura que tratou esta questão em detalhe nas crianças (Guerra *et al.*, 2004a; 2004b), a diferenciação/complementaridade das tarefas, ao contrário da semelhança, mostrou a eficácia desta representação na redução do enviesamento intergrupar. No entanto, este estudo não conseguiu demonstrar a particular eficácia na redução do enviesamento nos grupos de baixo estatuto. Assim, o que fica aqui demonstrado é a necessidade de a par com a complementaridade da tarefa, existir uma saliência do estatuto étnico dos grupos na interacção para conseguirmos diferenciar a eficácia das estratégias de Recategorização e Dupla Identidade em função do estatuto dos grupos.

Um outro resultado inesperado foi o que obtivemos com a representação de Dupla Identidade na redução do enviesamento intergrupar nos grupos de elevado estatuto étnico em relação aos alvos de baixo estatuto. Como vimos, ao contrário do esperado, as crianças dos grupos de elevado estatuto étnico que interagiram sob esta representação igualizaram as avaliações produzidas sobre o seu grupo e sobre as crianças de origem africana, reduzindo eficazmente o favoritismo endogrupal/enviesamento intergrupar. A surpresa deste resultado ficou a dever-se ao facto de a estratégia de Dupla Identidade estar especificamente identificada como eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos grupos de baixo estatuto o que, de acordo com Gaertner e Dovidio (2000), aconteceria na medida em que, ao manter intactas as fronteiras subgrupais, ou seja, ao assegurar identidades simultaneamente fortes em relação ao grupo étnico específico e à categoria inclusiva, esta representação estaria em melhores condições de obter uma eficácia mais significativa na produção de relações intergrupais mais harmoniosas nos grupos de baixo estatuto étnico.

Uma das explicações possíveis para a justificação da divergência encontrada entre os nossos resultados e os relatados nos testes empíricos ao modelo da Dupla Identidade com adultos foi a de que, para os membros de grupos de elevado estatuto étnico, a estratégia da

Dupla Identidade, ao contrário da Recategorização, parece assegurar a preservação da identidade subgrupal ao mesmo tempo que permite a manutenção do estatuto de dominância do grupo na redução do enviesamento intergrupal relativamente aos alvos de baixo estatuto. Neste sentido, o que parece ser necessário para a redução do enviesamento intergrupal nestas crianças é a diferenciação étnica entre os grupos, ao mesmo tempo que partilham a categoria supraordenada (portugueses).

Um outro argumento para explicar este padrão de resultados é a longevidade das relações entre grupos etnicamente diferenciados. Assim, para que o enviesamento intergrupal seja reduzido em crianças de elevado estatuto é desejável que este grupo possa manter uma diferenciação étnica e é também desejável que essa diferenciação esteja saliente durante a interacção, seja por uma questão de defesa do estatuto dominante do seu grupo, seja por mostrarem alguma dificuldade em percepcionar os descendentes de imigrantes como elementos do grupo nacional (portugueses), seja por, efectivamente, preferirem estratégias de integração a estratégias de assimilação.

Muito embora estes resultados sugiram que os factores culturais e históricos podem desempenhar um papel moderador na eficácia deste modelo na redução do enviesamento intergrupal, eles ilustram bem que o estudo da especificidade e da adaptação destes modelos a sociedades distintas, constitui um ponto fundamental e incontornável na definição de intervenções de sucesso na redução do preconceito na infância (Aboud & Levy, 1999).

No que se refere ao processo de redução do enviesamento intergrupal operado pela representação cognitiva de Dupla Identidade, os resultados sugerem, ao contrário da hipótese avançada, que este processo foi semelhante ao subjacente à estratégia de Recategorização, ou seja, que o favoritismo endogrupal/enviesamento intergrupal foi reduzido através do aumento da proximidade/atracção dos participantes face aos membros do exogrupo inicial, enquanto as avaliações do endogrupo permaneciam inalteradas. De facto, era esperada uma diferença entre aquelas avaliações, ou seja, a avaliação do exogrupo na condição de dupla identidade para além de ser maior do que a produzida na condição de

controlo (categorização) deveria ser também menor do que a obtida na condição de recategorização. Logo, os resultados não confirmaram esta possibilidade. Em vez disso, mostraram que os dois processos de redução (recategorização e dupla identidade) se processaram de forma semelhante.

Independentemente do estatuto étnico dos grupos, a generalização de atitudes positivas face ao exogrupo, ou seja, os níveis de enviesamento intergrupar reduzido obtidos na situação de contacto directo entre crianças de origem portuguesa e de origem africana (sessão) foram, com sucesso, estendidos para o exogrupo como um todo nos contextos escolar e residencial. As excepções a este padrão de resultados verificaram-se na medida de atribuição de recursos (contexto residencial) e, tendencialmente, na medida de competência (contexto escolar).

Este resultado confirma parcialmente uma das hipóteses levantadas, a qual refere que a representação cognitiva de dupla identidade seria mais eficaz a generalizar atitudes positivas para outros contextos (ou tempos) diferentes dos da situação de contacto nos grupos de baixo estatuto étnico.

Tal como efectuado para os modelos da Descategorização e da Identidade Endogrupal Comum, procedemos à exploração do processo de generalização da redução do enviesamento intergrupar conseguido pelo modelo da Dupla Identidade. Os resultados obtidos revelaram uma excelente adequabilidade dos modelos de generalização em todas as medidas dependentes. Para além disso, mostraram que a generalização dos benefícios produzidos por este modelo se traduziu numa influência directa e significativa da representação cognitiva do agregado durante a interacção em “Dois Grupos numa Equipa” sobre a avaliação do exogrupo com quem interagiram directamente, bem como uma influência directa desta avaliação sobre a avaliação do exogrupo como um todo no contexto escolar. Uma das vias de generalização produzida por este modelo mostrou, ainda, uma influência directa desta avaliação sobre a avaliação do exogrupo como um todo no contexto residencial, para além de termos verificado a existência de uma influência directa da avaliação do exogrupo na sessão (contacto) sobre a

avaliação do exogrupo como um todo no contexto residencial em duas das medidas dependentes consideradas (atributos *Competente* e *Semelhante*). Também verificámos a existência de um efeito indirecto (todas as medidas) da avaliação do exogrupo na sessão sobre a avaliação do exogrupo como um todo no contexto residencial. Este efeito indirecto indica que a forma como o exogrupo é avaliado no bairro é mediada pela avaliação que recebe no contexto escolar.

Em síntese, e distanciando-nos por um momento do suporte empírico específico que cada um destes modelos recebeu ao longo deste trabalho, encontramos resultados que, ao invés de salientarem a eficácia de um modelo sobre um outro, nos fornecem uma outra perspectiva de análise: o da paridade e eventual complementaridade destes modelos na prossecução de um objectivo comum – a redução do enviesamento intergrupais. Neste sentido, é possível concluir que estes três modelos, de um modo geral, contribuem para a redução do preconceito entre grupos étnicos distintos, podendo inclusivamente pensar-se que possam vir a funcionar como facilitadores uns dos outros (Gaertner & Dovidio, 2000; Hewstone, 1996; Pettigrew, 1998).

Uma mais valia deste trabalho foi a de ter estudado a perspectiva dos dois grupos na redução do preconceito em contextos de interacção real entre maiorias-minorias, enriquecendo esta abordagem, tanto mais que a promoção de relações intergrupais adequadas e harmoniosas não pode escamotear estes dois olhares, correndo o risco de se tornar redutora, se não mesmo obsoleta, e incapaz de ilustrar a complexidade destas relações.

3. O que ainda não sabemos? Questões para a investigação futura

O último ponto desta discussão apresenta uma análise crítica da contribuição deste trabalho para a definição de novas direcções da investigação na área da redução do preconceito inter-étnico na infância. Organizámos essa discussão em dois pontos: 1) o que ainda não sabemos porque os estudos aqui desenvolvidos não permitiram dar resposta e, 2) o que ainda não sabemos, independentemente dos contributos deste trabalho e da literatura

nesta área.

Sobre o primeiro ponto, uma das interrogações que persiste refere-se à ilustração clara do processo de redução subjacente ao modelo da Dupla Identidade. Neste sentido, seria importante continuar a desenvolver investigação que melhor respondesse a esta questão, na medida em que este modelo, apesar de muito promissor, não tem tido um comportamento tão estável como se esperava na melhoria da qualidade das relações intergrupais.

Apesar de não directamente relacionada com os objectivos deste trabalho, surgiu uma outra questão referente ao modelo da Identidade Endogrupal Comum. Mais especificamente, considerou-se importante identificar os conteúdos associados à categoria supraordenada que o suporta, na medida em que esta categoria é comum aos dois modelos que melhor suporte empírico receberam ao longo dos estudos. A clarificação dos conteúdos inerentes a esta identidade específica seria extremamente facilitadora do trabalho de terreno que viesse a utilizar estes modelos na melhoria das relações entre grupos étnicos distintos.

Relativamente ao segundo ponto desta análise crítica – o que ainda não sabemos, independentemente dos contributos deste trabalho e da literatura nesta área – entendemos ser importante estudar três questões.

A primeira tem a ver com a estabilidade temporal destes modelos na extensão dos seus benefícios, ou seja, identificar o comportamento das três estratégias cognitivas de redução do enviesamento intergrupar ao longo do tempo em crianças desta faixa etária. Esta questão, ligada uma vez mais ao planeamento de uma intervenção de terreno, ajudaria a resolver o problema da duração temporal das intervenções, na medida em que informaria sobre o “tempo de vida útil” destas estratégias.

A segunda questão refere-se à abordagem recentemente referida na literatura sobre os modelos da Descategorização, da Identidade Endogrupal Comum e da Dupla Identidade, a qual aponta para uma complementaridade entre eles na perspectiva da redução do enviesamento intergrupar (Brown & Hewstone, 2005; Pettigrew, 1998; González & Brown, *in press*). Já como Pettigrew (1998) anunciava e como Brown e Hewstone (2005) voltam a

salientar, a visão de complementaridade entre estes modelos coloca-os numa perspectiva sequencial, na medida em que propõe que a promoção inicial de uma percepção individualizada (descategorização) facilitaria o desenvolvimento de atitudes mais favoráveis relativamente a outros membros do exogrupo, ao mesmo tempo que deixaria uma óptima oportunidade para a entrada dos benefícios das estratégias de recategorização, com (dupla identidade) ou sem (recategorização) saliência das fronteiras subgrupais.

4. O que sabemos? Contribuição dos estudos para a consolidação do conhecimento na área da redução do preconceito inter-étnico na infância

Os dois últimos pontos da discussão geral deste trabalho apresentam uma avaliação crítica da contribuição desta tese para o esclarecimento das perguntas e das polémicas que ainda persistem na área da redução do enviesamento intergrupais.

Quando iniciámos este trabalho de investigação, a literatura era ainda insuficiente e continuava a afirmar a necessidade de se continuar a desenvolver investigação nesta área, de forma a dar respostas cabais sobre os factores que marcam e determinam a melhoria das relações intergrupais e, mais especificamente, a redução do enviesamento intergrupais. À data, a literatura que suportava empiricamente os três modelos centrava-se, quase que exclusivamente, na produção de estudos com adultos em contextos controlados, pouco se sabendo sobre a aplicabilidade destes modelos a indivíduos noutras fases do desenvolvimento, nomeadamente na infância. Tratava-se, na altura, de essencialmente compreender em que condições os modelos funcionavam e em que condições isso não se verificava, pouco se sabendo sobre o seu comportamento com grupos reais em contexto natural, e menos ainda sobre a eficácia destes modelos na redução do enviesamento intergrupais durante a infância. A excepção à regra, era o estudo correlacional desenvolvido por Gaertner e colaboradores numa escola multi-étnica (1994; 1996), em que os autores demonstravam que as crianças do grupo de elevado estatuto étnico (americanos) que possuíam uma identificação elevada relativamente à categoria supraordenada (americano)

apresentavam menores nível de enviesamento intergrupar, enquanto que as crianças de grupos étnicos que possuíam uma elevada dupla identidade (Africano/Americano; Hispânico/Americano, etc.) apresentavam também menores níveis de enviesamento intergrupar.

Considerando as questões a que a literatura ainda não tinha respondido, bem como a nossa particular interrogação relativamente à possibilidade de adaptação destes modelos à infância, desenhámos o presente projecto de investigação. Globalmente, este trabalho tentou fornecer respostas mais precisas sobre os factores que moderam a eficácia dos modelos de Descategorização (Brewer & Miller, 1984), da Identidade Endogrupar Comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993) e da Dupla Identidade (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000) na redução do enviesamento intergrupar durante a infância.

De uma forma geral, os três modelos de redução do enviesamento intergrupar mostraram a sua eficácia na redução do enviesamento intergrupar em crianças de origem portuguesa (elevado estatuto) e em crianças de origem africana (baixo estatuto) com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos. Para além disso, verificámos que os processos segundo os quais o enviesamento intergrupar é reduzido variam de acordo com o definido pelos modelos, apesar de os resultados nesta área terem sido menos consistentes do que os encontrados sobre a redução. Verificámos também que, enquanto as interacções personalizadas (Brewer & Miller, 1984) se revelaram eficazes a reduzir o enviesamento intergrupar relativamente aos membros dos grupos presentes na situação de interacção, a criação de uma identidade endogrupar comum (Gaertner *et al.*, 1989; 1993) – promovendo ou não a saliência das identidades subgrupais (Brown & Hewstone, 2005; Gaertner & Dovidio, 2000; Hewstone & Brown, 1986), para além de terem sido eficazes a reduzir o enviesamento intergrupar na situação de contacto, possibilitaram a extensão desses benefícios ao exogrupo como um todo em contextos gradualmente mais distantes do grupo de referência e vêm ao encontro do já defendido por Allport (1954, p. 46): “While the national orbit is the largest circle of loyalty that almost children learn, there is no necessity

for the process to stop here”.

Assim, a demonstraco da capacidade de generalizao destes modelos na reduo do preconceito inter-étnico veio acrescentar-lhes uma componente scio-ecolgica raramente apontada na literatura (Ensari & Miller, 2003). Essa componente actua fundamentalmente na extenso dos benefcios do contacto para outros sistemas e estruturas sociais que influenciam o comportamento individual e dos grupos (McKown, 2005), o que nos permite pensar sobre a interveno num contexto social mais vasto. De facto, a possibilidade de se generalizarem atitudes positivas para grupos/participantes com quem no se interage directamente, para além de representar uma mais valia inegavelmente importante em matéria de interveno, remete-nos para a importncia vital da ligao entre os cenrios de desenvolvimento em que estas crianas participam (Bronfenbrenner, 1979) (famlia – escola; escola – bairro) na reduo e generalizao da reduo do preconceito na infncia. Neste sentido, a interligao entre microssistemas como a famlia, o grupo de pares e a escola e os macrossistemas revela-se como um aspecto fundamental no planeamento da interveno para a reduo do preconceito étnico, onde a teoria ecolgica serve como um enquadramento de fundo importante. Mais do que tentar suplantar ou mesmo invalidar vrias e distintas estratégias de reduo do preconceito, a perspectiva ecolgica teria a enorme vantagem de as adequar  realidade dos vrios contextos hipotéticos de interveno e de aumentar a sintonia entre os objectivos acadmicos e sociais do sistema educativo. Assim, o uso da teoria ecolgica no tratamento do preconceito étnico surge como uma boa promessa na capitalizao do sucesso das ciências sociais no combate a este persistente e intrusivo problema que é o do preconceito tnico.

Face ao exposto, encontramos-nos hoje numa posio mais privilegiada para a definio de linhas gerais na interveno educativa na mitigao do risco de expresso de comportamentos de discriminao étnica, comparativamente ao ponto de onde partimos aquando do incio deste trabalho. Neste sentido, arriscar-nos-amos a defender a necessidade de desenvolvimento de programas de interveno baseados nestas propostas que impliquem

a criação de uma categoria supraordenada inclusiva (identidade endogrupal comum), mas que deixem espaço para a manutenção da diferenciação subgrupal (dupla identidade) e para o desenvolvimento de interações personalizadas entre os indivíduos. Uma vez que as afiliações aos grupos são extremamente poderosas e emocionalmente significativas, parece então ser preferível criar condições para que os grupos mantenham a sua distintividade, num ambiente pluralístico e encorajador da tolerância e do respeito mútuo, antes que seja tarde.

Bibliografia

- Aboud, F. & Doyle, A. B. (1996). Does talk of race foster prejudice or tolerance in children?. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 28(3), 161-170.
- Aboud, F. E. (1988). *Children and Prejudice*. New York: Basil Blackwell.
- Aboud, F. E., & Levy, S. R. (1999). Are we ready to translate research into programs? *Journal of Social Issues*, 55(4), 621-626.
- Aboud, F. E., & Levy, S. R. (2000). Interventions to Reduce Prejudice and Discrimination in Children and Adolescents. In S. Oskamp (Ed). *Reducing Prejudice and Discrimination* (pp. 269-293). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Aboud, F.E. (2003). The formation of in-group favoritism and out-group prejudice in young children: Are they distinct attitudes? *Developmental Psychology*, 39(1), 48-60.
- Aboud, F.E., & Amato, M. (2001). Developmental and socialization influences on intergroup bias. In R. Brown & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Intergroup relations* (pp. 65-85). Oxford, England: Blackwell Publishers.
- Aboud, F.E., & Doyle, A.B. (1996). Parental and peer influences on children's racial attitudes. *International Journal of Intercultural Relations*, 20(3-4), 371-383.
- Allport, G. W. (1954) *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (2005). Estatísticas da Imigração. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Amiot, C. E., & Bourhis, R. Y. (2003). Discrimination and the Positive-Negative Asymmetry Effect: Ideological and Normative Processes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(5): 597-608.
- Amir, Y. (1969) Contact hypothesis in ethnic relations. *Psychological Bulletin*, 71, 319-342.
- Amir, Y. (1976). The role of intergroup contact in change of prejudice and ethnic relations. In P. Katz (Ed.), *Towards the elimination of racism* (pp. 245-308). New York: Pergamon.
- Anastasio, P., Bachman, B., Gaertner, S. & Dovidio, J. (1997). Categorization, recategorization and common ingroup identity. In Spears, Oakes, Ellemers & Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life*, (pp.236-256). Oxford: Blackwell Pubs.
- Aronson, E., & Patnoe, S. (1997). *The Jigsaw classroom*. New York: Longman.
- Bachman, B. A. (1993). *An intergroup model of organizational mergers*. Unpublished Ph.D. Dissertation, Department of Psychology, University of Delaware, Newark; DE.
- Bachman, B. A., & Gaertner, S. L. (1999). *An intergroup model of organizational mergers*.

Unpublished manuscript, Department of Psychology, Sienna College, Loudenville, NY.

- Bandura, A. (1979). *Social Learning Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Banker, B. S., & Gaertner, S. L. (1998). Achieving stepfamily harmony: An intergroup relations approach. *Journal of Family Psychology, 12*, 310-325.
- Bernal, M. E., Knight, G. P., Ocampo, K. A., Garza, C. A., & Cota, M. K. (1993). Development of Mexican-American identity. In M.E. Bernal & G.P. Knight (Eds.), *Ethnic identity: Formation and transmission among Hispanics and other minorities* (pp. 31-46). Albany, NY: State University of New York Press.
- Berry, J. W. (1984). Cultural relations in plural societies: Alternatives to segregation and their sociopsychological implications. In N. Miller & M. Brewer (Eds.), *Groups in contact: The psychology of desegregation* (pp. 11 – 27). New York: Academic Press.
- Berry, J. W. (1990). Psychology of acculturation. In J. Berman (Ed.), *Cross-cultural perspectives* (Nebraska Symposium on Motivation, Vol. 37, pp. 201 – 234). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Bettencourt, B. A. & Dorr, N. (1998). Cooperative interaction and intergroup bias: Effects of numerical representation and cross-cut role assignment. *Personality and Social Psychology Bulletin, 24*(12), 1276-1293.
- Bettencourt, B. A., Brewer, M. B., Croak, M. R. & Miller, N. (1992). Cooperation and the reduction of intergroup bias: The role of reward structure and social orientation. *Journal of Experimental Social Psychology, 28*(4), 301-319.
- Bettencourt, B. A., Miller, N., & Hume, D. (1999). Cooperative interaction among numerical minority and majority groups: Mediators of bias among numerical minorities. *British Journal of Social Psychology, 38*, 265-267.
- Bigler, R. S. (1995). The role of classification skill in moderating environmental influences on children's gender stereotyping: A study of the functional use of gender in the classroom. *Child Development, 66*, 1072–1087.
- Bigler, R. S., Jones, L. C., & Lobliner, D. B. (1997). Social categorization and the formation of intergroup attitudes in children. *Child Development, 68*, 530–543.
- Bobo, L. (1999). Prejudice as group position: Micro-foundations of a sociological approach to racism and race relations. *Journal of Social Issues, 55*(3), 445-472.
- Bourhis, R. Y., Moïse, L. C., Perreault, S., & Sénécal, S. (1997). Towards an interactive acculturation model: a social psychological approach. *International Journal of Psychology, 32*(6), 369-386.
- Brewer, M. B. & Miller, N. (1984). Beyond the contact hypothesis: Theoretical perspectives on desegregation. In N. Miller & M. B. Brewer (Eds.), *Groups in contact: The psychology of desegregation* (pp. 281-302). New York: Academic Press.
- Brewer, M. B. (1979). Ingroup bias in the minimal intergroup situation: A cognitive-motivational analysis. *Psychological Bulletin, 86*, 307-324.

- Brewer, M. B. (1991). The social self: On being the same and different at the same time. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17, 475-482.
- Brewer, M. B. (1999) The psychology of prejudice: ingroup love or outgroup hate. *Journal of Social Issues*, 55(3), 429-444.
- Brewer, M. B. (2003). Intergroup relations. Philadelphia, PA: Open University Press.
- Brewer, M. B., & Gaertner, S. L. (2001). Toward Reduction of Prejudice: Intergroup Contact and Social Categorization. In R. Brown & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Intergroup Processes* (pp. 451 – 476). Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers Inc.
- Brewer, M. B., Manzi, J. M., & Shaw, J. S. (1993). In-group identification as a function of depersonalization, distinctiveness, and status. *Psychological Science*, 4, 88-92.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by natural and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Brown, R. J., & Hewstone, M. (2005). An integrative theory of intergroup contact. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 37, pp. 255-343). New York: Elsevier.
- Brown, R., & Turner, J. C. (1981). Interpersonal and intergroup behavior. J. C. Turner & H. Giles (Eds.), *Intergroup behavior* (pp. 33–64). Chicago: University of Chicago Press.
- Brown, R., & Wade, G. (1987). Superordinate goals and intergroup behaviour: the effect of role ambiguity and status on intergroup attitudes and task performance. *European Journal of Social Psychology*, 17, 131-142.
- Brown, R., Vivian, J., & Hewstone, M. (1999) Changing attitudes through intergroup contact: the effects of group membership salience. *European Journal of Social Psychology*, 29, 741-764.
- Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modelling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Cameron, J.A., Alvarez, J.M., Ruble, D.N., Fuligni, A.J. (2001). Children's lay theories about ingroups and outgroups: Reconceptualizing research on "prejudice." *Personality and Social Psychology Review*, 5, 118-128.
- Campbell, D. T. (1965). Ethnocentric and other altruistic motives. In D. Levine (Ed.), *Nebraska symposium on motivation* (Vol. 18, pp. 179-236). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Clark, K. B., & Clark, M. P. (1947). Racial identification and preference in Negro children. In T. M. Newcomb and E. L. Hartley (Eds.), *Readings in social psychology* (pp. 169-178). New York: Holt.

- Cohen, E., & Roper, S. (1972). Modification of interracial interaction disability: An application of status characteristics theory. *American Sociological Review*, 36, 643-657.
- Cook, S. W. (1978). Interpersonal and attitudinal outcomes in cooperating interracial groups. *Journal of Research and Development in Education*, 12, 97-113.
- Cook, S. W. (1984). Cooperative interaction in multiethnic contexts. In N. Miller & M. B. Brewer (Eds.), *Groups in contact: The psychology of desegregation* (pp. 291-302). Orlando, FL: Academic Press.
- Cook, S. W. (1985). Experimenting on social issues: The case of school desegregation. *American Psychologist*, 40, 452-460.
- Davey, A. (1983). *Learning to be prejudiced*. London: Edward Arnold.
- Deschamps, J. C., & Brown, R. (1983). Superordinate goals and intergroup conflict. *British Journal of Social Psychology*, 22, 189-195.
- Deschamps, J. C., & Doise, W. (1978). Crossedcategory membership in intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups* (pp. 141-158). London: Academic Press.
- Deschamps, J.-C. (1984). The social psychology of intergroup relations and categorical differentiation. In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension* (vol. 2), pp. 541-559). Cambridge : Cambridge University Press.
- Desforges, D. M., Lord, C. G., Ramsey, S. L., Mason, J. A., Van Leeuwen, M. D., West, S. C., & Lepper, M. R. (1991) Effects of structured comparative contact on changing negative attitudes toward stigmatised social groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60 (4), 531-544.
- Doosje, B., Ellemers, N., & Spears, R. (1995). Perceived intragroup variability as a function of group status and identification. *Journal of Experimental Social Psychology*, 31, 410-436.
- Dovidio, J. F. (2001). On the nature of contemporary prejudice. The third wave. *Journal of Social Issues*, 57(4), 829-849.
- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., & Validzic, A. (1998). Intergroup bias: Status, differentiation, and a common in-group identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(1), 109-120.
- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., Isen, A. M., & Lowrance, R. (1995). Group representations and intergroup bias: Positive affect, similarity, and group size. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21(8), 856-865.
- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., Isen, A. M., Rust, M., & Guerra, P. (1998). Positive affect, cognition, and the reduction of intergroup bias. In C. Sedikides, J. Schopler & C. A. Insko (Eds.), *Intergroup cognition and intergroup behavior*, (pp. 337 - 366). London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., Niemann, Y. F., & Snider, K. (2001). Racial, ethnic, and cultural differences in responding to distinctiveness and discrimination on campus:

- Stigma and common group identity. *Journal of Social Issues*, 57, 167-188.
- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., Validzic, A., Matoka, K., & Johnson, B. (1997). Extending the benefits of recategorization: Evaluations, self-disclosure, and helping. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 401-420.
- Dovidio, J. F., Glick, P. & Rudman, L. A. (2005). Introduction: Reflecting on the nature of prejudice: Fifty years after Allport. In J. F. Dovidio, P. Glick, & L. A. Rudman (Eds.), *On the nature of prejudice – Fifty years after Allport* (pp. 1-16). Malden, USA: Blackwell Publishing Ltd.
- Eagly, A. H., & Dieckman, A. B. (2005). What is the Problem? Prejudice as an Attitude-in-Context. In J. F. Dovidio, P. Glick, & L. A. Rudman (Eds.), *On the nature of prejudice – Fifty years after Allport* (pp. 19-35). Malden, USA: Blackwell Publishing Ltd.
- Edwards, K. J. (1984). *The effect of category salience and numerical status on intragroup and intergroup perceptions and evaluative attitudes*. Unpublished dissertation. University of Southern California.
- Ellemers, N., Doosje, B. J., van Knippenberg, A., & Wilke, H. (1992). Status protection in high status minority groups. *European Journal of Social Psychology*, 22, 123–140.
- Eller, A. & Abrams, D. (2004). Come together: Longitudinal comparisons of Pettigrew's reformulated intergroup contact model and the Common Ingroup Identity Model in Anglo-French and Mexican-American contexts. *European Journal of Social Psychology*, 34(3), 229-256.
- Eller, A. & Abrams, D. (2006). A people's Entente Cordiale? The role of implicit attitude in the relationship between English-French contact, levels of categorization and explicit intergroup attitudes. *Current Research in Social Psychology*, 11(7), 92-110.
- Ensari, N. & Miller, N. (2003). The out-group must not be so bad after all: The effects of disclosure, typicality, and salience on intergroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83(2), 313–329.
- Ensari, N., & Miller, N. (2001) Decategorization and the reduction of bias in the crossed categorization paradigm. *European Journal of Social Psychology*, 31, 193-216.
- Ensari, N., & Miller, N. (2002). The Out-Group Must Not Be So Bad After All: The Effects of Disclosure, Typicality, and Salience on Intergroup Bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83(2), 313–329.
- Esses, V. M., Haddock, G., & Zanna, M. (1993). Values, stereotypes, and emotions as determinants of intergroup attitudes. In D. M. Mackie & D. Hamilton (Eds.) *Affect, Cognition, and Stereotyping*, (pp. 137-166). New York: Academic Press.
- Fiske, S. T., & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 23, pp. 1 – 74). Orlando, FL: Academic Press.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). Prejudice, discrimination, and racism: Problems, progress and promise. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, Discrimination and Racism*. (pp. 315-332). Orlando, FL: Academic Press.

- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (2000). *Reducing intergroup bias: The common ingroup identity Model*. Philadelphia, PA: Psychology Press.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (2005). Categorization, Recategorization, and Intergroup Bias. In John F. Dovidio, Peter Glick, and Laurie A. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice – Fifty Years after Allport* (pp. 71-88). Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., & Bachman, B. A. (1996). Revisiting the Contact Hypothesis: The induction of a common ingroup identity. *International Journal of Intercultural Relations*, 20(3 & 4), 271-290.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, P. A., Bachman, B. A. & Rust, M. C. (1993). The common ingroup identity model: Recategorization and the reduction of intergroup bias. *European Review of Social Psychology*, 4, 1-26.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Banker, B. S., Houlette, M., Johnson, K. M., & McGlynn, E. A. (2000). Reducing intergroup conflict: From superordinate goals to decategorization, recategorization and mutual differentiation. *Group Dynamics: Theory, Research and Practice*, 4(1), 98-114.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Guerra, R., Rebelo, M., Monteiro, M. B., Riek, B. M., Houlette, M. A. (in press). The Common Ingroup Identity Model: Applications to Children and Adults. In M. Killen and S. Levy (Eds.), *Intergroup Relations: An Integrative Developmental and Social Psychological Perspective*. Psychology Press.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Rust, M. C., Nier, J. A., Banker, B. S., Ward, C. M., Mottola, G. R. & Houlette, M. (1999). Reducing intergroup bias: Elements of intergroup cooperation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(3), 388-402.
- Gaertner, S. L., Mann, J. A., Dovidio, J. F., Murrell, A. J. & Pomare, M. (1990). How does cooperation reduce intergroup bias? *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(4), 692-704.
- Gaertner, S. L., Mann, J. A., Murrell, A. J. & Dovidio, J. F. (1989). Reducing intergroup bias: The benefits of recategorization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(2), 239-249.
- Gaertner, S. L., Rust, M. C. Dovidio, J. F., Bachman, B. A. & Anastasio, P. A. (1994). The contact hypothesis: The role of a common ingroup identity on reducing intergroup bias. *Small Group Research*, 25(2), 224-249.
- Gaertner, S. L., Rust, M. C., Dovidio, J. F., Bachman, B. A., & Anastasio, P. A. (1996). The Contact Hypothesis: The role of a common ingroup identity on reducing intergroup bias among majority and minority group members. In J. L. Nye & A. M. Brower (Eds.), *What's social about social cognition?* (pp. 230-360). Newbury Park, CA: Sage.
- González, R. & Brown, R. (2003). Generalization of positive attitude as a function of subgroup and superordinate group identifications in intergroup contact. *European Journal of Social Psychology*, 33, 195-214.
- González, R. & Brown, R. (in press). Dual Identities in intergroup contact: Group status and size moderate the generalization of positive attitude change. *Journal of Experimental Social Psychology*.

- Guerra, R., Rebelo, M., & Monteiro, M. B. (2004a). *Changing intergroup relations: Effects of Recategorization, Decategorization and Dual Identity in the reduction of intergroup discrimination*. Paper presented at 7th Jena Workshop on Intergroup Processes. Jena, Germany.
- Guerra, R., Rebelo, M., & Monteiro, M. B. (2004b). *Prejudice reduction in inter-ethnic relations: The Dual Identity Model*. Poster presented at the XVIIIth International Congress of Psychology. Beijing, China.
- Guerra, R., Rebelo, M., Monteiro, M. B., & Gaertner, S. L. (2005). *How does dual identity cognitive representation work? The role of ethnic identity and status legitimacy on the generalization of positive intergroup attitudes*. Paper presented at the XIVth General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology. Wurzburg, Germany.
- Harrington, H. J. (1988). *The Effects of Personal Contact on Intergroup Relations*. Unpublished dissertation, University of Southern California, Los Angeles.
- Hewstone, M. & Brown, R. J. (1986). Contact is not enough: an intergroup perspective on the contact hypothesis. In M. Hewstone and R. Brown (Eds.), *Contact and conflict in intergroup encounters*, Oxford: Basil Blackwell.
- Hewstone, M. (1996). Contact and categorization: Social psychological interventions to change intergroup relations. In C. N. Macrae, C. Stangor & M. Hewstone (Eds.), *Stereotypes and stereotyping*, (pp. 323-367). London: The Guilford Press.
- Hewstone, M., Rubin, M., & Willis, H. (2002). Intergroup bias. *Annual Review of Psychology*, 53, 575 – 604.
- Hogg, M. A., & Abrams, D. (1993). Towards a single-process uncertainty-reduction model of social motivation in groups. In M. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Group motivation: Social psychological perspectives* (pp. 173-190). London: Harvester Wheatsheaf.
- Hornsey, M. J., & Hogg, M. A. (2000). Subgroup relations: A comparison of the mutual intergroup differentiation and common ingroup identity models of prejudice reduction. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 242 – 256.
- Horwitz, E. L. (1936). The development of attitudes toward the Negro. *Archives of Psychology*, 194, New York.
- Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cut-off criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modelling*, 6, 1-55.
- Huo, Y. J., Smith, H. H., Tyler, T. R., & Lind, A. E. (1996). Superordinate identification, subgroup identification, and justice concerns: Is separatism the problem? Is assimilation the answer? *Psychological Science*, 7, 40–45.
- Hutnik, N. (1991). *Ethnic minority identity: a social psychological perspective*. Oxford: Clarendon Press.
- Jahoda, G., & Thompson, S. S. (1970). *Ethnic Identity and Preference among Pakistani Immigrant Children in Glasgow*. University of Strathclyde.

- Jahoda, G. (1963). The development of children's ideas about country and natinality. *British Journal of Educational Psychology*, 33, 47-60.
- Jetten, J., Summerville, M., Hornsey, M. J., & Mewse, A. J. (2005). When differences matter: Intergroup distinctiveness and the evaluation of impostors. *European Journal of Social Psychology*, 35, 609-620.
- Johnson, D. W., & Johnson, F. P. (1975). *Joining together: Group theory and group skills*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Judd, C. M. and McClelland, G.H. (1989). *Data Analysis: A Model-Comparison Approach*. San Diego, CA: Harcourt Brace Jovanovich.
- Judd, C. M., Park, B., Yzerbyt, V., Gordijn, E. H., & Muller, D. (2005). Attributions of intergroup bias and outgroup homogeneity to ingroup and outgroup others. *European Journal of Social Psychology*, 35, 677-704.
- Kafati, G. (1999). *Assessing the intergroup climate at Colgate University*. Unpublished manuscript, Department of Psychology, Colgate University, Hamilton, NY.
- Kelly, D. J., Quinn, P. C., Slater, A. M., Lee, K., Gibson, A., Smith, M., Ge, L., & Pascalis, O. (in press). Three-month-olds, but not newborns, prefer own-race faces. *Developmental Science*.
- Killen, M., Margie, N.G., & Sinno, S. (2006). Morality in the context of intergroup relationships. In M. Killen & J. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development*. (pp. 155-183). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Killen, M., McGlothlin, H., & Lee-Kim, J. (2002). Between individuals and culture: Individuals' evaluations of exclusion from social groups. In H. Keller, Y. Poortinga, & A. Schoelmerich (Eds.), *Between biology and culture: Perspectives on ontogenetic development*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- LaFromboise, T., Coleman, H. L., & Gerton, J. (1993). Psychological impact of biculturalism: Evidence and theory. *Psychological Bulletin*, 114, 395-412.
- Levine, J. M., & Campbell, D. T. (1972). *Ethnocentrism: Theories of conflict, ethnic attitudes and group behavior*. New York: Wiley.
- Lima, M. E. O. (2002). *Normas Sociais e Racismo: Efeitos do Individualismo Meritocrático e do Igualitarismo na Infra-Humanização dos Negros*. Tese de Doutorado em Psicologia Social e das Organizações. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Lochman, J. E., Burch, P. R., Curry, J. F., & Lampron, L. B. (1984). Treatment and generalization effects of cognitive-behavioral and goal-setting interventions with aggressive boys. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 915-916.
- Machado, F. L. (2001). *População africana em Portugal: um mosaico social e cultural*. Anuário de Relações Exteriores – Janus 2003. Lisboa, Observatório de Relações Exteriores - Universidade Autónoma de Lisboa.
- Malheiros, J. M. (2003). *Velhas e novas geografias da imigração em Portugal*. Anuário de Relações Exteriores – Janus 2003. Lisboa, Observatório de Relações Exteriores -

Universidade Autónoma de Lisboa.

- Marcus-Newhall, A. (1988). *Cross-cutting role assignment: A means of reducing intergroup discrimination*. Unpublished manuscript. University of Southern California.
- Marcus-Newhall, A., Miller, N. Holtz, R., & Brewer, M. B. (1993). Cross-cutting category membership with role assignment: A means of reducing intergroup bias. *British Journal of Social Psychology*, 32, 125-146.
- Margie, N.G., Killen, M., Sinno, S., & McGlothlin, H. (2005). Minority children's intergroup attitudes about peer relationships. *British Journal of Developmental Psychology*, 23(2), 251-270.
- Marinho, C. (2005). *Racismo e infra-humanização na infância* (Racism and infra-humanization in childhood). Master dissertation in Social Psychology. Lisboa: ISCTE.
- McKnown, C. (2005). Applying Ecological Theory to Advance the Science and Practice of School-Based Prejudice Reduction Interventions. *Educational Psychologist*, 40(3), 177 – 189.
- Micceri, T. (1989). The unicorn, the normal curve, and other improbable creatures. *Psychological Bulletin*, 105: 156-166.
- Miller, N. & Davidson-Podgorny, G. (1987). Theoretical models of intergroup relations and the use of cooperative teams as an intervention for desegregated settings. In C. Hendrick (Ed.), *Group processes and intergroup relations* (pp. 13-40). Beverly Hills, CA: Sage.
- Miller, N. & Harrington, H. J. (1990). A model of social category salience for intergroup relations: Empirical tests of relevant variables. In P. Drenth, J. Sergeant & R. Takens (Eds.), *European perspectives in psychology, vol. 3*, (pp. 205-220). Chichester, UK: Willey.
- Miller, N., & Harrington, H. J. (1992). Social categorization and intergroup acceptance: Principles for the design and development of cooperative learning teams. In R. Hertz-Lazarowitz & N. Miller (Eds.), *Interaction in Cooperative Groups: The Theoretical Anatomy of Group Learning* (pp. 203-227). New York: Cambridge University Press.
- Miller, N., Brewer, M. B., & Edwards, K. (1985). Cooperative interaction in desegregated settings: A laboratory analogue. *Journal of Social Issues*, 41(3), 63 – 79.
- Monteiro, M. B. (1993). Conflito e cooperação nas relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia Social* (pp. 309-352). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Monteiro, M. B., Guerra, R. & Rebelo, M. (in press). Reducing prejudice: Common Ingroup and Dual Identity in unequal status intergroup encounters. In S. Demoulin, J.-P. Leyens, & J. F. Dovidio (Eds.) *Intergroup misunderstandings: Impact of divergent social realities*. London, UK: Psychology Press
- Monteiro, M. B., Rebelo, M., Castro, P., & Faisca, L. (1996). *Crianças em risco: Abordagem longitudinal dos cenários de desenvolvimento e da resposta escolar de crianças de áreas degradadas da cidade de Lisboa (ano IV)*. ITECS 29, Lisboa: LNEC.

- Mottola, G. (1996). *The effects of relative group status on expectations of merger success*. Ph.D dissertation. University of Delaware. Newark, DE.
- Mullen, B., Brown, R. J., & Smith, C. (1992). Ingroup bias as a function of salience, relevance, and status: An integration. *European Journal of Social Psychology*, 22, 103-122.
- Mummendey, A., & Otten, S. (1998). Positive-negative asymmetry in social discrimination. In M. Hewstone & W. Stroebe (Eds.), *European review of social psychology* (Vol. 9, pp. 107-143). Chichester, UK: Wiley.
- Mummendey, A., Simon, B., Dietze, C., Gruenert, M., Haeger, G., Kessler, S., Lettgen, S., & Schaeferhoff, S. (1992). Categorization is Not Enough: Intergroup Discrimination in Negative Outcome Allocation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 28, 125-144.
- Nesdale, D. & Flesser, D. (2001). Social Identity and the Development of Children's Group Attitudes. *Child Development*, 72(2): 506 – 517.
- Nesdale, D. (1999). Social identity and ethnic prejudice in children. In P. Martin, & W. Noble (Eds.), *Psychology and society* (pp. 92-110). Brisbane, Queensland: Australian Academic Press.
- Nesdale, D. (2001). The development of prejudice in children. In M. A. Augoustinos, & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding prejudice, racism, and social conflict* (pp. 57-73). London: Sage.
- Nesdale, D., Durkin, K., Maass, A., & Griffiths, J. (2004). Group status, outgroup ethnicity and children's ethnic attitudes. *Applied Developmental Psychology* 25, 237 – 251.
- Nier, J. A.; Gaertner, S. L.; Dovidio, J. F.; Banker, B. S.; Ward, C. M. & Rust, M. C. (2001). Changing Interracial Evaluations and Behavior: The Effects of a Common Group Identity. *Group Processes and Intergroup Relations*, 4(4): 299 – 316.
- Orr, J. M., Sackett, P. R., & DuBois, C. L. Z. (1991). Outlier detection and treatment in I/O psychology: A survey of researcher beliefs and an empirical illustration. *Personnel Psychology*, 44: 473- 486.
- Osborne, J. W. (2002). *Normalizing Data Transformations*. ERIC Digest: ERIC Clearinghouse on Assessment and Evaluation College Park MD. Retrieved from <http://www.ericdigests.org/2003-3/data.htm>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. (2000). *Análise de dados para ciências sociais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pettigrew, T. F. (1958). Personality and sociocultural factors in intergroup attitudes: A cross-national comparison. *Journal of Conflict Resolution*, 2, 29-42.
- Pettigrew, T. F. (1971). *Racially separate or together?*. New York: McGraw-Hill.
- Pettigrew, T. F. (1998). Intergroup contact theory. *Annual Review of Psychology*, 49, 65-85.
- Pettigrew, T. F. (2004). Justice deferred: A half century after Brown v. Board of Education. *American Psychologist*, 59(6), 521-529.

- Piaget, J. (1951). *The origins of intelligence in children*. New York: W.W. Norton & Co.
- Piaget, J., & A. Weil (1951). The Development in Children of the Idea of the Homeland and of Relations with Other Countries. *International Social Science Bulletin*, 3, 561-578.
- Rabbie, J. N., & Horwitz, M. (1969). Arousal of ingroup-outgroup bias by a chance win or loss. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13, 269-277.
- Rabin, I. (1985). *The effect of external status characteristics on intergroup acceptance*. Unpublished dissertation. University of Southern California.
- Rebelo, M. & Pereira, A. P. (2002). Trajectórias identitárias das populações africana e cigana nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Observatório de Relações Exteriores – Universidade Autónoma de Lisboa.
- Rebelo, M., Guerra, R. & Monteiro, M. B. (2005). *Generalizing positive intergroup relations in realistic settings: A comparison among recategorization, decategorization and dual identity models*. Paper presented at the XIVth General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology. Wurzburg, Germany.
- Rebelo, M., Matias, C. & Monteiro, M. B. (2002). Recategorization and decategorization effects on reduction of intergroup bias: A child development perspective in equal and unequal status interactions. *Psicologia*, XVI (2), 351-386.
- Rebelo, M., Monteiro, M. B., & Santos, A. F. (1998). *Crianças em risco: Programa de prevenção do insucesso escolar num contexto socio-ecológico desfavorecido*. ITECS 31, Lisboa: LNEC.
- Rich, Y., Kedem, P. & Shlesinger, A. (1995). Enhancing intergroup relations among children: A field test of the Miller-Brewer Model. *International Journal of Intercultural Relations*, 19(4), 539-553.
- Rogers, M. R. (1982). *The effect of interteam reward structure on intragroup and intergroup perceptions and evaluative attitudes*. Unpublished dissertation. University of South California.
- Rosenfield, D., & Stephan, W. G. (1981). Intergroup relations among children. In S. S. Brehm, & S. Kassin (Eds.), *Developmental social psychology* (pp. 271–297). New York: Oxford University Press.
- Rothbart, M., & John, O.P. (1985). Social categorization and behavioral episodes: A cognitive analysis of the effects of intergroup contact. *Journal of Social Issues*, 41(3), 81-104.
- Sachdev, I., & Bourhis, R. Y. (1991). Power and status differentials in minority and majority group relations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 1-24.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. (1961). *Intergroup conflict and cooperation: The Robbers Cave experiment*. Norman, OK: University of Oklahoma Book Exchange.
- Sherif, M. (1966) *Group conflict and co-operation: Their social psychology*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Siegelman, L., & Welch, S. (1993). The Contact Hypothesis Revisited: Black White Interaction

- and Positive Social Attitudes. *Social Forces*, 71(3): 781-95.
- Slavin, R. E. (1979). Effects of biracial learning teams on cross-racial friendships. *Journal of Educational Psychology*, 71, 381-387.
- Slavin, R. E. (1985). Cooperative learning: Applying contact theory to desegregated schools. *Journal of Social Issues*, 41(3), 45-62.
- Slavin, R. E. (1990). *Cooperative learning: Theory, research, and practice*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Slavin, R. E., & Madden, N. A. (1979). School practices that improve race relations. *American Educational Research Journal*, 16, 160-180.
- Smith, E. R., & Tyler, T. R. (1996). Justice and power: When will justice concerns encourage the advantage to support policies which redistribute economic resources and the disadvantaged to willingly obey the law?. *European Journal of Social Psychology*, 26, 171-200.
- Snider, K., & Dovidio, J. F. (1996). *A survey of the racial climate at Indiana State University*, Institutional Research and Testing, Indiana State University, Terra Haute, IN.
- Snyder, C. R., Lassegard, M. A., & Ford, C. E. (1986). Distancing after group success and failure: Basking in reflected glory and cutting off reflected failure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 382-388.
- Sobel, M. E. (1982). Asymptotic intervals for indirect effects in structural equations models. In S. Leinhardt (Ed.), *Sociological methodology* (pp. 290-312). San Francisco: Jossey-Bass.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la Psychologie Sociale*. Vol. I, Paris: Larousse.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-48). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour, pp: 7-24. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson.
- Tajfel, H. (1978a). *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations*. London: Academic Press.
- Tajfel, H. (1978b). *The social psychology of minorities*. London: London School of Economics, Minority Rights Group.
- Tajfel, H. (1982). (Ed). *Social identity and intergroup relations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-177.

- Tropp, L. R. & Pettigrew, T. F. (2005). Relationships between intergroup contact and prejudice among minority and majority status groups. *Psychological Science*, 16(12), 951-957.
- Turner, J. C. & Brown, R. J. (1978). Social status, cognitive alternatives, and intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups* (pp. 201-234). London: Academic Press.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e subtil em Portugal. In J. Vala (Org.), *Novos racismos* (New racisms). Lisboa: Celta Editora.
- Vala, J., Pereira, C., & Ramos, A. (no prelo). "Preconceito racial, percepção de ameaça e oposição à imigração". In J. Vala e A. Torres (Orgs.), *Atitudes, Valores e Estruturas Sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Van Oudenhoven, J. P., Groenwoud, J. T. & Hewstone, M. (1998). Cooperation, ethnic salience and generalization of interethnic attitudes. *European Journal of Social Psychology*, 26, 649 – 661.
- Vaughan, G., Tajfel, H., & Williams, J. A. (1981). Bias in reward allocation in an intergroup and an interpersonal context. *Social Psychology Quarterly*, 44, 37-42.
- Vivian, J. E., Hewstone, M., & Brown, R. J. (1997). Intergroup contact: Theoretical and empirical developments, R. Ben-Ari & Y. Rich (Eds.), *Enhancing education in heterogeneous schools*, Tel Aviv: Tel Aviv University Press.
- Weitlauf, J. C., Cervone, D., Smith, R. E., & Wright, P. M. (2001). Assessing generalization in perceived self-efficacy: Multi-domain and global assessments of the effects of self-defense training for women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 1683-1691.
- Wilder, D. A. (1981). Perceiving persons as a group: Categorization and intergroup relations. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 213-257). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Wilder, D. A. (1986). Social Categorization: Implications for creation and reduction of intergroup bias. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 19, pp. 293-355). Orlando, FL: Academic Press.
- Williams, J. E., & Morland, J. K. (1976). *Race, color, and the young child*. Chapel Hill: University of North Carolina.
- Yee, M. D., & Brown, R. (1992). Self evaluations and intergroup attitudes. *Child Development*, 63, 619-629.
- Yee, M. D., & Brown, R. (1994). The development of gender differentiation in young children. *British Journal of Social Psychology*, 33, 183-196.

ANEXOS

ANEXO 1: Instrumentos utilizados nos estudos introdutórios

Anexo 1A: Instrumento utilizado no Estudo A

Escola _____

Ano de escolaridade _____

O que é que achas que é necessário levar para uma ilha deserta para se conseguir viver durante alguns dias?

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

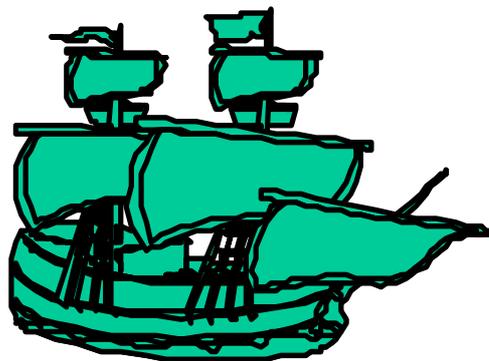
8. _____

9. _____

10. _____

Anexo 1B: Folha de registo de contagem de objectos (Estudo B e Estudo 1)

NOME: _____
IDADE: _____ ESCOLA: _____
PROFESSORA: _____



N.º de barcos: _____

Anexo 1C: Protocolos utilizados nos Estudo B e 1

(Protocolo utilizado para a condição de Categorização – versão feminina)

Nome: _____

Escola _____ **Professor(a):** _____

Acabaste agora mesmo de escolher, mais uma vez, as coisas que levavas no barco. Diz como é que fizeste o jogo desta vez.

**PARA RESPONDERES PÕE UMA CRUZ NO QUADRADO QUE
ESCOLHERES.
ESCOLHE SÓ UM QUADRADO**

nós as seis escolhemos em conjunto as coisas que queríamos levar no barco;

nós as três explicámos às outras três quais as coisas que queríamos levar no barco;

o nosso grupo de 3 meninas, em conjunto com o outro grupo de 3 meninas, escolheu as coisas que a nossa equipa de 6 meninas queria levar no barco;

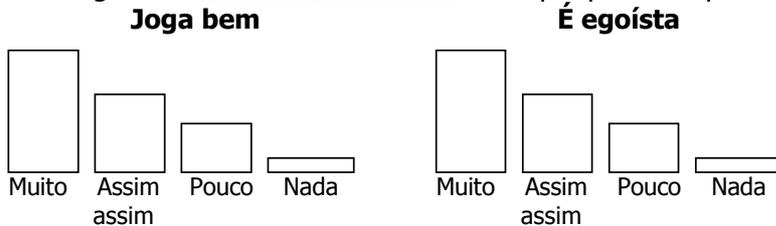
eu escolhi as coisas que queria levar no barco.

Pensa no que se passou nesta sala enquanto estiveram a fazer o jogo e diz como é que são as outras meninas.

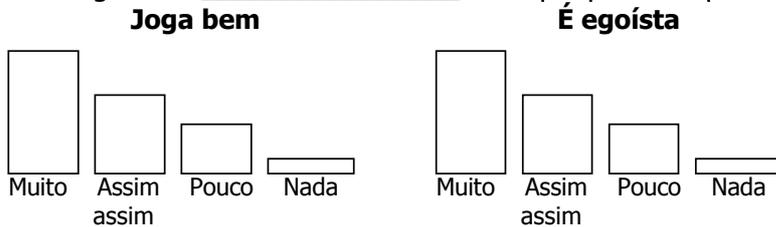
PARA RESPONDERES **PÕE UMA CRUZ NA BARRA QUE ESCOLHERES**

Pensa agora no grupo _____. [exogrupo]

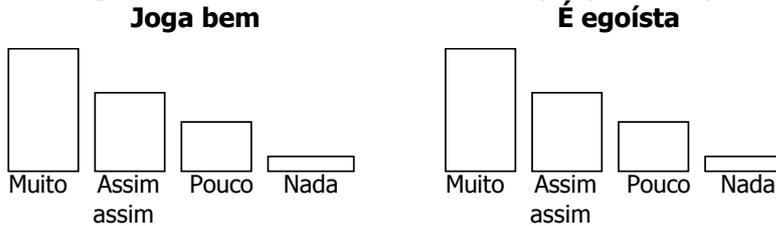
Pensa agora na _____. Até que ponto é que achas que ela ...



Pensa agora na _____. Até que ponto é que achas que ela ...

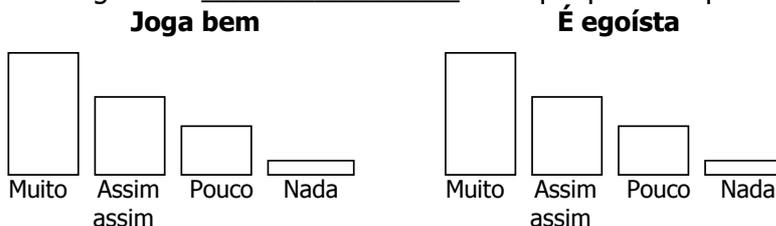


Pensa agora na _____. Até que ponto é que achas que ela ...

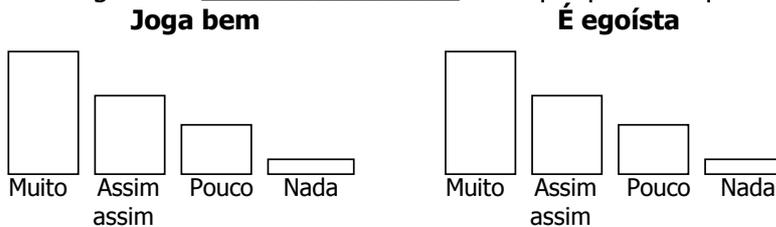


Pensa agora no grupo _____. [endogrupo]

Pensa agora na _____. Até que ponto é que achas que ela ...



Pensa agora na _____. Até que ponto é que achas que ela ...



Imagina que havia um prémio para dar às meninas que estiveram a jogar este jogo e que esse prémio eram lápis de cor especiais.

Quantos lápis de cor é que queres dar às meninas que estiveram aqui a fazer o jogo?

Pensa no grupo _____ . [endogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

Pensa no grupo _____ . [exogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

(Protocolo utilizado para a condição de Recategorização – versão feminina)

Nome: _____

Escola _____ **Professor(a):** _____

Acabaste agora mesmo de escolher, mais uma vez, as coisas que levavas no barco. Diz como é que fizeste o jogo desta vez.

**PARA RESPONDERES PÕE UMA CRUZ NO QUADRADO QUE ESCOLHERES.
ESCOLHE SÓ UM QUADRADO**

nós as seis escolhemos em conjunto as coisas que queríamos levar no barco;

nós as três explicámos às outras três quais as coisas que queríamos levar no barco;

o nosso grupo de 3 meninas, em conjunto com o outro grupo de 3 meninas, escolheu as coisas que a nossa equipa de 6 meninas queria levar no barco;

eu escolhi as coisas que queria levar no barco.

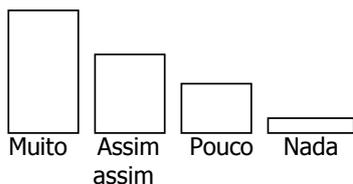
Pensa no que se passou nesta sala enquanto estiveram a fazer o jogo e diz agora como é que são as outras meninas.

PARA RESPONDERES **PÕE UMA CRUZ NA BARRA QUE ESCOLHERES**

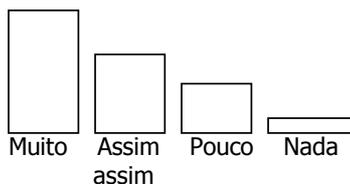
Pensa agora no grupo _____.

Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [exogrupo]

Joga bem

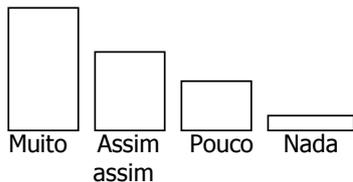


É egoísta

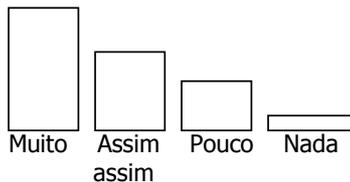


Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [endogrupo]

Joga bem

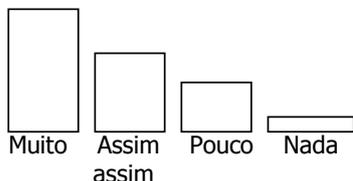


É egoísta

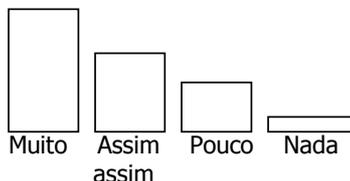


Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [exogrupo]

Joga bem

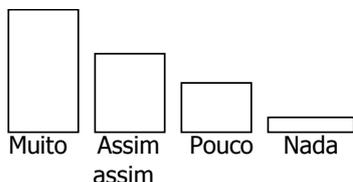


É egoísta

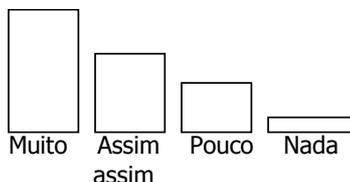


Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [endogrupo]

Joga bem

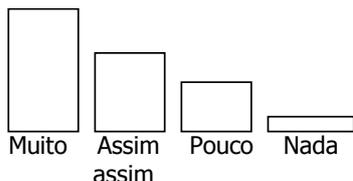


É egoísta

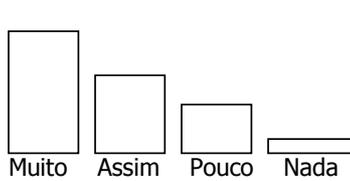


Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [exogrupo]

Joga bem



É egoísta



Imagina que havia um prémio para dar às meninas que estiveram a jogar este jogo e que esse prémio eram lápis de cor especiais.

Quantos lápis de cor é que queres dar às meninas que estiveram aqui a fazer o jogo?

Pensa no grupo _____.

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [exogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [endogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [exogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [endogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [exogrupo]

(Protocolo utilizado para a condição de Descategorização – versão feminina)

Nome: _____

Escola _____ **Professor(a):** _____

Acabaste agora mesmo de escolher, mais uma vez, as coisas que levavas no barco. Diz como é que fizeste o jogo desta vez.

**PARA RESPONDERES PÕE UMA CRUZ NO QUADRADO QUE ESCOLHERES.
ESCOLHE SÓ UM QUADRADO**

nós as seis escolhemos em conjunto as coisas que queríamos levar no barco;

nós as três explicámos às outras três quais as coisas que queríamos levar no barco;

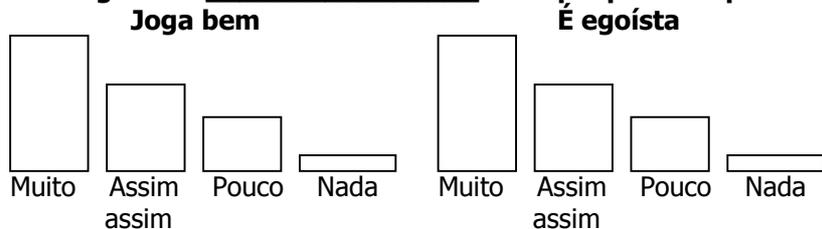
o nosso grupo de 3 meninas, em conjunto com o outro grupo de 3 meninas, escolheu as coisas que a nossa equipa de 6 meninas queria levar no barco;

eu escolhi as coisas que queria levar no barco.

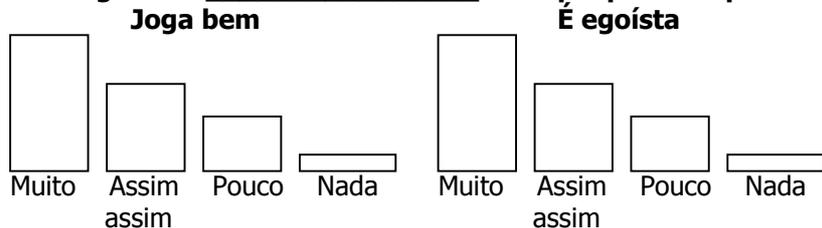
Pensa no que se passou nesta sala enquanto estiveram a fazer o jogo e diz agora como é que são as outras meninas.

PARA RESPONDERES **PÕE UMA CRUZ NA BARRA QUE ESCOLHERES**

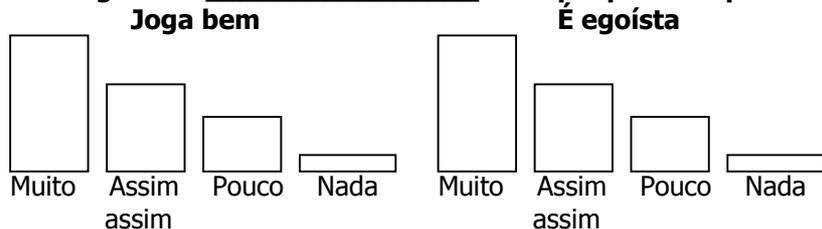
Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [exogrupo]



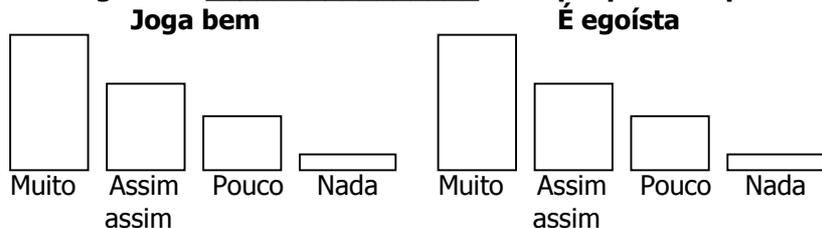
Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [endogrupo]



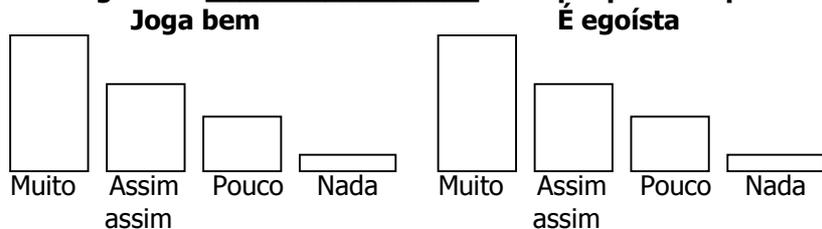
Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [exogrupo]



Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [endogrupo]



Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ... [exogrupo]



Imagina que havia um prémio para dar às meninas que estiveram a jogar este jogo e que esse prémio eram lápis de cor especiais.

Quantos lápis de cor é que queres dar às meninas que estiveram aqui a fazer o jogo?

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [exogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [endogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [exogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [endogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____ [exogrupo]

(Protocolo utilizado para a condição de Dupla Identidade – versão feminina)

Nome: _____

Escola _____ **Professor(a):** _____

Acabaste agora mesmo de escolher, mais uma vez, as coisas que levavas no barco. Diz como é que fizeste o jogo desta vez.

**PARA RESPONDERES PÕE UMA CRUZ NO QUADRADO QUE ESCOLHERES.
ESCOLHE SÓ UM QUADRADO**

nós as seis escolhemos em conjunto as coisas que queríamos levar no barco;

nós as três explicámos às outras três quais as coisas que queríamos levar no barco;

o nosso grupo de 3 meninas, em conjunto com o outro grupo de 3 meninas, escolheu as coisas que a nossa equipa de 6 meninas queria levar no barco;

eu escolhi as coisas que queria levar no barco.

Pensa no que se passou nesta sala enquanto estiveram a fazer o jogo e diz agora como é que são as outras meninas.

PARA RESPONDERES PÕE UMA CRUZ NA BARRA QUE ESCOLHERES

Pensa agora no grupo _____ da equipa _____. [exogrupo]

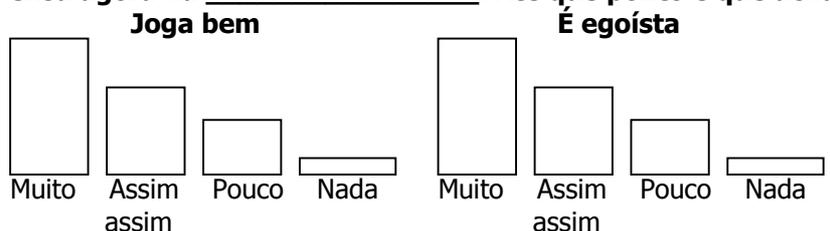
Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ...



Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ...



Pensa agora na _____ . Até que ponto é que achas que ela ...



Pensa agora no grupo _____ da equipa _____. [endogrupo]

Pensa agora na _____. Até que ponto é que achas que ela ...



Pensa agora na _____. Até que ponto é que achas que ela ...



Imagina que havia um prémio para dar às meninas que estiveram a jogar este jogo e que esse prémio eram lápis de cor especiais.

Quantos lápis de cor é que queres dar às meninas que estiveram aqui a fazer o jogo?

Pensa agora no grupo _____ da equipa _____. [exogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

Pensa agora no grupo _____ da equipa _____. [endogrupo]

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

☺ **Nome** _____ **Número de Lápis** _____

Anexo 1D: Ficha de caracterização das turmas

Escola: _____

Professora: _____

Turno: _____

	Nome dos alunos	Idade	Origem *	Ano	Aluno repetente (sim/não)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					

* **Origem:** Portugal – **P**; PALOP'S – **PAL** (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, S.Tomé e Príncipe); Outros – **O**.

Anexo 1E: Instrumento utilizado no Estudo C (versão feminina)

No nosso país as crianças não vivem todas da mesma maneira...



Algumas vivem em casas grandes e bonitas



andam em carros grandes e bons



e têm muitos brinquedos caros



Diz-nos **quantas meninas como estas**

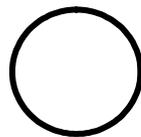
vivem assim?



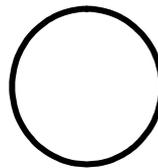
Nenhuma



Poucas



Muitas



Todas



Diz-nos **quantas meninas como estas**

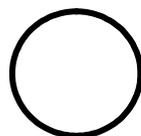
vivem assim?



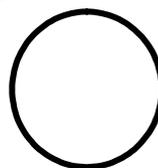
Nenhuma



Poucas



Muitas



Todas



Quantas meninas como estas

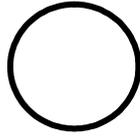
achas que são ricas ?



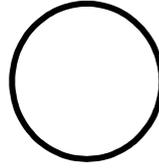
Nenhuma



Poucas



Muitas



Todas



Quantas meninas como estas

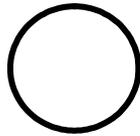
achas que são ricas?



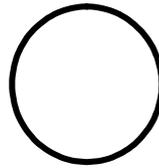
Nenhuma



Poucas



Muitas



Todas

ANEXO 2: Protocolo de medidas dependientes utilizado no Estudo 2

(Protocolo utilizado para a condição de Recategorização – versão masculina)

Nome: _____

Escola_____ **Professor(a):**_____

Acabaste agora mesmo de escolher, mais uma vez, as coisas que levavas no barco. Diz como é que fizeste o jogo desta vez.

**PARA RESPONDERES PÕE UMA CRUZ NO QUADRADO QUE ESCOLHERES.
ESCOLHE SÓ UM QUADRADO**

nós os seis escolhemos em conjunto as coisas que queríamos levar no barco;

nós os três explicámos aos outros três quais as coisas que queríamos levar no barco;

o nosso grupo de 3 meninos, em conjunto com o outro grupo de 3 meninos, escolheu as coisas que a nossa equipa de 6 meninos queria levar no barco;

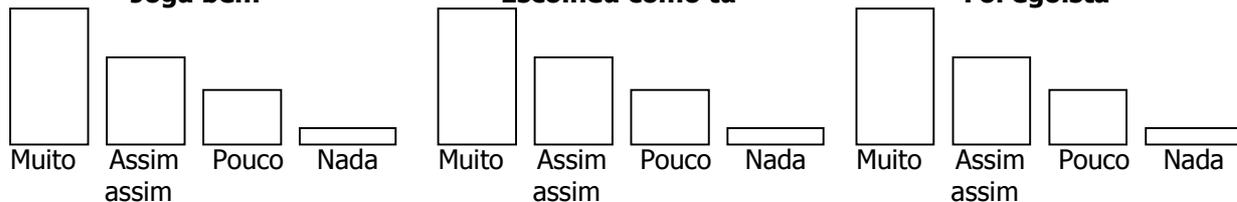
eu escolhi as coisas que queria levar no barco.

Pensa no que se passou nesta sala enquanto estiveram a fazer o jogo e diz agora como é que são os outros meninos.

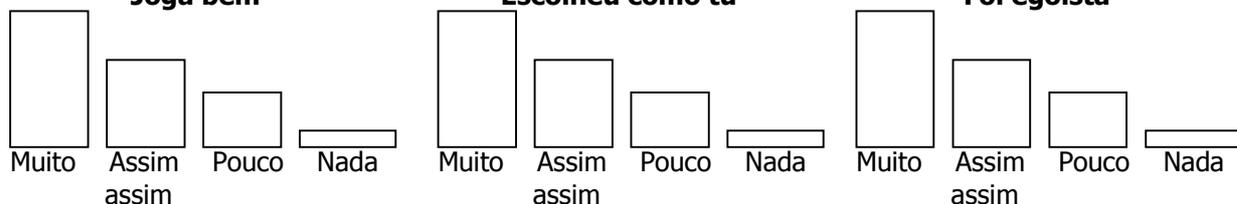
PARA RESPONDERES **PÕE UMA CRUZ NA BARRA QUE ESCOLHERES**

Pensa agora no grupo dos meninos _____.

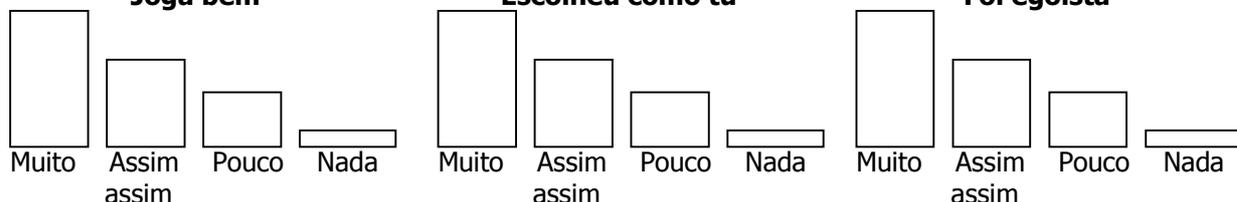
Pensa agora no _____ . Até que ponto é que achas que ele ... [exogrupo]



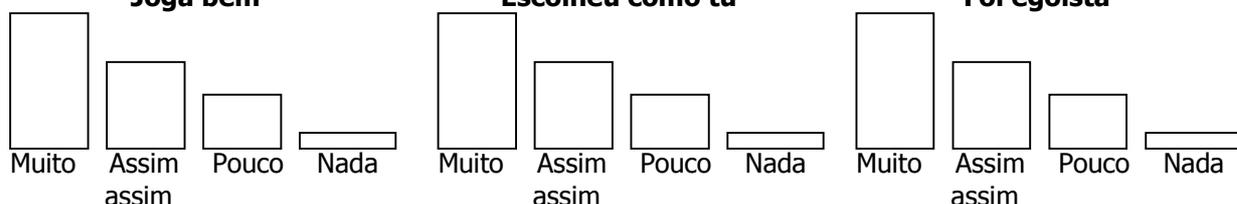
Pensa agora no _____ . Até que ponto é que achas que ele ... [endogrupo]



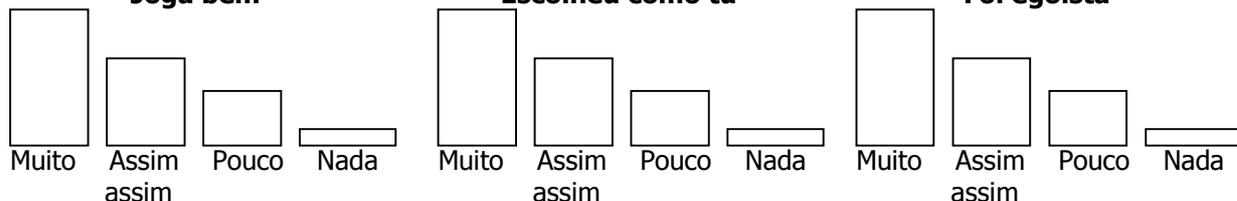
Pensa agora no _____ . Até que ponto é que achas que ele ... [exogrupo]



Pensa agora no _____ . Até que ponto é que achas que ele ... [endogrupo]



Pensa agora no _____ . Até que ponto é que achas que ele ... [exogrupo]



Imagina que havia um prémio para dar aos meninos que estiveram a jogar este jogo e que esse prémio eram lápis de cor especiais.

Quantos lápis de cor é que queres dar aos meninos que estiveram aqui a fazer o jogo?

Pensa no grupo dos meninos _____.



Nome _____



Número de Lápis _____ [exogrupo]



Nome _____



Número de Lápis _____ [endogrupo]



Nome _____



Número de Lápis _____ [exogrupo]



Nome _____



Número de Lápis _____ [endogrupo]



Nome _____



Número de Lápis _____ [exogrupo]

ANEXO 3: Protocolo de medidas dependientes utilizado no Estudo 3

**Protocolo utilizado para a condição de Dupla Identidade - versão
raparigas Africanas**

Nome: _____

Escola _____ **Professor(a):** _____

Acabaste agora mesmo de escolher, mais uma vez, as coisas que levavas no barco. Diz como é que fizeste o jogo desta vez.

**PARA RESPONDERES PÕE UMA CRUZ NO QUADRADO QUE
ESCOLHERES.
ESCOLHE SÓ UM QUADRADO**

nós as seis escolhemos em conjunto as coisas que queríamos levar no barco;

nós as três explicámos às outras três quais as coisas que queríamos levar no barco;

o nosso grupo de 3 meninas, em conjunto com o outro grupo de 3 meninas, escolheu as coisas que a nossa equipa de 6 meninas queria levar no barco;

eu escolhi as coisas que queria levar no barco.

Pensa no que se passou nesta sala enquanto estiveram a fazer o jogo e diz agora como é que são as outras meninas. **PARA RESPONDERES PÕE UMA CRUZ NA BARRA QUE ESCOLHERES.**

Pensa agora na equipa das meninas **PORTUGUESAS** de origem **LUSA**
[exogrupo]

Pensa agora na _____.
Acho que ela ...



Pensa agora na _____.
Acho que ela ...



Pensa agora na _____.
Acho que ela ...



Pensa agora na equipa das meninas **PORTUGUESAS** de origem **AFRICANA**
[endogrupo]

Pensa agora na _____.
Acho que ela ...



Pensa agora na _____.
Acho que ela ...



Quantos lápis de cor é que queres dar às meninas que estiveram aqui a fazer o jogo?

Pensa agora na equipa das meninas **PORTUGUESAS** de origem **LUSA**
[exogrupo]



Nome _____



Número de Lápis _____



Nome _____



Número de Lápis _____



Nome _____



Número de Lápis _____

Pensa agora na equipa das meninas **PORTUGUESAS** de origem
AFRICANA [endogrupo]



Nome _____



Número de Lápis _____



Nome _____



Número de Lápis _____



Pensa agora em meninas como estas que andam aqui na tua escola. [exogrupo]

Achas que elas

Jogavam bem este jogo?

Muito
 Assim, assim
 Pouco
 Nada

Escolhiam como tu?

Muito
 Assim, assim
 Pouco
 Nada

Quantos lápis lhes davas?

 _____



Pensa agora em meninas como estas que moram no teu bairro. [endogrupo]

Achas que elas

Jogavam bem este jogo?

Muito
 Assim, assim
 Pouco
 Nada

Escolhiam como tu?

Muito
 Assim, assim
 Pouco
 Nada

Quantos lápis lhes davas?

 _____



Pensa agora em meninas como estas que andam aqui na tua escola. [endogrupo]

Achas que elas

Jogavam bem este jogo?

Muito
 Assim, assim
 Pouco
 Nada

Escolhiam como tu?

Muito
 Assim, assim
 Pouco
 Nada

Quantos lápis lhes davas?

 _____



Pensa agora em meninas como estas que moram no teu bairro. [exogrupo]

Achas que elas

Jogavam bem este jogo?

Muito
 Assim, assim
 Pouco
 Nada

Escolhiam como tu?

Muito
 Assim, assim
 Pouco
 Nada

Quantos lápis lhes davas?

 _____

